



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PROPGE
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT
DOUTORADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA – DAG

CARLOS ROBERTO CRUZ UBIRAJARA



GARANHUNS-PE, AÇÕES EDUCATIVAS E DINÂMICA SOCIOESPACIAL:
UMA ANÁLISE GEO-HISTÓRICA DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE
RELIGIÃO, ESTADO E EDUCAÇÃO

FORTALEZA-CEARÁ
2015

CARLOS ROBERTO CRUZ UBIRAJARA

**GARANHUNS-PE, AÇÕES EDUCATIVAS E DINÂMICA SOCIOESPACIAL:
UMA ANÁLISE GEO-HISTÓRICA DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE
RELIGIÃO, ESTADO E EDUCAÇÃO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas.

Orientador: Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior.

**FORTALEZA-CEARÁ
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Ubirajara, Carlos Roberto Cruz.

Garanhuns-PE, ações educativas e dinâmica socioespacial: uma análise geo-histórica das relações estabelecidas entre Religião, Estado e Educação [recurso eletrônico] / Carlos Roberto Cruz Ubirajara. 2015.

1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 305 folhas, acondicionando em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Tese Doutorado) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Graduação em Geografia, Fortaleza, 2015.

Área de concentração: Análise Geo-Ambiental e ordenação do território nas regiões semi-áridas e litorâneas

Orientação: Prof. Ph.D. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior.

1. Ações Educacionais. 2. Práticas Espaciais. 3. Dinâmica Socioespacial. I Título



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



UECE

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: "GARANHUNS-PE, AÇÕES EDUCATIVAS E DINÂMICA
SÓCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE GEO-HISTÓRICA DAS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE
RELIGIÃO, ESTADO E EDUCAÇÃO"

Data da Defesa: 12/06/2015

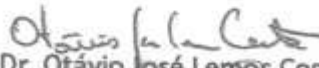
Nome do Autor: Carlos Roberto Cruz Ubirajara

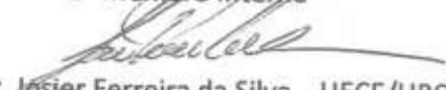
Nome do Orientador: Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior – UECE

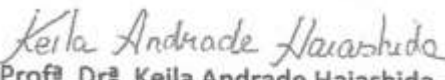
Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia – CCT/UECE, como
requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Geografia, Área de
Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-
Áridas e Litorâneas.

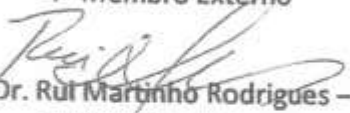
BANCA:

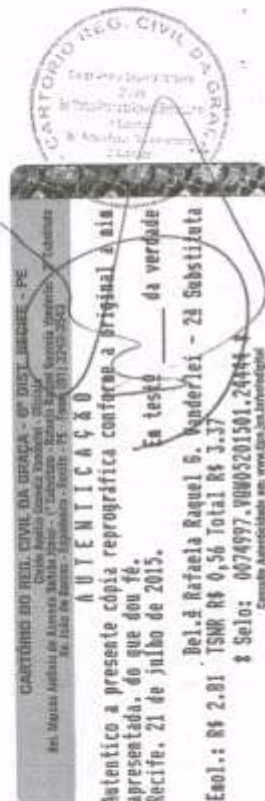

Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior – UECE
1º Membro (Orientador)


Prof. Dr. Otávio José Lemos Costa – UECE
2º Membro Interno


Prof. Dr. Josier Ferreira da Silva – UECE/URCA
3º Membro Interno


Profª. Drª. Keila Andrade Haiashida – UECE
4º Membro Externo


Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues – UFC
5º Membro Externo





Garanhuns – poesia

(Trechos do verso de Nelson Fernandes – Garanhuns, fevereiro de 1959)

Na vasta região inculta, adusta,
Em meio às serranias do Nordeste,
A bela Garanhuns desponta augusta!
Oásis que nasceu em pleno Agreste.

Sua beleza rica, encantadora,
Já pintaram em cores os estetas;
Sua magia viva, sedutora,
Já cantaram, também, grandes poetas.

Talvez enfeitiçado ou delirante,
Fui tentado a cantá-la e no entanto
Como os outros também pequei sonhando....

Não resisti ao seu enorme encanto.
O belo quadro com que me deparo,
Quero esboça-lo, mas não tenho rima

Para traçar este modelo raro
Que a natureza fez a obra-prima!

A minha inesquecível e amada mãe Prof^a. Edméa Cruz Ubirajara, meu estimado, querido e saudoso pai Acy Ivo Ubirajara, a minha avó paterna Alba Ivo Ubirajara esteios de minha formação. A minha esposa Prof.^a Nadja Rodrigues da Silva Ramos bem como a meus amigos leais e, em nome de todos, cito o Prof. Dr. Pedro Henrique de Barros Falcão, a meus filhos Marcos Roberto de Moraes Ubirajara, Joice Caroline de Moraes Ubirajara, Danielle Rossana Ramos Ubirajara, Carlos Roberto Cruz Ubirajara Filho, Nicolas Ramos Ubirajara, meus netos e à toda a minha família, que de alguma forma se tornaram fontes eternas de energia e apoio

AGRADECIMENTOS

À Universidade de Pernambuco, Campus Garanhuns, por possibilitar o afastamento das minhas funções docentes para desenvolvimento dos meus estudos.

Ao Programa Pro-Doutoral da UPE na pessoa da Prof.^a Doutora Viviane Colares, Vanessa e todos os funcionários da PROPEGE por permitir junto à FACEPE que eu adquirisse uma bolsa de estudos, facilitando o meu processo de concentração e imersão na pesquisa.

Ao meu orientador que aprendi a admirar, por sua persistência e sabedoria, Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Junior, pelas dicas, dedicação e paciência de espera. A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para esta pesquisa.

Aos funcionários do PROPGEIO da UECE Igor, Júlia e Adriana por estarem sempre prontos a colaborar, à professora Dr.^a Maria Lúcia Brito da Cruz, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia; Agradeço também aos participantes do LAPECED, Keila Haiashida, Cássia, Raquel, Karine, Rejane, Stanley e Paulo Wendel pelas discussões prazerosas sobre o nosso objeto de estudo, aos professores responsáveis por minha formação acadêmica, dos quais destaco meus tutores, cotutores e professores; Marcos Nogueira de Souza, José Meneleu Neto, Adilson Alves Pereira Junior, Daniel Rodrigues de Carvalho Pinheiro, Rui Moreira, Adelita, Otávio José Lemos Costa, Andrea Almeida Cavalcante e Luiz Cruz de Lima, que contribuíram significativamente para o meu crescimento intelectual e, um agradecimento todo especial ao Pastor Elísio Pires Simões e sua família, Sandra Rodrigues Simões, Elton Rodrigues Simões, Elisandra Rodrigues Simões, Niedja Rodrigues Simões e Nadja Rodrigues Simões por me acolherem em sua casa e dado todo apoio afetivo e logístico tão necessário para que fosse possível minha dedicação total aos estudos, inclusive transportando-me para a Universidade durante o período de aulas, e à minha sobrinha Wedja Rodrigues da Silva pelo carinho e cuidado para comigo.

“Tudo o que emite luz deve suportar o calor do fogo”.

(Viktor Frank)

RESUMO

As ações educacionais materializadas a partir da implantação e expansão de instituições educativas resultam no desenvolvimento de sistemas de objetos, sobretudo aqueles relacionados ao ensino bem como, no surgimento e potencialização de fluxos e/ou sistemas de ações correlatas. Entretanto, apesar da reconhecida importância desses estudos, a análise das espacialidades advindas de ações na área educacional ainda não se acha muito presente na produção acadêmica nacional, muito embora, os estudos sobre geografia urbana e serviços analisem o assunto, apenas como reflexo das políticas de desenvolvimento econômico. Neste sentido, reduzir essa análise tão somente como consequência de outros macroprojetos políticos institucionais, ao nosso ver, sempre inviabilizaram pesquisas que tivessem a probabilidade de analisar a dinâmica sócio espacial tendo, como fundamento maior, projetos no âmbito educacional. A pesquisa que se segue busca oferecer uma contribuição ao estudo desta temática. Tem por objetivo compreender como as ações educacionais a partir da instalação de instituições de ensino passam a desempenhar a função articuladora no contexto urbano e regional em que estão inseridas. Estabelecemos como recorte espacial e temporal o Agreste Meridional do Estado de Pernambuco, mais especificamente a cidade de Garanhuns-PE. Como o período entre 1900 a 2014 se tornaria muito longo, apenas referendamos a instalação de escolas confessionais a partir da 1ª República onde teve início o procedimento e, nos detivemos mais nomeadamente na dinâmica sócio espacial proporcionada pela evolução das ações educacionais que se deu inicialmente em função da instalação das instituições de ensino básico (Protestantes e Católicas) e posteriormente superior, mais especificamente a partir dos anos 1967 a 2014. O método utilizado foi o dialético uma vez que, as alterações produzidas pelas ações educacionais acabam recondicionando o comportamento das pessoas perante a nova estrutura espacial existente e a metodologia utilizada foi edificada no sentido de comportar e apresentar o espaço produzido, como resultado das interações sócio espaciais que permitiram a compreensão do cenário que caracteriza o processo de transformação do espaço urbano em função das estratégias desenvolvidas para atender às demandas educacionais. Para o entendimento desse processo partimos do pressuposto de que a organização da dinâmica sócio espacial, ocasionada pelas ações educacionais, enquanto práticas espaciais, promovidas inicialmente pelas igrejas e pelo Estado, viabilizaram uma demanda para o desdobramento do ensino superior, propiciando desse modo a instalação e ampliação das referidas instituições em Garanhuns-PE – em meados dos anos 60 (UPE) e AESGA e a partir de 2005 (UFRPE/UAG) e várias outras IES. Desse modo as práticas espaciais estabelecidas a princípio pelas igrejas (Católica e Presbiteriana), possibilitadas pelo Estado, criaram uma estrutura educacional de referência na região, pela concentração de estabelecimentos de ensino de qualidade, instituindo desse modo uma centralidade regional, direcionando sobretudo fluxos e refluxos de pessoas e ideias e propiciando desse modo, novas demandas sociais e econômicas. Podemos então concluir que a criação desse polo educacional juntamente com outras ações políticas, consorciado a um ecossistema diferenciado no semiárido nordestino, foi responsável por uma concentração populacional expressiva, gerando vida e movimento ao espaço urbano, transformando Garanhuns na principal cidade do agreste meridional pernambucano.

Palavras Chave: Ações Educacionais, Práticas Espaciais e Dinâmica Sócio espacial.

ABSTRACT

Educational actions materialized from the implantation and expansion of educative institutions result in the developing of object systems, especially those related to teaching, as well as, in the appearing and potentiation of flows and/or systems of correlated actions. However, in spite of the recognized importance of these studies, the analysis of spacialities arising from actions in the educational area is not often found in national academic production, although studies about urban geography and services take this subject like a reflex of economic development policies. Reducing these analyses at the scope of existing as consequence of other political institutional macro projects, has always made unviable, researches that have the perspective of analyzing socio spatial dynamics, when based upon greater projects in the educational field. The following research seeks giving a contribution to the study of this theme. Its main goal is to understand how educational actions arising from the installation of teaching institutions starts to play articulator function on the regional context in which they are inserted. We have established as spatial and temporal area the Southern AGRESTE in the state of Pernambuco, more specifically the city of GARANHUNS between 1900 and 2013. The methodology chosen was built with the aim of keeping and presenting the space produced because of socio spatial interactions, which made possible to understand the scenario that characterizes the city's transformation process in terms of developed strategies to meet educational demands. To understand this process we assume that the organization of dynamic socio-spatial occasioned by educational activities as spatial practices, initially promoted by the churches and the state, have made possible a demand for the deployment of higher education. This has provided thereby the installation and expansion of these institutions in Garanhuns-PE – in the beginning of sixties (UPE) and from 2005 (UFRPE/ UAG), respectively. This way, spatial practices established by Churches and the State created an educational structure of referential level in the region, by the concentration of qualified schools. We can conclude, then, that this educational pole has been responsible, along with other political actions, syndicated to a different ecosystem in the northeastern semi-arid region of a significant population concentration, for making GARANHUNS the main city of Pernambuco's southern AGRESTE.

KEYWORDS: Educational Actions, Spatial Practices, Socio Spatial Dynamics

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Silvino Guilherme de Barros, o Barão de Nazaré.....	43
Figura 2	Representação esquemática da atuação dos sistemas atmosféricos que influem nas condições climáticas o nordeste brasileiro.....	59
Figura 3	Av. Santo Antônio Centro de Garanhuns temperatura média no Inverno	60
Figura 4	Representação esquemática do relevo como fator que governa as variações pluviométricas: o caso de Garanhuns-PE.	61
Figura 5	A Cidade de Garanhuns encravada na superfície de cimeira Regional vista do monte Magano.....	61
Figura 6	Ruas de Garanhuns em dias de frio. Relógio das Flores importante ponto turístico.....	65
Figura 7	Tipo de vegetação do município de Garanhuns.	68
Figura 8	Mata Serrana/Caatinga hipoxerófila município de Garanhuns.	68
Figura 9	Vegetação arbustiva/Caatinga hiperexerofila município de Garanhuns – PE.....	69
Figura 10	Vegetação subperenifolia latifoliada município de Garanhuns – PE.	70
Figura 11	Entrada de Garanhuns, consolidando a representação de cidade das flores.....	74
Figura 12	Garoa presença constante em Garanhuns no inverno. Encosta do Monte Magano.	74
Figura 13	Vista de uma região da Cidade de Garanhuns espalhada sobre a superfície somital da Borborema.....	75
Figura 14	Disposição Topográfica das Sete Colinas	75
Figura 15	Vista parcial do bairro de Heliópolis, Av. Rui Barbosa, área da cidade densamente Povoada	76
Figura 16	Santuário Mãe Rainha em Garanhuns – PE objeto de Peregrinação	78
Figura 17	Período do de intensa visitação ao Santuário Mãe Rainha em Garanhuns-PE.....	79
Figura 18	Igreja Presbiteriana Av. Santo Antônio Centro de Garanhuns, presença protestante/Calvinista	79
Figura 19	Rede Viária do Estado de Pernambuco	82

Figura 20	Garanhuns vista do Monte Sinai	84
Figura 21	Vila Velha de Garanhuns – 1840. Igreja da conceição, cadeia e forca.	89
Figura 22	Sítio Urbano e Garanhuns visto do Monte Magano (Cristo).	90
Figura 23	Busto de Simôa Gomes, localizada ao lado do Fórum Ministro Eraldo Gueiros Leite, na avenida que leva o nome no bairro de Heliópolis.....	91
Figura 24	Reconstituição da planta de Garanhuns referente aos anos 1811 e 1887	91
Figura 25	Garanhuns em 1890. Bico de Pena de Ruber Vander lindem	92
Figura 26	Chegada do 1º trem a Garanhuns	93
Figura 27	Casa em estilo Europeu no centro de Garanhuns-PE	94
Figura 28	O autor em Montreal Alemanha - Paisagem projetada para o imaginário de Garanhuns	94
Figura 29	Roteiro do trem Recife/Garanhuns.....	96
Figura 30	Usina da Companhia Industrial de Algodão e Óleos, em 1928	102
Figura 31	Prédio de apartamentos a Rua Capitão. Pedro Rodrigues erigido em frente a UPE para atender a demanda estudantil em Garanhuns.....	146
Figura 32	Estudantes no entorno da UPE redimensionando o espaço, Redefinindo a região e redesenhando paisagens, Bairro São José.....	147
Figura 33	A I Bienal Internacional do Livro do Agreste em Garanhuns. Setembro de 2012.....	148
Figura 34	Logomarca da Bienal.....	149
Figura 35	Rua Capitão Pedro Rodrigues prédios de apartamentos surgidos próximo a UPE	149
Figura 36	Rua Capitão Pedro Rodrigues e a mercantilização dos espaços próximos e acessíveis a UPE.....	150
Figura 37	AESGA mantenedora das Faculdades de Ciências da Administração de Garanhuns (FAGA), Faculdade de Direito de Garanhuns (FDG), Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas de Garanhuns (FAHUG) e Faculdade de Ciências Exatas de Garanhuns (FACEG).	152

Figura 38	Multinacional instalada Vendo-se a direita o centenário Colégio Presbiteriano Quinze de Novembro possibilitando um intenso fluxo de pessoas	153
Figura 39	Soul Music Bar - Bar, Night Club moderno equipamento urbano situado a rua Joaquim Távora em Garanhuns – PE, nas proximidades do Col. XV de Novembro da UNIT – Universidade Tiradentes e AESGA, instalado em função dos novos estilos de vida baseadas no aumento e na aceleração do consumo possibilitado pelas ações educacionais	155
Figura 40	Lanchonete especializada (multinacional) entre o Colégio Quinze de novembro a direita e a UNIT (Universidade Tiradentes) a esquerda surgida em função das novas demandas ocasionadas pelas ações educacionais	156
Figura 41	Igreja Matriz DE Santo Antonio e o Colégio Santa Sofia (Damas da Instrução Cristã no Brasil materializando a relação oração/educação princípio tridentino,.....	157
Figura 42	Garanhuns Hipsometria.....	159
Figura 43	Estilo Europeu da Av. Santo Antônio – Área Central - Garanhuns (PE)	159
Figura 44	Obras de terraplanagem, drenagem e pavimentação, acesso a UPE Suporte estatal para o desenvolvimento das ações educacionais.	163
Figura 45	Construção de imóveis junto a UFRPE/UAG para residência de professores e alunos. Redimensionamento de uma lógica espacial.	163
Figura 46	Representação esquemática da localização estratégica das instituições de ensino a pouca distância da estação Ferroviária de Garanhuns.....	167
Figura 47	1º Bispo Católico a visitar Garanhuns na viagem inaugural do trem...	168
Figura 48	A primeira construção moderna da cidade em 1928. Residência do De Eronildes, Engenheiro da estrada de ferro, hoje Palácio Episcopal.....	169
Figura 49	O trem possibilitou a fluidez de mercadorias e pessoas dando novo sentido ao espaço regional. Excursão do Col. XV de Novembro anos 30 do século passado	196
Figura 50	Pequenos palacetes construídos nos tempos áureos do café.	197

Figura 51	Mosteiro de São Bento importante instituição católica em Garanhuns.....	197
Figura 52	Praça Tavares Corrêa Bairro Heliópolis – Garanhuns	198
Figura 53	Praça Tavares Corrêa Bairro Heliópolis – Garanhuns na primavera....	198
Figura 54	Igreja Matriz de Santo Antônio	200
Figura 55	Seminário São José fundado em 1928 importante instituição Católica	200
Figura 56	Colégio Santa Sofia fundado em 1912 referência em educação.....	202
Figura 57	Patronato Agrícola de Garanhuns anos 30 onde foi fundado O Bom Pastor uma escola para meninas carentes	202
Figura 58	Ruínas do Convento do Bom Pastor	203
Figura 59	Colégio Diocesano de Garanhuns fundando em 1915.....	203
Figura 60	Seminário São José	204
Figura 61	D. João Tavares de Moura, o líder religioso e 1º Bispo da cidade em 1928.....	206
Figura 62	Avenida Santo Antônio centro de Garanhuns. Materialização do confronto religioso (Católicos x Evangélicos/Presbiterianos.	223
Figura 63	Colégio XV de Novembro	238
Figura 64	IBN Instituto Bíblico do Norte.	239
Figura 65	Fundamento religioso Presbiteriano/Calvinista em fachada do Col. XV de Novembro.....	240
Figura 66	Localização Colégio XV de Novembro, promovendo surgimento do bairro de Heliópolis.....	244
Figura 67	Traçado do Bairro Heliópolis: semelhança das cidades jardins influência de Ebenezer Howard.....	244
Figura 68	Professor Ruber van der Linden à esquerda e alunos do Colégio XV de Novembro	245
Figura 69	Traçado da cidade Paris (França), influência ao traçado do Bairro Heliópolis – Garanhuns.....	245
Figura 70	Universidade de Pernambuco Campus Garanhuns pioneira na interiorização do ensino superior no Estado de Pernambuco.....	250
Figura 71	Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade acadêmica de Garanhuns	250

Figura 72	Aula Inaugural do curso de medicina na UPE Campus Garanhuns com a presença da presidente Dilma Rousseff e o Governador do Estado de Pernambuco Eduardo Campos em 30.08.2011.	251
Figura 73	Implantações de Instituições de Ensino Superior em Garanhuns e suas implicações espaciais.	255
Figura 74	Algumas implicações espaciais para as implantações de instituições de ensino superior	255
Figura 75	Participação dos setores no PIB de Garanhuns, Pernambuco e Brasil	258
Figura 76	Regiões de influência dos Centros Pernambucanos.....	262
Figura 77	Ocupação expansão urbana em Garanhuns 1982-2010-2012.....	263
Figura 78	Ônibus de estudantes de diversos municípios estacionado na Praça Guadalajara.....	270
Figura 79	Moderno restaurante a Av. Rui Babosa.....	274
Figura 80	Moderna academia instalada para atender as novas demandas, em função das ações educacionais.	275
Figura 81	Rua Cap. Pedro Rodrigues no entorno da UPE, lugar antes inabitado agora intensamente transformado observando-se o processo de pavimentação asfáltica recente e a verticalização	281
Figura 82	Disposição dos objetos geográficos e a transformação na área do entorno da UPE/Campus Garanhuns.....	282
Figura 83	Aula inaugural da Faculdade de Formação de Professores de Garanhuns. Auditório do Colégio Santa Sofia (1967	282
Figura 84	Representação da área de entorno da UFRPE/UAG bastante modificada e valorizada em função das ações educacionais promovidas pelo estado	284
Figura 85	Localização estratégica da AESGA e a promoção de um maior dinamismo do espaço urbano.	285
Figura 86	Área Abrangência da AESGA	286
Gráfico 1	Climograma de Garanhuns. Fonte: Somar Meteorologia 2015.....	53
Gráfico 2	Distribuição anual das temperaturas em Garanhuns.	55
Gráfico 3	Distribuição anual das médias e das máximas	

	temperaturas de Garanhuns e outras cidades.	56
Gráfico 4	Distribuição anual das temperaturas médias e mínimas de Garanhuns e outras cidades	56
Gráfico 5	Comparativo da Distribuição anual das temperaturas médias e máximas de Garanhuns e outras cidades.	57
Gráfico 6	Precipitação mensal em Garanhuns.....	57
Gráfico 7	Realiza deslocamento	266
Gráfico 8	Deslocamento	269
Gráfico 9	Motivação para o deslocamento.	270
Gráfico 10	Mora perto da IES na qual estuda.....	272
Gráfico 11	Serviços utilizados em Garanhuns	273
Gráfico 12	Costuma ficar junto de pessoas de sua cidade de origem	278
Gráfico 13	Importância das IES para Garanhuns	279
Mapa 1	Localização do Estado de Pernambuco na Região Nordeste.	45
Mapa 2	Os limites do Estado de Pernambuco.	46
Mapa 3	Estados brasileiros classificados por área.....	47
Mapa 4	Estado de Pernambuco configuração territorial e compartimentação do relevo.....	47
Mapa 5	Localização de Garanhuns no contexto de Pernambuco, bem como na mesorregião Agreste.	49
Mapa 6	Localização de Garanhuns no Agreste Meridional Pernambucano.....	50
Mapa 7	Microrregião de Garanhuns, situado no Agreste Meridional de Pernambuco	51
Mapa 8	Microrregiões Geográficas componentes do Agreste Meridional: Garanhuns e Vale do Ipanema.	52
Mapa 9	Garanhuns e sua posição privilegiada em relação aos grandes Centros.....	62
Mapa 10	Garanhuns localizado na porção mais oriental do agreste e nas mais elevadas altitudes do Planalto da Borborema no Estado de Pernambuco	63
Mapa 11	Garanhuns área de exceção climática no Semi-árido	64
Mapa 12	Garanhuns: modelado geomorfológico como fator condicionante	

	das temperaturas médias anuais.	65
Mapa 13	Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Mundaú	67
Mapa 14	Mapa Exploratório de reconhecimento de solos no município de Garanhuns.....	73
Quadro 1	Mesorregiões e Microrregiões Geográficas.....	48
Quadro 2	Dados climatológicos para Garanhuns.....	54
Quadro 3	Comparação entre as temperaturas de Garanhuns e outras cidades do Nordeste de altitudes correlatas	58
Quadro 4	Estações Ferroviárias - Abertura de Igrejas	165
Quadro 5	Curso superior no qual está matriculado e Instituição de Ensino Superior.....	265
Quadro 6	Faixa etária dos egressos	266
Quadro 7	Qual a sua cidade e estado de origem?.....	267
Quadro 8	Tempo de Permanência em Garanhuns.....	271
Quadro 9	Situação de Moradia.....	272
Quadro 10	Ponto de Encontro na Faculdade	276
Quadro 11	Ponto de Encontro em Garanhuns.....	277
Quadro 12	Lembranças de Garanhuns.....	278

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Crescimento de área explorada, lavouras, pastagens e mata região de Garanhuns - 1940 – 1975.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESGA	Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns
DAG	Doutorado Acadêmico em Geografia
DNCOS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
ECEGEO	Encontro Cearense de Geografia
FIAM	Fundação e Desenvolvimento Municipal
FPA	Frente Polar Atlântica
FADIRE	Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional
GERHEDE	Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação do Ceará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IE	Instituição de Ensino
IES	Instituição de Ensino Superior
IBC	Instituto Brasileiro do Café
LAPECED	Laboratório de Pesquisa em Espaço, Cultura e Educação.
LEGE	Laboratório de Estudos Geoeducacionais.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MGR	Microrregião de Garanhuns
PROP GEO	Programa de Pós-graduação em Geografia
PROPEGE	Pró-reitoria de Pós Graduação
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PREVUPE	Pré-vestibular da Universidade de Pernambuco
SINECGEO	Simpósio Nacional de Estudos Culturais e Geoeducacionais
UPE	Universidade de Pernambuco
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRPE/UAG	Univ. Fed. Rural de Pernambuco/ Unidade Acadêmica de Garanhuns
URCA	Universidade Regional do Cariri.
UNIT	Universidade Tiradentes
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
UVA	Universidade do Vale do Acaraú
CCT	Centro de Ciências e Tecnologia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	CONHECENDO GARANHUNS	39
2.1	ORIGEM DO NOME GARANHUNS	40
2.1.1	O Barão de Nazaré	42
2.2	SITUAÇÃO E LOCALIZAÇÃO.....	45
2.2.1	O meio ecológico.....	51
2.2.2	Os efeitos da Exposição e Altitude	62
2.2.3	Hidrografia	65
2.2.4	Vegetação e solos	66
2.2.5	Geologia	70
2.2.5.1	<i>Manto de Intemperismo.....</i>	71
2.2.6	A importância sócio espacial da singularidade dos condicionantes naturais em Garanhuns	72
2.3	INDICADORES SOCIAIS	76
2.3.1	Demografia	76
2.3.2	Religiosidade	77
2.3.3	Pobreza e desigualdade.....	78
2.4	ATIVIDADES ECONÔMICAS	79
2.5	GARANHUNS: UM PONTO DE CONVERGÊNCIA: O SISTEMA VIÁRIO REGIONAL	80
2.6	RETROSPECTIVA DA OCUPAÇÃO DA ÁREA.....	83
2.6.1	O início do povoamento em direção à região de Garanhuns	83
2.6.2	O Assentamento de Garanhuns	84
2.6.3	Da doação de sesmarias ao nascimento de Garanhuns	87
2.7	AS ATIVIDADES AGRÁRIAS	93
2.7.1	A Cotonicultura	98
2.7.2	A Cafeicultura	102
2.7.3	A Bovinocultura.....	104
3	AS AÇÕES EDUCACIONAIS E SUA INFLUÊNCIA NA DINÂMICA ESPACIAL	109
3.1	AÇÕES HUMANAS E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL.....	109
3.2	DIMENSÃO GEOGRÁFICA DAS AÇÕES EDUCACIONAIS	116

3.3	A RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO UMA CONSTRUÇÃO GEO- HISTÓRICA.....	134
3.4	A EDUCAÇÃO, OS AGENTES SOCIAIS CONCRETOS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	144
3.4.1	Dinâmica Espacial a partir de Agentes Educacionais.....	150
3.5	GARANHUNS-PE: OS CONDICIONANTES AMBIENTAIS E AS AÇÕES EDUCACIONAIS	155
3.5.1	As ações educacionais e sua interação com o meio ecológico ...	158
3.5.2	A Estrada de Ferro e sua importância na difusão de valores econômicos, sociais, religiosos e educacionais	164
3.5.2.1	<i>A ferrovia da Great Western: uma estrada que mudou a história.....</i>	<i>166</i>
3.6	OS RUDIMENTOS DA EDUCAÇÃO EM GARANHUNS	170
3.7	Estado e religiosidade, agentes reguladores das ações educacionais: interfaces entre espaço e tempo	172
3.7.1	Estado, educação e religião aportes contraditórios nas ações de controle e dominação	175
3.7.1.1	<i>Dos princípios de uma sociedade teológica ao estado laico: o papel da educação na sociedade brasileira</i>	<i>183</i>
4	A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E A AÇÃO EDUCACIONAL DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL.....	188
4.1	ESTADO, EDUCAÇÃO E RELIGIÃO: APORTES CONTRADITÓRIOS NAS AÇÕES DE CONTROLE E DOMINAÇÃO	188
4.2	PROJETOS EDUCACIONAIS DAS IGREJAS (CATÓLICAS E PRESBITERIANAS) EM GARANHUNS E A DINÂMICA ESPACIAL ...	194
4.3	A IGREJA CATÓLICA E SUA AÇÃO EDUCATIVA EM GARANHUNS-PE	199
4.3.1	A presença dos protestantes no Brasil	208
4.3.2	A Territorialidade do Protestantismo no século XIX no Brasil e em Pernambuco	211
4.3.3	Instituições educacionais confessionais em Pernambuco enquanto ferramentas de embates na conquista de territórios	218
4.3.3.1	<i>O Mata Bode</i>	<i>220</i>
4.3.4	A práxis teológica nas concepções educacionais Presbiterianas enquanto instrumento de conquista de territórios	225

4.3.4.1	<i>As Reformas Educacionais no Brasil: uma periodização</i>	230
4.3.5	A ação educacional da igreja presbiteriana após a constituição republicana de 1891	236
4.3.5.1	<i>Os Presbiterianos em Garanhuns</i>	238
4.3.6	A territorialidade das ações educacionais da Igreja presbiteriana em Garanhuns	241
4.4	A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E SUA INFLUÊNCIA NA DINÂMICA ESPACIAL: O CASO DE GARANHUNS-PE.....	248
4.4.1	O ensino superior e a dinâmica socioespacial	252
4.4.2	A educação superior a mobilidade populacional e a consolidação da dinâmica espacial	257
4.4.3	As ações educacionais e a morfologia do espaço urbano em Garanhuns	260
4.4.4	As IES e a constituição de uma dinâmica espacial	289
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	291
	REFERÊNCIAS	295

1 INTRODUÇÃO

A configuração do espaço pode ser apreendida através de sua materialidade. Todavia, por ser dinâmico e estar em constante transformação, suscita análises e reflexões mais aprofundadas para melhor compreensão de sua produção. Neste ponto de vista, é imprescindível percorrer caminhos que alcancem a complexidade da ação dos diversos agentes (sociais, políticos e econômicos), suas estratégias e articulações com o espaço da cidade, uma vez que é através dessas ações que a produção espacial se realiza.

Para poder viver e coexistir no espaço, o indivíduo tem buscado distintas formas de apropriação conferindo ao mesmo, diferenças na sua paisagem. Desse modo, a paisagem urbana que nada mais é do que a materialização física de uma sociedade – com seus valores e atitudes – que a construiu é composta por diferentes maneiras de se pensar, de agir, de sentir e viver inscritas no formato e na materialidade do espaço.

Desse modo, o espaço geográfico tem sua objetivação e subjetivação. É fruto da transformação exercida pelo homem. Todas as relações sociais se realizam num espaço e num tempo determinados. Sendo o espaço o *lócus* da materialidade da vida social, é de suma relevância que façamos referência a este conceito, visto que concordamos com Carlos (2001, p. 234), quando a este se refere como:

[...] condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade. Reproduzido ao longo do processo histórico ininterrupto de constituição da humanidade do homem, este é também o plano da reprodução. Ao produzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço.

Podemos, então, afirmar que no espaço se materializam as relações sociais tornando possível a reprodução da sociedade. Para Carlos (2001), as relações sociais se materializam mediante a apropriação do espaço pela sociedade em busca de possibilitar a própria reprodução. Esta reprodução ultrapassa a simples produção de mercadorias e está além do trabalho, ultrapassa a produção de bens para satisfação de necessidades, dizendo respeito à formação do próprio homem e da sua humanidade, englobando a esfera da vida cotidiana.

Segundo a elaboração de Milton Santos (1980), o espaço geográfico é acúmulo de tempos desiguais, de modo que se pode entender o fenômeno das

ações educacionais no urbano como um “modo histórico particular” de se reproduzir espaço. De tal forma, concebeu-se o espaço urbano circunscrito em uma materialidade pré-existente, sendo reproduzido de maneira diversa em cada tempo-lugar.

Acredita-se que os conceitos “espaço” e “urbano” contêm e revelam a dimensão social (funções) e material (formas) da relação humana, sendo o “espaço urbano”, conforme aponta Lefebvre (2008), produto, condição e meio de reprodução da sociedade no mundo contemporâneo.

Desse modo, o presente trabalho trata da investigação de alterações socioespacial, promovida pela implantação de Instituições de Ensino (Básico e Superior) na cidade de Garanhuns. O entendimento do processo de atração de fluxos, promovido por tais instituições, torna-se importante para entendermos seu mecanismo e de que forma elas estão alterando o espaço, uma vez que na instalação de tais instituições haverá sempre algum tipo de transformação nas relações socioespacial vigente.

Neste sentido o espaço urbano envolve o lugar da vida movimentado pela prática humana a partir do modo pelo qual o ser humano desenvolve sua relação com as pessoas e com o espaço concreto. É o lugar no qual a vida social encontra-se em constante troca e conflito com as construções, vias de circulação, meios de transporte, telecomunicação entre outros. Nele se podem desenvolver diferentes modos de vida, de ideias, de conceitos e preconceitos, de usos, de apropriação e poder, tanto na relação entre pessoas/pessoas como na relação entre pessoas e o espaço.

Nesse particular as pessoas que vivem no espaço urbano conferem significados, representações, anseios, aspirações que dão um sentido ao ambiente para quem nele habita. Esses sentidos são individualizados, pois as percepções e as pessoas também o são. Cada um edifica individual e coletivamente uma significação do seu espaço conforme sua imagem e experiência cotidiana. Esses significados podem ser positivos ou negativos do urbano que vão delineando o espaço social e concreto no qual vive hoje grande parte da sociedade. Assim sendo, o urbano compreende os sentidos, é uma produção social do espaço representada não somente pela produção de bens e mercadorias no plano estritamente econômico, mas também pela produção de vida, de ideias, de percepções, de anseios.

Na concepção de Cavalcanti (2001), para o entendimento do espaço urbano é preciso considerar que ele é uma produção e que esta produção é contraditória, sendo que uma produção racional/técnica desse espaço pode resultar numa segregação socioespacial. Existem também produções que arriscam superar a racionalidade e garantir o direito à produção da vida. Dessa maneira Carlos (2004) compreende a produção urbana como um processo que envolve relações de troca materiais e imateriais.

Logo, a produção do espaço urbano, como diz Cavalcanti, “[...] implica entender esse espaço como relacionado à sua forma (a cidade), mas não se reduzindo a ela, à medida que ela expressa mais que uma simples localização e arranjo de lugares, expressa um modo de vida.” (2001, p. 16).

Entretanto, o processo de produção se abre para o processo de reprodução demonstrando a dialética da natureza e da sociedade que realimenta o ciclo da apropriação do espaço. Nessa apreciação, encontram-se inserida, como forma material do espaço urbano, a cidade, que é condição e meio para a produção e reprodução das afinidades sociais no espaço.

Diante dessas premissas, Lefebvre (2001) afirma que, o urbano que é representado pelas relações sociais a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento, não se desvincula de uma morfologia, ou seja, o urbano precisa estar ligado ao plano “prático-sensível”, à forma concreta para a materialização dessas relações. Logo, cidade e urbano se diferem pelo sentido, sendo a primeira a forma e o segundo o conteúdo. Mas a diferenciação não exclui ou separa uma da outra, ao contrário os dois se interrelacionam de maneira interdependente e contraditória. Para o autor não pode haver confusão ou separação na compreensão das duas concepções, restringindo a ideia à metafísica ou à imediatez sensível. A vida urbana e a cidade são formas complementares e necessitam uma da outra para se reconhecerem.

Como lugar de produção econômica e de vida, a cidade encontra-se dentro do processo dialético e contraditório a partir da lógica do modo de produção capitalista, que compreende a desigualdade das relações econômicas, sociais, espaciais e culturais entre os agentes do espaço urbano. Esse modo de produção reproduz em suas diversas formas a separação dos meios de produção das forças produtivas, instaurando uma grande disparidade de acesso aos bens da cidade, criando assim a segregação socioespacial e dificultando cada vez mais o direito à

cidade pelos cidadãos.

Diante do exposto observa-se que: A cidade é formada por múltiplas formas de olhares, significações e experiências concebidas por seus habitantes, desde o mais pobre e desprovido do acesso aos bens privados e públicos até o mais abastado de condições sociais de vida. Tal pluralidade interfere na constituição das diferentes estratégias de planejamento e gestão.

Para poder contemplar a variedade de perspectivas sobre a cidade, os distintos sujeitos do espaço urbano precisam ser ouvidos e considerados, tendo em vista que todos eles participam do processo de construção e constituição da cidade que dá movimento ao espaço urbano, pois cada um percebe e atua conforme seu papel na sociedade, para fazer da cidade seu espaço de vivência de poder e significação.

Os cidadãos, que são as pessoas que integram a materialidade da cidade e dão o movimento do urbano, correspondem aos habitantes que procuram através de seus direitos e deveres uma melhor forma de habitar, viver, usufruir, consumir na cidade. O direito a uma cidade onde possa realizar sua prática espacial e social e de “exercitar o direito a ter direitos” (CAVALCANTI, 2001, p. 20).

Para se compreender as relações de poder e as modificações que se produzem na cidade é importante apreender a atuação de seus sujeitos: os cidadãos a partir de sua prática espacial e os planejadores urbanos através dos planejamentos e da gestão. Esses sujeitos interferem na cidade produzindo um modo de vida urbano, seja pela organização física e pelo arranjo espacial dos objetos, seja pelo arranjo das ações no cotidiano. Esses arranjos são o conteúdo do urbano, pois agregam, de forma contraditória e complementar, sistemas de objetos e sistema de ações que são os elementos que formam e interferem tanto no espaço urbano como no espaço em geral.

A esse respeito, Santos (1997, p. 52) afirma:

[...] sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes.

Conforme a concepção de Santos, as estruturas existentes no espaço condicionam a forma de organização da sociedade, pois essas composições interferem nas relações imediatas no espaço de tal maneira que criam novas

estruturas ou novas formas de adaptação das relações sociais às já existentes. Ou seja, a organização racional que se dá na cidade através dos meios burocráticos de planejamento, gestão e parcelamento do solo conduz os indivíduos da cidade a se adequarem às formas e aos códigos institucionais que impõem condutas de vida, condições de moradia, de acesso aos equipamentos de saúde, lazer, ensino, transporte, circulação, etc.

Os sistemas de ações ou as relações sociais que se produzem no espaço urbano utilizam-se destas estruturas e constroem novas organizações materiais no espaço, através da participação e das diferentes formas de reivindicações para melhor uso e acesso à cidade. Entretanto, as estruturas urbanas não atendem e não satisfazem de maneira democrática às necessidades de toda a população cidadina; ao contrário, são elas mesmas que criam as condições de exclusão e segregação socioespacial das cidades, dificultando cada vez mais as oportunidades de participação cidadã. Isso ocorre porque são os que pensam e dominam o espaço que definem a política urbana e detém os meios de produção econômica do espaço.

Diante dos fatos analisados, busca-se neste trabalho, a partir do alargamento teórico-metodológico pelo qual vem passando a ciência geográfica, incluir as ações educacionais e instrucionais formais, também, como agentes produtores do espaço geográfico.

Embora com uma produção acadêmica de pequeno volume em termos quantitativos, mas representativa do ponto de vista qualitativo a ciência geográfica tem proporcionado a partir da operacionalização de suas categorias e conceitos as condições favoráveis para abalizar e apresentar analiticamente o papel das instituições educacionais como elementos constituidores da forma urbana contemporânea, fincadas e norteadas a partir das relações entre natureza, sociedade e cultura imbricadas no processo de produção espacial.

Estabelecemos como recorte espacial e temporal o Agreste Meridional do Estado de Pernambuco, mais especificamente a cidade de Garanhuns, em função da instalação e difusão das instituições de ensino aí presentes, a partir do final do século XIX, levando-se em consideração a sua localização estratégica no Estado que consorciada a um ecossistema diferenciado no semiárido nordestino, contribuiu sobremaneira - conforme relatos de moradores e dados do IBGE - para uma concentração populacional bastante expressiva, tornando a mesma a principal cidade do Agreste Meridional.

Desse modo, diante da constatação de que as instituições de ensino (básico e superior) tornam-se agentes da produção espacial urbana, entendemos ser importante uma análise das ações educacionais, levando-se em consideração que ao falar-se em educação, falamos também de estrutura para que a mesma ocorra. Estrutura não apenas física, mas também atitudinal como: aluguéis acessíveis por locais adequados, transporte público que atenda satisfatoriamente e com valores justos, acesso à internet banda larga nos diversos bairros, organização do trânsito da cidade, melhoria nos diversos serviços prestados à população a saber, saneamento básico, pavimentação de ruas, água, esgoto, energia elétrica, entre outros.

Neste sentido a instalação das instituições de ensino básico (Católicos e Protestantes/Presbiterianos) iniciando a formação de um polo educacional no final do século XIX (1900) na cidade de Garanhuns em função da localização geográfica, demografia e a vocação educacional do município, transformou-se em agentes produtores da dinâmica sócio espacial ao longo de um contexto histórico. Entendemos ainda que sua influência vai mais além, uma vez que as mesmas foram, gradativamente ao longo dos anos estabelecendo uma demanda por instituições de ensino superior originando a instalação do Campus da UPE, da UFRPE/UAG, AESGA, IFEPE, além da UNOPAR e polos de educação a distância de algumas outras IES instaladas na cidade.

Este estudo poderá contribuir ainda para a compreensão do processo que envolve uma vinculação entre as ações educacionais desenvolvidas pelo poder público e pelas igrejas (Católica e Presbiteriana) e a produção do espaço urbano materializando as territorialidades das instituições religiosas.

Diante do exposto, sobressai-se nesse estudo de maneira incontestável o pensamento do geógrafo Milton Santos, que em sua obra *Por uma Nova Geografia* (1978), já fazia análises a respeito dos fixos e dos fluxos. Os fixos por estarem situados em determinados lugares, permitem ações que modificam o próprio lugar, gerando prontamente fluxos novos ou renovados que por sua vez, recriam as condições ambientais e as condições sociais. Desse modo, o território tratado como espaço humano, espaço habitado e usado por uma sociedade, resgatará conforme o autor, os conceitos de fixos e fluxos no âmbito das relações dos atores que produzem o espaço que em nosso estudo, são considerados os agentes políticos, econômicos, religiosos e educacionais tendo como elemento norteador as ações

educacionais. Isto, porque “[...] destrinchar as relações existentes entre estes elementos, tornando os conceitos em realidades empíricas, permitirá que se vislumbre, no tempo e no espaço, a transformação” (SANTOS, 1997, p.48).

Nesse sentido, deve-se procurar entender qual tipo de fixo tem o poder de atrair fluxos e, a partir de então, procurar entender a dinâmica de transformação que passa a se processar no espaço estudado.

Com relação aos fixos, podem-se relacionar vários tipos que são capazes de reconfigurar o espaço através da atração que exercem sobre os fluxos. Como exemplo, pode-se citar os fixos ligados aos transportes tais como estradas, portos, ferrovias etc., que são importantes pela sua capacidade de interligar regiões e permitir a circulação de mercadorias e pessoas (CORRÊA, 2000 p. 87).

Entretanto, outros tipos de fixos podem ser incluídos e que não estão diretamente ligados à estrutura de transportes, mas também são capazes de atrair fluxos. Como exemplo, tem-se as instituições de ensino (básico e superior) no caso de Garanhuns, que estariam classificadas como fixos de controle e decisão que por serem formadoras de opinião e de mão-de-obra mais capacitadas são capazes de atrair fluxos de pessoas interessadas em se especializarem.

As alterações espaciais incitadas pela implantação de novos fixos se refletem também na dinâmica espacial da sociedade, que terá de se readaptar às novas relações derivadas dos novos fluxos existentes, e no caso da nossa área de estudo, pode estar hipoteticamente surgindo uma articulação de fixos que também vai exercer pressão sobre o poder público constituído (CARLOS, 2007).

Diante do exposto, percebe-se que a presença de objetos técnicos tende a produzir um determinado tipo de alteração nas relações sociais e isso ocorre devido à tendência de adaptação à presença deste objeto, que pode inclusive em alguns casos redirecionar as ações do cotidiano, como é o caso, por exemplo, do televisor, que ocupa o lugar antes destinado às reuniões pessoais, os encontros, tornando as pessoas mais distantes umas das outras.

Outro tipo de reação poderá ocorrer com a presença de uma estrada, objeto técnico destinado a promover uma melhor distribuição do fluxo de passageiros, automóveis, bens e serviços, como também, servir de ponto de ligação de distintas localidades, “encurtando” as distâncias e o tempo. Como reflexo direto das estradas, as pessoas tendem a se adequar a essa maximização de eficiência, uma vez que o tempo passa a ser uma mercadoria de alto valor.

Outras racionalidades podem ser atribuídas às estradas, como por exemplo, a obediência às regras de trânsito que podem penalizar até mesmo com a morte a quem desobedecê-las, revestindo-as assim então de um absolutismo que passa a requerer adaptações na legislação, punindo as transgressões a esse objeto técnico.

Portanto, existem vários tipos de fixos, segundo Corrêa (2000), e eles podem ser de diversas naturezas, como por exemplo, os que controlam a informação e o conhecimento, no qual se enquadrariam as instituições de ensino, por exemplo. Esse tipo de fixo educacional exerce uma forte atração sobre uma parcela da sociedade.

Ao se qualificarem, as pessoas fazem parte de um “seleto” grupo que passará a investir tempo na construção de sua carreira profissional, obrigando-as a criar vínculos com o espaço local e também interagir com a comunidade ali instalada, uma vez que estariam matriculados em um curso presencial. A pessoa que migra para a região com o intuito de estudar procurará satisfazer as suas necessidades básicas, como, por exemplo, a busca por um lugar onde se instalar e consumir; e tal mudança irá forçá-la a adequar-se às especificidades desta nova localidade e, de alguma forma, poderá haver uma interação com os moradores do lugar.

Através desse acréscimo populacional, haverá, sobretudo uma ampliação no volume de vendas de mercadorias, incentivando o desenvolvimento do comércio, que também passa a se especializar e oferecer serviços antes dispensáveis para a população local; um destes novos tipos de serviços por exemplo, seria a existência das chamadas “Lan Houses” que além de serem um centro de lazer com seus jogos eletrônicos, também permitem ao estudante acessar a internet e assim dinamizar as suas pesquisas, facilitando seu trabalho no meio acadêmico.

Portanto, a influência de fixos, ou formas espaciais sobre seu entorno tem sido objeto de estudo da geografia, que não vê na existência dessas formas espaciais apenas como mais um elemento que irá compor a paisagem, pois os fixos ao serem implantados em determinado espaço, estão carregados de intencionalidades, interagindo com o meio e transformando-o.

Neste trabalho, estamos estudando as influências socioespaciais originadas pelas instituições de ensino responsáveis pelas alterações visíveis na paisagem, principalmente devido à dinamização da economia, e consequentemente

reconfigurando as relações sociais na cidade de Garanhuns. Isto porque,

[...] as intervenções técnicas do governo ou da iniciativa privada, (re)criam formas espaciais, também conhecidas como objetos técnicos, que vão interferir nas relações sociais, uma vez que estas não podem ser dissociadas do espaço, pois são condição de sua materialização e realização (CARLOS, 2001, p.41).

Por este motivo, entendemos que se torna muito importante perceber as influências do espaço nas relações sociais, e saber como as alterações produzidas no espaço podem modificar tais relações.

Com relação a esse tema, Santos (1996) constata que os objetos (fixos) que são acréscimos artificiais produzidos pela técnica, carregam consigo uma intencionalidade capaz de influenciar as ações dos grupos sociais sobre o espaço. Para ele, tais influências podem ocorrer sob diferentes formas e seriam impulsionadas pela intensificação nos fluxos – esta intensificação seria uma decorrência da implantação desses objetos (fixos) no espaço geográfico. Com isso, criar-se-ia uma dependência direta entre o dinamismo das ações e as relações entre fixos e fluxos, pois as ações também vão ser alteradas na proporção da eficácia do objeto técnico.

Nesse sentido, cada objeto exerceria, então, um determinado tipo de influência sobre o espaço, razão pela qual não podemos atribuir as mesmas propriedades de atração de fluxos para todo tipo de objeto. Como consenso, observa-se que quanto mais provido de técnicas, maior seria o poder do fixo em gerar e/ou atrair fluxos.

Portanto, como as relações sociais produzidas nos lugares acabam sofrendo interferência direta das presenças dos objetos (fixos) haveria uma necessidade de chamá-las de relações socioespaciais, pois o espaço seria o elemento diferenciador dessas relações.

O espaço passa, então, a ser a condição, meio e produto da ação humana, sendo considerado por isso, também, um espaço social, já que ao produzi-lo e reproduzi-lo, através de intervenções técnicas, o homem acaba sendo também por ele influenciado. Isso configuraria uma relação dialética entre o espaço e o homem, uma vez que, as alterações produzidas pelo homem acabam recondicionando seu comportamento perante a nova estrutura espacial existente.

Desse modo as intencionalidades existentes nos objetos (IE) são capazes de atrair fluxos de diversas naturezas. Fato evidenciado pela atração de pessoas, de

informações, de capital, entre outros. Os fluxos, por sua vez vão promover alterações significativas no espaço, recriando os lugares e também as relações sociais. Se admitíssemos o contrário, o espaço seria considerado apenas um reflexo da sociedade. Porém, segundo Santos (1996, p.160): o espaço apresenta um “sistema de relações” que é externo ao indivíduo, por isso evidencia-se que devemos dar especial atenção para a localização de objetos técnicos, conhecidos como fixos ou formas espaciais.

Tais fixos, como as instituições de ensino, objetos de estudo deste trabalho podem promover alterações que se evidenciam na paisagem. Algumas alterações espaciais e sociais podem ser percebidas, como a construção ou ampliação de imóveis; intensificação no fluxo de veículos e transeuntes, entre outros. Ou seja, as presenças das referidas instituições de ensino acabam influenciando na organização espacial e exigindo uma readaptação dos homens que passam a ser submetidos a uma nova racionalidade, que por sua vez, poderá interferir no próprio objeto fixo.

Desse modo, devido à grande quantidade de variáveis socioeconômicas envolvidas em um espaço, torna-se árdua a sua análise. O problema de se fazer uma apreciação da influência de fixos (instituições de ensino) sobre este espaço torna-se um trabalho complexo, não podendo tal apreciação ser reduzida a uma simples descrição de paisagens, mas sim, feita através de uma análise da dinâmica que leva a constituição da paisagem. Assim,

[...] devido à grande complexidade inerente aos processos socioespaciais, a alteração da paisagem é apenas um indicativo da reconfiguração do espaço, que nos traz embutida em si uma mensagem, sendo então necessário interpretá-la, ultrapassar a paisagem como aspecto, chegando ao seu significado (SANTOS, 1996, p. 62).

Neste sentido ao considerarmos os desafios educacionais desta cidade interiorana (Garanhuns), situada no Agreste Meridional Pernambucano, somos impelidos a reconhecer a exiguidade de estudos que especifiquem os impactos da inserção de Instituições de Ensino (Básico e Superior) na organização de sua dinâmica espacial. Assim, identificamos algumas problemáticas que precisavam ser investigadas: Que fatores socioeconômicos e ambientais contribuíram para a instalação de instituições de ensino em Garanhuns? Qual a influência das ações educacionais a partir da instalação de (IE) na dinâmica espacial do espaço urbano e regional? A instalação destas IES criando uma estrutura educacional de referência

na região, gerando uma centralidade, contribui para que a cidade de Garanhuns possa ser imaginada como um centro de convergência educacional? Como as ações educativas a partir da instalação de escolas confessionais funcionam como uma práxis teleológica para definição dos territórios das igrejas Católicas e Presbiterianas no interior pernambucano?

Diante desses fatos, buscou-se a compreensão de como a consolidação do processo de urbanização ao longo de um contexto histórico, influenciado pelas ações educativas na cidade de Garanhuns, representou um novo momento de produção espacial em que um conjunto de transformações nas estruturas e nas formas do espaço urbano redefiniu suas funções, diversificando os equipamentos e a oferta de serviços, definindo seu papel no estado de Pernambuco.

Como se pode perceber, nesse trabalho o objeto de análise está direcionado para as transformações socioespaciais em uma cidade média do interior pernambucano, Garanhuns, iniciando-se com a fundação de instituições de ensino básico confessionais protestantes/presbiterianos (1900) e Católicas (1912), estabelecendo ao longo dos anos um embate ideológico acirrado na busca por definição de seus territórios simbólicos, demandando posteriormente, mais especificamente, em meados dos anos sessenta, a necessidade de instalação de Instituições de ensino superior, avaliando as relações estabelecidas - na condução do processo- entre o Estado, a Religião e a Educação.

O recorte espacial foi pensado a partir da conjuntura atual que o local vivencia, isto é, uma dinâmica diferenciada provocada pela mudança e refuncionalização dos papéis da cidade, desencadeadas ao longo de um contexto histórico, não só internamente, mas também no seu entorno, em função dos novos fixos implantados bem como de uma gama de novos fluxos que altera significativamente a paisagem local e regional.

Desse modo esta pesquisa almeja contribuir para a leitura da Geo-história do município de Garanhuns localizado no Estado de Pernambuco-Brasil, tendo como enfoque as ações educativas e seu rebatimento no aparelhamento da dinâmica socioespacial do espaço urbano que, por sua vez, está ligada à questão da identidade territorial.

A construção do objeto de estudo foi desenvolvida a partir de várias reflexões sobre a problemática das ações educacionais e seu rebatimento na dinâmica socioespacial, como motivadora da investigação. Nesta conjuntura adotou-

se a problemática da investigação como ponto de partida, mas foi pensando na trajetória acadêmica profissional como pesquisador, tendo os percursos na Geo-História, avaliando as ações educacionais e as práticas espaciais que foi possível aproximarmo-nos do problema da pesquisa, emanados dos pressupostos selecionados, mas enraizados numa história pessoal a ser contada.

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é avaliar as principais modificações observadas na dinâmica sócio espacial da cidade desencadeadas após a implantação desses novos fixos ou objetos geográficos promovidos pelas ações dos diversos agentes específicos (públicos e privados), responsáveis pela configuração do espaço urbano. Diante do exposto, torna-se importante ressaltar que esta pesquisa significa um esforço de ampliação dos nossos conhecimentos no campo da geografia. Assim sendo, esperamos que este empenho possa significar uma contribuição geográfica para órgãos governamentais, municipais, estaduais ou federais ou não governamentais, responsáveis pela elaboração e aplicações de políticas de gerenciamento e planejamento socioespacial que visem um desenvolvimento mais eficiente e racional das ações educacionais.

Além do que foi mencionado, este trabalho visa contribuir também para minha vida pessoal, enquanto cidadão e profissional (geógrafo/educador) comprometido e engajado com os problemas que atingem o meio e as populações que nele habitam, e para a minha vida profissional, uma vez que sempre desenvolvi uma relação estreita com a área analisada levando-se em consideração que estudei e trabalho na UPE/Campus Garanhuns, o que possibilitou uma análise mais efetiva, favorecendo de forma significativa a coleta de dados.

Este trabalho compreende um estudo geo-histórico das ações educativas e suas implicações na organização da dinâmica socioespacial na cidade de Garanhuns. Na investigação, buscamos chegar ao conhecimento do lugar, alicerçado na análise das percepções, atitudes e valores encontrados na relação dos moradores de Garanhuns com o ambiente, em função das ações educacionais materializadas na organização espacial, considerando que esta ação localizada em um núcleo urbano criou processos e formas espaciais concentradoras de um determinado serviço, gerando como consequência segundo Corrêa (2003), uma seletividade espacial em favor de Garanhuns e uma marginalização espacial dos municípios vizinhos.

Buscamos ainda, verificar a influência das mudanças no espaço produtivo

do Município nos últimos vinte anos, especialmente no que tange ao redimensionamento das paisagens urbanas, definindo a territorialidade.

A pesquisa tem como foco teórico conceitos geográficos importantes como fixos, fluxos, forma, função, estrutura e processo, uma vez que ao tratarmos a espacialidade das ações educacionais, ou seja, as manifestações das ações educativas no espaço relacionamos as categorias de análise: estrutura e processo, por serem mais apropriadas ao entendimento da organização espacial e sua abrangência.

A área de pesquisa é apresentada sob a caracterização das paisagens natural, construída ou cultural, que vão explicar e dar suporte à construção ou desconstrução do lugar a partir do desenvolvimento das ações educacionais. A metodologia usada foi edificada no sentido de relacionar o desenvolvimento territorial do município com o contexto das principais atividades socioeconômicas pernambucanas, comportando as ações educativas ao longo de um contexto histórico apresentando os diferentes olhares e vozes do espaço vivido, como resultado das interações e vínculos afetivos e cognitivos dos moradores com o ambiente.

Neste sentido utilizamos no trabalho conforme demonstra Sposito (2004), o método dialético, cujas relações contraditórias não precisam ser soberanas e as construções e transformações sujeito/objeto são recíprocas, ou seja, o sujeito se constrói e se transforma, construindo e transformando, ao mesmo tempo, o objeto, que construído (fruto do trabalho humano) influencia as ações do sujeito. Essa concepção, trazida para a nossa análise, pode ser exemplificada pela relação homem ou sociedade (sujeito) e espaço (objeto): os homens produzem historicamente o espaço, fazendo dele um reflexo das ações humanas; contudo, enquanto produto social, o espaço condiciona a práxis dos homens, sendo, portanto, reflexo e condicionante.

Neste sentido buscamos a compreensão de como as ações educacionais se apresentam, originando sentido do por que e o para que foram implementadas, possibilitando destarte a compreensão e explicação do fenômeno que se relaciona com o direcionamento do fluxo de pessoas estabelecendo relações dos diversos grupos sociais em sua vivência coletiva. Assim, por essa análise, buscamos o entendimento de que os conflitos sociais, espontaneamente instalados a partir das relações estabelecidas, criam possibilidades reflexivas sobre a forma como o

homem se organiza para viver em sociedade. Esses conflitos podem ser pensados pela dialética das contradições de uma vida organizada, a partir dos conflitos de classe. Assim sendo, nosso trabalho, numa perspectiva dialética, alicerça-se na noção de historicidade, ou seja, na transformação da realidade, analisada de modo crítico, pois de acordo com esse método de interpretação da totalidade em movimento, chega-se à essência do concreto, isto é, às contradições, às desigualdades e às possibilidades de mudança rumo a um futuro diferente do presente. Portanto, o material produzido historicamente influencia as ações humanas atuais, confirmando a concepção de que o espaço é condição da *práxis* humana e o fato de que a história pode até ser parecida, embora nunca seja a mesma.

Deste modo, uma categoria fundamental no trabalho com o método dialético é a ação humana. Por meio de suas ações, os homens demonstram a verdade, isto é, a realidade, gerando os objetos concretos que marcam o meio de coexistência.

Neste sentido, na produção do nosso trabalho com o incremento das ações educacionais, o espaço passa, então, a ser a condição, meio e produto da ação humana, sendo considerado por isso, também, um espaço social, já que ao produzi-lo e reproduzi-lo, através de intervenções técnicas, o homem acaba sendo também por ele influenciado. Isso configuraria uma relação dialética entre o espaço e o homem, uma vez que, as alterações produzidas pelo homem acabam recondicionando seu comportamento perante a nova estrutura espacial existente.

Os resultados obtidos no estudo dessa pesquisa não podem ser considerados verdades absolutas, pois os fenômenos sociais estudados não conseguem ser sempre previstos com exatidão. Isso se deve a natureza complexa dos aspectos sociais e econômicos. Logo, à medida que o espaço vai sendo constantemente reformulado, faz-se necessário a análise de novas variáveis que passam a ser incluídas na compreensão da dinâmica do espaço.

Assim, este estudo não pode ser considerado conclusivo, embora seja um elemento a mais para a compreensão dos fenômenos que ocorreram e ainda ocorrem na atual escala temporal, onde percebemos que os agentes, aqui no caso representado pelas Instituições de ensino (fundamental, médio e superior) estão exercendo uma considerável influência sobre o espaço local e esta influência não fica restrita apenas ao setor imobiliário, indo além, ao inserir novas influências de

âmbito cultural, que passam a exigir dos moradores uma adaptação ao novo modo de vida.

Neste sentido as ações educacionais implementadas na Região de Garanhuns ao longo de um contexto histórico possibilitam a produção de uma dinâmica espacial que envolve intenções, possibilidades e estratégias que variam tanto no tempo como no espaço, pois envolve aspectos espaciais e temporais qualificados socialmente.

Por essa razão ao analisarmos, numa perspectiva espacial, as ações educacionais enquanto instrumento de construção de uma práxis teleológica, intenta-se dar inteligibilidade à dimensão de uma prática que caracteriza o processo de transformação do espaço da cidade de Garanhuns em função das estratégias desenvolvidas pelo Estado no âmbito (federal, estadual e municipal), pela iniciativa privada e pelas Igrejas, para a reflexão sistemática sobre os novos padrões de ocupação dessa porção do Agreste Meridional do Estado de Pernambuco.

Na execução desta pesquisa, foi necessário fazer recuos significativos no tempo a fim de recompor fatos importantes da história de Garanhuns. Podemos observar como as igrejas Católica e Protestante (Presbiteriana), em função de suas ações, se tornam agentes de produção do espaço, pois, com seus equipamentos e a educação formal em suas escolas e até pela educação informal que para nós envolve todas as ações dos fiéis criam territórios, espaços que são delimitados pelas relações de poder.

Em nossa área de pesquisa, percebe-se que as diversas ações educativas, desenvolvidas ao longo de um contexto histórico, ocasionaram diferentes formas de uso do solo, refletindo-se isto diretamente na dinâmica das paisagens tendo em vista que as referidas ações educacionais operacionalizadas pelo Estado, Município e pelas igrejas (Católica e Presbiteriana) em Garanhuns-PE a partir da instalação das instituições de ensino (Fundamental, Médio e Superior) estão correlacionadas/associadas com a materialização da dinâmica socioespacial e na definição de territórios, ou seja, as ações educativas ancoradas nas normatizações estatais à partir da instalação de instituições de ensino em Garanhuns-PE estão correlacionadas/associadas com a dinâmica socioespacial.

A fim de alcançar seu objetivo final a pesquisa se alicerçou na construção dos seguintes procedimentos, estruturados em duas etapas: a primeira compreendeu as atividades de revisão bibliográfica, leituras sobre o método e sobre

o objeto estudado, análise e interpretação de documentos, informações e fotografias. A segunda se referiu a visitas de campo, a fim de apreender as formas materiais e imateriais do passado que se mantém no presente da cidade, tanto na paisagem e na memória, quanto na permanência de antigas relações sociais que possibilitaram o remontar do já decorrido.

Nesta etapa, em específico, realizamos conversas e entrevistas semiestruturadas com estudiosos, antigos moradores da cidade, bem como ex-alunos das Escolas Confessionais ainda vivos (quando não, entrevistamos os filhos deles) e antigos e atuais profissionais (diretores e professores das referidas escolas); Bem como com os professores, técnicos administrativos e estudantes universitários que residem na cidade sede e na região; levantamentos e observações referentes aos aspectos econômicos e políticos bem como reunir um acervo fotográfico e cartográfico da cidade de Garanhuns.

Para compreender como as ações educativas (Escolas de Ensino Fundamental, Médio – confessionais e Universidades) mudam, transformam e movimentam a cidade de Garanhuns, desenvolvemos o seguinte roteiro metodológico dividido em três eixos:

1) Eixo Temporal

- a) Antes e depois da Instalação das Escolas Confessionais e instituições de ensino superior.

Para este eixo, realizarmos coleta de dados (séries estatísticas da cidade e da região, demografia, economia; cartográficos – mapas, fotografias aéreas, imagens de satélite; jornalísticos, imagéticos e outros registros e representações; série histórica de dados das escolas e universidades – currículo, número de alunos, professores e funcionários, orçamento, entre outros), tendo como base temporal um conjunto referente ao período anterior a instalação das escolas e universidades e outro após a sua instalação. Entre os dados das Escolas e Universidades coletamos o número de estudantes, professores, funcionários, cursos, orçamento, projetos de cooperação, impacto social e acadêmico (em série histórica).

Para a cidade elaboraremos a base de dados com população, economia (PIB detalhado), orçamento e evolução do espaço urbano (dados referentes à dinâmica espacial, série histórica).

2) Eixo Social – Grupos/Agentes envolvidos

- a) População local sem relações com as instituições de ensino básico e

- superior (dados: idade, renda, formação, emprego);
- b) População local com relações indiretas com as instituições de ensino básico e superior (dados: idade, renda, formação, emprego);
- c) Comunidade Universitária empregada - professores e funcionários (dados: idade, renda, formação, emprego);
- d) Estudantes: da cidade, da região e de outros locais (idade, renda, curso, origem);
- e) Governantes municipais e regionais
- f) Empresas (instaladas em função da Universidade por razões de tecnologia e/ou mão de obra);
- g) Comerciantes/prestadores de serviços (com relações diretas e/ou indiretas as funções da universidade)

Para estes grupos os principais questionamentos realizados durante a realização das entrevistas foram: De onde eles são? Onde vivem? Onde compram? Quanto recebem e quanto gastam? Onde tem lazer? Quais as relações entre a Universidade e os setores produtivos e administrativos municipais e regionais?

3) Eixo Espacial

No eixo espacial priorizamos a apresentação de análises referentes ao espaço intra-urbano, buscando compreender as relações espaciais tanto materialmente concretas na cidade (relacionadas ao espaço concebido) quanto vinculadas a vida cotidiana (espaço vivido e percebido), segundo os pressupostos de Lefebvre (1991). Para atingirmos estes objetivos, realizamos estudos de campo, coletas de dados, entrevistas e aplicamos questionários, com destaque para quatro conjuntos de elementos:

- a) A morfologia espacial (localização, preço, disponibilidade): moradia, terra, construções (horizontal/vertical), densidade, expansão, infraestrutura, tecnologias e técnicas, design, padrões, modelos (Mapas: antes e depois das Instituições de ensino: Fundamental, Médio e Superior); Fotos: da cidade - casas, distrito comercial, ruas, pessoas – antes e depois da Universidade; e Universidade - série histórica; fotos aéreas e imagens de satélite);
- b) A economia: empresas, comércio e serviços diretamente envolvidos (copiadora, livrarias, hospedarias, lojas de informática e tecnologia); indiretamente (cafés, restaurantes, bares, clubes, academias,

shows, teatros);

- c) A política: movimentos sociais (diretamente envolvidos com a Universidade ou apoiados por ela); políticas e políticos locais (relações com a Universidade);
- d) O cotidiano: cultura comercial (festivais, festas, filmes, peças); contatos multiculturais; sensações de tempo (aceleração); relações de vizinhança; urbanidade e ruralidade; usos e apropriações do espaço público; relações entre a população local e as instituições de ensino (preconceitos, aceitação; positivos e negativos).

No que se refere as escolas confessionais analisou-se ainda: 1º) As classes sociais dos alunos nos últimos 30 anos; 2º) modalidades de ensino ofertadas; 3º) Organização Pedagógica das Escolas. 4º) Influência na dinâmica sócio espacial da cidade ao longo de um contexto histórico.

2 CONHECENDO GARANHUNS

Como sabemos o espaço geográfico é a porção da superfície terrestre que abriga as sociedades, envolvendo também os pontos utilizados para a exploração e consumo de recursos naturais. Não se trata apenas de um “palco” ou um “produto”, pois ele é resultado e também resultante das ações humanas.

Diante do exposto, a caracterização dos lugares se torna imperativa tendo em vista que além do próprio ser humano, compõem o espaço geográfico todas as suas obras e os meios naturais que interferem em suas atividades, como as cidades, as plantações, o meio rural, as indústrias, os objetos, os rios, os climas etc. Desse modo a produção do espaço geográfico – ou seja, o processo pelo qual o homem transforma e habita o meio em que vive – depende da natureza. A partir da exploração e do aproveitamento dos recursos naturais, o ser humano desenvolve as suas atividades para a sua reprodução e sobrevivência.

Neste capítulo a caracterização da área objeto de nosso estudo se particulariza por sua primazia com os dados de localização uma vez que, o saber geográfico nasce da forma de olhar que os homens constroem sobre seu meio, das questões que eles se colocam sobre o sentido de sua presença nesse meio, sobre as influências que eles sofrem do meio e sobre os efeitos de suas intervenções. Em todo caso, independente de versar sobre a relação homem-meio ou a relação economia-espaço-sociedade, apropriar-se da Geografia significa segundo Braudel (1989), uma operação em que a diversidade (territorial, cultural, linguística) vira identidade.

No presente trabalho procuramos descrever a paisagem não a partir da simples localização deste ou daquele objeto geográfico particular, mas a distribuição de todos os objetos e as diversas fisionomias de conjunto que revelam o meio, influenciando desse modo na forma pela qual os homens interagem com o seu entorno, tirando proveito do mesmo.

Desse modo, ao descrevermos a região de Garanhuns, buscamos explicitar que o espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. Num plano individual, por exemplo, ele não só representa o local onde ocorrem os eventos (recebe), mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos (função da ordem social).

Lefebvre (1974) observa que, mesmo havendo um espaço de consumo coletivo, há também o consumo de espaço, ou o próprio espaço como objeto de consumo. Isso pode ser exemplificado pelo turismo, e em nosso caso pelas ações educacionais onde o próprio meio ambiente é consumido pela recreação, ou pela localização dos negócios educacionais respectivamente, devido a atratividade dos recursos naturais.

2.1 ORIGEM DO NOME GARANHUNS

Em função de algumas imprecisões a respeito do nome da cidade de Garanhuns, área objeto de nosso estudo, gostaríamos de analisar sem nenhuma pretensão de mudar e/ou impor uma concepção já consolidada. Porém achamos pertinente a reflexão, uma vez que se torna imperativo a consolidação de valores simbólicos, objetivando a concretização de uma identidade. Desse modo, a memória da cidade diz respeito ao estoque de lembranças materializadas no espaço ou nos registros documentais que são aliadas às memórias coletivas dos grupos sociais que vivenciaram o passado da cidade e que vivenciam o presente.

A presente reflexão tem como ponto de partida os argumentos de Castoriadis (2000, p.142), que diz que “tudo que se nos apresenta, no mundo histórico-social, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico” e o de Chizzotti (2006), onde para este, o discurso só pode ser compreendido se estiver situado em um contexto sócio histórico e relacionado com o processo cultural, socioeconômico e político onde acontece o discurso. Diante deste cenário, enveredamos na perspectiva da subjetividade, do imaginário onde buscamos analisar o discurso dos agentes políticos sobre a origem do nome Garanhuns, revelando os recursos simbólicos do referido agente.

A respeito disso, Cosgrove, (1999, p. 104) expõe que,

[...] um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto é às vezes chamado de hegemonia cultural.

Neste sentido Jung (1964) em seus tratados teóricos sobre o imaginário evidencia que o inconsciente coletivo estaria como o elemento caracterizador do

homem histórico e complementar ao conteúdo consciente, sendo constituído por uma linguagem rica em imagens e símbolos. Diante da construção simbólica produzida pela sociedade cabe interpelar então qual seria o lugar do imaginário, ou seja, que relações teriam o imaginário com os simbolismos gerados coletivamente a partir dos agentes políticos.

Ao evocar imagens e símbolos para representar um determinado fato social um grupo estará por sua vez alimentando o imaginário, o que implica dizer que este se expressa por meio de símbolos para reconstruir o mundo real. O imaginário mantém uma flexibilidade na manipulação das imagens, de tal forma que distorce, (re)cria, metamorfoseia ao representar a realidade. “O pensamento imaginário nada mais é do que construir uma imagem do ambiente, fazendo-o correr mais depressa que o ambiente” (GEERTZ; 1978, p.185).

A constituição do imaginário ainda perpassa pela formação e influência das instituições sociais, religião, uma organização econômica, um sistema de direito ou um poder instituído. Elas por si já constituem um todo simbólico, não se reduzem a isso, mas notadamente se nutrem de tal condição imaginária onde possuem uma grande rede de significados. É notório o fato de que estamos cada vez mais articulados a um sistema de significações que constitui o imaginário social. Entretanto, tem-se que ressaltar que tais simbologias estão não somente atreladas à dimensão humana, mas que a dimensão geográfica também influencia na formação desse imaginário, já que é sobre uma base física que se dão as relações sociais e onde a história se desenvolve. Desse modo buscamos de forma objetiva, refletir como se processa este arranjo simbólico na cidade de Garanhuns (PE) na tentativa de consolidar uma identidade que, por vezes, foge a lógica de constituição do território municipal.

O nome de Garanhuns aparece pela primeira vez, exatamente, à época da penetração dos quilombolas no Agreste Meridional (meados do Século XVII). A esse respeito Barbalho (1982, p.145) cita Mario Melo que escreveu o seguinte:

Quando publicou o Tupi na corografia pernambucana, Alfredo de Carvalho interpretou o topônimo Garanhuns como Guiranhum, os pássaros pretos, baseado, aliás, em apontamentos de Teodoro Sampaio (1955) que afirmava: “Ao levantar-se, no ano passado (1928), o vocabulário latê, dos caboclos de Águas Belas, encontrei a palavra Claiô com designação de Garanhuns”. Fiz assim o registro do vocábulo: Claiô Garanhuns. Na serra de Garanhuns, hoje a mais florescente cidade do interior de Pernambuco, dominou uma tribo. Parece que o topônimo se formou de clai, branco, e ô, não. Não branco. Seria isso aplicado à tribo ou a algum quilombo que na

serra se organizara?”. No momento não tinha ideia definitiva sobre o caso. Lera apenas que Garanhuns fora sede de uma aldeia de caboclos. Perto da Capital da República dos Palmares, Garanhuns seria ponto frequentado pelos quilombolas, senão arraial destes, como conjecturei; e a formação de Claiô deve ser a que aventurei no momento de colher o vocábulo: não branco, isto é, negro. Publicando depois do meu estudo sobre os caboclos de Águas Belas, a terceira edição do seu Tupi na Geografia Nacional, T. Sampaio dá para Garanhuns duas acepções: Guira-nhum, os pássaros pretos, e Guará-nhum, o indivíduo escuro. Inclino-me agora, totalmente pela última, pelo reforço colhido nas palavras de Galanti e pela formação da palavra latê ainda hoje aplicada a Garanhuns, visto que o aldeamento de Águas Belas distava e dista relativamente poucas léguas do pouso donde o bandeirante paulista marchou contra os negros fugitivos à ignomínia da escravidão.

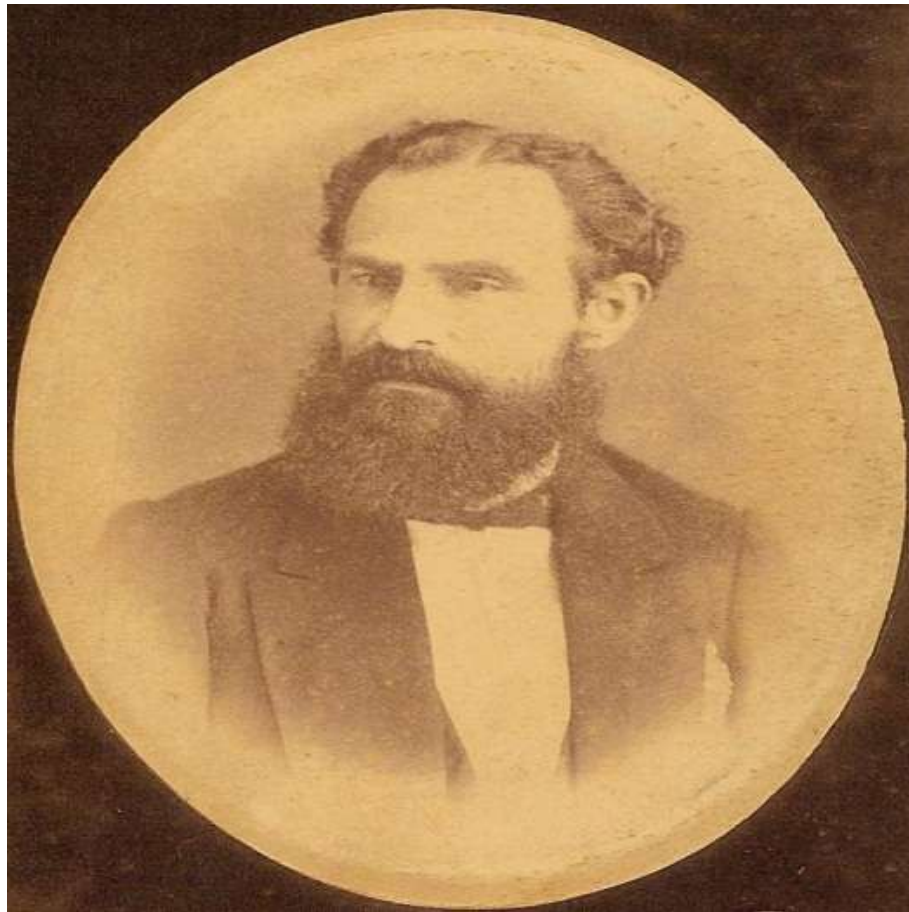
Bastante razoável, parece, o raciocínio de Mário Melo, pois tudo faz acreditar que o Agreste Meridional de Pernambuco, desde começos do século XVII, passara a ser penetrado e ocupado pelo povo tachado de Claiô ou de Guará-nhum pelos indígenas das redondezas, os quais permaneciam, pulsos, cedendo lugar para os brancos, ora àqueles estranhos, mas bem organizados invasores de pele escura esses,

[...] admiráveis negros que voluntariamente preferiam morrer lutando por sua liberdade que viver na terrível submissão do cativo imposto pelos “nobres” e demais senhores de engenho do Litoral/mata. O povo Claiô, ficando em bases aparentemente definitivas naquele planalto de frio intenso e de abundância comestível sem par, dava, portanto, nome indígena ao lugar que, assim pelo gentio, ficaria sendo chamado de Campos do Guará-nhum, ou seja, dos Garanhuns”. (GALANTI apud BARBALHO, 1982, p.45).

2.1.1 O Barão de Nazaré

Uma figura emblemática no tocante a consolidação do nome Garanhuns, que quando da sua estada neste município, então Vila de Santo Antônio de Garanhuns em 1878 e da qual havia recebido salutareis benefícios, o Barão de Nazaré (Figura 1) encantado com as riquezas e as belezas naturais existentes em nossa região, no seu regresso apresentou na câmara o projeto de lei através do qual “pretendia elevar à categoria de cidade a vila que tão bem o tinha hospedado” (CAVALCANTI 1997, p.193). Consolidando dessa maneira seu intento em 04 de fevereiro de 1879 através do projeto de lei 1.309.

Figura 1: Silvino Guilherme de Barros, o Barão de Nazaré



Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/>> Acesso em 16.04.2015

Neste sentido, enquanto um pedacinho da Europa – como afirmado pelo mesmo em seu discurso – o que veremos adiante - na Assembleia Legislativa de Pernambuco, conforme (CAVALCANTE, 1983) haja vista o clima propício à adaptação de imigrantes europeus, o processo de construção imagética da sociedade se materializou a partir dos valores símbolos que são evocados para compor o imaginário social, os quais estão intrinsecamente relacionados com o lugar, ou seja com o seu componente geográfico.

Desse modo como afirma (CASTRO; 1997, p.178): “[...] todo imaginário social é também um imaginário geográfico, porque, embora fruto de um atributo humano – a imaginação – é alimentado pelos atributos espaciais não havendo como dissociá-los”.

As evidências não palpáveis que se fixam no inconsciente coletivo representam os símbolos produzidos e construídos socialmente, os quais, por sua vez, denotam a ideia representativa de uma realidade. Diante disso Eliade (1996, p. 157) afirma que: “[...] as imagens mentais podem se tornar símbolos, quando se

tornam familiares dentro de uma sociedade, a ponto de ultrapassar seu sentido geral e imediato”. Isso nos leva a pensar que ao representar uma sociedade, estaremos nos referindo aos símbolos, não a própria realidade em si. Por exemplo, quando nos referimos a Garanhuns como “a Cidade das Flores” do clima maravilhoso, terra de Simôa e/ou onde o Nordeste garoa etc., estamos projetando imagens e representações mentais evocadas que não são necessariamente de Garanhuns, mas que falam por ela. Assim, uma dada realidade é reconstruída pelo imaginário através de seus recursos simbólicos.

E em sendo assim, pela cultura aristocrática construída no imaginário da sociedade Garanhunense ao longo de um contexto histórico, torna-se mais romântico atribuir-se a origem do nome Garanhuns à fauna local (Guará e Anum) o que associa o nome à natureza privilegiada dessa região tão decantada em música e verso, do que atribuir seu significado ao povo tachado de Claiô ou de Guará-nhum pelos indígenas das redondezas,

[...] admiráveis negros que voluntariamente preferiam morrer lutando por sua liberdade que viver na terrível submissão do cativo imposto pelos “nobres” e demais senhores de engenho do Litoral/mata. Que, fincando em bases aparentemente definitivas naquele planalto de frio intenso e de abundância comestível sem par, dava, portanto, nome indígena ao lugar que, assim pelo gentio, ficaria sendo chamado de Campos do Guará-nhum, ou seja, dos Garanhuns (BARBALHO apud GALANTI, 1982, p. 45).

Diante deste quadro de referência pode-se inferir que um nome ou uma imagem torna-se simbólico quando ultrapassa o limite do seu significado imediato e adquire um caráter inconsciente. Uma vez entendidos como representações do inconsciente pela mente do indivíduo, não se tornam particularizados, ou seja, eles não são representações individuais, mas coletivas.

Esta breve reflexão não pretende em nenhum momento ser considerada a personificação da verdade, busca-se apenas refletir sobre uma realidade construída, objetivando a legitimação de valores materializados em símbolos que perpassam o senso comum e se concretizam no imaginário social. Neste sentido deve-se ressaltar que tais simbologias estão não somente atreladas à dimensão humana, mas que a dimensão geográfica também influencia na formação desse imaginário, já que é sobre uma base física que se dão as relações sociais e onde a história da humanidade se desenvolve.

dimensões, em relação aos Estados Brasileiros. Apenas o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina tem menor extensão que Pernambuco. Todos os demais são mais extensos. O Amazonas, por exemplo, é 16 vezes maior que Pernambuco, o Para 12 vezes. A Bahia, Estado também situado no Nordeste. É cinco vezes e meia mais extenso que nosso Estado. Também o Piauí e o Ceará são maiores que Pernambuco (Mapa 3).

Mapa 2: Os limites do Estado de Pernambuco



Fonte: <http://www.infoescola.com/geografia/geografia-de-pernambuco/> Acesso em: 08.05.2015.

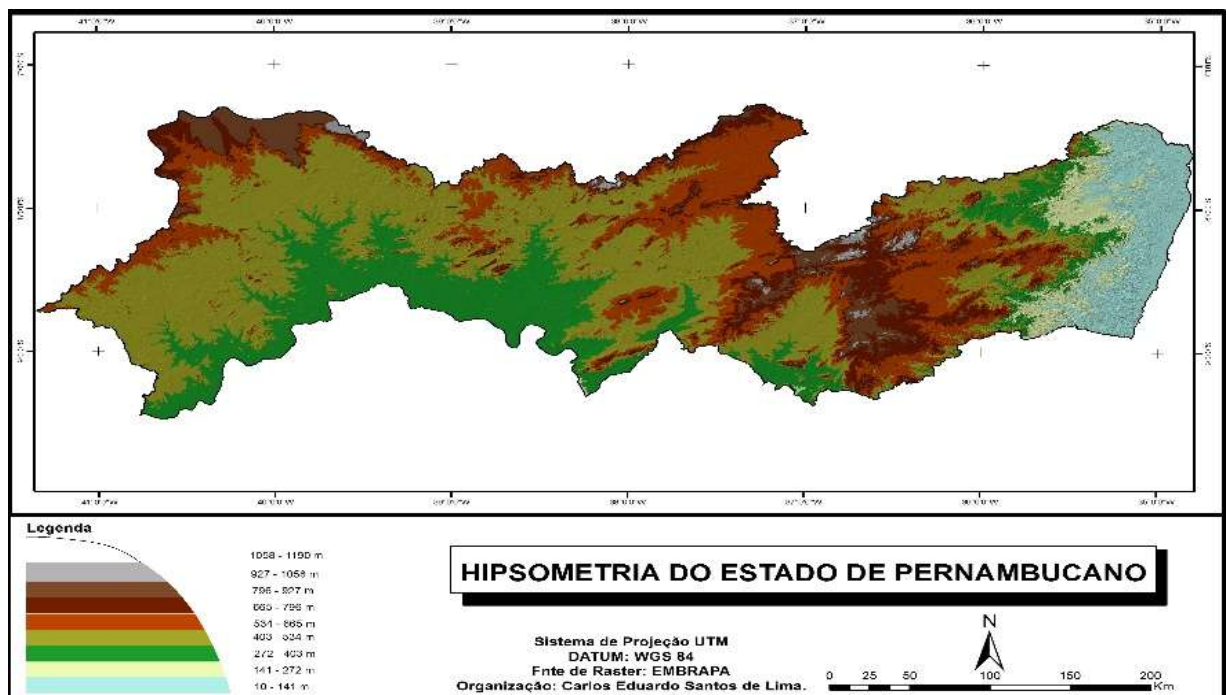
Apresenta Pernambuco ainda uma configuração territorial alongadíssima no sentido Leste-Oeste, porém muito estreita no sentido norte – sul. A linha da costa estadual estende-se por apenas 187 Km e, ainda neste sentido (Norte – Sul), a porção mais larga do estado corresponde a 240 Km. Por outro lado partindo do litoral na direção oeste, o Estado de Pernambuco se alonga por 748 Km (Mapa 4).

Mapa 03: Estados brasileiros classificados por área



Fonte: <http://www.tribunadebarras.com/2012/08/populacao-do-brasil-chega-194-milhoes.html>.

Mapa 4: Estado de Pernambuco configuração territorial e compartimentação do relevo



Fonte: <http://natalgeo.blogspot.com.br/2014/01/mudanca-de-funcao-nos-brejos-de.html>, 2015

Esta forma alongada no sentido Leste-Oeste vai nos conceder uma sucessão de paisagens, propiciando com isso uma diversidade de formas de uso do solo. Vejamos como se expressa Andrade (1999, p. 9):

Em consequência da configuração espacial que apresenta e do processo de povoamento que ocorreu, o espaço pernambucano oferece do litoral para o interior uma sucessão de paisagens geográficas que se diferenciam tanto no que se refere ao quadro natural, dando lugar a existência de três zonas fisiográficas bem definidas (Litoral-Mata, Agreste e Sertão), quanto por uma intensa diversificação de formas de uso do solo

Desta maneira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou no espaço pernambucano, em 1989, a existência de 05 mesorregiões e 19 microrregiões geográficas (Quadro 1).

Quadro 1: Mesorregiões e Microrregiões Geográficas

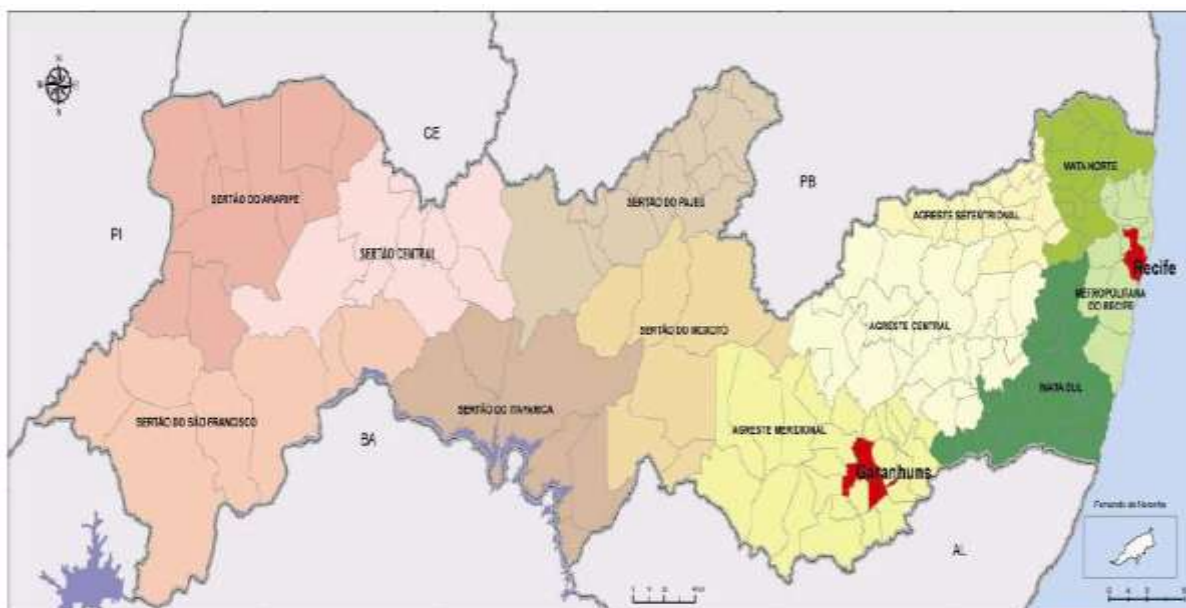
PERNAMBUCO – DIVISÃO EM MESO E MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS	
1968 – 1989 Meso e Microrregiões Homogêneas	A partir de 1989 Meso e Microrregiões Geográficas
01- Sertão Pernambucano 101- Araripina 102- Salgueiro 103-Sertão Pernambucano do São Francisco 104- Alto do Pajeú 105- Sertão do Moxotó	01- Sertão Pernambucano 176- Araripina 177- Salgueiro 178- Pajeú 179- Sertão do Moxotó
02- Agreste Pernambucano 106- Arcoverde 107- Agreste Setentrional de Pernambuco 108- Vale do Ipojuca 109- Agreste Meridional de Pernambuco	02- São Francisco Pernambucano 180- Petrolina 181- Itaparica
03- Mata PE 110- Mata Seca PE 112- Mata Úmida PE 04- Recife 111- Recife	03- Agreste Pernambucano 182- Vale do Ipanema 183- Vale do Ipojuca 184- Alto Capibaribe 186- Garanhuns 187- Brejo Pernambucano
	04- Mata Pernambucana 188- Mata Setentrional Pernambucana 189- Vitória de Santo Antão 190- Mata Meridional
	05- Metropolitana do Recife 191-Itamaracá 192- Recife 193- Suape 194- Fernando de Noronha

Fonte: Censo Demográfico 1990 e 1991.

O Município de Garanhuns, área de referência para o estudo, é parte

integrante do Agreste Meridional do Estado de Pernambuco, mais especificamente da microrregião Geográfica de mesmo nome (Garanhuns) (MRG- 186). (Mapa 5). Situa-se entre os paralelos de 8° 47' 16,8" e 9° 04' 33,6" de Latitude Sul e entre os Meridianos de 36° 18' 5,4" e 36° 38' 09" de Longitude Oeste de Greenwich em uma das porções mais elevadas do Planalto da Borborema com 842 metros de altitude tendo o seu ponto mais elevado o Monte Magano situado a 1.030 metros de altitude, fatores que contribuem para consolidação de uma média climática anual de 21° C, ou seja, o clima em Garanhuns é sempre ameno, predominando de acordo com a classificação de Koppen o Csa, mesotérmico, de verões quentes, com chuvas de outono-inverno.

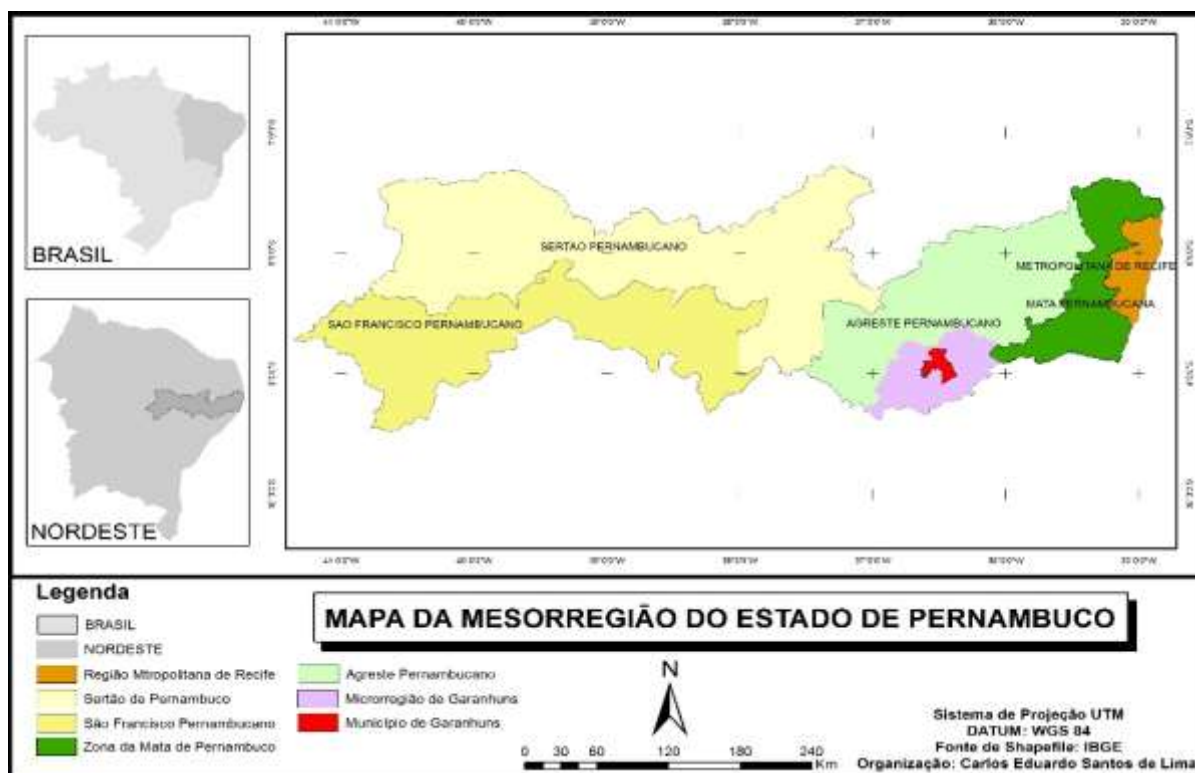
Mapa 05: Localização de Garanhuns no contexto de Pernambuco, bem como na mesorregião Agreste.



Fonte: Emanuel Furtado Bezerra, 2009.

Esta Microrregião (Mapa 6) é composta por 19 municípios, a saber: Angelim, Bom Conselho, Brejão, Caetés, Calçado, Canhotinho, Correntes, Garanhuns, Iatí, Jupí, Jurema, Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Paranatama, Saloá, São João, Terezinha e Jucatí (este último desmembrado de Jupí pela lei nº 1642 de 1º de outubro de 1991).

Mapa 6: Localização de Garanhuns no Agreste Meridional Pernambucano

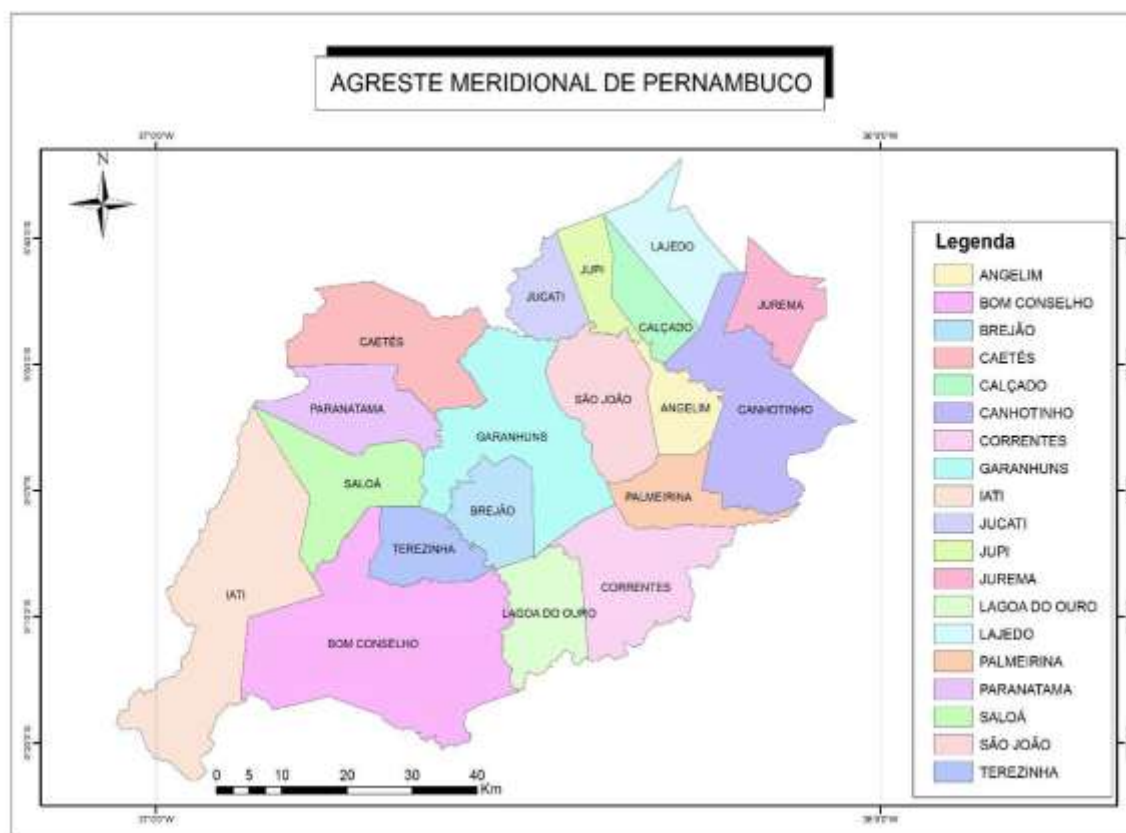


Fonte: Emanuel Furtado Bezerra, 2009.

A referida região abrange uma área equivalente a 5.028 Km², o que corresponde a 5,11% da superfície estadual. Limita-se ao norte com os municípios de Jucati e Capoeiras, ao Sul com os municípios de Correntes, Brejão, Lagoa do Ouro e Terezinha, a leste com São João e Palmeirina e a oeste com Saloá, Paratama e Caetés.

Por apresentar peculiaridades geoambientais, das quais vale salientar o clima/relevo (as altitudes chegam a 1.030 metros no seu ponto mais elevado), assim como pelas atividades econômicas desenvolvidas, incluindo a educação e o turismo como setor de destaque, o município de Garanhuns distando apenas 230 Km da Capital do Estado, com uma área de 493 Km² e uma população de 136 057 habitantes, conforme estimativa do IBGE para 2014, é considerado o principal município responsável pelo comando urbano da Mesorregião Administrativa do Agreste Meridional (Mapa 7) que é formada por 26 unidades municipais abrangendo uma superfície total de 10.828 Km².

Mapa 7: Microrregião de Garanhuns, situado no Agreste Meridional de Pernambuco



Fonte: COSTA, Samuel Othon de Souza et all. A cartografia no auxílio do planejamento territorial urbano do município de Garanhuns-pe. Disponível em: http://www.cartografia.org.br/cbc/trabalhos/3/474/CT03-26_1403792661.pdf >Acesso em: 04.05.2015

2.2.1 O meio ecológico

Como já visto, o Agreste Pernambucano na sua porção mais meridional compreende duas microrregiões geográficas: Vale do Ipanema e Garanhuns (Mapa 8), bastante diferenciadas em relação ao quadro natural.

De acordo com Selva (1998, p. 250):

[...] a Microrregião do Vale do Ipanema em função do seu modelado Geomorfológico, onde predominam cotas altimétricas inferiores a 500m e em virtude de sua proximidade com o sertão, com índice pluviométrico médio anual inferior a 700mm, caracteriza-se por um clima semiárido, uma cobertura vegetal de Caatinga hipoxerófitas sobre solos rasos pouco desenvolvidos, sobretudo, regossol e planossol utilizados com a pecuária bovina e com agricultura de subsistência.

Mapa 8: Microrregiões Geográficas componentes do Agreste Meridional: Garanhuns e Vale do Ipanema.



Fonte: Andrade, 2009, p. 13

A Microrregião de Garanhuns, área objeto do presente estudo, apresenta um quadro natural bastante diferenciado da Microrregião do Vale do Ipanema, em função e principalmente da sua localização na porção mais oriental do Agreste e nas mais elevadas altitudes do Planalto da Borborema no Estado de Pernambuco. Esta localização geográfica da Microrregião conforme Selva (1998, p.251): “[...] possibilitou a existência de “Brejos” de Altitudes/ exposição que são serras úmidas resultantes dos efeitos combinados de exposição e de altitude, que resultam do modo como a topografia se dispõe no curso das massas de ar que anualmente convergem sobre a região”. Contribuindo para a ocorrência de um mesoclima úmido e subúmido nas terras mais elevadas, com temperaturas médias anuais em torno de 22º C e a existência de recursos hídricos perenes, aspectos atípicos ao ambiente semiárido.

Portanto, por se encontrar na porção mais meridional do Agreste

Pernambucano num dos retalhos da superfície somital da Borborema (900 – 1.000 m.), na vizinhança do rebordo meridional do planalto, a menos de 9º de latitude e a menos de 150 Km do mar, Andrade (1972) identifica uma variedade climática regional no Brasil. Trata-se do clima por ele designado “*Quase - Mediterrâneo*” de Garanhuns e que na classificação de Köppen poderia ser chamado de Csa. Textualmente Andrade (1972, p.454) o autor afirma:

[...] a vocação mediterrânea do clima da costa As não é inteiramente frustrada (...) jaz Garanhuns o ano inteiro sob o ar tépido Kalahariano, e recebe, no inverno, as frentes frias que escalam a costa sul-oriental da Borborema. As médias térmicas de julho e agosto mal chegam a 10º C. Não diremos do ponto de vista da meteorologia Estatística, mas sob o ponto de vista da Meteorologia dinâmica, o clima de Garanhuns é “*quase – mediterrâneo*”.

O clima “*quase mediterrâneo de Garanhuns*” (Gráfico 1 e Quadro 02) caracteriza-se por um verão seco (o mês mais seco do verão registra menos de 30mm de chuvas), por precipitações do mês mais chuvoso do inverno pelo menos três vezes maiores, do que as do mês mais seco do verão e, sobretudo, por médias térmicas de julho a agosto abaixo de 18º C, com mínimas absolutas de 10 º.

Gráfico 1: Climograma de Garanhuns



Fonte: Somar Meteorologia 2015

Quadro 2: Dados climatológicos para Garanhuns

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
Temperatura máxima registrada (°C)	34,8	33,9	33,6	33,1	31,5	29	29,5	29,7	31,9	33,3	33,3	34,5	34,8
Temperatura máxima média (°C)	28,5	28,1	27,6	26,3	24,6	23	22,1	23,1	24,6	27,1	28,9	28,7	26,1
Temperatura média (°C)	22	22	21,9	21,4	20,3	19,2	18,4	18,4	19,3	20,8	21,7	21,9	20,6
Temperatura mínima média (°C)	18	18,2	18,6	18,4	17,7	16,8	16	15,6	16,1	16,8	17,4	17,7	17,3
Temperatura mínima registrada (°C)	15,4	15,4	11,8	15	14,8	10,5	10	10,9	10	11,4	12,8	14,9	10
Precipitação (mm)	42,3	59,4	91,8	123,9	112,3	127,1	135,3	66,2	45,2	26,8	21,4	23,1	874,4
Dias com precipitação (≥ 1 mm)	5	6	9	12	15	18	19	14	9	3	2	3	115
Umidade relativa (%)	76,8	74,4	81	85,1	88	90,1	91,6	88,8	81,3	77,8	71,9	74,7	81,8
Horas de sol	222,9	199,9	198	175,1	166,4	140,3	141,5	180,7	185,1	247	253,2	248,4	2 358,5

Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia (médias climatológicas de 1961 a 1990; recordes de temperatura de 1963 a 1990 e 1993-presente).

De acordo com os dados fornecidos pela Fundação do Desenvolvimento Municipal do Interior – FIAM, coletados da Estação Meteorológica de Garanhuns (instalada em 1913 e pertencente ao Departamento Nacional de Meteorologia), verifica-se que, em média, os meses mais quentes estão no trimestre dezembro/fevereiro e os meses mais frios estão situados no trimestre junho/agosto. (Gráfico 2).

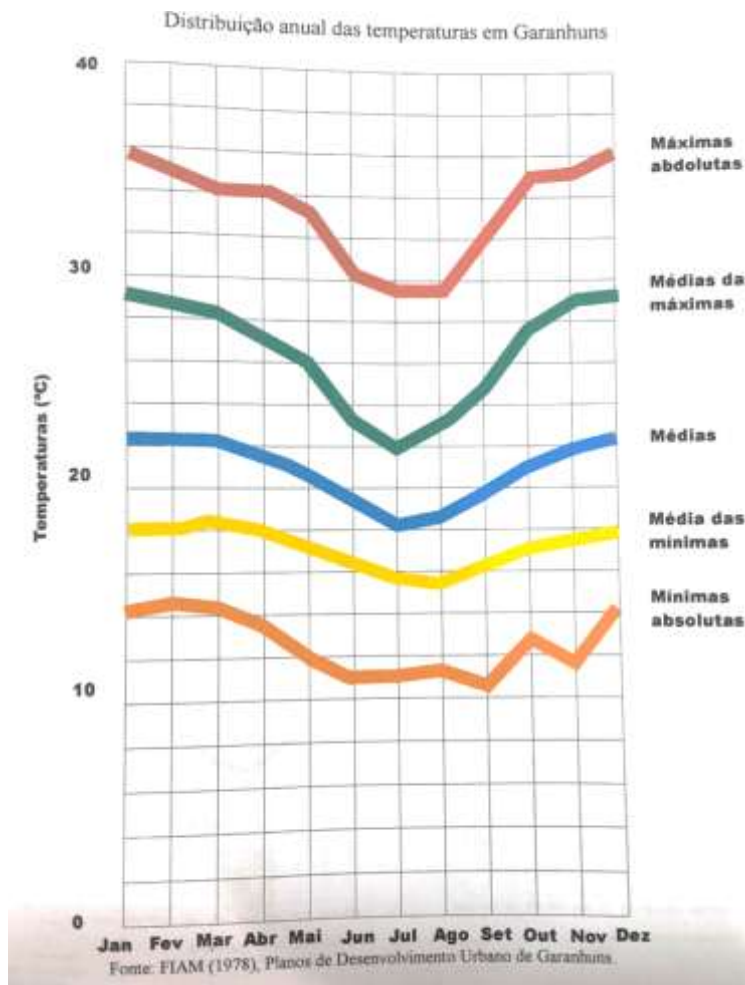
Observa-se ainda que a curva de variação anual das médias das temperaturas mínimas apresenta média de 16,6° C e afastamentos máximos de + 1° C, o que demonstra existir em todo o decorrer do ano temperaturas relativamente baixas, cuja ocorrência, se verifica no considerado período frio do dia, acontecendo entre 16:00 e 9:00 do dia seguinte.

Ainda de acordo com os dados disponíveis na FIAM, no restante do dia, caracterizado como período quente, cuja distribuição anual das médias e das máximas temperaturas, com ocorrência verificada neste intervalo, apresenta média de 26,1° C e afastamentos máximos de – 4,7° e + 2,9° C. Saliente-se que no trimestre mais quente, principalmente no mês de dezembro, as médias das temperaturas máximas assemelham-se com as registradas em outras localidades de maiores altitudes, cujos valores nesta faixa de temperatura representam a média

regional.

Finalmente a distribuição anual da temperatura média, fornece a temperatura média absolutas de Garanhuns, 30,3° C, com afastamentos máximos de – 2,6° C e + 1,6° C.

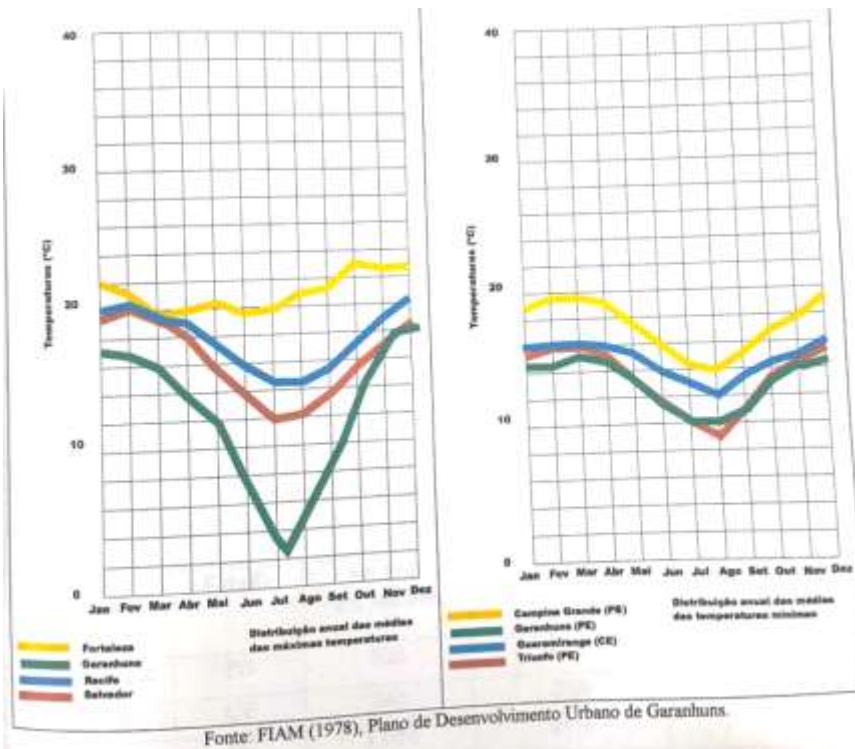
Gráfico 2: Distribuição anual das temperaturas em Garanhuns.



Fonte: FIAM (1978), Plano de Desenvolvimento Urbano de Garanhuns

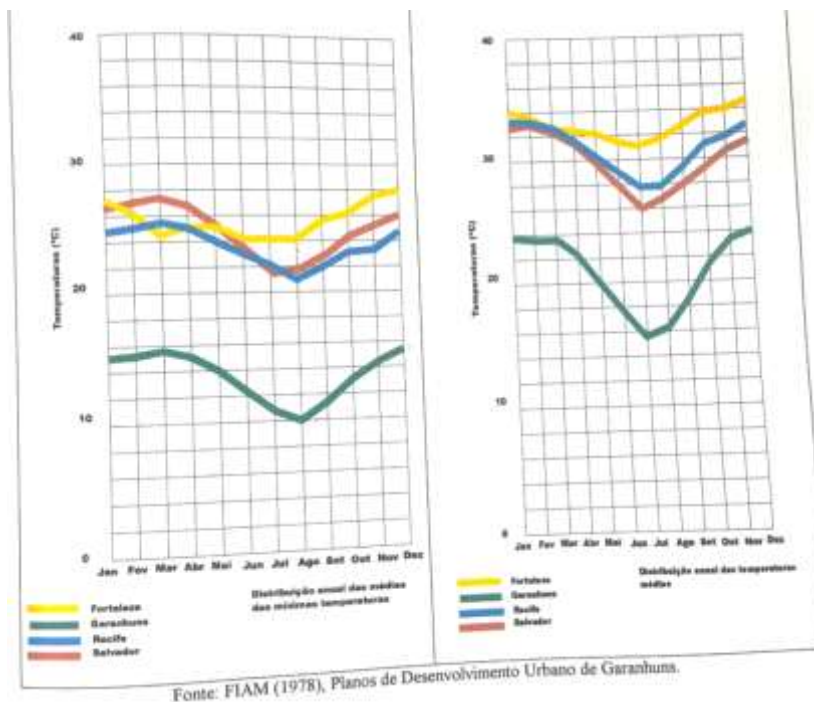
Objetivando comparar as temperaturas de Garanhuns com outras localidades da região Nordeste, a FIAM traçou gráficos da distribuição anual das temperaturas médias das máximas e das mínimas, das principais capitais do Nordeste (Recife, Salvador e Fortaleza) (Gráfico 3, 4 e 5) e de cidades com altitudes correlatas a Garanhuns, como Campina Grande – PB, Guaramiranga – CE e Triunfo – PE. (Gráfico 6, 7 e 8, e Quadro 3). Observou-se que Garanhuns leva ligeira vantagem no que concerne à baixa temperatura, podendo ser considerada a cidade mais fria do Nordeste.

Gráfico 3: Distribuição anual das médias e máximas temperaturas de Garanhuns e outras cidades.



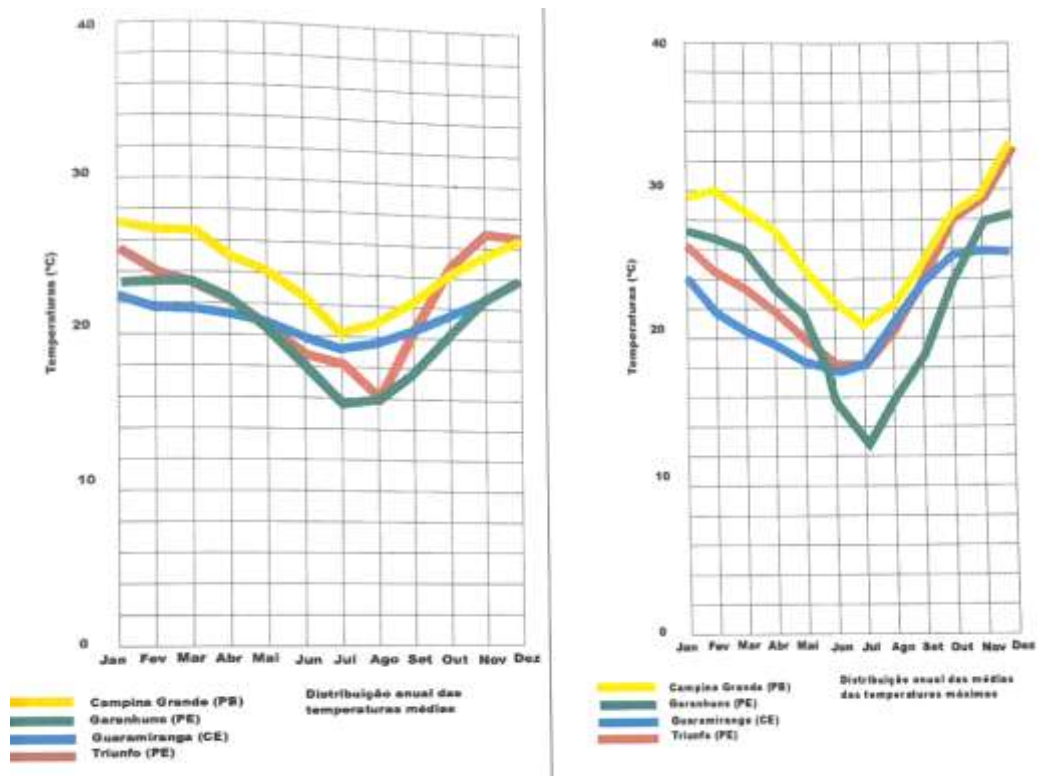
Fonte: FIAM (1978), Plano de Desenvolvimento Urbano de Garanhuns

Gráfico 4: Distribuição anual das temperaturas médias e mínimas de Garanhuns e outras cidades.



Fonte: FIAM (1978), Plano de Desenvolvimento Urbano de Garanhuns

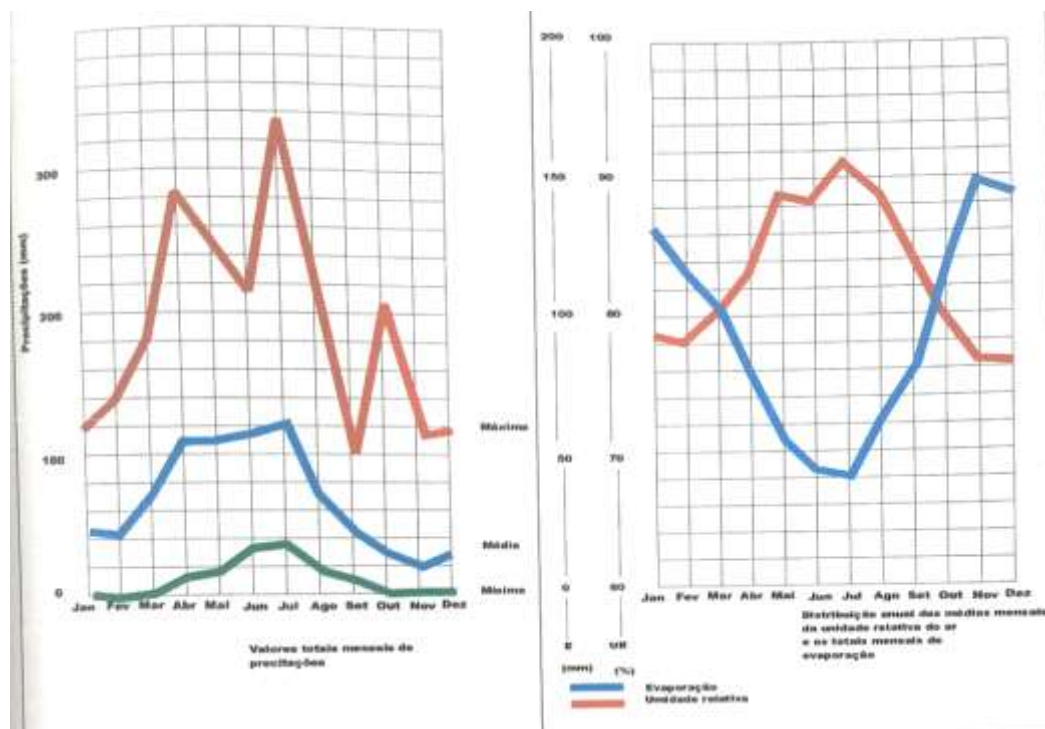
Gráfico 5: Comparativo da Distribuição anual das temperaturas médias e máximas de Garanhuns e outras cidades.



Fonte: FIAM (1978), Planos de Desenvolvimento Urbano de Garanhuns.

Fonte: FIAM (1978), Plano de Desenvolvimento Urbano de Garanhuns

Gráfico 6: Precipitação mensal em Garanhuns.



Fonte: FIAM (1978), Plano de Desenvolvimento Urbano de Garanhuns.

Quadro 3: Comparação entre as temperaturas de Garanhuns e outras cidades do Nordeste de altitudes correlatas

Cidade	Estado	Altitude	Temperatura média	Temp. média	
				Máximas -	Mínimas
Campina Grande	PB	526	22,1	28,3	18,7
Guaramiranga	CE	845	20,6	25,9	17,5
Triunfo	PE	1.010	21,5	27,2	16,7
Garanhuns	PE	842	20,3	26,1	16,6

Fonte: FIAM – Plano de Desenvolvimento urbano de Garanhuns – 1991.

No que concerne aos índices pluviométricos, constata-se a existência de um semestre de baixa precipitação e um semestre com destaque para os meses de abril, maio, junho e julho, onde se concentram 56,6% do total anual precipitado. O total pluviométrico médio é de 815,9 mm. A umidade relativa do ar gira em torno de 82,2% e a radiação de energia é de cerca de 2.450,5 horas.

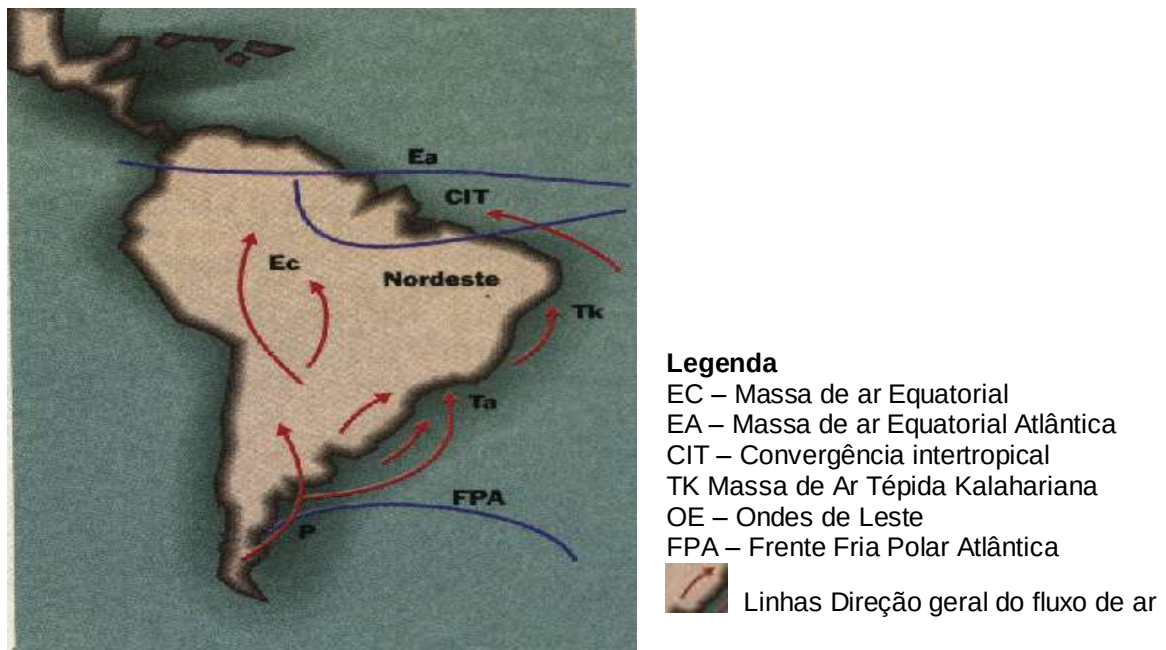
Quanto ao sistema de circulação atmosférica (Figura. 2), que influenciam no andamento do tempo na Região em estudo está representado pela(s): a) Massa Tépidica Kalahariana (TK).

Segundo Andrade e Lins (1992, p.12):

[...] essa massa de ar está presente o ano todo sobre o Nordeste brasileiro, move-se do deserto do Kalahari, na África, para o Brasil, na mesma direção da corrente fria de Benguela (Sul/Norte). No inverno chega à costa nordestina com a sua camada inferior úmida, mas a nebulosidade rapidamente se desfaz, as precipitações são, principalmente orográficas (provocadas pelo relevo) e a umidade é condensada devida às descargas da FPA (Frente Polar Atlântica). Uma vez sobre o continente, mais aquecido do que o oceano, o ar Kalahariano recupera a sua estabilidade originária, a umidade reduz-se rapidamente da costa para o interior nordestino. É, portanto, a presença da TK, sobre o Nordeste, consequentemente, sobre Pernambuco, o principal fator responsável pela existência do “clima subúmido” e “semiárido” que é encontrado em cerca de 70% do seu território. O ar da TK e dos alísios austrais, alísios propriamente ditos, são também chamados de alísios de SE – E, porque sua direção, inicial SE vai passando a E à proporção que se aproxima do equador. Esta é a direção com que incidem no litoral nordestino

Ao soprares durante boa parte do ano (cerca de 09 meses), os alísios de SE – E são os grandes responsáveis pela ocorrência dos regimes pluviométricos na região de Garanhuns. Tornando-se assim esses ventos importantes para o entendimento dos processos climáticos verificados em nossa área de pesquisa, pois exercem influência sobre a dinâmica atmosférica da Região.

Figura 2: Representação esquemática da atuação dos sistemas atmosféricos que influem nas condições climáticas o nordeste brasileiro



b) Frente Polar Atlântica (FPA)

Essa massa de ar é oriunda do encontro entre os ventos frios da massa polar com os ventos quentes do sistema tropical. Durante o outono – inverno ele exerce papel significativo no transporte de ar frio em direção a toda costa do país, bem como no regime de chuvas do litoral do Nordeste. Os sistemas frontais (FPA), segundo Jatobá (1997):

Correspondem aos avanços da Frente Polar Atlântica (FPA). Esta se forma a partir do embate de duas massas de ar termicamente distintas; a Polar Atlântica e a Tropical Atlântica. A F.P.A avança para o norte, mais energicamente, durante os meses de inverno, em face da intensificação do anticiclone polar, apresentando uma trajetória sobretudo marítima. O estabelecimento da F.P.A no Nordeste é o responsável maior pelas precipitações de caráter frontal na zona da mata no período de maio a julho.

c) Correntes perturbadas de Leste (ondas de leste)

As ondas de leste constituem um sistema de correntes perturbadas característico dos litorais tropicais dominados pelos ventos alísios, e são mais frequentes durante o outono – inverno.

d) As ondas de leste

Segundo Jatobá (1997, p. 89), podem ser definidas como:

Agrupamento de nuvens que se deslocam do Atlântico, de leste para oeste, e atingem o litoral Oriental do Nordeste do Brasil. Para Nimer (1979), as ondas de Leste são formadas quando o ar frio que, antes estacionado no

trópico, é injetado no centro de ação do Atlântico, constituindo um reforço dos alísios de SE – E, que renovado avança para a costa do nordeste sob a forma de frentes tropicais, abrangendo a Zona da Mata pernambucana, provocando pesados aguaceiros. Chegando excepcionalmente a atingir até o Agreste do Estado de Pernambuco.

Figura 3: Av. Santo Antônio Centro de Garanhuns temperatura média no inverno

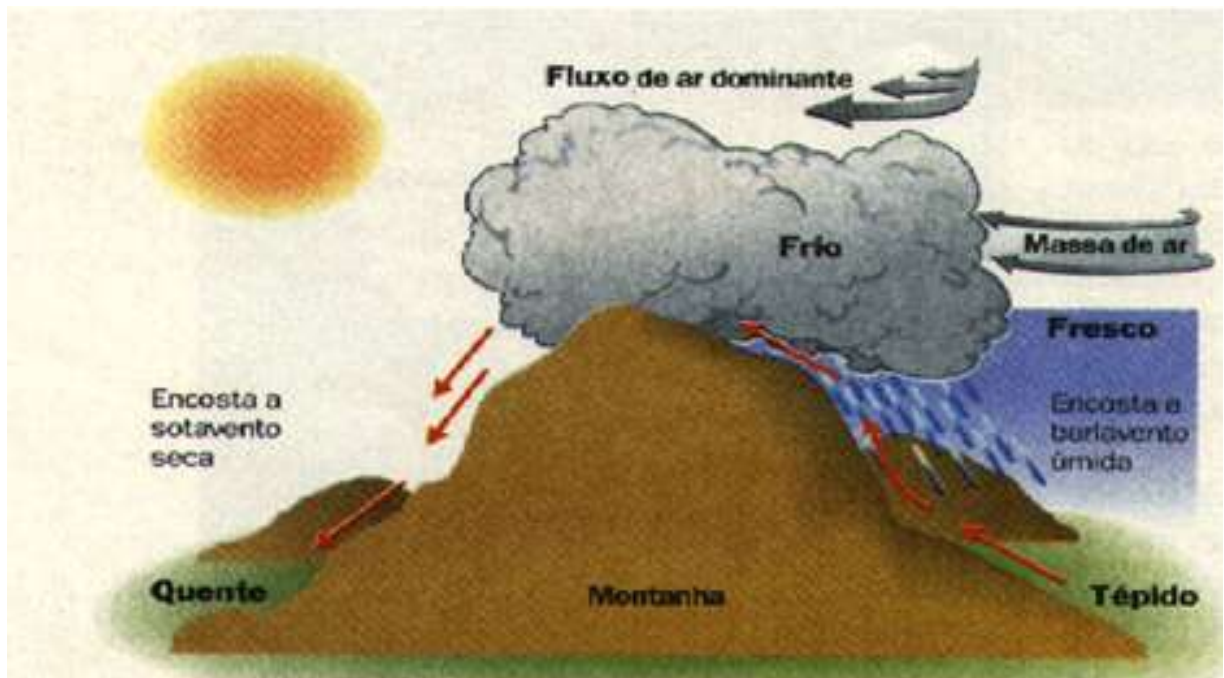


Fonte: Foto arquivo do autor. Julho, 2014.

Andrade e Lins (1992, p.18-19) analisando a influência da topografia sobre o clima, afirma:

A Barreira topográfica da costa oriental força os alísios de SE – E a se elevarem adiabaticamente, favorecendo resultados locais de condensação e instabilidade. Em vertentes mesmo baixas, como se sabe, o ar que se eleva das áreas vizinhas atinge o ponto de saturação em altitudes tanto mais reduzidas quanto mais carregado esteja de vapor d'água; essa carga maior de umidade específica ocorre na costa oriental, durante o outono – inverno, quando são mais assíduas as descargas da FPA, em qualquer fase do ano, embora produzam-se os efeitos de condensação na camada inferior da TK. Tendo descarregado na faixa costeira parte do vapor d'água que transportava, o ar Kalahariano ora se regenera ao progredir no continente sobre superfícies que gradativamente o aquecem pela base, reduzindo-se a umidade relativa e generalizando verticalmente as condições da camada superior quente e seca, ora conduz ainda o saldo da condensação que não se precipitou. Quando uma corrente de ar vai de encontro a um obstáculo topográfico, transversalmente oposto ao fluxo, é forçada a elevar-se e, em consequência, resfria-se. Se o fluxo for suficientemente úmido, esse resfriamento acarreta, a partir de certo nível, a formação de nuvens e, em seguida, precipitações tanto mais abundantes, em princípio, quanto mais alto seja o obstáculo. Nas regiões quentes e úmidas as massas de ar que desse modo se elevam atingem o ponto de saturação com rapidez relativamente maior do que noutros climas, de sorte que tais efeitos de “barlavento” ocorrem mesmo em anteparos de modesta altitude...

Figura 4: Representação esquemática do relevo como fator que governa as variações pluviométricas: o caso de Garanhuns-PE



Fonte: <http://www.bvsde.paho.org/eswww/fulltext/recuhydr/proceso/proceso.html>. Acesso em: 14.03.2015. O Processo de Salinização das Águas Superficiais e Subterrâneas no Nordeste Brasileiro João Suassuna - Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco

Figura 5: A Cidade de Garanhuns encravada na superfície de cimeira Regional vista do monte Magano



Fonte: Foto arquivo do autor. Setembro 2013.

O fenômeno climático montano, por si, não é único, contudo no Nordeste do Brasil. Trata-se do conhecido efeito da altitude sobre o clima que também ocorre em outras áreas do Nordeste, como em Taquaritinga do Norte ou em Triunfo, ambas situadas no Estado de Pernambuco, por exemplo. Mas, com toda certeza, não acontece em um espaço que possua uma localização geográfica tão propícia, colocando a Região de Garanhuns em invejável posição de equidistância dos grandes centros urbanos do Nordeste e a tão curta distância de uma cidade de porte metropolitano do Recife (Mapa 9).

Mapa 9: Garanhuns e sua posição privilegiada em relação aos grandes centros.



Fonte: http://www.guiagaranhuns.com.br/mapa_rodovias2.htm. Acesso em: 12.05.2015

Em suma, como se pode perceber, as condições da topografia, associadas às baixas temperaturas e a umidade relativa do ar características de “brejo” constituem, respectivamente, fator e elemento climáticos capazes de influenciar as atividades econômicas praticadas na Região de Garanhuns, pois, por suas condições naturais favoráveis, permitiu a utilização diferenciada do espaço no que tange à diversificação de culturas como o café, que teve importância econômica na região, fruteira e hortaliças, além das tradicionais culturas praticadas no agreste como milho, feijão e mandioca. A Microrregião destaca-se ainda no tocante às atividades agropecuárias de corte e leite, assim como turismo e educação.

2.2.2 Os efeitos da Exposição e Altitude

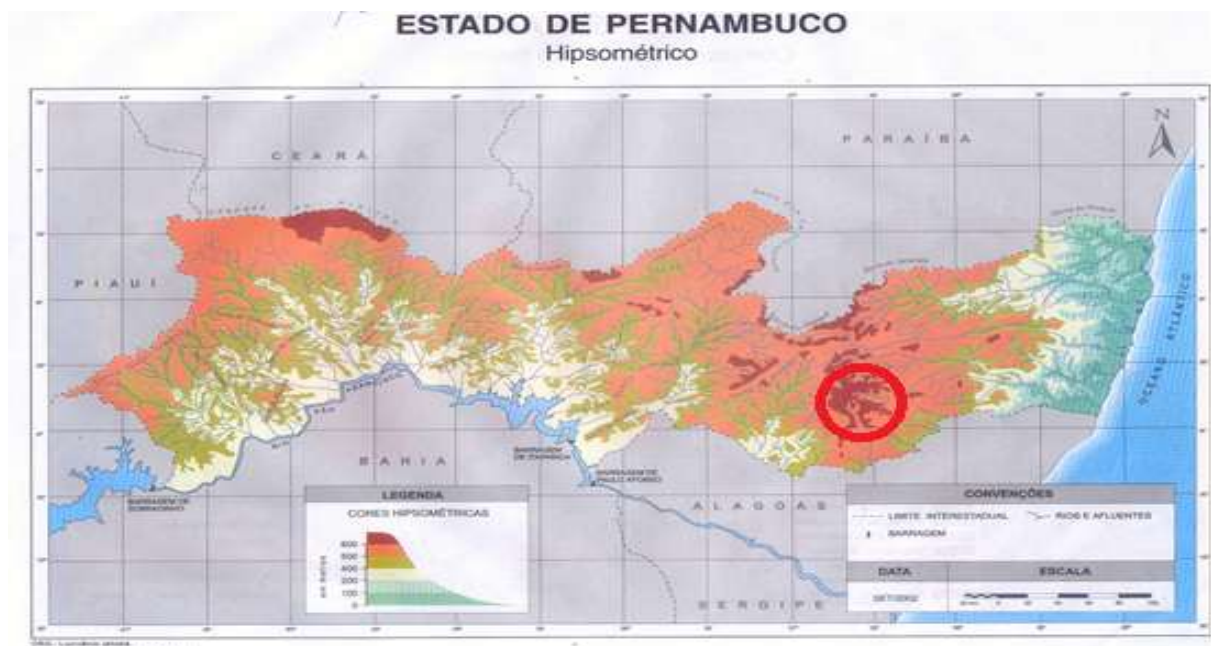
O modelado geomorfológico da área objeto do presente estudo

corresponde à escarpa do Planalto da Borborema, que funciona como um forte condicionante regional, representa:

Uma vasta área de maciços antigos, dispostos na forma de grande amplitude, composto pelas rochas cristalinas do complexo brasileiro (...) e tem a sua escarpa oriental a uma distância que oscila entre 40 e 60 Km do litoral (AB'SABER, 1961, p.17).

A Borborema apresenta em Pernambuco altitudes compreendidas entre 500 e 800 metros. Em algumas áreas, como por exemplo, em Garanhuns, são encontrados restos de um antigo relevo, sobre a superfície aplainada da Borborema, com altitudes que superam 1.000 metros. São chamadas *superfícies de cimeira* (Jatobá, 1999, p.30).

Mapa 10: Garanhuns localizada na porção mais oriental do agreste e nas mais elevadas altitudes do Planalto da Borborema no Estado de Pernambuco



Fonte: Atlas Geo-histórico Escolar de Pernambuco. Editora: Graf 7, 1989.

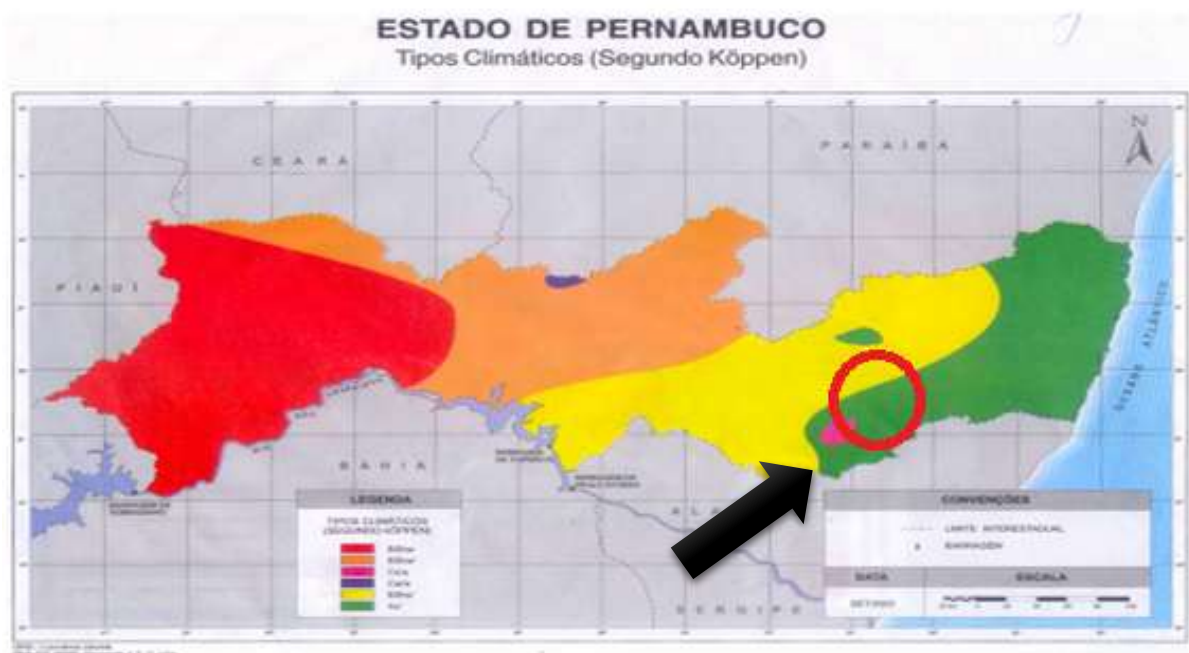
Segundo Andrade (1965, p. 35): “O planalto da Borborema é um conjunto de grandes e pequenos maciços residuais que foram realçados por sucessivos aplainamentos embutidos”. Conforme Jatobá (1986, p.102), durante o Cenozoico esteve o “Planalto da Borborema” submetido ao jogo das forças tectônicas e das flutuações climáticas, o que implicou na elaboração de feições geomorfológicas as mais variadas. É, por conseguinte, uma superfície extremamente irregular, achando-se arqueada de SO – NE e NO – SE.

Sobre ele sucedem-se paisagens de regiões úmidas e de regiões semiáridas que se denunciam não apenas através das próprias formas de relevo, mas pela cobertura vegetal, tipos de solos e uso da terra. Vale ressaltar que a Borborema constitui, em verdade, o mais elevado bloco contínuo do Nordeste brasileiro e elemento fundamental do relevo regional, servindo não só de nascente como muitas vezes, de curso médio, dos principais rios do estado de Pernambuco. O maciço da Borborema origina e comanda uma rede hidrográfica divergente, constituindo-se no grande disperso de uma drenagem de feição radial.

Nesta perspectiva, um fator de grande relevância a ser considerado na dinâmica climática é os efeitos de exposição e altitude favorecidos pela geomorfologia regional, destacando-se o Planalto da Borborema como fator que governa as variações pluviométricas por causa do comportamento altimétrico e das formas e direções com que se apresenta o modelado, que geram efeitos de barlavento e sotavento.

Nas superfícies de níveis elevados, como ocorre no município de Garanhuns (entre 800 e 1000m) sobressaem setores onde a altitude e disposições geográficas influenciam sobre o clima (Mapa 11), permitindo maior retenção de umidade e condições climáticas amenas, diferentes do conjunto “agreste - sertanejo”. (Mapa 12).

Mapa 11: Garanhuns área de exceção climática no Semiárido



Fonte: Atlas Geo-histórico Escolar de Pernambuco. Editora: Graf 7, 1989.

Mapa 12: Garanhuns: modelado geomorfológico como fator condicionante das temperaturas médias anuais



Fonte: Atlas Geo-histórico Escolar de Pernambuco. Editora: Graf 7, 1989

Figura 6: Ruas de Garanhuns em dias de frio. Relógio das Flores importante ponto turístico.



Fonte: Foto arquivo do autor. Julho 2014.

2.2.3 Hidrografia

Ao desenvolver estudos sobre a rede hidrográfica do Nordeste do Brasil, Andrade (1977, p.42) divide as bacias hidrográficas desta Macrorregião em dois

setores: o setor dos rios que deságuam na costa norte, e o setor dos rios que deságuam na costa leste.

Na superfície de Pernambuco verifica-se a existência de dois grandes receptores de água: um representado pelo oceano atlântico para onde corre os rios das regiões da Mata e do Agreste, com exceção do Ipanema; e outro representado pelo Rio São Francisco para onde correm os rios sertanejos.

O regime dos rios pernambucanos, face às condições climáticas existentes, é bastante irregular. Assim, na região da mata eles são perenes, mas apresentando uma grande diferença do volume d'água entre as estações chuvosas e de estiagem. No agreste, os rios são temporários, de vez que deixam de escoar no estio, restando dos mesmos apenas a forma do leito e a existência de alguns poços. Os rios sertanejos são todos temporários, correndo apenas no curto período em que caem as chuvas de verão. Tem leitos largos e arenosos onde se forma lençóis de água subterrâneos utilizados pela população sob a forma de cacimbas.

Muitos desses rios são interrompidos por barragens construídas pelo Departamento Nacional de Obras contra as secas – DNOCS ou pelo Governo do Estado, visando não só o abastecimento de água, nos centros urbanos, como também o desenvolvimento de uma agricultura irrigada à jusante dos açudes (ANDRADE, 1999, p.42).

A área objeto desse estudo é drenada pela bacia do rio Mundaú em seu alto curso. Vale salientar também a presença de alguns rios importantes que correm na região de Canhoto e o Itapicuru. Possui a área muitos riachos que se apresentam bastante ramificados, destacando-se alguns, tais como: Inhumas. Bitu, Cachoeira, Papa Cacinha, Seco, Mocambo, Paraíba, entre outros. (Mapa 13)

2.2.4 Vegetação e solos

Com o advento do processo de ocupação do Nordeste brasileiro nos primórdios do século XVI, pouca coisa restou no que diz respeito à cobertura vegetal da região. Assim, nos dias atuais, todas as formações vegetais, sem exceção, encontram-se profundamente alteradas pelas atividades antrópicas. Na Zona da Mata, por exemplo, esse processo de destruição ganhou maior significância em virtude da sucessão ao longo dos séculos de algumas atividades como a extração de madeira, a expansão da monocultura açucareira, o crescimento urbano. Tudo isto

vêm provocando impactos ambientais que se refletem em múltiplos aspectos (empobrecimento dos solos, oscilações microclimáticas, mudanças no ritmo da drenagem e da morfogênese costeira, etc.).

Mapa 13: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Mundaú



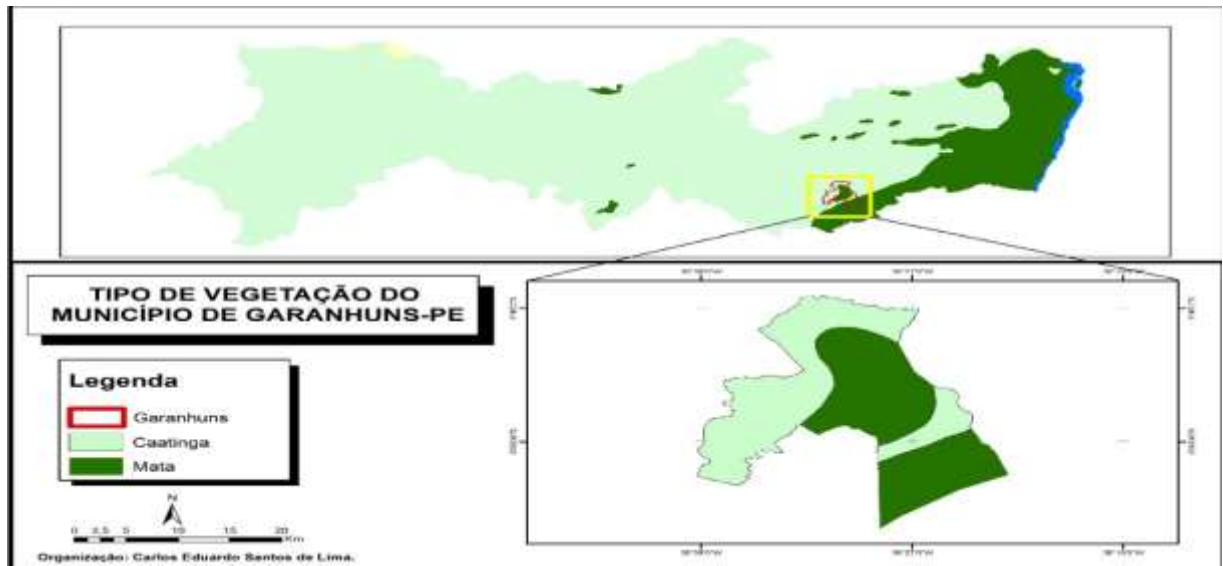
Fonte. Google Imagens. > Acesso em 12.04.2015

No agreste, mais especificamente na microrregião de Garanhuns, em função das atividades agropastoris a vegetação também sofreu um intenso processo de degradação. A vegetação primitiva foi destruída pelo uso da coivara e pelo uso de tratores, para substituí-la por pastagens. Observações de campo na região de Garanhuns evidenciam a presença de espécies remanescentes da mata serrana. Indivíduos como *Hymenaea Courbaril* (“Jatobá”) e *Bowdichia Virgilioides* (“Sucupira”) são provas concretas de que no passado existia na região a mata serrana. Em algumas propriedades existem *manchas residuais* desta antes dominante cobertura florestas Montana (*mata serrana*). (Figura. 7)

As matas serranas ou brejos de altitudes constituem, em Pernambuco, disjunção da *Floresta Tropical perenifólia* dentro da zona da caatinga. Localiza-se, via de regra, nos níveis superiores das serras, sendo graníticas cretáceas, acima de cotas de 500m. e, progressivamente maiores num sentido SE – NW, até 1.100 m. As variações de umidade e temperatura durante período chuvoso e de estio, determinam condições especiais que resultam em um aspecto próprio dessas florestas serranas, com espécies típicas e fisionomias distintas. São ilhas de florestas perenifólia na zona da Caatinga, podendo, entretanto, haver continuidade

entre a floresta costeira.

Figura 7: Tipo de vegetação do município de Garanhuns



Fonte: Org. Carlos Eduardo Santos de Lima. Maio 2015.

Figura 8: Mata Serrana/Caatinga hipoxerófila município de Garanhuns



Fonte: foto arquivo do autor. Março 2014.

A mata serrana era bem representada por elementos que produziam boa madeira, tais como: *Bowdichia virgilioides* “sucupira mirim”, *Cedrela angustifolia* “cedro”, *Hymenaea courbaril* “Jatobá”, *Caesalpinia leiostachya* “Pau ferro”, *Copaifera trapezifolia* “pau de óleo”, que foram dizimados e que necessitam de um reflorestamento imediato baseado num zoneamento Florestal a ser feito ainda.

A região mostra dois outros tipos de vegetação: a capoeira arbustiva e capoeira subarbustiva. A primeira é mais importante na área, merecendo o destaque

pela presença de frutos de *Solanum paniculatum*, a popular “jurubeba”, usada no fabrico de vinho. A segunda, a capoeira subarbustiva, apresenta também uma grande densidade na área e poderá ser aproveitada nos locais mais afastados das cidades, como suporte forrageiro nativo, para criação de gado.

Figura 9: Vegetação arbustiva/Caatinga hiperxerófila município de Garanhuns – PE



Fonte: Foto arquivo do autor. Agosto 2014.

De acordo com Andrade (1999, p.43):

[...] as formações vegetais de Pernambuco que foram mais classificadas: Floresta Subperenifolia, Floresta Subcaducifolia, Floresta Caducifolia, Formações litorâneas, Caatinga Hiperxerófila, Cerrado e Vegetação de transição Floresta/Caatinga.

A Microrregião de Garanhuns como pode ser observado no Mapa 5, se destaca de outras partes agrestinas por ser detentora de solos mais profundos, como Latossolos e Podzóicos vermelho-amarelos e Associação de Podzóicos e Latossolos, com vegetação de floresta subperenifolia (Figura. 10) e subcaducifolia, constatando-se também a presença de solos rasos como litólicos e Afloramentos de Rocha. Pode-se ainda observar solos do tipo Planosol Solódico e Regosol que ocorrem geralmente associados, nos quais a vegetação predominante é de caatinga hipoxerófila, embora também se verifique a presença de floresta Caducifolia.

Figura 10: Vegetação subperenifolia latifoliada município de Garanhuns – PE



Fonte: foto arquivo do autor 24.06.2014

2.2.5 Geologia

De acordo com Jatobá (1999, p. 21),

[...] a maior parte do Estado de Pernambuco é ocupado por rochas cristalinas e metamórficas do embasamento Pré-cambriano. Fazem parte desses terrenos dentre outros, os seguintes tipos de rochas. Gnaisses, migmatitos, granitos, quartzitos, sienitos, calcários cristalinos e filitos. São rochas muito antigas, tendo algumas delas mais de um bilhão de anos. Apresentam-se em vários trechos do Estado, bastante falhadas e dobradas, revelando assim um passado bastante conturbado, do ponto de vista tectônico.

Em Garanhuns aparece uma ampla área onde despontam quartzitos. Essa manifestação de rochas desse tipo compõe o que os geólogos denominaram “Unidade Quartzítica da Região de Garanhuns”. Os afloramentos dessas rochas metamórficas podem ser verificados ao longo das rodovias que unem as cidades de Garanhuns, Paranatama, Iati e Angelim, no Agreste Meridional do Estado.

As rochas da região de Garanhuns são essencialmente de caráter metassomático e metamórfico, incluindo extensa gama de rochas graníticas e migmatíticas que apresentam conformação textual bastante complexa.

De um modo geral, dois complexos se destacam na região: o granítico e migmatítico. O primeiro mostra notável de fáceis – função direta do grau metassomático atingindo que resulta em granitos e granodioritos de granulação média, granito de pedra, granito de granodioritos e porfíroides, além de feições

cataclásticas. O complexo migmatítico está representado por rochas do tipo epibólio, pegmatito e diabásio, constituindo um migmatito heterogêneo, incluindo ainda biotita e honibleda gnaisse. (FIAM, 1978, p. 200).

Os fatores estruturais (dobras e falhas geológicas) predominam sobre as diferenças litológicas no modelado geomorfológico. Assim, é comum, dentro da paisagem morfológica regional, a presença de serras de porte imponente alinhadas segundo NE – SE e grosseiramente paralelas, devido ao controle estrutural das falhas da região.

Ainda de acordo com técnicos da FIAM (1978, p. 201), na área de Garanhuns e região circunvizinhas o cristalino está representado, em maior escala, por uma rocha de coloração esbranquiçada à rósea clara, constituída por grãos irregulares de quartzo de granulação média à grosseira, representada por um quartzito feldspático e quartzítico silicificado intensamente fraturado.

Sendo o quartzito uma rocha resistente à ação intempérica, sua ocorrência como rocha aflorante pode ser verificada nos locais mais elevados da área, como é o caso da sua presença à superfície do Monte Sinai, localizado na zona urbana de Garanhuns. O intenso faturamento do embasamento na região torna a definição tectônica da área muito complexa. Por outro lado, as fraturas ou o quebramento tectônico da massa rochosa facilita o escoamento das águas de subsolo, sob o manto de intemperismo que é bastante espesso na área.

2.2.5.1 Manto de Intemperismo

Influenciado pelas condições climáticas que regem o caráter do agente erosivo – intemperismo físico ou químico – o solo é resultante do desagregamento físico e decomposição química das rochas. A ação biológica através da cobertura vegetal tem também parcela importante na formação do manto de intemperismo.

Em Garanhuns, o intemperismo dominante tem caráter químico. A ação morfoclimática na área é intensa, proporcionando solos espessos, onde o embasamento cristalino encontra-se em vários locais, a exemplo da área onde se localiza o Hotel Tavares Correia, a uma profundidade superior a 100 metros. Esse aspecto, associado a pluviosidade elevada, permite o acúmulo notável de água subterrânea de excelente qualidade possibilitando a instalação de indústrias de água mineral, categorizando a cidade de Garanhuns como estância hidromineral.

Como o cristalino na área está constituído por dois tipos de rochas (o quartzito em maior extensão e o gnaiss), o clima atuou na formação de dois tipos fundamentais de solos. Um solo de coloração cinza escuro de produtividade primária, mas expressiva, está presente nos baixos e nos pequenos vales na tênue rede de drenagem existente. As observações de campo associadas às análises mecânicas efetuadas por técnicos (geólogos) da FIAM, permitem classifica-lo como Latossol Vermelho-amarelo distrófico. Observando-se que granulometricamente predomina a fração areia grossa contra baixa percentagem de silte e argila (Figura 12).

Outro tipo de recobrimento é autóctone e tem composição quartzosa em mistura com grande percentagem de feldspato. Nas encostas das colinas o seu perfil mostra-se homogêneo onde predomina o clã grosseiro sobre outros fragmentos. Esse solo pode ser também classificado Latossol Vermelho – amarelo distrófico, porém com menor capacidade no que tange à sua produtividade.

A baixa percentagem de material fino presente neste solo, e os altos teores em material grosseiro o colocam como material de boa porosidade e permeabilidade. Esse aspecto facilita a penetração de água nos seus espaços vazios. Por outro lado, sua textura grosseira o torna um solo bastante friável facilitando a ação dos agentes erosivos.

2.2.6 A importância socioespacial da singularidade dos condicionantes naturais em Garanhuns

Diante do exposto, as condições naturais associadas aos aspectos socioculturais possibilitam à cidade e a região de Garanhuns, dentro do nordeste brasileiro, condições bastante singulares. A região em causa se constitui numa área de clima tropical de altitude, isolada dentro de uma extensa região de climas megatérmicos. Isso explica as condições sempre agradáveis e sempre aprazíveis dos seus ares; viabilizando significativamente várias formas de turismo que comumente são desenvolvidas conjuntamente com o turismo rural, bem como as atividades educacionais.



Portanto, como se pode perceber, a singularidade do município no contexto estadual e até regional, condicionada pelas características ambientais naturais, através do tempo, foi propiciando o surgimento de diferentes atividades contribuindo expressivamente para o incremento das atividades turísticas e educacionais.

Todos esses contributivos naturais vem conferir à cidade de Garanhuns a permanente paisagem verde e os carinhosos cognomes de “Suíça pernambucana”,

“Cidade Jardim”, “Cidade das flores” (Figura. 11), “Cidade do Clima Maravilhoso”, “Terra da Garoa” (Figura. 12) e “Cidade das Sete Colinas” (Monte Sinai, Triunfo, Columinho, Ipiranga, Antas, Magano e Quilombo).

Figura 11: Entrada de Garanhuns, consolidando a representação de cidade das flores



Fonte: foto arquivo do autor setembro de 2014

Figura 12: Garoa presença constante em Garanhuns no inverno. Encosta do Monte Magano



Fonte: Foto arquivo do autor. Julho 2014.

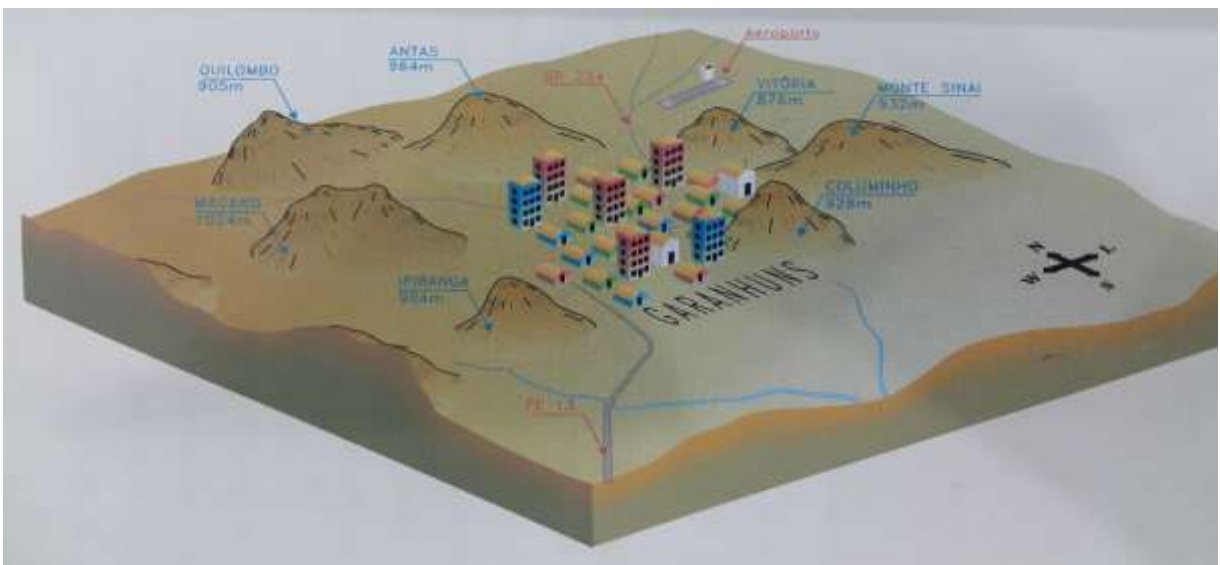
Por possuir uma topografia acidentada, a cidade de Garanhuns continua a crescer de modo aparentemente desordenado, de forma poligonal estrelada (Figura. 13), acomodando-se tão bem, mas de tal maneira à topografia acidentada do sítio, a ponto de a primeira vista, fazer lembrar uma pessoa que se deita cheio de altos e baixos e joga uma perna para lá, um braço para cá, o corpo em declive.

Figura 13: Vista de uma região da Cidade de Garanhuns espalhada sobre a superfície somital da Borborema



Fonte: www.google.com.br/search?q=imagens+cidade+de+garanhuns&biw. Acesso em: 23.03.20115

Figura 14: Disposição Topográfica das Sete Colinas



Fonte: Org. Carlos Roberto Cruz Ubirajara. DES./ED.GRAFICA: Fernando José C.C. Lins

2.3 INDICADORES SOCIAIS

2.3.1 Demografia

Dando um tratamento mais específico à questão populacional do município de Garanhuns na atualidade, buscamos informações nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010 que, de acordo com suas análises, consta que o município contava neste período com uma população de 129 408 habitantes, sendo 68 432 habitantes do sexo feminino (52,88% da população) e 60 976 pessoas do sexo masculino (47,12% da população). Ainda de acordo com os dados do censo, 115 356 habitantes viviam na zona urbana (cerca de 89,14%) e os 14 052 (cerca de 10,86%) na zona rural.

No mesmo ano, a taxa de urbanização do município era de 89,14%. Com relação à estimativa populacional do IBGE referente ao ano de 2014, o instituto aferiu a população municipal em 136 057 habitantes, sendo então o nono maior município de Pernambuco em população, apresentando uma densidade populacional de 287,97hab/km².

Figura 15: Vista parcial do bairro de Heliópolis, Av. Rui Barbosa, área da cidade densamente povoada



Fonte: Foto arquivo do autor. Setembro, 2014.

Do total dos habitantes no ano de 2010, 34 399 pessoas (26,58%) tinham menos de 15 anos de idade, 85 293 (65,91%) pessoas tinham idade entre 15 e 64 anos e 9 716 (7,51%) pessoas tinham idade superior a 65 anos. Nesse mesmo ano a esperança de vida no município era de 72,7 anos e a taxa de fecundidade total era de 1,9 filhos por mulher. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) de Garanhuns é de 0,664, sendo considerado médio pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ocupando a décima sexta colocação entre os municípios pernambucanos, porém, estando abaixo da média estadual, que é de 0,673. Seu índice ainda é muito mais baixo que a média nacional, ocupando a 2802ª colocação no ranking entre os 5.570 municípios da União.

Com base nos dados do censo 2010 do IBGE, com a auto declaração de cada Garanhunense, a população era constituída de 52 678 (40,71%) brancos; 6.166 negros (4,76%); 1.596 amarelos (1,23%); 68.722 pardos (53,10%) e 246 indígenas (0,19%) Considerando-se a região de nascimento, 125 186 eram nascidos do Nordeste (96,74%); 3.375 no Sudeste (2,61%); 110 no Norte (0,08%) e 102 no Centro-Oeste (0,08%). 120.199 eram naturais do estado de Pernambuco (92,88%), e desse total, 91.006 eram naturais de Garanhuns (70,32%). Entre os 9.209 naturais de outras unidades federativas, Alagoas era o estado com maior presença, com 2.968 pessoas (2,29%), seguido por São Paulo, com 2.891 pessoas (2,23%) e pela Paraíba, com 737 habitantes residentes no município (0,57%)

2.3.2 Religiosidade

Segundo o censo demográfico do ano de 2010, o IBGE mostra que a maior parte da população Garanhunense se considera católica (76,8% da população) (Figura. 16 e 17), sendo pouco comum encontrar seguidores do espiritismo, sendo 1,01%, e muito comum a presença de evangélicos (Figura. 18) de diversas denominações, que juntos representam 16,4%. Em relação aos seguidores das religiões de matriz africana, a representação é pequena, como, por exemplo, a dos seguidores da umbanda (0,01%), não havendo seguidores do candomblé. O mesmo pode se considerar em relação às religiões orientais, como o budismo (0,01%) e o hinduísmo (0,02%) e o islamismo, que não apareceu. Poucos se declararam praticantes das tradições esotéricas, cerca de 0,1%. As pessoas que se declararam sem religião somaram 4,0% da população, ateus e agnósticos somaram 0,14% e

0,1%, respectivamente. Os que não possuíam uma religião determinada ou sentiam múltiplo pertencimento eram 0,15%.

2.3.3 Pobreza e desigualdade

Ainda de acordo com dados do IBGE, no ano de 2000, 43,3% da população brasileira vivia com renda *per capita* inferior a 140 reais, percentual que foi reduzido para aproximadamente 28,3% no ano de 2010. Mesmo com uma variação negativa para a pobreza, cerca de 36.143 pessoas vivem em condição de pobreza. Em 2010, 71,7% dos habitantes do município estavam acima da linha da pobreza e indigência, 20,6% estavam entre a linha e 22,8% estavam abaixo. Neste mesmo ano, o índice de coeficiente de Gini, que mede o nível de desigualdade que há em uma região, era de 0,599, sendo o valor mais próximo a 0,00 o melhor resultado (menos desigualdade) e mais próximo a 1,00 o pior (mais desigualdade). A participação dos 20% mais pobres da riqueza produzida no município passou de 2,7% em 1991 para 2,4% em 2010, tendo, desse modo, um aumento dos níveis de desigualdade. Ainda em 2010, a participação dos 20% mais ricos da riqueza municipal foi de 62,3%, ou seja, 26 vezes superior ao dos 20% mais pobres.

Figura 16: Santuário Mãe Rainha em Garanhuns – PE objeto de Peregrinação



Fonte: Foto arquivo do autor de julho 2013

Figura 17: Período do de intensa visitação ao Santuário Mãe Rainha em Garanhuns-PE



Fonte: Foto arquivo do autor: Setembro de 2014.

Figura 18: Igreja Presbiteriana Av. Santo Antônio Centro de Garanhuns, presença protestante/Calvinista.



Fonte: foto arquivo do autor: março 2014

2.4 ATIVIDADES ECONÔMICAS

A cidade de Garanhuns é considerada um centro de crescimento com

base econômica no subsetor de serviços e atende toda Microrregião do Agreste Meridional do Estado de Pernambuco. Considerando-se que no ano de 2010, segundo dados do Atlas do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, 6,59% das pessoas maiores de 18 anos ocupadas, trabalhavam no setor da construção civil, 1,30% nos setores de utilidade pública, 21,27% no comércio e 43,64% no setor de prestação de serviços.

Em números absolutos, em 2012 cerca de 6.577 pessoas estavam empregadas no comércio e um total de 4.856 pessoas estavam ocupadas na atividade de serviços. De acordo com as Contas Regionais do IBGE no ano de 2011, o setor terciário era o maior gerador de riquezas no município, correspondendo a 75,44% da economia Garanhunense, com um valor bruto de R\$ 793.327 mil. Esta posição hierárquica dentro do espaço geográfico a induz compulsoriamente a ter comunicações viárias com as demais unidades administrativas da sua microrregião e as principais cidades do Nordeste, Sul/Sudeste do Brasil.

2.5 GARANHUNS: UM PONTO DE CONVERGÊNCIA: O SISTEMA VIÁRIO REGIONAL

Se entendermos as sociedades como conjuntos de pessoas que interagem por meio de relações de interdependências, concluiremos que tais relações só ocorrerão se as distâncias forem transpostas, uma vez que as relações sociais se dão no espaço e depende em boa medida dele; para que elas aconteçam é necessário lidar com a distância geográfica. Na opinião do geógrafo francês Jacques Levy, a distância é o elemento central do espaço geográfico.

No entanto como afirma Oliva e Giasanti (1999, p. 4):

[...] quando falamos em distância não estamos nos referindo apenas ao sentido da geometria euclidiana (metros, quilômetros etc.), mas a uma dimensão mais ampla. Inicialmente o que vale destacar é que qualquer relação social, para se realizar, tem que em primeiro lugar percorrer ou diminuir as distâncias. Dependendo da eficiência da gestão da distância os membros de uma sociedade podem manter mais ou menos interações, fator decisivo para o destino de qualquer grupo social.

E, por conseguinte, para o desenvolvimento das atividades sociais, econômica e notadamente educacionais. Portanto, como se pode perceber, as ações educacionais dependem da infraestrutura de transportes para as destinações

instrucionais, uma vez que a diminuição das distâncias percorridas contribuirá no sentido de aumentar o fluxo de demanda pelas áreas mais periféricas do sistema – urbano – regional.

Portanto, como se pode perceber, o fator locacional consorciado ao sistema viário regional condiciona atividades socioeconômicas de grande envergadura na região de Garanhuns, tendo como fator de destaque as ações educacionais, nosso objeto de estudo.

Todos esses atributos atrelados ao sistema viário possibilita de forma bastante singular, o desenvolvimento das ações educacionais, uma vez que a cidade está conectada com o sistema viário regional através das vias BR 423, BR 424, PE 177, PE 238, em razoável estado de conservação (pavimentação e sinalização) (Figura. 19).

A via nacional BR 423, partes da conexão com a BR 232 na altura da cidade de São Caetano-PE, contorna a cidade de Garanhuns e dirige-se para a cidade de Paulo Afonso, prolongando-se até Juazeiro, na Bahia, com uma extensão total de 515 Km.

A BR 424 tem início na cidade de Arcoverde - PE, conexão com a BR 232, intercepta a BR 423 na periferia de Garanhuns, continua até a cidade de Maceió - AL numa extensão total de 148 Km. O trecho da BR 232 entre Arcoverde e Salgueiro, ambas situadas no Estado de Pernambuco, com 250 Km permite interligar a BR 424 com a BR 116.

A via estadual PE 177 com prolongamento da PE 126 numa extensão de 105 Km faz a ligação entre Garanhuns e a BR 101 na cidade de Palmares – PE. É importante ressaltar que todas as vias dão acesso à capital do estado (Recife) bem como à cidade de Maceió, capital do Estado de Alagoas.

Assim, Garanhuns torna-se encruzilhada de importantes vias que permite o cumprimento de suas funções regionais no contexto do agreste Meridional e do Estado de Pernambuco.

Neste sentido, com a melhoria na qualidade das vias já existentes, com a revitalização das vias de acesso à região de Garanhuns, assim como a duplicação da BR 232, no percurso São Caetano – Garanhuns, poderemos propiciar uma melhor distribuição regional, pois Garanhuns possui, como se pode perceber, um grau de fluidez elevado, permitindo interações entre pessoas, entre regiões, entre empresas, entre estado e sociedade e entre os agentes de mercado possibilitando

relações espaciais de longo alcance e, em escala mais abrangente, essa rede viária constitui-se em um verdadeiro sistema arterial, que dá vida e movimento a essa região possibilitando assim a expansão das diversas atividades socioeconômicas e naturalmente, das ações educacionais.

Figura 19: Rede Viária do Estado de Pernambuco



Fonte: Atlas Geo-histórico Escolar de Pernambuco. Editora: Graf 7, 1989.

Diante do exposto, a Região de Garanhuns, por suas próprias características reverte o isolamento geográfico histórico de situar-se na porção mais elevada do planalto da Borborema dificultando o acesso, e aumenta significativamente o alcance de suas relações ampliando a escala de frequência de suas ações educacionais, exercendo sua influência sobre boa parte do espaço regional.

Vale aqui destacar que a cidade além de possuir uma localização geográfica privilegiada, possui ainda uma tradicional estrutura de serviços de alimentação e alojamento decorrente da sua importância histórica como protagonista da região ou centro regional no Agreste Meridional. Conjuga-se, por conseguinte, ao fator climático, os fatores posicionais e de infraestrutura de serviços (inclusive educacionais e de saúde). Isto confere à área condições para o desenvolvimento e expansão das atividades educativas.

Diante deste cenário, a igreja católica e protestante (presbiteriana) no final do século XIX e início do século XX, empreenderam esforços no sentido de atuar no campo educacional, tarefa que tem como atores principais as congregações

religiosas, masculinas e femininas, principalmente de origem europeia e norte-americana, que consolidaram uma base estruturada de rede de escolas católicas e protestantes no país.

Estas áreas (o caso de Garanhuns) que apresentavam alguns condicionantes singulares denominados de brejos, localizadas nestes espaços mais elevados, atraíam uma quantidade expressiva de seminários, conventos e escolas que ainda hoje, na atualidade, são consideradas modelos de educação católica e protestante (presbiteriana) em Pernambuco. Para desenvolvermos uma análise sistemática do processo, pautamo-nos nos conceitos de espaço na perspectiva de Corrêa (2000) e Santos (1991). Através desses autores percebemos que, conforme explica Vasconcelos Júnior (2010), as ações educacionais implementadas em determinado espaço geográfico se materializam em objetos sociais que transformam esse espaço e passam a constituir e integrar a forma urbana.

Nesse sentido, a compreensão das implicações geográfico-espaciais da Educação nos fornecerão as bases analítico-compreensivas para denotar como um território urbano se forma, evolui e mantém novas teias de relações socioprodutivas, transformando progressivamente o espaço geográfico.

2.6 RETROSPECTIVA DA OCUPAÇÃO DA ÁREA

2.6.1 O início do povoamento em direção à região de Garanhuns

De acordo com o geógrafo e historiador Manoel Correia de Andrade (1999) a conquista do território pernambucano foi feita por determinações régias e por interesses econômicos pelos produtos tropicais. No início o território pernambucano era habitado por nações indígenas, tupis no litoral, cariris e gês no interior, que viviam da pesca/caça e da coleta de produtos florestais ou de uma incipiente agricultura.

Com a chegada dos europeus, iniciou-se um comércio feito à base de escambo, onde eram adquiridos os produtos da terra, pau Brasil, sobretudo em troca de produtos que os índios ambicionavam, como armas, facões, enfeites, etc. Para se estabelecer este comércio os portugueses fundavam feitorias em portos naturais, como ocorreu em 1515, em Itamaracá. Para garantir a conquista os europeus aliaram-se aos tabajaras e lutaram contra os índios Caetés.

Figura 20: Garanhuns vista do Monte Sinai



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Garanhuns> Acesso em: 12.04.2015

Com o início do povoamento, os portugueses passaram a fundar vilas e engenhos de açúcar, tornando-se este o principal produto da colônia, sobretudo na região úmida, próxima ao litoral, uma vez que as condições climáticas e a posição geográfica impediam a penetração desta cultura para o interior, que, por sua vez, foi sendo gradativamente conquistado pela pecuária. O gado era usado tanto para o abastecimento da área canavieira e o fornecimento de animais de tração, como também, em menor escala, para a produção do couro.

Andrade (1999, p. 20) descreve assim o processo de ocupação:

A penetração pernambucana foi feita seguindo a margem esquerda do São Francisco, contornando o maciço da Borborema e, logo após para o norte, subindo os afluentes pernambucanos deste rio. A penetração se fez primeiro para o interior, para o Sertão e, em seguida, para o Agreste, apesar deste ser mais próximo do Litoral.

Ainda de acordo com Andrade (1999, p. 21):

No século XVIII, quando se iniciou o desenvolvimento da cultura do algodão, o governo pernambucano já distribuía sesmarias no Agreste, na Borborema, e já abria dois caminhos que ascendiam este maciço, utilizando os vales do Capibaribe e do Ipojuca. Ambos demandavam o Sertão e atingiam o São Francisco em Cabrobó.

2.6.2 O Assentamento de Garanhuns

No que se refere à ocupação especificamente da Região de Garanhuns,

Hilton Sette, em seu artigo intitulado “Evolução Urbana de Garanhuns” in: Boletim Carioca de Geografia publicado em 1956, pela AGB Seção Regional do Rio de Janeiro escreveu o seguinte:

A princípio, os rebordos meridionais da Borborema, representados pelo chamado Planalto de Garanhuns, funcionavam como um obstáculo à penetração colonizadora, podendo se enquadrar na classificação de “montanha barreira: sugerida por Defontaines (1952) e, por outro lado, respondendo ao espanto de Frei Vicente do Salvador (1918) ao observar que, em começos do século XVII, os portugueses viviam arranhando as praias como caranguejos” São muitos os fatores locais que explicam esse papel de obstáculo interposto pelo altiplano Garanhunense. Em primeiro lugar, o maior afastamento do mar, nesse trecho, da Borborema, fez crescer as dificuldades de penetração através de uma mais larga faixa da Zona da Mata. Também, a altitude superior à cota dos 900 metros colocando esse relevo entre os níveis mais elevados do Nordeste brasileiro, tornou-se, desse modo, mais difícil de ser atingido. Ainda a presença de espessa vegetação de mata, então a cobrir essa porção do território pernambucano, completou, por muito tempo, um quadro hostil à ocupação humana. (SETTE, 1956, p. 45).

Em seguida a essa primeira fase de estorvo à marcha para o oeste, os fatos históricos, se encarregam de explicar como tal região acabou por ser alcançada e povoada.

Neste sentido analisando a vida econômica da capitania de Pernambuco, durante a ocupação holandesa e após a restauração do território, Sette (1956, p. 45) afirma:

A guerra do Açúcar desorganizou de tal forma a vida econômica dos antigos engenhos da Capitania de Pernambuco, diminuindo-lhes a produção e enfraquecendo-lhes a disciplina interna que, durante a ocupação holandesa e mesmo logo após a Restauração, houve oportunidade para que os negros escravos fugissem do cativeiro, indo se reunir nos famosos “quilombos” sobre os contrafortes orientais da Borborema, notadamente na “Serra da Barriga.

Neste particular Barbalho (1982) na Coleção Cronologia Pernambucana Subsídios para a História do Agreste e do Sertão Volume 2 escreveu o seguinte:

[...] Como nos engenhos do litoral/mata não havia folga para escravos, ao menor cochilo dos brancos e seus feitores, disso se aproveitam os negros mais ousados para a fuga em direção ao interior, subindo os vales dos grandes rios, atravessando a Serra das Russas, refugiando-se onde os brancos sentiam medo de morar no pleno agreste de Pernambuco, em cujas vastidões territoriais poderia haver a ferocidade dos tapuias-cariiris ou mesmo a de animais selvagens, ambas, contudo, não tão malignas quanto o trato dos brancos litorâneos em relação aos africanos cativos. Para estes, o Agreste representava uma Canaã, era a terra da liberdade plena e da vida digna, muito diferente da podridão moral e social lá de baixo, onde a “nobreza” não passava de apelido destituído de fundamento e muito parecido com safadeza e nada mais. No Agreste, os negros se aquilombavam, fundavam mocambos diversos, reproduziam-se através das

índias ou mesmo de brancas e mulatas raptadas nas fazendas circunvizinhas, de fato, são os negros, os quilombos, os primeiros “civilizadores” das plagas agrestinas, seus desbravadores e domadores, seus povoadores por quase todo o século XVII, os verdadeiros descobridores de suas riquezas e potencialidades. Inversamente à classificação de D. Francisco Manuel de Melo – perspicaz escritor lusitano do Séc. XVII que classificava o Brasil como: o paraíso das mulatas, purgatório dos brancos e inferno dos negros (grifo nosso) – o agreste agora poderia ser considerado como céu dos negros, purgatório dos índios e inferno para os brancos em geral. (BARBALHO: 1982, p.39).

Em 1623, conforme Barbalho (1982), Pero Barroso, um sertanista desbravador de áreas agrestinas, envia petição ao então Governador Matias de Albuquerque, solicitando ao mesmo a doação no agreste de três mil braças de terras para juntamente com sua família viver e trabalhar.

[...] Naquela citada petição de Pero Barroso, dirigida em 1623 ao então Governador Matias de Albuquerque, já se falava em “lugar e paragem mui combatida e infestada de negros do mato levantados”, local na época, situado em Pleno Agreste-Norte-Oriental de Pernambuco. Assim percebe-se facilmente que desde as primeiras décadas do século XVII as terras Agrestinas já acolhiam e alimentavam negros africanos e seus descendentes escravizados e fugitivos do Litoral/Mata, tornando-se, deste modo, uma espécie de abrigo/paraíso onde a liberdade era plena para a raça negra em geral (BARBALHO, 1982, p.168).

Tendo em vista os vários “[...] ataques dos negros do mato à propriedade dos brancos” gerando um clima de terror e insegurança, por decisão de Nassau em janeiro de 1644, deixa o Recife em direção do Agreste Meridional a primeira grande expedição militar holandesa, cuja marcha tem fim específico de dar combate aos negros da República dos Palmares através de seus mais setentrionais quilombos implantados nas imediações das Serras dos Garanhuns e da Barriga.

O nome de Garanhuns aparece pela primeira vez, exatamente, à época da penetração dos quilombolas no Agreste Meridional (meados do Século XVII). A esse respeito Mario Melo (apud BARBALHO, 1982, p.145) escreveu o seguinte:

Quando publicou o Tupi na corografia pernambucana, Alfredo de Carvalho interpretou o topônimo Garanhuns como Guiranhum, os pássaros pretos, baseado, aliás, em apontamentos de Teodoro Sampaio (1955) que afirmava: “Ao levantar-se, no ano passado (1928), o vocabulário latê, dos caboclos de Águas Belas, encontrei a palavra Claiô com designação de Garanhuns”. Fiz assim o registro do vocábulo: Claiô Garanhuns. Na serra de Garanhuns, hoje a mais florescente cidade do interior de Pernambuco, dominou uma tribo. Parece que o topônimo se formou de clai, branco, e ô, não. Não branco. Seria isso aplicado à tribo ou a algum quilombo que na serra se organizara?”. No momento não tinha ideia definitiva sobre o caso. Lera apenas que Garanhuns fora sede de uma aldeia de caboclos. Perto da Capital da República dos Palmares, Garanhuns seria ponto frequentado pelos quilombolas, senão arraial destes, como conjecturei; e a formação de

Claiô deve ser a que aventurei no momento de colher o vocábulo: não branco, isto é, negro. Publicando depois do meu estudo sobre os caboclos de Águas Belas, a terceira edição do seu Tupi na Geografia Nacional, T. Sampaio dá para Garanhuns duas acepções: Guira-nhum, os pássaros pretos, e Guará-nhum, o indivíduo escuro. Inclino-me agora, totalmente pela última, pelo reforço colhido nas palavras de Galanti e pela formação da palavra latê ainda hoje aplicada a Garanhuns, visto que o aldeamento de Águas Belas distava e dista relativamente poucas léguas do pouso donde o bandeirante paulista marchou contra os negros fugitivos à ignomínia da escravidão (BARBALHO, 1982, p.145-146).

Bastante razoável, parece, o raciocínio de Mário Melo, pois tudo faz acreditar que o Agreste Meridional de Pernambuco, desde começos do século XVII, passara a ser penetrado e ocupado pelo povo tachado de Claiô ou de Guará-nhum pelos indígenas das redondezas, os quais permaneciam, pulsos, cedendo lugar para os brancos, ora àqueles estranhos, mas bem organizados invasores de pele escura esses,

[...] admiráveis negros que voluntariamente preferiam morrer lutando por sua liberdade que viver na terrível submissão do cativo imposto pelos “nobres” e demais senhores de engenho do Litoral/mata. O povo Claiô, ficando em bases aparentemente definitivas naquele planalto de frio intenso e de abundância comestível sem par, dava, portanto, nome indígena ao lugar que, assim pelo gentio, ficaria sendo chamado de Campos do Guará-nhum, ou seja, dos Garanhuns (GALANTI apud BARBALHO, 1982, p.45).

2.6.3 Da doação de sesmarias ao nascimento de Garanhuns

Referindo-se a Guerra dos Palmares Barbalho citando por Galanti (1982, p. 45) assinala:

Recebendo afinal Domingos Jorge Velho ordem de marchar para Porto Calvo, partiu de Pinhancó, no sertão da Bahia, onde tinha a sua estância, a frente de uns mil homens, e, atravessando o Umu, quis no caminho explorar os Palmares, fazendo alto em Garanhuns, não longe da povoação principal dos negros.

A luta contra tais centros de resistência negra conforme Sette (1956, p. 38) “foi longa e penosa” e em recompensa aos serviços prestados aos nordestinos pelo aniquilamento do “quilombo” dos palmares, o Bandeirante paulista Domingos Jorge Velho recebeu por doação de D. Pedro II, rei de Portugal, extensa sesmaria que, segundo João Dias (1953), incluía o estudado Planalto de Garanhuns.

Nessa mesma época, porque se processasse a marcha do criatório para o interior, efetivada por boiadeiros baianos e pernambucanos, através da esteira dos currais, dando início ao ciclo do couro nordestino de que fala Capistrano de Abreu, (1907), em terras da sesmaria doada a Domingos Jorge Velho, um filho do

sertanista, Miguel Coelho Gomes, se uniu a uma índia da tribo Unhanhú, ali dominante, e estabeleceu uma fazenda de gado com sede instalada no lugar ainda hoje chamado de Brejo das Flores ou Brejo do Coelho, bem no sopé do atual morro da Boa Vista, (localizado na zona Urbana da cidade de Garanhuns) (SETTE, 1956).

E continua Sette (1956, p.39):

Atingindo assim o planalto, a cidade de Garanhuns teve semente plantada na meia encosta de um vale tributário de Rio Mundaú, justamente no lado oposto aos ventos frios vindos do quadrante sul e onde não se observa qualquer vestígio de terraço fluvial ou “replat” que pudesse justificar a posição do sítio.

Por mais estranho que se afigure esse lugar onde se originou a cidade, mormente quando, mais acima sobre o teto do maciço, existem chãs mais convidativas ao desenvolvimento de um aglomerado de habitações humanas, a sua localização não parece fugir às imposições do meio, isso porque, a parte mais elevada do Planalto, exibindo um solo profundo, argilo-silicoso, muito permeável e funcionando como verdadeira esponja em relação ao regime local de chuvas finas, geroas que muito molham sem fazer poças, não possui correntes d’água permanentes nem oferece meio fácil de obtenção deste precioso líquido.

Os fundos dos vales, ao contrário, durante o “inverno” mostram-se por demais úmidos, encharcados, com pequenas áreas inundadas, dificultando, igualmente a presença de estabelecimentos humanos. Na impossibilidade de ocupar tanto os níveis mais altos como os mais baixos do relevo local, devido à tirania das águas, ali em carência e aqui em demasia, tiveram os primeiros povoadores de Garanhuns de se acomodar, em difícil posição de equilíbrio, no declive da encosta, a um só tempo livre do perigo de inundações e insalubridades e bem próximos às fontes cristalinas que devolvem ao fundo dos vales toda a água absorvida do teto das elevações (CAVALCANTI, 1985, p. 235).

Outro fator de localização, e esse de ordem cultural pode ser traduzido pelo costume de se construir a capela religiosa em plano mais elevado quanto ao sítio da casa-grande e demais dependências rurais ou agroindustriais das fazendas de gado e dos engenhos de açúcar nordestinos.

Essa posição da igreja quase sempre sobre o topo de uma colina ou, pelo menos, na meia encosta de um relevo mais importante, denuncia o misticismo dos fiéis em querer a Casa de Deus mais perto de Céu e muitas vezes de embrião a cidade acrópole. Ora, a sítio do Garcia, nome da propriedade pastoril de Miguel Coelho Gomes, tinha a sua ermida a cavaleiro da sede do curral, ocupando

precisamente um local que, se ainda existisse hoje, estaria situada bem no centro da parte mais larga da Avenida Santo Antônio, com fachada voltada para o poente como querendo proteger a porta principal e seus Santos dos ventos frios do quadrante Sul (Figura. 21) e com o oitão direito olhando para onde hoje se encontra o edifício do Branco do Brasil situado a Av. Santo Antônio.

Figura 21: Vila Velha de Garanhuns – 1840. Igreja da Conceição, cadeia e forca



Fonte: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco – Recife 1987

Em torno desse templo católico, construído por volta do ano de 1816, devem ter aparecido as primeiras casas dos que, sob a proteção de Santo Antônio, precisavam estar perto dos mananciais d'água, ao mesmo tempo fugindo ao excesso de umidade (Figura. 22).

Poder-se-ia argumentar que Garanhuns nasceu em sítio tão incomodo devido a uma deliberação nesse sentido de D. Simôa Gomes de Azevedo (Figura. 23), neta do Bandeirante paulista (Domingos Jorge Velho), ao escolher para tal fim as piores terras de cultivo e de criação de sua fazenda, mas na realidade o documento que se conhece a respeito refere-se a uma doação de terreno feita por aquela senhora, no ano de 1776, em favor da irmandade das almas da Igreja Santo Antônio, curato de freguesia de Ororobá, para lhe servir de patrimônio.

Figura 22: Sítio Urbano e Garanhuns visto do Monte Magano (Cristo)



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=imagens+de+garanhuns&biw>. Acesso: 10.04.2015

Um raciocínio simples nos leva a concluir que, se naquela data, já havia uma irmandade na mais antiga Igreja de Garanhuns, é porque, forçosamente, o povoado já a teria antecedido. Outrossim, pelo próprio documento de doação firmado por Simôa Gomes, depreende-se que a área territorial doada abrangia também terras de chã, nada justificando por esse argumento a origem do aglomerado urbano na meia encosta.

Ainda de acordo com Sette (1956, p. 40-41),

O lugarejo de Garanhuns, uma vez nascido, cresceu à maneira das velhas famílias patriarcais. Os descendentes de Sima Gomes se multiplicaram, muitos deles foram buscar maridos ou esposas em grupos sociais distantes, mas não abandonaram o rincão natal, dedicando-se as atividades pastoris e depois agrícolas.

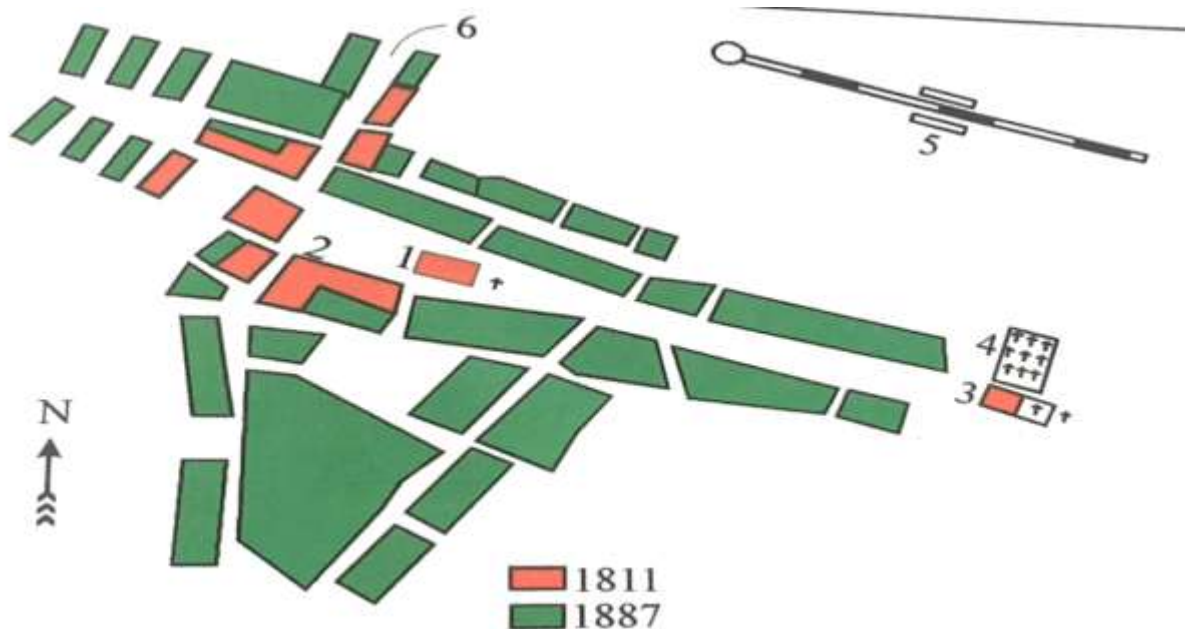
João Dias (1953) em seu livro “Terra dos Garanhuns”, por exemplo, refere-se a dois bisnetos da considerada fundadora da cidade, Luiz e João Ferreira de Azevedo, que foram pais respectivamente, de dezoito e quinze filhos, dos quais, diz descenderam as mais antigas famílias do município.

Figura 23: Busto de Simôa Gomes, localizada ao lado do Fórum Ministro Eraldo Gueiros Leite, na avenida que leva o nome no bairro de Heliópolis



Fonte: www.garanhuns.pe.gov.br. Acesso em: 11.05.2015

Figura 24: Reconstituição da planta de Garanhuns referente aos anos 1811 e 1887



LEGENDA: 1 - Primitiva Igreja de Santo Antônio; 2 - Local do antigo edifício da Câmara; 3 - Atual Igreja de Santo Antônio; 4 - Antigo Campo Santo; 5- Estação Ferroviária; 6- Primitiva saída para o Recife.

Fonte: SETTE (1956) In: Boletim Carioca de Geografia: Rio de Janeiro: AGB, ano IX nº 1 e 2.

A história registra fatos que refletem um progresso rápido de Garanhuns no campo administrativo, político, e religioso e eclesiástico. Não obstante esse surto

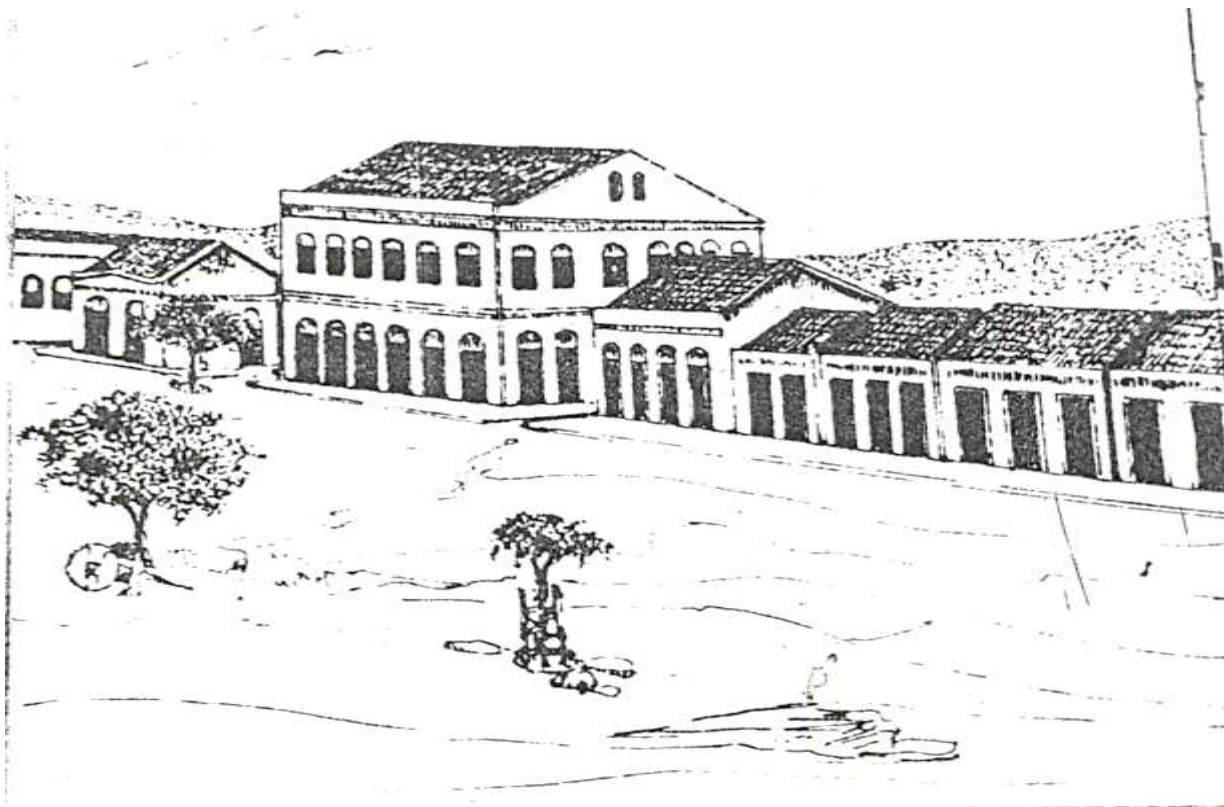
de desenvolvimento político, administrativo e religioso, o assentamento humano de Garanhuns, por muito tempo, até mesmo em fins do século XIX, continuou a representar um exemplo típico de habitat rural concentrado, servindo de residência temporária ou permanente a numerosos camponeses dos arredores conforme Gama (1844, p. 37) quando afirma “[...] que quase todos os 44.265 habitantes da Freguesia de Garanhuns ‘são agricultores’”.

No dizer de Sette (1956, p.41): “O crescimento do povoado em número de casas e em área arrastou-se lento, refletindo melhor as suas funções rurais que as urbanas”.

Nesta perspectiva continua Sette (1956, p. 42):

Por volta dos fins do século XVIII e começos do século XIX, por exemplo, Garanhuns foi apenas o “quadro”, isto é, um arruado pobre em torno da Igreja hoje desaparecida, obedecendo ao alinhamento de um quadrilátero – clássica praça – onde se reuniam as feiras semanais. Além do templo católico, destacava-se desse conjunto de habitações, a casa das Sessões da Câmara, o pelourinho, poucos e humildes estabelecimentos comerciais e as casas de moradia em construções de taipa e com telhados com biqueiras.

Figura 25: Garanhuns em 1890. Bico de Pena de Ruber Van der Lindem



Fonte: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco: Recife, 1985

2.7 AS ATIVIDADES AGRÁRIAS

Até a chegada do trem, na década de 1880/1890, segundo testemunhos de velhos moradores, conforme afirma Sette (1956, p. 42): “Garanhuns pouco havia crescido”. A chegada do trem em 1887 (Figura. 26) foi o grande acontecimento, proporcionando foros de Cidade à vila de Garanhuns, uma vez que a mesma já havia sido neste período, elevada à categoria de cidade pela Lei Provincial nº 1.309 de 04 de fevereiro de 1879, através de projeto do Barão de Nazaré.

Em sua justificativa, o Barão apresentava notadamente fatores econômicos como motivos de proposição de derivados de leite, o potencial ambiental, haja vista o clima, a adaptação de imigrantes europeus (Figura. 27) e a grande feira que se realizava semanalmente (função comercial regional).

Assim foi enaltecida a fertilidade do solo, a pureza da água e a excelência do clima estimulando o Deputado Provincial Silvino Guilherme de Barros, o famoso Barão de Nazaré, quando de sua estada neste município, então vila de Santo Antônio de Garanhuns, em 1878, em busca de repouso, que prognosticou a relevância do trem no processo de desenvolvimento da região da Garanhuns. Vejamos trechos do seu discurso apresentado na sessão ordinária da Assembleia Provincial de Pernambuco.

Figura 26: Chegada do 1º trem a Garanhuns



EM 28 DE SETEMBRO DE 1887 ÀS 11:30 hrs, CHEGAVA O 1º TREM À GARANHUNS. ERA INAUGURADO O TRECHO DA FERROVIA RECIFE/SÃO FRANCISCO, PONTO TERMINAL DA ESTRADA.

Fonte: www.ibamendes.com/2012/01/fotos-antigas-de-garanhuns-pernambuco.html. Acesso 16.04.15

Figura 27: Casa em estilo Europeu no centro de Garanhuns-PE



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=imagens+de+garanhuns&biw>. Acesso em 20.04.15

Figura 28: O autor em Monreal, Alemanha - Paisagem projetada para o imaginário de Garanhuns



Fonte: Arquivo pessoal, julho 2014.

Em 31 de dezembro de 1888 conforme Cavalcanti (1985, p. 195-197):

[...] Tendo sempre caminhado na vanguarda das povoações que procuram distinguir-se pelo trabalho florescente e garbosa, Garanhuns, pode-se dizer, é uma parte da Europa, tirada do Velho Mundo, e colocada em uma região da província de Pernambuco; é um clima ameno pela pureza do ar que ali se respira; os seus vales nunca perderam sementes, a questão é plantá-las. Tem o seu comércio de algodão muito bem desenvolvido; a criação de gado

de todas as espécies; todos os frutos da Europa ali podem ser plantados e colhidos com grande facilidade; o fabrico de queijo e da manteiga que já é considerável, pode perfeitamente aperfeiçoar-se e tornar-se um dos seus melhores ramos do comércio". "Garanhuns é um dos pontos da província onde a iniciativa dos habitantes é mais pronta e firme e a execução ativa e perseverante". "Ora, se hoje, com a dificuldade das viagens a cavalo, é em Garanhuns que os filhos dessa terra, com o de outras províncias, muitas vezes vão beber os ares puros...conquistando pronto restabelecimento dos males que sofrem, se tivermos, como vamos ter, uma estrada de ferro, é certo que esses favores da natureza deverão atrair para aquela região abençoada grande contingente de população em busca de saúde tão prestável à cultura". Chamo a atenção desta assembleia para as seguintes palavras extraídas do luminoso relatório do ilustrado engenheiro J.M da Silva Coutinho, apresentado ao Governo Imperial em 1874, como resultado dos estudos a respeito do prolongamento da estrada de ferro, à qual acabo de referir-me: O planalto de Garanhuns, notável pelo seu clima uniforme, fresco e salubre, torna-se ainda mais interessante colocado em meio dos sertões quentes do norte, podendo produzir muitos gêneros de clima temperado que recebemos do estrangeiro, sendo, por esta razão, o mais apropriado para o estabelecimento de emigrantes europeus que encontrarão ali os mesmos recursos que em São Paulo e Minas". "Em vasta escala se poderá desenvolver a criação de carneiros, e consequentemente, a produção de lã, de que tanto proveito tem auferido os nossos vizinhos do Prata". "(...) Entre as diversas fontes perenes de água puríssima sobressai a de todas a mais afamada, dos Cajueiros, junto à vila". "(...) Senhor Presidente, quando eu disse que Garanhuns era terra em que se ia buscar saúde, referia-me também (tenho gostado de repetir) às belas fontes cristalinas que ali há e que, a despeito dos maiores verões, nunca secam. E como poderia queixar-se, se tem vales, tão férteis e amenos? Quando lá chegar a estrada de ferro, será com certeza iniciada a cultura do trigo e do centeio e das diferentes produções agrícolas a que se presta aquele solo de prestigiosa fertilidade.

Embora sede de Freguesia, Vila e finalmente cidade, por efeito de atos oficiais, Garanhuns era ainda quase uma glomerado rural concentrado. Mas sua região se expandia, e por consequência, como cabeça urbana, iria também crescer.

A eficiência do transporte ferroviário acelerou a dominância urbana de Garanhuns na região, uma vez que, com a chegada do trem a cidade transformou-se em um grande polo de desenvolvimento. Tornou-se um grande entreposto de compra e de transporte de produtos de toda a região, atraindo assim inúmeros e grandes armazéns de compradores do Recife e do exterior. Também recebia e distribuía para toda a região produtos diversos vindos da capital do estado, Recife, da mesma forma que ideias e valores, difundindo atitudes, liderando ações, definindo território.

De acordo com Vieira (2008, p. 79):

Entre os seus maiores produtos de exportação estava o gado vacum. Um grande curral foi montado atrás da estação ferroviária, onde o gado era guardado antes de ser colocado nos vagões, o que dava a região um aspecto de faroeste americano. A grande área do planalto antes

conquistado pelos criadores de gado, que constituiu a primeira fase de organização do espaço agrestino com a instalação das fazendas de criação, era palco da consolidação e expansão pecuária, mas agora também ocupado por uma variada e lucrativa agricultura que passou a disputar terras com a pecuária.

Baseando-se em trabalhos de vários autores do século passado, como Aires de Casal e outros, Sette (1956, p. 78) afirma: “[...] toda a bibliografia consultada refere-se ali ao cultivo do fumo, do algodão e, sobretudo do café, sem esquecer as atividades pastoris” (*Grifo nosso*). Desse modo, percebe-se que vários produtos agrícolas contribuíram de forma decisiva para o crescimento e desenvolvimento dos centros urbanos agrestinos, principalmente o algodão e o café.

Muitos acreditam na hipótese de que é possível que a atração e as perspectivas expansivas destas riquezas agropecuárias tenham contribuído de forma significativa para que a Estrada de Ferro, antes endereçada ao Vale do São Francisco, viesse a mudar de roteiro, galgasse o planalto e não passasse além de Garanhuns (Figura. 29).

Figura 29: Roteiro do trem Recife/Garanhuns

ESTAÇÕES	DISTÂNCIA DO RECIFE	ALTITUDE	EXTENSÃO DO TUNEL
Recife	Km 0	2,00 m	
Bôa Viagem	Km 8,720	7,75 m	
Prazeres	Km 12,270	9,80 m	
Pontezinha	Km 20,500	4,23 m	
Ilha	Km 24,220	2,10 m	
Cabo	Km 31,510	13,30 m	
1.º Tunnel	Km 35,804		150,00 m
Mercês	Km 38,360	53,03 m	
Mauá	Km 45,030	98,50 m	
Timboassú	Km 51,830	96,00 m	
Escada	Km 57,670	93,14 m	
Barão de Suassuna	Km 63,910	99,60 m	
Freixeiras	Km 70,140	124,87 m	
Aripibú	Km 78,200	119,87 m	
Ribeirão	Km 86,870	95,60 m	
Gamelcira	Km 95,780	90,50 m	
Cuiambuca	Km 104,020	94,40 m	
Joaquim Nabuco	Km 113,020	142,86 m	
Palmatí	Km 118,069	129,26 m	
Palmares	Km 124,739	118,71 m	
Pirangi	Km 129,773	120,00 m	
Bôa Sorte	Km 133,465	123,00 m	
Catende	Km 142,373	153,47 m	
Jaqueira	Km 155,656	185,07 m	
Frei Caneca	Km 158,194	189,00 m	
Maraial	Km 163,706	215,58 m	
2.º Tunnel	Km 164,854		107,70 m
Florestal	Km 167,761	246,74 m	
Igarapeba	Km 174,641	296,00 m	
Peri-Peri	Km 178,160	308,00 m	
Iraí	Km 183,633	368,60 m	
Quipapá	Km 197,277	427,47 m	
3.º Tunnel	Km 205,795		202,80 m
A'gua Branca	Km 209,586	563,43 m	
Paquevira	Km 214,310	529,19 m	
Canbotinho	Km 227,990	492,27 m	
Angelim	Km 242,652	647,30 m	
São João	Km 253,279	699,90 m	
Garanhuns	Km 270,611	869,30 m	

Fonte: www.ibamendes.com/2012/01/fotos-antigas-de-garanhuns-pernambuco.html. 16.04.2015

Como cidade ponta de trilhos, o antigo núcleo de habitações rurais

passou a crescer muito depressa, transformando-se em um movimentado entreposto comercial a serviço dos numerosos municípios circunvizinhos e dos arredores, situados tanto em território pernambucano, como mesmo nos sertões do vizinho Estado de Alagoas. Assim, consolidou-se a função urbana de Garanhuns.

A Região do Agreste, como sabemos, é considerada uma área de transição entre a “zona da mata”, no litoral, e o “Sertão”. Esse fato associado às condições locais de topografia, clima e vegetação, faz com que se possa identificar na região de Garanhuns quatro áreas paisagisticamente distintas, que são: a Mata, o Agreste, o Tabuleiro e a Caatinga.

Esta diversificação de acordo com Sales (1982 apud PETRONI, 1961, 148):

Condicionou níveis distintos de ocupação intensa da Região da Mata, de clima mais úmido, rios perenes e, portanto, condições mais propícias à agricultura, até a Caatinga, cujos trechos formam verdadeiros “vazios” por terem sua população muito rarefeita. A Caatinga é, contudo pouco representativa, atingindo somente cerca de 10% da área total da região, enquanto o Tabuleiro ocupa cerca de 20%. A área da Mata ocupa uma porção dos Municípios de São João e Brejão, e não é por acaso que estes municípios especializaram-se no cultivo de lavouras de curto ciclo o primeiro, e na cafeicultura o segundo. A área do Agreste é aquela que melhor representa Garanhuns, dominando cerca de 50% do seu território. O que distingue o Agreste, da Mata, é sobretudo a pluviosidade média anual mais baixa, e em consequência, a hidrografia e o revestimento florestal mais pobre, com a maioria dos rios temporários, acarretando com isso o problema da falta d’água, mais grave na área de caatinga.

A diversidade de condições naturais observadas na área em estudo condicionou um adensamento de população das maiores do Nordeste e do Brasil com uma densidade demográfica de 235 hab. Km². O predomínio da atividade agrícola em pequenas unidades familiares autônomas, ou associadas às lavouras comerciais e a pecuária das médias e grandes propriedades, foi de acordo com Sales (1982, p.148) “[...] o principal responsável por essa intensa ocupação do solo na Região de Garanhuns, que em 1940 já tinha 88% do seu território ocupado pela área de estabelecimentos agrícolas, chegando esta proporção a 96% em 1975”.

A apropriação do solo na Região de Garanhuns, de acordo com Dias (apud SALES, 1982, p. 151):

[...] vem desde a época da expulsão dos holandeses de Pernambuco e a destruição do quilombo de Palmares, no decorrer do século XVII, processo este que viria a se solidificar no século XVIII com a doação de sesmarias de amplas extensões territoriais a Domingos Jorge Velho, que após destruir a Confederação dos Palmares, que tinha conseguido se manter como uma

república forte e organizada durante quase todo o século XVII, pleiteou e recebeu do EL-Rei D. Pedro II, em doação seis léguas de terras em quadro, uma das quais no planalto de Garanhuns.

As diversas atividades econômicas que se sucederam na Região a partir de então foram significativas, e continua o autor:

[...] assentadas, sobretudo na criação de gado, lavouras de subsistência – milho, feijão, fava, mandioca – e lavouras comerciais – algodão, café – solidificaram não apenas o povoamento da região, mas a apropriação de terra baseada nas grandes e médias propriedades de gado, algodão ou café, ao lado das inúmeras pequenas propriedades, que ao longo dos anos foram sofrendo o clássico processo de subdivisão por herança. A base de cultura destas pequenas propriedades foi a lavoura de subsistência, muito embora no auge da demanda por um outro produto comercial, elas também o cultivassem em pequena escala e sempre em consórcio com a agricultura de subsistência.

O consórcio de lavouras não só era realizado nas pequenas propriedades, como também nas grandes e médias, sendo o sistema de culturas mais característico aquele em que se associam à lavoura comercial, as lavouras de curto ciclo que vão constituir a subsistência básica de sua mão-de-obra, o morador ou o parceiro. Também a criação de gado obedece ao mesmo padrão de consórcio da plantação da palma forrageira junto às lavouras de subsistência, ou da “renda pela palha”.

2.7.1 A Cotonicultura

E acordo com Salles (1982, p. 152), “[...] A integração do Agreste ao mercado externo se deu com o surto do algodão, vegetal este plantado consorciado com o milho e o feijão”. Quanto à integração interna, ocorreu a partir do crescimento da sociedade urbano-industrial e a consequente demanda por alimentos nos grandes centros urbanos, recebendo contribuição da construção das estradas de ferro (fins do século XIX) e das estradas de rodagem (meados do século XX). A partir de meados do século XX, a pequena propriedade camponesa do Agreste, com o impulso da população urbana, é a principal responsável pelo suprimento alimentar das cidades.

Segundo a autora, o povoamento inicial do Agreste foi motivado pela pecuária. Esta atividade, até certo ponto, foi compatível com a produção de alimentos com base no trabalho familiar, na forma de produção por arrendamento ou por autonomia dos pequenos produtores independentes. Sales (1982) aponta que,

na região de Garanhuns, em 1975, emergia a pecuária em moldes intensivos, graças ao surgimento de culturas forrageiras e de capim, e uma fraca especialização da hortifruticultura.

A criação de gado, para as médias e grandes propriedades, era a atividade principal, produzindo principalmente o leite. Para os camponeses, era secundária à agricultura, servindo o leite para o consumo familiar ou para vender nas redondezas. Um garrote era criado bem tratado para um mínimo de capitalização, pois alguns criadores o faziam visando pagar contas e juros bancários

De acordo com Andrade (1981, p. 79):

[...] A população que povoou o Agreste, não se constituía apenas de homens nobres, que se dedicavam, sobretudo, à produção agrícola, tendo em vista que havia necessidade de mantimentos nas fazendas de criação. Assim já no século XVII, havia aumentado bastante a população agrestina. Acredita-se que, ou porque o criatório não era mais capaz de absorver a mão-de-obra então existente, ou pela necessidade de novas áreas de lavouras, parte da população rural buscou as terras de “brejos” não ocupadas pelo criatório e ali cultivaram lavouras de subsistência e a cana-de-açúcar com a finalidade de produzir a rapadura – que servia de adoçante – e aguardente nos pequenos engenhos ali instalados. “Mesmo com o desenvolvimento da agricultura de bens para o consumo interno, o Agreste continuou predominantemente pecuário durante o restante do século XVII e quase todo o século XVIII, passando a predominantemente agrícola no século passado”. (...) “a lavoura passou a ser mais importante que a pecuária, uma vez que o **algodão** foi a cultura que mais participou na segunda fase da organização do espaço do agreste nordestino.

O surto algodoeiro imprimiu grandes modificações na área que compreende a região de Garanhuns, redefinindo o uso do solo e, por conseguinte o arranjo espacial.

Por ser uma atividade de lavoura, voltada para a exportação, esse surto exigiu grande contingente populacional, representando efetivamente novas perspectivas de trabalho e renda. O cultivo do algodão era bem aceito, uma vez que não se incompatibilizava nem com as culturas de subsistência, permitindo a utilização dos espaços cultivados com outras culturas intercaladas como: milho, o feijão, a fava e a mandioca, nem tampouco com relação à pecuária, pois mesmo ocupando terras que antes eram usadas com pastagens para o criatório que ali se desenvolvera, possibilitava a interação com as culturas intercaladas, que depois de colhidas de um modo geral, suas palhas ou restolhos, eram utilizados como alimento suplementar para o gado. Desta forma, não só o rebanho alimentava-se dos restolhos das culturas intercaladas e das folhas do algodão, como era também uma fonte de ração, através do seu caroço, transformado em torta, que era utilizada,

sobretudo, na estação seca do ano.

A cultura do algodão já era utilizada pelos colonizadores desde o século XVI, porém, economicamente de forma inexpressiva.

Alguns fatos históricos contribuíram de forma significativa para a expansão dos algodões em nosso Estado. Esta cultura passou a ser produzida em grande escala em Pernambuco, depois de 1750, com a revolução industrial na Inglaterra, a Guerra da independência nos Estados Unidos e as Guerras Napoleônicas na Europa. A grande procura pelas indústrias britânicas, sua principal compradora, a abertura dos portos às nações amigas, que propiciou a ligação do Porto do Recife diretamente com os portos ingleses, concorreu consideravelmente para a expansão e elevação do preço desse produto.

De acordo com Andrade (1980, p.152) na década de 1840,

[...] Foram introduzidas em Pernambuco mudas de algodão herbáceo de origem norte-americana, que logo se alastraram pelo Agreste e Sertão, adaptando-se em municípios os mais diversos, quanto às condições climáticas, como Garanhuns, Brejo da Madre de Deus, Cimbres e Flores. A cotonicultura atinge o seu ápice na década de 1860, com a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, quando o sul desse país ficou fora do mercado consumidor inglês. Posteriormente, a demanda pelo algodão brasileiro do incipiente parque industrial que se instalava no centro-sul do Brasil, por volta de 1870, passou a condicionar, em parte, o ciclo de expansão do algodão nordestino.

A cultura de algodão proporcionou uma estrutura socioeconômica diferente da monocultura de cana-de-açúcar, contribuindo significativamente, para evolução dos centros urbanos e sertanejos, isto, porque a princípio, a transformação industrial do algodão era realizada através de pequenos comerciantes com suas bolandeiras, que depois foram substituídas por descaroçadores que batiam e ensacavam o algodão.

Os comerciantes deste produto se estabeleciam nas cidades, vilas e povoados onde passavam a comprar o algodão do produtor e após fazer o beneficiamento, vendiam em seguida aos exportadores. A exportação desse produto se dava via Garanhuns, em função da facilidade do transporte pela estrada de ferro inaugurada em 1887. Esse fato, de acordo com Andrade (1980, p. 161-163):

[...] iria ter consequências assinaladas no Agreste Pernambucano, aumentando consideravelmente a sua população, permitindo o levantamento geral do nível de vida, uma vez que o algodão, ao contrário da cana-de-açúcar, era uma cultura acessível às classes mais pobres, garantindo uma suplementação de forragem ao gado que lhe consumia a rama e os caroços.

Ao mesmo tempo, intensificou, ao longo dos caminhos, o aparecimento de povoações em que se instalavam as bolandeiras e os descaroçadores, onde faziam pouso os grandes comboios que demandavam os portos do litoral.

E continua Andrade (1980, p. 64) afirmando: “Deve-se acrescentar também o caráter não dissociativo, já referido, que o algodão estabeleceu com o criatório na organização do espaço”.

Deste modo os algodoais ocupavam, preferencialmente, as terras secas das encostas e das caatingas e associavam-se com o milho no seu cultivo e, apesar de ocupar terras outrora de pastoreio, na época do verão, o gado alimentava-se da rama do algodão e do restolho do milho. Assim, o algodão passa a estruturar uma nova organização espacial no Agreste, quebrando aquela separação completa entre e agricultura e a criação existente nos primeiros tempos”. Na década de vinte, mais especificamente em 1921, inaugura-se em Garanhuns segundo Sales (1982, p.158): “a Usina de Garanhuns composta de aparelhos aperfeiçoados de prensagem de plumas por compressão hidráulica e aproveitamento das sementes na extração de óleo e os seus resíduos na fabricação de farelo”.

Usinas desse tipo se sucederam na cidade (Figura. 30), nas mãos de pessoas da própria localidade, entre os quais se notabilizou a firma Manoel Pedro da Cunha & Cia., que, no entanto, já alcançou a concorrência daquelas multinacionais que, com o tempo, viriam a dominar praticamente todo o processamento industrial e exportação do algodão e seus derivados em todo o Nordeste – a *Anderson Clayton* e a *Sanbra*.

Referindo-se à pesquisa realizada no sentido de obter informações sobre a decadência da cotonicultura nos anos 50, Sales (1982, p.158) citando Cavalcanti (1968) escreveu o seguinte:

A decadência da produção de algodão nos anos 50 foi alegada na pesquisa de campo entre produtores rurais como consequência do desgaste do solo. Vale salientar que entre os produtores que entrevistamos nenhum cultivava mais o algodão, tido como cultura no passado. (...) das seis casas beneficiadoras de algodão existente na cidade neste período não existia mais nenhuma”. (...) interpretaríamos a decadência da produção algodoeira local não somente por esse lado do desgaste do solo, de fato existente e incompatível com o cultivo dessa rubiácea, porém dentro de um contexto mais amplo de decadência da produção nordestina como um todo. A partir de sua efetiva integração ao mercado nacional unificado, a produção algodoeira nordestina perde terreno em face da concorrência da produção do Centro – Sul do país, realizada em melhores solos e com maior nível de produtividade.

Figura 30: Usina da Companhia Industrial de Algodão e Óleos, em 1928



Fonte: <http://www.ibamendes.com/2011/07/fotos-antigas-de-garanhuns-pernambuco>. 21.04.2015

2.7.2 A Cafeicultura

O café de acordo com Sales (1982, p.158): “[...] penetra na região de Garanhuns nas últimas décadas do século passado e rapidamente se espalha por muitos sítios e fazendas, onde as condições topográficas e climáticas eram favoráveis ao seu cultivo”. Estas condições favoráveis encontram-se, sobretudo, nos municípios agrestinos situados nos “brejos” de altitude ou encostas do planalto da Borborema como Garanhuns, Taquaritinga, Bezerros e Bonito.

Na região de Garanhuns, a produção cafeeira concentrou-se mais na região do então distrito de Brejão e na parte sul do município com altitudes superiores a 750 metros e mais expostos aos ventos de sudeste onde se desenvolveram grandes culturas de cafeeiro sem cobertura e que garantiram a Pernambuco, durante muitos anos, certa importância como produtor e exportador de café.

Em 1925 a produção cafeeira já se elevava a 80.000 arrobas ou 1.200 toneladas, atingindo em 1960 a soma de 232.500 arrobas ou 3.488 toneladas. A produção cafeeira em Garanhuns cresce progressivamente até o final da década de 40, para daí decrescer progressivamente atingir a produção de apenas 1.467 toneladas em 1975 quando, em 1949, sua produção era de 7.125 toneladas. Tal

como o algodão, o café também era exportado via Garanhuns, para onde era levado pelos produtores para ser despulpado por máquinas pertencentes aos comerciantes locais. (CAVALCANTE, 1868 apud SALES, 1982).

Conforme afirma Andrade (1980, p.158):

O café chegou a subir como o mais importante produto agrícola dos “brejos” agrestinos, com grande importância no planalto de Garanhuns. E a produção pernambucana de café era na sua quase totalidade proveniente do Agreste. Assim é que: em 1958, para uma produção nordestina de 26.200 toneladas (...) que representava apenas 1,5 da produção brasileira, Pernambuco entrou com 20.976, o que corresponde a 79,6% da produção regional”. O apogeu da cafeicultura tornou a região de Garanhuns um grande polo social, cultural e econômico.

Em 1965, havia na cidade de Garanhuns dezoito firmas exportadoras: sete de café, três de algodão, seis de mamona e duas de semente de algodão.

A produção cafeeira do agreste e da Região Nordeste, como um todo, sofreu uma queda significativa a partir de 1965. Isto aconteceu porque a partir desse ano o Governo Federal, através do IBC (Instituto Brasileiro de Café), executou a política de erradicação dos cafezais que apresentava baixa produtividade (ANDRADE, 1980).

Isto significa que, o próprio Governo Federal financiava a erradicação dos cafezais. Com a indenização, os cafeicultores passaram a aplicar os valores das mesmas do processo de pecuarização no Agreste Meridional, contribuindo também, para que a região viesse a se tornar a bacia leiteira do estado de Pernambuco.

Conforme Pordeus (1990, p.39):

[...] A transformação das áreas lavoureiras em áreas de pastagens provocou e vem provocando sérios problemas, que se refletem diretamente na organização do espaço agrário, pois, a força do processo de “pecuarização”, frente à vulnerabilidade das atividades agrícolas, contribui para a falta de perspectiva dos pequenos produtores da região, com relação à melhoria do seu nível de vida para sua família, o pequeno produtor sem terras tem apenas poucas opções, tornando-se assalariado na área, ou saindo de sua região de origem, para outras áreas onde também terão, na sua grande maioria, que sofrer lutando pela sua sobrevivência.

De conformidade com Melo (1980, p. 199):

No início dos anos 70 foi estabelecido um plano de revigoração de cafezais, porém nos primeiros anos da década de 90 verificou-se que este plano não teve o sucesso esperado, o que se atribui ao fato das vantagens da cafeicultura não terem superado às da pecuária.

De acordo com Melo (1980, p.161):

A execução do plano de renovação e revigoramento de cafezais (Convênio IBC – GERCA – SAg) entre 1971 e 1974, escolheu portanto, “os municípios tidos como possuidores de terras de melhores condições para o café, por se situarem acima da cota altimétrica de 700 metros. Desse modo, foram selecionados municípios entre outros, os que fazem parte da microrregião de Região de Garanhuns, tais como: Angelim, Bom Conselho, Brejão, Caetés, Canhotinho, Correntes, Garanhuns, Lagoa do Ouro, Palmeirinha, Paranatama, Salóá, São João e Terezinha.

O objetivo desse programa era, no entanto, fazer com que a cafeicultura, uma vez desenvolvida em condições naturais favoráveis, passasse a ser uma cultura de grande lucratividade e que representasse o sustentáculo econômico desse espaço, sobretudo, aderindo o contingente excedente de força de trabalho que ora se deslocava em busca de empregos em outras áreas. No entanto, esse programa não obteve o sucesso desejável.

Melo (1980), aponta várias vantagens da pecuária em relação à cafeicultura que resultaram no insucesso do empreendimento:

[...] I) menor risco agrícola; II) maior facilidade de administração da unidade produtora; III) maior compatibilidade com o absenteísmo do fazendeiro; IV) menor número de vínculos empregatícios e, conseqüentemente, menores encargos sociais; V) maior segurança de ascensão da demanda e dos preços dos produtos respectivos nos mercados consumidores”. Acrescente-se a esses fatores que, em Pernambuco, não houve maior empenho ou reforço promocional dos órgãos interessados em favor do plano de restauração da economia cafeeira.

Os reforços atuais no sentido de revigorar a cafeicultura no Estado de Pernambuco, particularmente no planalto de Garanhuns, encontram grande obstáculo em função da difícil reversibilidade de ocupação pastoril da terra, malgrado tratar-se de lavoura amplamente amparada e incentivada.

A erradicação dos cafezais no Planalto de Garanhuns em meados da década de sessenta, com a indenização dos fazendeiros pelo governo, favoreceu o início do processo de pecuarização.

2.7.3 A Bovinocultura

Como já nos referimos anteriormente, a pecuária motivou o povoamento inicial da região do Agreste, e, por conseguinte a região de Garanhuns que, até certo momento de sua evolução, foi uma atividade compatível com a produção de alimentos baseada no trabalho familiar, seja no âmbito da própria pecuária, sob formas de arrendamento diverso, seja pela produção autônoma dos pequenos

produtores independentes.

Uma destas formas de arrendamento era a chamada “renda da palha”, mediante a qual o grande proprietário arrendava parte de suas terras a pequenos produtores que aí quisessem se estabelecer em caráter temporário, para o plantio de lavouras consorciadas milho/feijão/algodão até o final do período de arrendamento, que em geral durava menos de um ano. Diante do exposto, evidencia-se que a região de Garanhuns como todo o Agreste pernambucano apresentava tradicionalmente um sistema que se baseava numa combinação da lavoura com a pecuária; era a combinação gado-policultura, entretanto a pecuarização provocou uma ruptura entre essas atividades. Assim o quadro agrário do Agreste pernambucano, baseado no criatório integrado às atividades de lavoura, vai se desestruturar a partir, sobretudo, de meados dos anos 60, quando começou o processo de pecuarização.

Esta pecuarização, intensificada na região de Garanhuns, sobretudo com a erradicação da agricultura cafeeira nos anos 60, incentivada com recursos financeiros do IBC, segundo os estudiosos dessa problemática, no agreste é responsável por uma série de problemas sociais, como, por exemplo, a proletarianização do trabalhador rural, a concentração fundiária e o êxodo rural, uma vez que concorreu para a substituição, em grande parte, das áreas de lavouras alimentares básicas: milho, feijão, fava e outras, e as comerciais, como no caso do algodão e do café, por áreas de pastagens, que absorve pouca mão de obra, trazendo com isso graves problemas de ordem social.

Uma vez que a tendência crescente de uma pecuarização, face aos interesses econômicos na região tem levado a diminuir a capacidade de emprego na agricultura, trazendo graves consequências sociais e econômicas que atingem diretamente o homem, expulsando-o do seu ambiente natural e modificando o seu *modus vivendi* (Tabela 1).

De conformidade com os dados da Tabela 01, observa-se que no período de 1940 a 1975, a área dos estabelecimentos em Garanhuns cresceu muito pouco, de 98.605 h/a para 107.547 h/a, ou seja, um crescimento de apenas 9% durante 35 anos. Expande-se, porém a sua área explorada (o que corresponde às lavouras, pastagens e matas, isto é, à área total menos as terras incultas e improdutivas), que passa de 60.920 h/a em 1940 para 93.892 h/a em 1970, declinando para 89.491 h/a em 1975. Isto é, o processo de ocupação prossegue no interior dos

estabelecimentos, pelo seu aproveitamento mais completo. A taxa de crescimento no período todo é da ordem de 47%.

Tabela 1: Crescimento de área explorada, lavouras, pastagens e mata região de Garanhuns - 1940 – 1975

Anos	Área dos estabelec. (ha)	Área Explorada		Lavouras		Pastagens		Matas	
		Área (ha)	% s/ área total dos estabelec.	Área (ha)	% s/ área total dos estabelec.	Área (ha)	% s/ a área explorada	Área (ha)	% s/ a área explorada
1940	98.605	60.920	61,8	34.856	57,2	15.400	25,3	10.664	17,5
1950	100.445	72.718	72,4	38.675	53,2	23.391	32,3	10.652	14,6
1960	113.965	86.833	76,2	48.478	55,8	27.783	32,0	10.572	12,2
1970	113.590	93.892	82,7	38.318	40,8	47.767	50,9	7.807	8,3
1975	107.547	89.495	83,2	32.845	36,7	53.084	59,3	3.562	4,0

Fonte: Sales, Tereza, Agrestes, Agrestes.CEBRAP/PAZ e TERRA, Rio Janeiro, 1982

Até o ano de 1960 cresce a área de lavouras e de pastagens, enquanto que a de matas, que não chega a 20% sobre o total da área explorada, permanece praticamente estacionária até então. De 1960 em diante é que vamos observar uma mudança significativa na própria estrutura de uso da terra – as áreas de lavouras e de matas decrescem progressivamente, enquanto a área de pastagens quase duplica. Em termos relativos há um decréscimo progressivo daquelas duas primeiras durante todo o período, ao contrário das pastagens que aumentam sempre sua importância relativa, chegando em 1970 e 75 a 51% e 59% respectivamente, sobre a área explorada total.

Configura-se neste contexto o incremento do processo de pecuarização na região de Garanhuns, contribuindo significativamente para que a mesma viesse a se tornar à bacia leiteira do Estado de Pernambuco.

Estima-se que hoje, cerca de 50% da área total da Região de Garanhuns já se encontra ocupada por pastagens, que invadiram terras antes utilizadas por cafezais.

De acordo com Lins (1989, p. 327):

O quadro se agrava quando se salienta que as terras envolvidas na pecuária dificilmente retornam à atividade de lavoura, e que, nessas áreas, a introdução da pecuária se dá com o aproveitamento a mão-de-obra dos trabalhadores sem-terra, ou sem condições de desenvolver sua própria lavoura, que plantam, em terra alheia, culturas de curto ciclo, com o compromisso de deixar o pasto plantado para instalação de gado.

Assim, com a expansão do capitalismo no campo tende-se a impulsionar

a atividade agropecuária, tornando-a mais intensiva e dependente dos insumos agrícolas industrializados e do crédito, que vão se apoderando do meio rural de tal forma que permitem elevar a produtividade do trabalho e da terra, mas subjugando os recursos naturais ao capital.

No processo de pecuarização é muito importante o papel do Estado como viabilizador da integração agropecuária ao capital industrial e financeiro, por meio de incentivos fiscais e financeiros, de estímulos ao consumo de insumos, equipamentos e máquinas agrícolas, da criação de infraestrutura para o campo e políticas setoriais.

Neste sentido, o fenômeno da pecuarização não significa apenas o expansionismo da pecuária com a substituição das lavouras pelas pastagens, e sim, ele tem um sentido mais amplo, repercute sobre a organização do espaço agrário, trazendo consequências sobre as relações sociais de produção no campo e o êxodo rural.

A criação de gado, para as médias e grandes propriedades, era a atividade principal, produzindo principalmente o leite. Para os camponeses, tal criação era secundária, servindo o leite para o consumo familiar ou para vender nas redondezas.

Um garrote era criado bem tratado para um mínimo de capitalização, pois alguns criadores o faziam visando pagar contas e juros bancários, mantendo a condição social e a possibilidade de reprodução do camponês.

Fazendo uma abordagem social dos camponeses da região de Garanhuns quanto ao nível de vida, Sales (1982, p. 171-172) classifica, na sua maioria, de “[...] pobres do campo, mal alimentados, semianalfabetos, malvestidos e descalços no seu dia-a-dia, e que se distinguem dos demais apenas por poderem de alguma forma ter acesso às migalhas de recursos financeiros do governo [...]”.

São citadas três situações típicas quanto à condição de sobrevivência dos camponeses do Agreste:

- 1) Pequenos proprietários que vivem exclusivamente de sua produção agropecuária. Possuem mais de 5 ha.
- 2) Proprietários com menos de 5 ha (chão de terra) e que dependem do mercado de trabalho. Pela condição de fraqueza da terra só plantam a mandioca. A produtividade agrícola destes minifúndios é muito baixa, com solos desgastados e técnicas atrasadas de cultivo. Trabalham alugados nas fazendas de gado ou café ou assalariados temporários

na cana.

- 3) Os rendeiros – moram em bairros periféricos de Garanhuns. São os rendeiros de ponta de rua. Podem efetuar o pagamento do arrendamento com dinheiro ou com a limpa da palma.

As condições de reprodução do camponês agrestino estão relacionadas a dois fatores básicos: 1 - à possibilidade de dispor de um terreno próprio onde possa manter o seu sítio ou produção familiar. 2 – sua inserção nas grandes e médias propriedades na qualidade de parceiro, rendeiro ou morador.

3 AS AÇÕES EDUCACIONAIS E SUA INFLUÊNCIA NA DINÂMICA ESPACIAL

3.1 AÇÕES HUMANAS E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

A exposição das funções dos elementos constitutivos do espaço demonstra que de certa forma, eles são intercambiáveis e interdependentes. Ao mesmo tempo em que os elementos do espaço se tornam mais intercambiáveis, as relações entre eles se tornam também mais íntimas e muito mais extensas. Dessa maneira, a noção de espaço como uma totalidade se impõe de maneira mais evidente.

Neste sentido, na medida em que a função é ação, a interação supõe interdependência funcional entre os elementos. Desse modo, através do estudo das interações, recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo. Pois cada ação não constitui um dado independente, mas um resultado do próprio processo social.

Segundo Milton Santos (1994) elementos do espaço estão submetidos a variações quantitativas e qualitativas. Desse modo, devem ser considerados como variáveis. A cada momento histórico cada elemento muda seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo.

Isso significa que eles variam e mudam seu valor segundo o movimento da História e, em sendo assim, a relação dos seres humanos na organização do espaço é objeto de análise de todos que se preocupam com a construção deste, uma vez que, como objeto mutável, é fruto de uma dinâmica proporcionada pelos seres que o vivificam, tendo em vista que as ações e, em alguns momentos, os conflitos que se instalam nos lugares, têm reflexo material e simbólico na produção deste espaço, na medida em que este é apropriado pelas relações de poder, formando territórios.

Assim, o entendimento dos mecanismos e da importância dos fatos geográficos, naturais, culturais e econômicos passa necessariamente pela compreensão do significado do espaço geográfico, definido por Milton Santos (1994) em sua vasta obra sobre o assunto, como um “[...] conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade

em movimento” (SANTOS, 1994, p. 27).

Desse modo, evidenciam-se as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, lutam, sonham, vivem e fazem a vida caminhar. Logo, nunca o conhecimento do espaço do homem foi tão importante para o desenvolvimento da história.

O objetivo principal destes conhecimentos é contribuir para o entendimento do mundo, da apropriação dos lugares realizada pelos homens, pois é através da organização do espaço que eles dão sentido aos arranjos econômicos e aos valores sociais e culturais construídos historicamente, uma vez que estudar o espaço requer obrigatoriamente a reconstituição de seus elementos históricos, da história de sua produção. Isso requer, inevitavelmente, que o geógrafo reconheça a noção de tempo como um elemento fundamental para os estudos geográficos.

Entende-se que, ao se identificar com seu lugar no mundo, ou seja, o espaço de sua vida cotidiana, o indivíduo pode estabelecer comparações, perceber impasses, contradições e desafios do nível local ao global. Neste sentido, reconhecer na aparência das formas visíveis e concretas do espaço geográfico atual a sua essência, ou seja, os processos históricos, construídos em diferentes tempos, e os processos contemporâneos, conjunto de práticas dos diferentes agentes, que resultam em profundas mudanças na organização e no conteúdo do espaço, tornam concreta e vivida a realidade.

Nesta perspectiva, avalia-se que as ações humanas enquanto ação pontual que tem repercussão no próprio ponto e no que está à sua volta, ou seja, no seu entorno, compõe a ideia de espaço geográfico que passou a ser constituída a partir do conjunto de localizações e de ações vividas. Dessa forma evidencia-se por sua vez, a questão da identidade territorial que no dizer de Santos (1999, p. 08):

(...) não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão, mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que a nós pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise. Aliás, a própria ideia de nação, e depois a ideia de Estado Nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: “primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem”. Assim é o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o aperfeiçoe.

Neste aspecto, as últimas décadas têm sido marcadas por intensos debates no pensamento filosófico e científico em decorrência de transformações, também intensas, no mundo e na organização das sociedades.

As diversas áreas científicas, especialmente as ciências humanas, têm produzido reflexões e análises buscando compreender as mudanças sociais, políticas e econômicas bem como seus desdobramentos.

As inovações técnicas e a eclosão de novos modelos e paradigmas conduzem à necessidade de reformular categorias e conceitos para melhor compreender as mudanças sociais, para refletir sobre a problemática espacial, à luz das contribuições da Geo-história, tendo em vista que, segundo Santos, (1999, p. 9) “[...] a geograficidade se impõe como condição histórica, à medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é o Território”.

O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.

Desse modo, verifica-se que nas últimas décadas a Geografia Humana tem se voltado à análise de cenários que se mostram estáveis ou evoluem lentamente: gêneros de vida, regiões, paisagens, modo de produção agrícola, sociedade, territórios, cultura, entre outros. Neste ponto de vista a ciência geográfica tem conduzido um avanço teórico/metodológico sem precedentes, já que a questão das finalidades e da maneira como as sociedades utilizam o espaço exige cada vez mais respostas consistentes, que permitam, por sua vez, uma prática mais e mais voltada para a complexidade da vida contemporânea.

Neste sentido percebeu-se que ao longo de um processo histórico as ações educacionais também se transformam em um importante agente de mudanças da dinâmica espacial, notadamente, quando este serviço se torna alvo de investimentos elevados em determinada conjuntura sócio histórico e político-econômico.

A oferta desse serviço adiciona, em seu entorno, uma série de outros investimentos seduzindo a mobilidade de pessoas e mercadorias. Enfim, a educação

se constitui num processo concentrador de fixos e fluxos¹. O território tratado como espaço humano, espaço vivido e usado por uma sociedade, resgatará os conceitos de fixos e fluxos, no âmbito das relações dos atores que produzem o espaço. Isto, porque “[...] destrinchar as relações existentes entre estes elementos, tornando os conceitos em realidades empíricas, permitirá que se vislumbre, no tempo e no espaço, a transformação” (SANTOS, 1997, p. 48).

Desse modo a configuração do espaço pode ser apreendida também através de sua materialidade. Todavia, por ser dinâmico e estar em constante transformação, suscita análises e reflexões mais aprofundadas para melhor compreensão de sua produção. Neste ponto de vista, é imprescindível percorrer caminhos que alcancem a complexidade da ação dos diversos agentes (sociais, políticos e econômicos), suas estratégias e articulações com o espaço urbano e regional, uma vez que é através dessas ações que a produção espacial se realiza.

Neste sentido ao avaliarmos as ações educacionais enquanto instrumentos de organização espacial, nós nos reportamos igualmente - estabelecendo é claro, as devidas adequações - as teorias desenvolvidas por Zeny Rosendahl (2001) onde a autora formula teorias acerca da Geografia e Religião, tendo como maior desafio esquadrihar o entendimento das dinâmicas espaciais envolvendo a religião e sua influência na organização espacial. Este comparável facilita e auxilia na compreensão da dinâmica espacial permitida pelas ações educacionais

Nesta perspectiva, as primeiras categorias teóricas exploradas pela autora versam sobre difusão e área de alcance e, ao abordar esses temas, distingue-se a ideia difundida de seu agente difusor. A ideia, em nosso estudo, são as ações educacionais a partir da instalação das instituições de ensino. Já o agente difusor, para esse estudo, é considerado às instituições de ensino básico e superior, que em função do papel assumido perante a sociedade, difundem os saberes construídos na experiência acumulada, e na cultura transformada em patrimônio

¹ Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam (Santos, 1982, p. 53); Fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos e mais rápidos (Santos, 1988, pp. 75-85).

social, uma vez que ao se instalar em determinados espaços, funcionam como ferramenta de receptação e difusão de valores e ideias que se propagam por toda uma área de abrangência de sua atuação, redefinindo e influenciando na lógica de organização espacial tanto no que se refere ao espaço citadino quanto em sua área de abrangência.

A demanda por uma análise a partir ainda, das teorias desenvolvidas por Zeny Rosendahl (2001) surge quando se observa que o recorte espacial tem importância e peso na análise sobre a lógica da organização espacial, tendo em vista que ao se abordar os centros de convergência e irradiação numa perspectiva religiosa Rosendahl evidencia a peregrinação aos lugares sagrados: os fixos (lugares sagrados) e os fluxos (peregrinação). Diante do exposto, a sua teoria – como já frisado - guardada as devidas adaptações, promove o entendimento da dimensão espacial, tendo como elemento viabilizador do processo as atividades educacionais, podendo oferecer importante contribuição ao debate quando analisa e reflete como as ações educacionais são marcadas territorialmente por assimetrias e semelhanças espaciais, operando dinâmicas em diferentes escalas.

Em nosso estudo, consideramos como fixo a cidade de Garanhuns com sua função educativa a partir da instalação e difusão de suas instituições de ensino, e nos fluxos, contemplamos o movimento de pendularidade praticado pela comunidade escolar. Desse modo as ações educacionais e instrucionais formais são também analisadas, enquanto agentes produtores do espaço geográfico. Assim, as instituições de ensino instaladas em Garanhuns-PE, ao longo de um contexto histórico, personalizaram-se como veículos promotores do desenvolvimento urbano e regional, a partir da compreensão das relações que se estabelecem entre estas instituições, a cidade e a região do agreste meridional pernambucano, tendo por referência a aquiescência e a parceria do estado enquanto instituição reguladora das ações coletivas.

Neste ponto de vista o estudo em questão trata da organização da dinâmica socioespacial originada pelas ações educacionais implementadas pelas igrejas (Católica e Presbiteriana) e pelo Estado, tendo como início da periodização a instalação de escolas confessionais (Ensino Básico) a partir do final do século XIX, passando pela instalação de instituições de ensino superior em Garanhuns-PE, mais especificamente em meados dos anos 60 (UPE) e AESGA e a partir de 2005, com a chegada da UFRPE/UAG.

Acreditávamos que as ações educacionais acarretavam alterações no espaço a partir de algumas das proposições das práticas espaciais: seletividade, antecipação e reprodução, tendo em vista que atribuíamos a concentração de instituições de ensino em Garanhuns (básico e superior) à sua localização privilegiada, consorciada a um ecossistema diferenciado no semiárido pernambucano.

Desse modo, em nossa análise acerca da dinâmica espacial promovida pelas ações educacionais, vislumbramos também a possibilidade de utilização do conceito de centro de convergência e irradiação usado por Rosendahl (1995, 1996, 1999, 2001, 2003, 2005, 2008) em seus estudos sobre Religião e Geografia. Uma vez que com a instalação de uma instituição de ensino (Fixo) processa-se a receptação e difusão de novos valores socioculturais que, por sua vez, influenciam no desenvolvimento de atitudes (Fluxos) que se concretizam no modo de produzir, consumir e pensar, gerando uma nova lógica de organização espacial.

Daí a busca do aprofundamento teórico/conceitual viabilizado pelo programa de Doutorado em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) onde esquadrimos o aprofundamento dos conceitos de Espaço, Território, Sociedade e Cultura, principalmente quando nos integramos ao Laboratório de Pesquisa em Espaço, Cultura e Educação (LAPECED) coordenado pelo professor Doutor Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior, da referida e conceituada instituição de ensino superior, onde constava, em seu objetivo, compreender as espacialidades advindas de práticas culturais e de políticas públicas e/ou privadas na área educacional, presentes na produção do espaço geográfico, tendo como preocupação central entender os diferentes aspectos da cultura, afirmando seu peso na estrutura espacial das sociedades, bem como na maneira pela qual a cultura oferece aos homens os meios de apropriar-se dos ambientes, imprimindo suas características a partir da mediação necessária das técnicas, possibilitando, a participação nos debates sobre espaço, cultura e educação viabilizando as relações estabelecidas entre Geografia e Educação, a despeito de que, nos últimos anos, alguns poucos pesquisadores tenham buscado estabelecer essa aproximação, evidenciando suas apreciações quase sempre se referindo ao ensino da Geografia.

Neste sentido, de acordo com as observações realizadas por Haiashida (2014, p. 30) no Ceará o Grupo de Pesquisa em Espaço, Cultura e Educação – (LAPECED) da UECE, tem administrado pesquisas que articulam espaço e

educação a partir de temáticas como: Políticas educacionais na dinâmica espacial; Diálogos entre educação, geografia e história; A Geo-história nas pesquisas educacionais; Práticas de ensino e livro didático, dentre outras.

Ainda de acordo com o observado por Haiashida (2014, p. 30) um grupo que também vem se firmando nesse contexto é o Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação do Ceará - GERHEPE / URCA. Liderado pelo professor Dr. Josier Ferreira da Silva, bem como o Laboratório de Estudos Geoeducacionais - LEGE na Universidade Federal do Ceará (UFC) coordenado pelo professor Christian Dennys Monteiro de Oliveira.

O LEGE conforme a autora, organiza a revista *Geosaberes* cujas temáticas são: Metodologias da Geografia Escolar, Epistemologia da Educação Geográfica, Educação Ambiental e Patrimonial, Formação Docente e Política Educacional, Estudos Culturais, Políticos e Religiosos, Geografia Comunicação e Recursos Midiáticos e Cartográficos, Literatura: Contos e Crônicas.

Dentre as diversas atividades propostas e vivenciadas pelo LAPECED conforme Haiashida (2014, p. 30) destaca-se a participação nos Grupos de Estudo, em bancas de apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e a organização e participação a partir de 2011 no Encontro Cearense de Geografia da Educação (ECEGEO) e no Simpósio Nacional de Estudos Culturais e Geoeducacionais (SINECGEO).

Os referidos eventos, ainda conforme a autora, tinham em sua programação apresentações de trabalhos (orais e painéis) por alunos de graduação e pós-graduação; mesas-redondas; conferências e atividades culturais propiciando a escuta e o diálogo com os pesquisadores da área, possibilitando desse modo a partilha dos resultados das pesquisas acadêmicas e a superação dos estudos verticais e fragmentados.

Diante do exposto os estudos geográficos dedicados ao fenômeno da educação enquanto agente de mudanças na dinâmica espacial e, por conseguinte, na definição de territórios têm-se desenvolvido no Ceará com análises bastante significativas ocupando espaços cada vez mais expressivos na produção acadêmica da Geografia.

Deste modo, a abordagem geoeducacional surge conforme Haiashida (2014), como uma proposta interdisciplinar que já se efetiva nos estudos e pesquisas acadêmicas, mas, carecendo ainda de uma formulação teórica mais

consistente que a subsidie. Ainda de acordo com a autora citada, o que se observa é a elaboração de um híbrido entre educação e geografia, enfocada a partir de uma abordagem que permite analisar as espacialidades advindas das ações educacionais, ou, em nosso caso, a educação analisada numa perspectiva geográfica, tendo como laboratório a cidade e a microrregião homogênea de Garanhuns (PE).

Diante do exposto percebe-se que a questão educacional analisada pelo viés dos conceitos e categorias operacionalizados pela ciência geográfica, ou seja, a organização do espaço processada a partir das ações instrucionais, representa o resultado de várias ações humanas combinadas com as condições naturais tendo em vista que a ciência geográfica estuda as relações estabelecidas entre o contexto histórico na formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura do lugar, do território a partir de suas paisagens.

Desse modo no dizer de Dolfuss (1978), são três as ações principais que norteiam a organização espacial: ação meditada ou consciente em que o grupo humano procura tirar proveito de certos elementos do meio, com vistas a obter algumas vantagens para a vida de relações; a ação combinada, que não resulta da atividade solitária de um indivíduo, mas sim da ação conjunta de toda uma sociedade, a fim de atingir certos objetivos; e a ação contínua, resultado das duas relações anteriores, ou seja, a ação deve ser necessariamente contínua e levada adiante durante certo tempo para que surjam modificações no meio e que haja possibilidade de atingir os benefícios desejados.

3.2 DIMENSÃO GEOGRÁFICA DAS AÇÕES EDUCACIONAIS

A Geografia pretende captar a dinâmica das ações educacionais por meio da abordagem dos processos sociais que o engendram. O arranjo dos objetos implementados pela dinâmica das ações educacionais, a partir da instalação de instituições de ensino, reformulando a lógica da dinâmica espacial, materializam-se nas paisagens definindo territórios. Dessa forma, para captarmos a essência das diferentes paisagens, temos de buscar a compreensão do espaço. O espaço geográfico nada mais é do que a paisagem em sua totalidade – a configuração territorial – acrescida da sociedade. Nas palavras de Milton Santos:

A paisagem é o conjunto das coisas que se dão diretamente aos nossos sentidos: a configuração territorial é o conjunto total, integral de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível e o espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado, enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. O espaço é a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resulta da geografização da sociedade sobre a configuração territorial. Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial nos oferece no transcurso histórico, espaços diferentes (SANTOS, 1988, p. 77).

Sendo assim, para compreendermos as transformações ocorridas no espaço - a partir das ações educacionais – nosso objeto de estudo, temos que desvendar de que forma os homens, organizados em sociedade, atuam sobre a configuração territorial, modelando as paisagens. Como essas transformações ocorrem de forma desigual ao longo do tempo, torna-se necessária uma retomada histórica para entendermos o espaço geográfico.

Ao analisarmos o fenômeno “Ações Educacionais”, uma vez que é incontestavelmente, um fato econômico político, social e cultural dos mais expressivos nas sociedades ditas pós-modernas, movimentando em nível mundial, um enorme volume de pessoas e capitais, inscrevendo-se materialmente de forma cada vez significativa ao criar e recriar espaços diversificados, percebe-se que a influência mútua entre Geografia e Educação precisa ser cada vez mais cultivada, embora separadamente cada uma possua estudos e pesquisas consistentes, sua convergência consiste em grande desafio, uma vez que o estudo das ações educacionais vem ocupando um papel de destaque na geografia, já que provoca mudanças no objeto desta ciência, o espaço, tendo em vista que as referidas ações a partir da instalação de instituições de ensino, aparelha o mesmo, instituindo estruturas urbanas e regionais com características singulares quando consolida o processo de transformação do espaço da cidade em função das estratégias desenvolvidas para atender as demandas educativas.

Assim, ao atribuirmos um tratamento geográfico à educação nos vemos diante de uma via de mão dupla, ou seja, que vai e volta sobre si mesma. Nesta perspectiva Rodrigues (2012, p. 498) afirma que:

A Geografia e a Educação dialogam intimamente. Senão vejamos: a transmissão da herança cultural e o desenvolvimento de habilidades incluem o conhecimento do meio, a capacidade de nele intervir, de preferência conhecendo as opções de intervenção e as consequências que delas poderão advir. Isso nos situa no campo da Educação ou da Geografia? Ou não estamos diante de opções excludentes? Seria mais

adequado o uso do conectivo "e", para indicar que estamos no campo da Educação, estando também nos domínios da Geografia.

Seguindo esse caminho constata-se que a geografia nos possibilita conhecer e expor analiticamente o papel das instituições educacionais como elementos constituidores da forma urbana contemporânea, fincadas e orientadas a partir das relações estabelecidas entre a sociedade - condicionada pelas normas estatais - e cultura imbricadas no processo de produção espacial.

O entendimento de suas categorias e conceitos tem sido fundamentais para a compreensão das transformações pelas quais nosso mundo tem passado, desde a urbanização, o aumento populacional, às desigualdades sociais até as questões relativas a destruição ambiental, etc. No entanto, apesar dos avanços observados na ciência geográfica, percebe-se ainda uma certa ausência de trabalhos científicos nesta área do conhecimento que associem a relação estabelecida entre geografia e educação² (objeto de nosso estudo). Desta forma, o tratamento geográfico do fenômeno vem se tornando cada vez mais destacado.

Portanto, diante dos fatos observados na região de Garanhuns, na presente pesquisa, busca-se dar visibilidade a uma prática que está associada a intenções, que envolve, em nosso estudo, programas e ações planejadas das igrejas (católica e presbiteriana) possibilitadas pelo estado, no sentido de fornecer uma base teórica e conceitual sobre a dimensão espacial da ação educacional, marcada pela lógica funcional, estabelecida pelas instituições de ensino, conferindo a cidade e a região³ de Garanhuns (PE) um tipo particular de centralidade em razão dos valores simbólicos ali representados.

Para que possamos compreender a Geografia da Educação tendo como laboratório a cidade e a região de Garanhuns, torna-se necessário ainda, dentre outras categorias de análise refletir sobre o conceito de região e paisagens. O conceito de região, ao longo de sua história, tem evidenciado a noção de delimitação. Quando se aplica este conceito, faz-se na tentativa de separar, dar

² Salvo os estudos que versam sobre o ensino da Geografia.

³ A região – A regionalização é a delimitação de conjuntos ou parcelas do território que possuem alguma identidade (física, política, cultural, econômica, diferentes sistemas técnicos, científicos e informacionais). Portanto, ao planejar o trabalho e decidir sobre o estudo de um lugar, uma região, o critério de divisão espacial estabelecido deve contribuir para o entendimento de um tema, um problema. Quando se escolhe uma região a ser estudada, é possível estabelecer seus fundamentos políticos de controle e gestão. Ao construir a rede de influências, é possível refletir sobre quem domina a organização espacial desse lugar e como isso ocorre (Geografia na Educação de Jovens e Adultos, MEC, 2003, p.186).

identidade a uma determinada área. Contudo, os meios utilizados para se chegar a essa área específica têm se dado de diferentes formas.

A Região já foi entendida como região natural, no determinismo ambiental de Ratzel, já foi Região Cultural no possibilismo Lablachiano; já exprimiu o Método Regional na visão de Hatshorne; já esteve no centro das teorias econômicas espaciais (das localidades centrais, da polarização e da propagação de ondas de difusão) inspirando o Estado Militar brasileiro em sua política de integração nacional; já esteve no alvo dos debates provocados pela Geografia Crítica quando Santos discute a Formação Socioespacial; e foi examinada também na Geografia Comportamental e da Percepção, para a qual a região é definida pelas pessoas, suas atividades e a relação identitária estabelecida com o Espaço Vívdo.

As diversas correntes do pensamento geográfico parecem revelar diferentes formas de entender a Região, e estas guardam as suas peculiaridades nas linhas filosóficas que as norteiam, seja o positivismo com seus inúmeros métodos de abordagem da realidade (indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo, sistemático, estruturalista, modelos quantitativos, fenomenológico), ou seja, dialético com o materialismo histórico.

De acordo com estudos realizados por Haiashida e Vasconcelos Junior (2013, p. 78):

O setor educacional no Brasil, do ponto de vista organizacional, tem sido muitas vezes assistêmico, o que reflete negativamente em seus resultados". A opção por uma organização sistêmica implicou a adoção de alguns princípios básicos como o de regionalização. Ao adotar uma perspectiva regional foi necessário desconsolidá-lo em diferentes níveis. Essa regionalização não foi aleatória, na verdade justificou-se por inúmeras razões, dentre as quais destacamos a existência de marcantes diferenças regionais, tanto econômicas, como sociais, políticas, culturais e educacionais. A educação está submetida a esses fatores, o que evidencia sua sujeição às variações espaço-temporais.

Neste particular a regionalização do ponto de vista administrativo e entendida como processo, está relacionada ao conceito de espaço como um produto da sociedade. Assim sendo a região é uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-social. Com efeito, a regionalização educacional pode não ser uma condição necessária nem suficiente para o desenvolvimento da educação, mas também é inquestionável sua importância no que se refere ao processo de descentralização e, justifica-se pela necessidade de informação das autoridades locais, de modo a poder estimular os serviços públicos, contribuindo

para a sua dinamização.

Para Haiashida e Vasconcelos Junior (2013, p. 89):

A delimitação de regiões educacionais muitas vezes é ignorada pelos planejadores setoriais, pois frequentemente se acham contemplados nos planos de desenvolvimento econômico e social. Entretanto, a educação e seu planejamento demanda especificidades, pois constata-se diferenças regionais alarmantes no que diz respeito à quantidade e qualidade da educação. Assim, as atuais políticas educacionais e organizativas devem ser compreendidas no quadro mais amplo de transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas que caracterizam o mundo contemporâneo.

É possível então compreender, segundo os autores, que uma região educacional apresenta seu centro em uma cidade polo regional⁴, considerando-se que cada área é polarizada por uma cidade polo de segunda grandeza, dentro do princípio geral da regionalização de que uma cidade não pode ser subordinada a qualquer outra cidade que seja subordinada a ela, ou seja, todas as regiões têm um centro proeminente ao qual estão subordinados todos os demais centros. Assim sendo, cada área educacional pode ser constituída por um conjunto de municípios amalgamados segundo os mesmos critérios.

Neste sentido, continuam os autores, a regionalização do sistema educacional, poderia se organizar a partir dos seguintes níveis espaciais: nacionais, estaduais e municipais, estes subdivididos em rurais, periurbanos e urbanos.

Deste modo, apesar de nossas análises estarem concentradas no município de Garanhuns, constata-se que os investimentos educacionais nesse espaço regional se refletem sobremaneira na microrregião de mesmo nome. Percebemos ainda que esse é um conhecimento fracionado, entretanto, pois o estudo da realidade conjuntural de toda mesorregião exigiria para sua consecução recursos e tempo muito maiores do que pudemos contar para realização desta tese.

Diante deste panorama, levantou-se a seguinte problemática à pesquisa: como as ações educativas materializadas a partir da instalação de instituições de ensino (Fundamental, Médio e Superior) operacionalizadas pelo Estado e pelas Igrejas (Católica e Presbiteriana) a partir do final do século XIX (1900) em Garanhuns-PE estão correlacionadas/associadas com o meio ecológico diferenciado e a consolidação da dinâmica sócio espacial possibilitando a definição do território?

⁴ Cidade polo são cidades do interior distantes das grandes capitais que se destacam dentre os demais núcleos urbanos menores e exercem grande influência em seu entorno. Essas cidades são consideradas *verdadeiras capitais* ou *capitais regionais* segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), devido ao forte comércio e prestação de serviços.

Pelo exposto, é possível perceber que a educação avaliada pelo viés da espacialidade de suas ações, demonstra a importância da análise do fenômeno sob o enfoque da ciência geográfica, tendo em vista que, para compreender os efeitos das ações educativas reverberadas pelo Estado nos âmbitos (federal, estadual e municipal), pela iniciativa privada e pelas Igrejas (Católica e Protestante), a partir da criação e instalação de instituições de ensino (fundamental, médio e superior) em Garanhuns é desencadear um processo de análise geo-histórica, que busca o entendimento do cenário que caracteriza o processo de transformação do espaço da cidade em função das estratégias desenvolvidas para atender às demandas educacionais, dando ao longo de um contexto histórico novo sentido e coerência a organização do ambiente urbano e regional, podendo desta forma contribuir para a reflexão sistemática sobre os novos padrões de ocupação dessa porção do Agreste Meridional do Estado de Pernambuco⁵.

Diante desse quadro a dinâmica espacial da área urbana está ligada à questão da identidade territorial da cidade de Garanhuns-PE (área objeto de nosso estudo), transformando-a em um centro de referência no que se refere ao ensino de qualidade.

Ao analisarmos as ações educacionais desenvolvidas na referida cidade a partir da instalação das escolas confessionais buscamos a compreensão de como estas ações materializaram as relações sociais e, naturalmente, produziram espaço, uma vez que, além de impor uma dinâmica essencial à implantação de processos de inovação, de produção e difusão da cultura e dos saberes científicos, passam a desempenhar também, a função articuladora no contexto regional em que estão inseridas atuando como objeto transformador do cenário espacial em que se encontram, resultando na criação de um espaço fluido e dinâmico, traduzindo com isso a chamada espacialidade complexa⁶.

⁵ A mesorregião do Agreste Pernambucano é uma das cinco mesorregiões do estado brasileiro de Pernambuco, estendendo-se por uma área aproximada de 24 400 km², inserida entre a Zona da Mata e o Sertão. Representa 24,7% do território pernambucano e conta com uma população de cerca de 1.800.000 habitantes (25% da população do Estado). É subdividido em seis microrregiões: Vale do Ipanema, Vale do Ipojuca, Alto Capibaribe, Garanhuns, Brejo Pernambucano e Médio Capibaribe. Suas principais cidades são: Caruaru, Garanhuns, Santa Cruz do Capibaribe, Gravatá, Belo Jardim e Pesqueira nesta mesma ordem em números de habitantes segundo o censo do 2007 IBGE.

⁶ A intenção é associar o pensamento de Edgar Morin às ideias que perpassam o sistemismo, de que se tem a impressão de encontrar-se em franca ascensão enquanto escolha teórica no âmbito da Geografia, e que se cristaliza na chamada "Geografia da Complexidade", Morin (1997, p. 112) ao colocar que um sistema é, ao mesmo tempo, "uno e múltiplo". Ou seja, é único, mas também é múltiplo, sendo que é composto por vários outros (sub) sistemas. Por exemplo, o corpo humano é um

Nesta perspectiva conforme Rosendahl (1995, p. 44):

[...] A similaridade do que ocorre entre Geografia e Religião, Geografia e Educação também consistem em práticas espaciais. A despeito de que na citação a autora faça referência à Religião, à educação igualmente é um fenômeno cultural que ocorre espacialmente.

Assim, procurando compreender a (re)produção/organização do espaço geográfico a partir da Educação, escolhemos como área a ser analisada a região e Garanhuns-PE, mais especificamente a cidade de mesmo nome (Garanhuns) considerando a importância das diversas instituições de ensino (Básico e Superior) instaladas, enquanto agentes de produção de uma Dinâmica Espacial.

Conjecturando sobre essa temática a pesquisadora sugere possibilidades de tratamento geográfico das religiões a partir dos seguintes temas:

- a) fé, espaço e tempo: difusão e área de abrangência;
- b) centros de convergência e irradiação;
- c) região, território e territorialidade
- d) espaço e lugar sagrado: vivência, percepção e simbolismo.

Desse modo, reproduzindo os questionamentos propostos por Rosendahl (1995) adaptando-os agora, à temática de nossa pesquisa, nesse formato, levando-se em consideração as devidas proporções, buscou-se compreender como se definiriam os estudos geográficos da educação, ou seja, investigar a educação pela via geográfica.

Neste sentido, compreendemos que as categorias e conceitos propostos e operacionalizados pela autora, levando-se em consideração as devidas adequações, seriam de grande valia na busca de um forte relacionamento entre o mundo das ideias e o mundo do concreto, ou seja, na busca de combinações que representassem fielmente a lógica da organização do espaço em função das ações educacionais, a saber:

- a) educação, espaço e tempo: difusão e área de abrangência;
- b) centros de convergência e irradiação: uma análise a partir de fluxos e fixos;

sistema, mas é composto pelo sistema respiratório, digestivo, etc. ou seja, tem uma identidade complexa (múltipla e una ao mesmo tempo)” (MORIN, 1997, p. 113), pois a parte de um sistema tem sua identidade própria e participa da identidade do todo. Assim, o todo não é somente a soma das partes; depende da intensidade das interações e interrelações que ocorrem entre as partes. E para compreender as características das partes constitutivas de um sistema é necessário que se conheça não somente as partes, mas também as suas relações.

- c) espaço e educação: um estudo das sociabilidades estudantis e seus rebatimentos na dinâmica espacial, tendo em vista que a difusão e abrangência das ideias educacionais possibilitam a instalação de fixos, que por sua vez condicionam fluxos que de forma integrada deliberam a lógica da dinâmica espacial.

Para ilustrar a adequação dos conceitos propostos por Rosendahl (1995) analisamos dados e informações sobre o processo de formação e ocupação do território de Garanhuns e a influência da respectiva instalação de instituições de ensino básico e superior, na efetivação da dinâmica espacial da cidade ao longo de um contexto histórico.

Compreende-se, destarte, que as ações instrucionais enquanto agentes (re) produtores de determinadas condições sociais, apropriam-se, organizam, produzem e reproduzem os espaços ao seu redor. Nesta perspectiva buscamos avaliar como estas ações (educacionais) vêm alterando o uso do solo, a ordem cultural e social regional herdada, transformando e criando rupturas nos estilos de vida tradicionais da população, ao modificar código de valores, padrões de consumo, horizontes profissionais e de negócios, redimensionando deste modo a dinâmica espacial.

De forma objetiva no presente trabalho pensamos o espaço, no contexto das transformações decorrentes das ações educacionais na região de Garanhuns - PE com sua cultura, seus interesses, valores e suas práticas.

Diante desse fato, por conta da pesquisa científica encontrar-se envolvida diretamente na querela sobre o uso de modelo teórico para estabelecer perímetros, limites e dimensões das atividades educacionais na cidade de Garanhuns-PE, tende a ganhar relevância social, na medida em que se torna um importante instrumento científico com base de sustentação na Geo-História, cujo uso pode vir contribuir para a reflexão sistemática sobre os novos padrões de ocupação dessa porção do Agreste Meridional do Estado de Pernambuco e as consequentes implicações socioespaciais.

Consolida-se, assim, a compreensão do cenário que caracteriza o processo de transformação do espaço da cidade em função das estratégias desenvolvidas para atender as demandas educacionais, materializadas sobretudo na morfologia urbana, redefinindo nomeadamente a cidade de Garanhuns enquanto centro de referência em educação de qualidade.

De início com a instalação de escolas primárias e de ginásios e no transcorrer do tempo, transformando-as em escolas secundárias, profissionais, e a partir dos anos 60, atraindo a instalação de instituições de ensino Superior contribuindo para uma nova lógica de organização espacial, marcas constitutivas e representativas das práticas espaciais vivenciadas na cidade de Garanhuns e, por conseguinte na definição de sua identidade territorial.

Neste contexto, entende-se que o presente estudo proporciona uma nova forma de considerar a evolução da cidade de Garanhuns, a partir de ações educacionais, possibilitadas por instituições de ensino públicas e/ou privadas presentes na produção do espaço geográfico fornecendo outro olhar, que procura compreender o desenvolvimento de sua organização social, definindo sobretudo a sua espacialidade, que é fruto de uma dinâmica proporcionada pelo diversos agentes envolvidos, tendo em vista que as ações educacionais e, em alguns momentos, os conflitos que se instalaram, nesta cidade pernambucana, têm reflexo material e simbólico na produção da estrutura espacial da sociedade Garanhunense, na medida em as relações de poder dela se apropriam, formando territórios, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento de práticas espaciais, já que prioriza os componentes materiais, sociais, intelectuais e simbólicos da cultura do lugar em sua estrutura principal no tempo e no espaço. As referidas instituições de ensino ao longo de um contexto histórico, personalizaram-se como veículos promotores do desenvolvimento urbano e regional a partir da compreensão das relações que se estabeleceram entre estas instituições, a cidade e a região do Agreste Meridional Pernambucano.

Com base nestas considerações constata-se que desenvolver estudos da educação pelo viés da ciência geográfica é construir interpretações, levantar questões, revelar problemas e desenhar perspectivas e cenários do que se denomina dinâmica e formas das paisagens expansivas.

Assim sendo, nessa análise, como pesquisador e cidadão reconhecemos que fazemos parte desta conjuntura regional, e, portanto, precisamos ter claro que, antes de nós, houve todo um contexto histórico de que precisamos nos apropriar, e assim contribuirmos de forma significativa para o entendimento da reconstrução e/ou lapidação deste espaço regional que pode ser definido não apenas como o palco onde a vida se faz, mas também enquanto resultado da ação humana.

Nestas condições, os procedimentos de desenvolvimento, da construção

e da evolução da cidade de Garanhuns avaliado pelo viés das ações educacionais, contribuem de forma significativa para o entendimento do processo de urbanização e das atividades sociais e culturais relacionadas, que se desenvolveram ao longo do tempo.

O espaço urbano é entendido neste sentido como reflexo das ações realizadas tanto no tempo presente quanto no passado, tendo como produtor desse espaço urbano, diferentes agentes sociais envolvidos e como elemento norteador as ações educacionais. Dessa forma, o entendimento dos processos que levam a essas modificações necessita da compreensão dos processos histórico-espaciais que o constituem.

Desse modo, nosso objeto de estudo constituiu-se no esboço Geo-histórico das transformações socioespaciais advindas do fenômeno de construção e consumo do espaço geográfico na cidade de Garanhuns-PE, a partir das diversas interações, possibilitadas pelas ações educacionais, decorrentes de interesses econômicos e políticos viabilizados em função da instalação de instituições de ensino (Fundamental, Médio e Superior) possibilitando a definição de sua identidade territorial.

Entre os principais objetivos considerados durante a análise, é importante ressaltar a investigação das relações Geo-históricas entre as Igrejas (Católica e protestante/presbiteriana), o Estado e a produção do espaço em função da instalação e evolução da educação básica em Garanhuns para especificar a demanda pelo ensino superior, recompondo os momentos importantes da história da cidade que permitiram entender tal relação; a análise da produção do espaço urbano e regional com o desenvolvimento do setor de serviços, dentre estes os educacionais, identificando os mecanismos de instalação dos serviços educacionais das Igrejas (Católica e Presbiteriana) na cidade, compreendendo ainda como as ações planejadas do estado a partir da Instalação das universidades se especializam, buscando a abrangência das repercussões advindas destes fatos e quais são seus resultados. Neste ponto de vista, elencamos as seguintes hipóteses:

- As diversas ações educativas desenvolvidas ao longo de um contexto histórico (1900-2013), na cidade de Garanhuns-PE ocasionam diferentes formas de ocupação espacial, refletindo-se isto diretamente na dinâmica da paisagem urbana;
- As intervenções ocorridas no espaço geográfico de Garanhuns através

das ações educacionais providenciadas pelo estado a nível federal, estadual, municipal e pelas igrejas (Católica e Protestante) a partir da instalação das escolas confessionais em fins do século XIX até o advento da nova LDB (BRASIL, 1996) possibilitando a expansão das Universidades, institutos federais, escolas profissionais e outros estabelecimentos nos dias atuais, materializam as relações sociais, tornando possível a reprodução da sociedade;

- As instituições de ensino ao se difundir pelo espaço geográfico passam a desempenhar a função articuladora do contexto regional em que estão inseridas, atuando como objeto transformador do cenário espacial em que se encontram uma vez que, além de impor uma dinâmica essencial à implantação de processos de inovação de produção e difusão da cultura e dos saberes científicos, instala novos equipamentos, cria e altera assentamentos nas áreas pelas quais se interessa, remodela relações entre esses assentamentos e o meio circundante;
- As ações educacionais, reverberadas pelo Estado no âmbito (federal, estadual e municipal), pela iniciativa privada e pelas Igrejas (Católica e Protestante), a partir da criação e instalação de instituições de ensino (Fundamental, Médio e Superior) possibilitam o seu reatamento no aparelhamento da dinâmica socioespacial do espaço urbano, concebendo a cidade de Garanhuns como um centro de convergência educacional no Estado de Pernambuco.

Diante do exposto, constata-se que o tempo se encarrega de deixar fixados na paisagem os seus testemunhos e suas rugas, enfim formas pretéritas cristalizadas no presente.

Como bem assinala Santos (1994, p. 66):

Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos (...) Num momento B, muitos elementos do momento A permanecem; e surgem novos. É a inovação triunfante que permite sair de um período e entrar em outro. A inovação traz a modificação da paisagem, que passa a ter objetos dos momentos A e B.

Deste modo, é possível argumentar que o espaço urbano de Garanhuns é “[...] reflexo tanto das ações que se realizam no presente como também daquelas

que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente” (CORRÊA, 1995, p. 8).

Logo, pode-se compreender o conceito de espaço “[...] como um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento”. (SANTOS, 1994, p. 27).

Dentre as várias transformações possibilitadas pelas ações educacionais observadas na pesquisa, constata-se as modificações na morfologia da paisagem urbana da cidade que recebem formas, objetos, conteúdos e ‘problemas’ (pressão imobiliária, por exemplo), até então exclusivos de núcleos maiores, o condomínio e o edifício observados, com vários andares na paisagem urbana, representam a ‘modernidade’ e se apresentam como forma de realização da vida.

Seu consumo e consumação incorporam as novas formas de vida urbana e constroem os ‘antigos’ e ‘tradicionais’ marcos simbólicos destas cidades, como os prédios e os espaços públicos, especialmente a rua e a praça. Assim, o consumo se realiza com uma base material (o condomínio, o apartamento), mas também com uma base simbólica (o poder, o status, a modernidade), seguindo a ideia de Lefebvre (2006, p. 63), que “[...] consome-se tantos signos quanto objetos: signos da felicidade, da satisfação, do poder, da riqueza, da ciência, da técnica, etc.”.

Assim sendo, a implantação de instituições de ensino produz novos fixos espaciais, isto é, constrói um sistema de objetos vinculados, principalmente, aos setores imobiliários e da construção civil tais como prédios de residências e estabelecimentos comerciais.

Cada fixo-espacial ou objeto faz parte de um grande sistema, mais amplo, denominado sistema de objetos. Assim não só o uso combinado, mas as atividades dele decorrentes compõem modelos estruturais que se arranjam e se complementam de acordo com sua funcionalidade.

Segundo Santos (1994, p. 19):

Cada objeto é, em si mesmo, um sistema, funcionando sistematicamente. Um grande supermercado ou Shopping Center seriam incapazes de existir se não fossem servidos por vias rápidas, estacionamentos adequados e acessíveis, sistema de transporte público com horários regulares e conhecidos e, se, no seu próprio interior, as atividades não estivessem subordinadas a uma coordenação. Esse é o caso dos grandes edifícios, dos armazéns, dos silos, etc. Os portos, a rede rodoviária de um país e, sobretudo, a rede ferroviária são exemplos de objetos complexos e sistêmicos.

Afirma ainda que: O enfoque geográfico supõe a existência de objetos como sistemas e não apenas como coleções: sua utilidade atual, passada, ou futura vem, exatamente, do seu combinado pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores. Seu papel pode ser apenas simbólico, mas, geralmente, é também funcional. (SANTOS, 2004, p.73).

Desse modo as relações temporais devem ser consideradas tendo em vista a historicidade do espaço, não como enumeração ou descrição de fatos que se esgotam em si mesmos, mas como processo de construção social. Busca-se entender como e porque determinados fenômenos se produzem no espaço e suas relações com os processos econômicos, sociais, culturais e políticos. Portanto, ao analisar as transformações presentes no espaço do espaço urbano de Garanhuns, devemos entender que essas não se produziram de forma aleatória, mas foram construídas ao longo do tempo. O que implica considerar o processo histórico e a singularidade dos lugares.

Neste sentido, a implantação de estabelecimentos de ensino em Garanhuns resultou no incremento de sistemas de objetos, sobretudo aqueles relacionados à educação, assim como no surgimento e potencialização de fluxos e/ou sistemas de ações correlatos. A infraestrutura participante (vias de acesso as IE, surgimento e ampliação de linhas de transporte coletivo e serviços de urbanização) só para citar alguns exemplos.

Desse modo, o espaço geográfico tem sua objetivação e subjetivação. É fruto da transformação exercida pelo homem. Todas as relações sociais se realizam num espaço e num tempo determinados. Sendo o espaço *o lócus* da materialidade da vida social, é de suma relevância que façamos referência a este conceito, visto que concordamos com Ana Fani Carlos (2001, p. 57), quando a este se refere como:

[...] condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade. Reproduzido ao longo do processo histórico ininterrupto de constituição da humanidade do homem, este é também o plano da reprodução. Ao produzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço.

Podemos, então, dizer que no espaço se materializam as relações sociais e onde é tornada possível a reprodução da sociedade. Para Carlos (2001), as relações sociais se materializam mediante a apropriação do espaço pela sociedade em busca de possibilitar a própria reprodução. Esta reprodução ultrapassa a simples produção de mercadorias e está além do trabalho, ultrapassa a produção de bens

para satisfação de necessidades, dizendo respeito à formação do próprio homem e da sua humanidade, englobando a esfera da vida cotidiana.

Segundo elaboração de Milton Santos (1980), o espaço geográfico é acúmulo de tempos desiguais, de modo que se pode entender o fenômeno das ações educacionais no ambiente urbano como um “modo histórico particular” de se reproduzir espaço. De tal forma, concebeu-se o espaço urbano circunscrito em uma materialidade pré-existente, sendo reproduzido de maneira diversa em cada tempo-lugar.

Acredita-se que os conceitos “espaço” e “urbano” contêm e revelam a dimensão social (funções) e material (formas) da relação humana, sendo o “espaço urbano”, conforme aponta Lefebvre (2008), produto, condição e meio de reprodução da sociedade no mundo contemporâneo. Ainda na elaboração do objeto, inspirou-se em Milton Santos (1985) quando esse autor, ao buscar categorias de análise para tornar inteligível a espacialidade humana, propôs que para a análise do espaço deveriam ser utilizadas as categorias estrutura, processo, função e forma.

Segundo esse autor, a estrutura é a própria sociedade, em suas dimensões política, econômica, social e cultural. O processo engloba os mecanismos e as ações que engendram o movimento da estrutura. A função é redefinida a cada momento histórico, permitindo a reprodução da sociedade. Já a forma pode ser caracterizada como o receptáculo, o continente: um prédio, uma rua, uma cidade, uma instituição de ensino, por exemplo. Ela é a base, material ou não, sobre a qual as diversas atividades humanas se realizam.

Às formas se atrelam as noções de escala, localização e organização espacial. É deste modo que o autor concebe a espacialidade humana como reflexo, meio e condição da reprodução social.

Nesta linha de pensamento Roberto Lobato Corrêa (2001, p. 202) acrescenta mais elementos para a formulação da metodologia da pesquisa desse trabalho ao revelar que há uma intrínseca relação entre os conceitos de agentes sociais, escala e produção do espaço. Para o autor, ao se alterar a escala espacial, altera-se a base teórica que permite explicar ou compreender as relações e as práticas socioespaciais dos agentes. A escala espacial emerge à medida que o pesquisador constrói seu objeto de investigação.

No caso dos estudos urbanos, alerta o autor, as escalas podem ser a da rede urbana (e aí se inserem os estudos regionais), ou do espaço intra-urbano.

Ambas as escalas são interdependentes porque é a articulação delas que confere coerência ao “activity space”, ou seja, ao espaço de ação (CORRÊA, 1997) dos agentes produtores do espaço.

Deste modo, ressalta-se que o objeto desse trabalho inscreve-se na escala intra-urbana, porém, não se pôde negligenciar a influência dos processos sócio espaciais que se revelam em uma base escalar de maior abrangência. Com isso, definiu-se os caminhos da pesquisa nos seguintes termos: a portadores de interesses, contradições e práticas próprias a cada um. Essas ações de produção do espaço decorrem da ação de agentes sociais concretos com papéis não rígidos, e efetivamente se realizam em uma escala, ou seja, em uma dimensão espacial, e se materializam na forma do ambiente construído, nas formas, conforme definição de Milton Santos (1985).

Ainda para Corrêa (2003, p. 35):

O processo de organização do espaço, fenômeno que se desenvolveu e se aperfeiçoou durante a história da humanidade, estabeleceu um conjunto de práticas dinâmicas, interativas, que delimitam, criam, fazem e refazem o espaço, resultado dos padrões culturais de cada sociedade em determinado tempo histórico e que viabilizam e reproduzem as condições de existência de uma determinada atividade.

Assim, as práticas espaciais⁷ que constroem a sociedade espacialmente, refletem o manancial de conhecimento da sociedade humana em diferenciar espaços numa apreciação contínua em relação aos interesses e fins concebidos para uma determinada territorialidade. Corrêa (2003, p.36) afirma ainda que “[...] o homem decide sobre um determinado lugar por conta de fatores que se apresentam positivos em relação ao projeto estabelecido. (Seletividade espacial⁸)”.

Desse modo, sendo, constantemente alterado pelo trabalho humano, o espaço geográfico sofre intensas ações denominadas Práticas Espaciais. A construção (estrutura, organização e movimentos) geográfica de uma sociedade é o resultado das práticas espaciais (LACOSTE, 1988). São as mesmas que constroem a sociedade espacialmente e criam a dialética de determinação que, ao mesmo tempo em que faz da sociedade o seu espaço, faz do espaço a sua sociedade

⁷ As **práticas espaciais**: Conforme Roberto Lobato Correa, sendo constantemente alterado pelo trabalho humano, o espaço geográfico sofre intensas ações denominadas Práticas Espaciais.

⁸ A **Seletividade espacial** – a instalação de uma fábrica, de um estabelecimento comercial, (supermercado, por exemplo) de uma instituição de ensino, religiosa ou até mesmo o cultivo de uma área agrícola, exigem um conjunto de condições favoráveis para o seu desenvolvimento. Assim, os empreendimentos que são promovidos no espaço geográfico são fruto de uma seletividade.

(SANTOS, 1978).

Neste sentido, de acordo com Moreira (1997, p. 78): "A organização espacial da sociedade começa com a seletividade, (...) é o processo de eleição do lugar e do(s) respectivo(s) recurso(s) que inicia a montagem da estrutura espacial das sociedades".

Assim, os empreendimentos que são promovidos no espaço geográfico são fruto de uma seletividade. Esta fase é a das primeiras localizações e consequente instituição do sistema de distribuição dos lugares que leva ao surgimento da extensão, reunindo num só ato três das categorias básicas - localização, distribuição e extensão – da ação geográfica, tudo orientado na prática da seletividade e da tecnificação que a esta serve de suporte.

Assim sendo, como os empreendimentos que são promovidos no espaço geográfico são fruto de uma seletividade que se processa numa perspectiva histórica, estudar o espaço requer obrigatoriamente a reconstituição de seus elementos históricos, da história de sua produção. Isso requer, inevitavelmente, que o geógrafo reconheça a noção de tempo como um elemento fundamental para os estudos geográficos.

Diante deste cenário a educação torna-se imperativa, posto que se transforma através de suas ações, em um importante agente de formação da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de práticas espaciais, pois prioriza os elementos materiais, sociais, intelectuais e simbólicos da cultura do lugar em sua estrutura principal no tempo e no espaço.

A implantação de instituições educacionais resulta no incremento de sistemas de objetos, sobretudo aqueles relacionados ao ensino, assim como no surgimento e potencialização de fluxos e/ou sistemas de ações correlatas. A infraestrutura participante (vias de acesso às IE, surgimento e ampliação de linhas de transporte coletivo e serviços de urbanização) só para citar alguns exemplos.

Neste sentido, mesmo entendendo que há uma relação da educação formal, como fundamento de promoção sócio-econômico-cultural, conforme Vasconcelos, Junior (2010, p. 72): "[...] reduzir sua análise ao escopo de existir como consequência de outros macroprojetos políticos institucionais, sempre inviabilizou pesquisas que tivessem a perspectiva de analisar a dinâmica socioespacial, tendo como fundamento maior projetos no âmbito educacional".

Assim sendo, acredita-se que é necessário difundir e compreender que os

estudos dos aspectos socioculturais têm tanta importância como qualquer outro elemento, para interpretação da construção histórica do espaço geográfico.

Deste modo, as práticas espaciais são à base da organização geográfica das sociedades. O resultado da acumulação dessas práticas espaciais é um tecido espacial cada vez mais denso, móvel, fluido e liso, que determina a estrutura geográfica complexa que a sociedade vai adquirindo no tempo.

Portanto, conforme Moreira (1980, p. 58):

Um conteúdo social crescente impregna a essência do espaço, na medida em que aumenta a densidade técnica, simbólica, econômica, política e cultural que dão vida e organizam a sociedade através das práticas espaciais, mudando sua natureza ontológica.

Para tanto torna-se necessário a busca de um maior aprofundamento no que se refere a produção de uma espacialidade na região de Garanhuns a partir das ações educativas. Assim, em sua obra *Conhecimento e Interesse* Habermas (1987) critica a estrutura das ciências objetivistas que negam a autorreflexão como um elemento fundante da construção do conhecimento, tendo em vista que de acordo com o autor, todo conhecimento se constitui de uma objetividade a partir de interesses. Daí, a questão é desvendar quais as conexões que estabelecem tais interesses no processo da construção do conhecimento na região de Garanhuns, a partir da instalação das escolas confessionais no final do século XIX e início do Século XX, até os dias atuais com a implantação e expansão de Instituições de Ensino (básico e superior) tendo em vista que, a produção do espaço geográfico, requer uma análise mais contextualizada da relação entre cidade e território e as políticas de redefinição do papel regulador do estado na definição e gestão da educação.

Nesta perspectiva as práticas espaciais são à base da organização geográfica das sociedades. Uma vez que a gestão do território se configura como o conjunto de práticas que visa, no plano imediato, a criação e o controle da organização espacial.

Trata-se da criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição, assim como de determinados processos como concentração e dispersão espacial, que conformam a organização do espaço em sua origem e dinâmica. (...) a gestão do território constitui-se dessa forma num poderoso meio que visa, através da organização espacial, viabilizar a existência e a reprodução da sociedade. Deste modo, entende-se por gestão do território o conjunto de práticas que visa, no plano imediato, a criação e o controle da organização espacial (CORRÊA, 2000, p. 49).

Diante desta perspectiva, como qualquer outro fato social, a gestão do território possui uma historicidade que se traduz em agentes sociais e práticas espaciais historicamente variáveis. Nas sociedades de classes a gestão do território implica na criação e manutenção de diferenças espaciais através das quais as diferenças econômicas e sociais se realizam, são legitimadas e se reproduzem. Trata-se da gestão das diferenças espaciais.

Quando nos reportamos à categoria imaginário, na análise a que nos propomos a partir do pensamento de Cornelius Castoriadis (1982), percebe-se que a mesma tem recebido grande conotação no cenário científico atual, haja vista que os paradigmas científicos com base na racionalidade imperativa, não conseguem explicar toda complexidade do homem, das suas relações sociais e dos espaços por estes produzidos uma vez que a Geografia Humanística com os estudos na área da Geografia Cultural esquadrinhou com propriedade as novas propostas de abordagem, sobretudo no que concerne ao espaço geográfico enquanto espaço de vivência, dotado evidentemente de sua carga subjetiva.

Também aportada nos pressupostos fenomenológicos, a Geografia Humanística traçou um novo percurso metodológico, onde se privilegiou a coisa em si, ou seja, parte-se da análise de como as coisas se apresentam, como elas estão dispostas no mundo e como fazemos a representação das mesmas, pois de acordo com Castoriadis (1982, p. 56):

Tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico [...] Encontramos primeiro o simbólico, é claro, na linguagem. Mas encontramos igualmente, num outro grau e de uma outra maneira, nas instituições. As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico.

É por intermédio da paisagem cultural, impregnada de seus geo-símbolos, que a cultura de um determinado grupo se inscreve no espaço.

A educação também possui seus símbolos. Estes constituem marcas que identificam e delimitam seu território. São espaços qualitativamente fortes, constituídos por fixos e fluxos, possuindo funções e formas espaciais que constituem os meios, por intermédio dos quais o território realiza efetivamente os papéis a ele atribuídos pelo agente social que o criou e o controla (BONNEMAISON, 2002).

Desse modo além de relacionar o serviço educacional à questão urbana, passando pelas relações políticas, sociais e econômicas do Estado de Pernambuco pautamo-nos nos conceitos de espaço na perspectiva de Corrêa (2000) e Santos

(1991). Através desses autores percebemos que, conforme explica Vasconcelos Júnior (2010, p. 48): “[...] as ações educacionais consolidadas na instalação de IE, implementadas em determinado espaço geográfico se materializam em objetos sociais que transformam esse espaço e passam a constituir e integrar a forma urbana”.

Nesse sentido, a compreensão das implicações das dinâmicas espaciais promovidas pelas ações educacionais nos fornecerão as bases analítico-compreensivas, para que possamos compreender como um território urbano se forma, evolui e mantém novas teias de relações sócio produtivas, transformando progressivamente o espaço geográfico.

Assim, interpretar, a partir das reflexões sistêmicas de Corrêa (2000), o conceito de práticas espaciais, especificando e exemplificando cada uma delas relacionadas ao nosso objeto de estudo, nos proporciona a condição de analisar a teia de relações políticas construída pelos grupos sociais locais para e com a criação/instalação do empreendimento educacional como meio de justificar/propiciar o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Pernambuco, tendo como objeto de análise a região de Garanhuns. Dentre as práticas espaciais elencadas por Corrêa, a seletividade espacial, a antecipação espacial e reprodução da região produtora são as mais úteis na interpretação e compreensão da realidade de nosso objeto de pesquisa.

3.3 A RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO UMA CONSTRUÇÃO GEO-HISTÓRICA

Entre todas as ciências, a história é a de relação mais íntima com a geografia. A geografia utiliza-se da história para poder compreender, em tempos passados, a construção do espaço, pois este é o resultado da construção mútua dos diferentes períodos históricos. Contudo, estudar o meio geográfico também é uma condição imprescindível para o conhecimento histórico. Em síntese, pode-se afirmar que a Geografia Histórica estuda as características e evolução dos espaços históricos, sua morfologia, paisagem e organização territorial assim como sua formação social.

Para Milton Santos (1996, p. 42): a Geografia Histórica procurou: “fazer uma geografia no tempo, reconstruindo as geografias do passado” e “... também se preocupou com as questões das periodizações (...) as periodizações históricas

poderiam ser o instrumento adequado para enfrentar o tratamento correto do espaço, em termos do tempo”. Sem dúvida, a cada sistema temporal o espaço muda.

A partir desta compreensão Milton Santos desenvolveu uma proposta de um “tempo espacial”, para o qual não bastava apenas “... uma periodização à escala do mundo, mas a elaboração de outras periodizações a escalas menores, agindo, por sua vez, sobre escalas espaciais inferiores.”(SANTOS, 1996, p. 42).

A grande contribuição da Geografia Histórica foi procurar estabelecer a relação concreta e coerente entre o tempo e o espaço na formação do território, no passado e no presente. A Geo-história é também um ramo da Geografia Humana, resultante da combinação de métodos de investigação e metodologias das duas ciências: Geografia e História. Foi uma nova forma dinâmica de pensar a História introduzida pela escola francesa dos “Annales”, composta pelos eminentes historiadores Henri Berr (1863-1954), Marc Bloch (1886-1944), Lucien Febvre (1878-1956) e Fernand Braudel (1902-1985). Peter Burke, prestigioso estudioso da “Escola dos Annales”, coloca que a influência desta escola na historiografia contemporânea foi tanta que representa, segundo ele, metaforicamente “uma revolução francesa”.

No final dos anos 50, para Braudel e alguns membros da Escola dos Annales, as ciências do homem passavam por uma forte crise motivada pela acumulação de novos conhecimentos e crescimento fragmentado de suas especialidades, tornava-se cada vez mais premente a necessidade de se desenvolver um esforço coletivo interdisciplinar, para que se possa empreender avanços significativos nas ciências sociais.

Segundo Braudel (1992, p. 291):

[...] para o historiador, o conhecimento interdisciplinar serve como uma lanterna para compreender os caminhos intermináveis do passado. Dentro desta perspectiva interdisciplinar, o historiador deve se apropriar dos conhecimentos da: geografia, demografia, economia, politologia, antropologia, culturologia, sociologia e até do tradicional conhecimento das relações exteriores.

François Dosse, em seu livro “A História em migalhas: Dos Annales à nova História”, no Capítulo 4, sobre “O Paradigma: A Geo-história” efetuou um amplo estudo sobre a trajetória teórica interdisciplinar de Fernand Braudel na Escola dos Annales. Segundo Dosse (1994), Braudel estabeleceu um amplo contato com grandes representantes das ciências do homem: na geografia, utilizou o modelo de

Ernest Labrousse, os ensinamentos de Paul Vidal de La Blache e de Max Sorre dos quais era fã incondicional; na economia conhecia os trabalhos de Werner Sombart, Kondratiev e Joseph Schumpeter; na sociologia analisou as teses de Max Weber e Durkheim; na antropologia, conhecia profundamente os trabalhos de Claude Lévi-Strauss e Karl Polanyi; e na história recebeu orientação de Lucien Febvre e de Marc Bloch, de quem se diz herdeiro.

Braudel acreditava que, com o isolamento das ciências sociais, essas correriam o risco de se fragmentar e perder a perspectiva de totalidade.

A investigação Geo-histórica permite constatar que cada época histórica particular prefigura um jogo peculiar de possibilidades humanas e de determinações naturais, transformando, em certa medida, o espaço em sujeito dos processos históricos da sociedade. Neste sentido Yves Lacoste e Milton Santos também compartilham da ideia de Braudel sobre as temporalidades do processo histórico e defendem a necessidade de que a geografia deve também proceder, como na geo-história, à distinção sistemática de diferentes níveis de análise espaço-temporais.

Segundo Moraes (2007), Geografia e História são dois campos de conhecimento afins, entretanto, por muito tempo percorreram caminhos diferentes na explicação da realidade. Por influências kantianas na divisão do conhecimento coube à Geografia, ciência empírica, estudar o presente e à História, estudar o passado.

Esta forma de analisar separadamente a relação espaço-tempo em nossa opinião foi prejudicial ao entendimento das mediações e particularidades que existem para além da aparência do real. Por isso, nossa proposta é resgatar a história como elemento fundante da análise geográfica. Mas alguns cuidados devem ser tomados na adoção da perspectiva histórica para os estudos geográficos, a fim de evitarmos um estudo pretensamente de cunho historiográfico e com pouca ênfase na Geografia.

Grandes contribuições para estas reflexões são encontradas em Moraes (2008) que atenta para algumas questões importantes na relação destes campos disciplinares.

De imediato, recusam-se as visões tradicionais mais recorrentes da relação enunciada – da parte dos historiadores, a localização da —geografia como introdução da história, embasada na concepção herderiana de ver a terra como palco das ações humanas; - da parte dos geógrafos, a repisada formulação de ver a —geografia como história do presente. (MORAES, 2008, p.21).

Segundo o autor supracitado, estas duas visões, ao invés de relacionarem as referidas ciências, fazem o contrário, dissociam-nas. Neste caso a Geografia é antefato da História, enquanto na segunda, ela é posta como uma realidade pós-histórica. Acredita-se que uma análise mantendo uma inter-relação entre estas duas ciências, caminha em sentido contrário ao que foi dito anteriormente.

Deve-se ter em mente que a relação espaço-tempo é fundamental para se entender a realidade, qualquer que seja o objeto de estudo.

Neste sentido, Rojas (2003 apud PIRES, 2008, p.17) afirma que:

A proposta braudeliana da geo-história [...] é afinal a exemplificação desta específica síntese entre história e geografia. Ela combina o raciocínio histórico 'com o raciocínio geográfico, visando colocar em seu centro a dialética espaço/tempo que constitui, sem dúvida alguma, uma das coordenadas centrais de qualquer teoria social.

Assim, busca-se o entendimento da realidade em sua totalidade, ou seja, considerando-se os processos e mediações do universal e do singular para se compreenderem as particularidades concreto-abstratas.

Acredita-se ser a história, a universalidade dos processos e a Geografia, a particularidade deste universo, concretizado nos lugares, uma vez que se torna importante espacializar as relações sociais. No caso do estudo sobre as ações educacionais e a consolidação da dinâmica socioespacial em Garanhuns, pretende-se compreender como as relações sociais, incrementadas através das ações educacionais, possibilitam aos diversos agentes sociais se espacializarem buscando o entendimento da produção do espaço neste município.

Segundo Moraes (2008, p. 44):

[...] espacializar é de imediato particularizar, pois as determinações oriundas das características do meio (natural e construído) acabam dando as relações próprias de um lugar localizado temporal e espacialmente. O lugar sendo posto, assim, como mediação. A espacialidade como elemento particularizador dos fenômenos históricos.

Para a nossa concepção de espaço geográfico, nós nos apoiamos ainda nas reflexões de Moraes (2008), que o compreende mediante a relação dialética entre sociedade e espaço, cujos valores de uso lhes são conferidos pelas relações sociais, que determina o *status* de território.

Reforçando o debate sobre a perspectiva geográfica de análise do passado, Ferro (1986, p.67) afirma que:

[...] o trabalho e a investigação do geógrafo não podem deixar de ter em conta as transformações históricas do território que se examina, com duplo objetivo de reconstituir as condições do ambiente no passado e, sobretudo, de se reportar às formas de vida, às condições de civilização, às técnicas de trabalho e aos tipos de consumo do passado; e tudo isto não só para melhor compreender as condições de então, mas também as condições do presente[...].

A afirmação de Ferro (1986) torna perceptível a diferença do olhar e do papel do geógrafo na análise de uma realidade do passado, o que lhe permite elencar as mediações históricas que possibilitaram a formação territorial e suas transformações no decorrer do tempo.

Segundo Norton (1984) citado por Silva (2007, p. 76):

O que distingue a Geografia Histórica da História propriamente é que, do ponto de vista da periodização, não há para a Geografia Histórica uma divisão lógica entre passado e presente, sendo a tarefa do geógrafo histórico não apenas descrever as mudanças na paisagem, mas compreender a mudança histórica do fenômeno geográfico.

Neste sentido conforme Moraes (2002), o território só se explica pela história. Tomando referências teóricas diferentes, mas com ideias similares, Santos (1999) assinala que o espaço é um acúmulo de tempos desiguais atuando simultaneamente.

Em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Este é o eixo das sucessões. Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Temos aqui o eixo das coexistências. (...) O entendimento dos lugares em sua situação atual e em sua evolução, depende da consideração do eixo das sucessões e do eixo das *coexistências* (SANTOS, 1999, p. 126).

Por essa razão ao analisarmos, numa perspectiva espacial, as ações educacionais enquanto instrumento de construção de uma práxis teleológica, intenta-se dar inteligibilidade à dimensão de uma prática que envolve intenções, possibilidades e estratégias que variam tanto no tempo como no espaço, pois envolve aspectos espaciais e temporais qualificados socialmente. Portanto, a seletividade espacial é uma prática amplamente adotada no processo de decisões locais, as quais estão associadas ao processo de difusão espacial⁹.

⁹ Para Azevedo (2010), ao abordar esses temas é necessário distinguir a ideia difundida de seu agente difusor. A ideia, nesse caso, é a educação, embora não desconsideremos ser essa uma afirmação controversa, haja vista a indefinição epistemológica da Pedagogia, que tem suscitado questionamentos quanto a seu objeto de estudo, apontando como possibilidades a educação e o

O conceito de difusão como tema de estudos geográficos de acordo com Barros (1992, p. 90) “[...] foi cunhado por Taylor (1871), para denominar processos de homogeneização cultural, por propagação de elementos”. Inscreve-se assim, na tradição antropológica como paradigma de entendimento das mudanças culturais por via da extensão de elementos de uma cultura a outra. A ênfase é menor em invenções independentes em culturas paralelas que em presença – ou não – de transmissões e interinfluências. Nesta abordagem, de acordo com Barros (1998, p.04) a ideia é que,

As paisagens se vão transformando, mudando, por conta da difusão da função sobre elas de objetos, pessoas, práticas econômicas e culturais, novas formas de uso da terra, etc. O conceito de difusão está, portanto no centro da consideração da dinâmica das paisagens. Dois subconceitos se apresentam nesta abordagem: o de centros difusores ou centros que emitem propagação dos elementos; e o de superfícies de propagação dos elementos.

Pode-se afirmar que esta função é um dos mais poderosos instrumentos da propagação de elementos materiais ou simbólicos nos tempos atuais. Esta difusão se apoia em geral em redes de cidades já existentes, neste sentido os estudos de difusão geográfica “[...] com o andar do tempo foram relacionados à teoria das localidades centrais elaborada por Walter Christaller - através dos estudos de Brian Berry, observando-se a infiltração da difusão através da hierarquia das cidades” (BARROS, 1998, p. 62). Referindo-se aos avanços verificados nos estudos das difusões continua Barros (1998, p. 63):

Os progressos nos estudos das difusões não cessaram. Concepção detalhada do campo de difusão espacial de inovações como uma superfície detentora de arranjos espaciais pretéritos, de maneira tal a gerar interpretações entre as condições anteriores e as novas variáveis em propagação nos países desenvolvidos, deve-se a Santos (1978), que denominou esta condição de rugosidades do espaço.

Barros (1998, p. 38) citando Johnston (1990), referindo-se a Hagerstrand afirma que este autor, re-elaborando suas formulações anteriores,

[...] imergiu suas ideias sistemáticas de difusão no paradigma denominado

ensino. Libâneo (2001, p. 06) a define como “um campo de conhecimento sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa”. E Educação é prática humana e social espacial, que transforma seus partícipes numa perspectiva física, mental e cultural em contextos individuais e coletivos. A ideia difundida é a educação transfigurada na experiência acumulada, nos saberes e práticas históricas e espacialmente construídas pela cultura transformada em patrimônio social. Neste estudo, o agente difusor são as instituições de ensino, cuja missão é pluridimensional, mas da qual podemos depreender a criação e difusão cultural, ou difusão da ideia educacional.

time-geography desenvolvido por ele e associados na Universidade de Lund, Suécia (...) enfatizando a importância da continuidade e conexão para sequências de eventos que, necessariamente, acontecem circunscritos no tempo e no espaço. “Os resultados das sequências”, continua Barros, “são afetados mutuamente devido ao fato de estas sequências terem localizações comuns”. Esta abordagem analítico-geográfica da dinâmica dos lugares é de importância capital para a “geografia da educação” (Grifo nosso).

Nesse sentido Silva (1995) retomando os estudos sobre difusão espacial de uma inovação entende que:

A difusão espacial das inovações impõe influências opostas sobre o espaço preexistente, que cede parcialmente ao novo. Isso porque as inovações aparecem no seio da velha estrutura espacial e não depois do seu desaparecimento. Desse modo a difusão de inovações impõe coexistências e superposições de formas espaciais de períodos diferentes e contraditórios, um passado e um futuro, em que alguns elementos desaparecem enquanto outros se desenvolvem. A evolução do espaço tem, portanto, a difusão de inovações como um dos processos de geografação de um conjunto de objetos e fenômenos sociais de eras diferentes. Daí a noção de espaço ser parte constituinte e constituída pela ideia de tempo. Cada fenômeno socioespacial difundido tem seu tempo específico, dentro de uma totalidade que se apresenta como um mosaico de eras. Nesse sentido, tornam-se imprescindíveis periodizações específicas para esses fenômenos que geram uma diferenciabilidade espaço-temporal (SILVA, 1995, p. 45)

Desse modo, compreende-se a espacialidade tal qual a dimensão espacial assumida por determinado fenômeno natural, grupo social, ideias e outros objetos passíveis de serem estudados em um determinado recorte temporal. Esta dimensão espacial se configura de maneira diferenciada em diferentes momentos e, por sua vez, adquire dinâmica a partir da difusão de ideias, objetos, pessoas e coisas, que altera o conteúdo, a forma, a função e a estrutura destes espaços, sendo necessário buscar nos diferentes contextos espaço-temporais a compreensão da espacialidade atual das ações educacionais.

A seletividade, no entanto, deriva de uma combinação entre atributos das localizações, mutáveis ao longo do tempo, das necessidades e possibilidades de construir, reconstruir e controlar territórios.

Assim sendo a configuração das relações sociais está muito ligada à questão da territorialidade, uma vez que é através dela que criamos um significado para o lugar (HAESBAERT, 2005). Ao darmos um significado para o lugar, estamos promovendo a sua apropriação, que se dará, então, através do uso e não necessariamente através da propriedade. Para Rosendahl (2001, p. 45), “[...] a organização interna dos territórios (...) é dinâmica e móvel no espaço”.

Em realidade, o território, como um conceito-chave na geografia, é um importante instrumento de existência e reprodução do agente social que o criou e o controla, conforme argumentam Sack (1986), Bonnemaïson (2002), Rosendahl e Corrêa (2003) e Rosendahl (1996, 1997, 2003 e 2005). O olhar geográfico reconhece no território um caráter cultural, além de seu caráter político, especialmente quando os agentes sociais são grupos culturais étnicos, conforme aponta Bonnemaïson (2002).

Desse modo as ações educativas implementadas na Região de Garanhuns, ao longo de um contexto histórico, possibilitaram a produção de uma dinâmica sócio espacial, não apenas a partir dos aspectos puramente instrumentais, mas também como afirmado por Habermas (2000), avançando na elucidação dos aspectos filosóficos e epistemológicos, contribuindo para o processo da construção de um conhecimento que possa abrir novas possibilidades para a busca de valores que favoreçam as mudanças necessárias para uma aproximação entre os homens a sociedade e a natureza, sustentadas por um projeto emancipador.

Não existindo conhecimento desinteressado, o interesse prevalece como fenômeno controlador e orientador do conhecimento numa perspectiva do paradigma da consciência (HABERMAS, 1982).

Daí a motivação e o interesse de se estudar em Garanhuns, uma vez que a centralidade do município seja na organização, promoção e oferta de programas e serviços sociais, culturais e educativos, seja no apoio às várias iniciativas da sociedade civil nestes domínios, com vista ao estabelecimento de uma política local que concretize um projeto educativo global para a cidade, potencializa a possibilidade de realização educativa e clarifica o papel dos diferentes agentes na rentabilização dessas potencialidades.

Dessa maneira percebe-se como a expansão das Escolas públicas e privadas, universidades, institutos federais, escolas profissionais e outros estabelecimentos em Garanhuns (PE), está correlacionada/associada com o desenvolvimento de práticas espaciais, podendo-se avaliar como esta correlação produz uma identidade territorial nos dias atuais.

Como o presente trabalho tem a preocupação de estudar as ações educativas providenciadas pelo Estado nos âmbitos federal, estadual e municipal, pela iniciativa privada e pelas Igrejas (Católica e Protestante), a partir da criação de instituições educacionais na região de Garanhuns (PE), torna-se indispensável

realizar uma análise que consiga apreender momentos distintos dessa mesma realidade, uma vez que, as ações educativas transformam as paisagens, pois ao se difundir por determinadas áreas da superfície terrestre instala novos equipamentos, cria e altera assentamentos nas áreas pelas quais se interessa, remodela relações entre esses assentamentos e o meio circundante.

Desta forma certas frações do espaço e/ou subespaços passam a se diferenciar de outros por conta da presença imperativa das instituições de ensino e, por conseguinte, das ações instrucionais. Portanto, as ações educacionais enquanto agentes de formação socioespacial transformam-se através de suas práticas, em um importante instrumento de constituição da sociedade, tendo em vista que redimensionam o espaço, redefinem a região e redesenham paisagens.

Em face dessas considerações no senso comum, o conceito de Região, conforme aponta Gomes (1995, p.53) está associado à localização e à extensão de um certo fato ou fenômeno, “[...] um conjunto de área onde há o domínio de determinadas características que distinguem aquela área das demais”.

Na região de Garanhuns, área objeto do presente estudo, por exemplo, uma série de fatores geográficos que se influenciam mutuamente caracterizam um perfil que resgata a discussão sobre o próprio conceito de região, em relação às ações educacionais. Nesse particular, dois aspectos são levados em consideração nesta identificação regional: o funcional/relações e o ambiental.

O primeiro aspecto é que a cidade Garanhuns, como centro de relações, configura-se como protagonista de um subsistema urbano regional (no Agreste Meridional). O segundo aspecto relaciona-se a localização em altiplano da cidade de Garanhuns e municípios vizinhos, conferindo-lhes uma peculiaridade ambiental de natureza montana, com todas as significações para o uso do solo anterior e para o desenvolvimento das ações educativas e questões ecológicas e de conservação.

Algumas ideias podem ser traçadas no sentido de se tentar entender melhor esse debate. Para Gomes (1995,949) “[...] Reconhecer a existência da região significa aceitar seu uso, (...) significa conceber nesta multiplicidade de conceitos a riqueza e o objeto propriamente de uma investigação científica”.

Esse reconhecimento faz-se importante porque nos coloca uma questão de fundo que é a inegável existência da região nos domínios da ciência, mas também nos domínios da cultura, da política, da economia e do senso comum. Assim, o ponto fundamental deve ser o recorte feito de análise entre a região vista

com base no senso comum e a região enquanto conceito científico e pensado a partir de critérios reconhecidos como suportes capazes de formular claramente sua existência.

O presente trabalho tenta aliar as temáticas a respeito de estado enquanto agente jurídico, religião, espaço e educação, envolvendo as ações instrucionais da Igreja Católica e Protestante (Presbiteriana) enquanto agentes (re)produtores de determinadas condições sociais, à medida que se apropria, organiza, produz e reproduz o espaço ao seu redor.

Dessa forma, entende-se que o estudo se mostra como uma nova forma de analisar a lógica que se materializa no desenvolvimento das práticas espaciais na cidade de Garanhuns em função das ações educativas e como se processa a sua difusão. Nesta perspectiva, a investigação implicará na análise das conexões dos diversos elementos que constituem o espaço, porém, mais ainda, na compreensão dos determinantes históricos e das especificidades de cada um deles, consolidando as práticas espaciais operacionalizadas e vivenciadas.

Para alcançar os objetivos dessa pesquisa, consideramos a organização socioespacial da cidade de Garanhuns (PE) incorporada ao espaço educacional do Estado de Pernambuco, visando à compreensão do cenário que caracteriza o processo de transformação do urbano, em função das estratégias desenvolvidas para atender as demandas educacionais, levando-nos a refletir o modo como se realiza esse processo de reprodução sócio espacial e quais as implicações resultantes desse procedimento.

De forma objetiva no presente trabalho pretendemos pensar o espaço, no contexto das transformações decorrentes da difusão e abrangência das ações educacionais na região de Garanhuns com sua cultura, seus interesses, valores e práticas espaciais vivenciadas na região e, por conseguinte na definição de sua identidade territorial.

Sendo assim, para compreendermos as transformações ocorridas no espaço em função das ações educacionais temos de desvendar de que forma os homens, organizados em sociedade, atuam sobre a configuração territorial, modelando as paisagens. Como essas transformações ocorrem de forma desigual ao longo do tempo, torna-se necessária uma retomada histórica para entendermos o espaço geográfico.

3.4 A EDUCAÇÃO, OS AGENTES SOCIAIS CONCRETOS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

De acordo com Corrêa (1995), o espaço urbano é fragmentado, pois possui diferentes tipos de uso - áreas comerciais, industriais, residenciais ou de expansão urbana. No entanto, essas diversas áreas encontram-se articuladas através dos chamados fluxos, ou seja, pela circulação de pessoas, de mercadorias, de investimentos ou de decisões. Para esse autor,

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço (CORRÊA, 1995, p.11).

Para Carlos (1990), a cidade é produto das contradições de classe e envolve interesses e necessidades diversas. Assim, o espaço é produzido através das lutas que ocorrem na cidade.

Nesse contexto, Corrêa (1995) identifica como agentes sociais envolvidos na produção do espaço urbano: os proprietários fundiários e dos meios de produção, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Segundo o mesmo autor, os dois primeiros agentes possuem interesses conflitantes, pois os proprietários dos meios de produção necessitam de terrenos amplos e baratos, não estando interessados na especulação fundiária. Já os proprietários fundiários veem na retenção de terras uma possibilidade de ampliar seus lucros, pois ao criar uma escassez de oferta haverá um aumento de preço.

Com relação à atuação dos promotores imobiliários - conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente, as seguintes operações: incorporação, financiamento, construção e comercialização do imóvel, o autor afirma que esta atuação ocorre de modo desigual. Seus investimentos são voltados principalmente para a construção de imóveis para atender às classes mais favorecidas, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista.

Por fim, Corrêa (1995) conclui que ao produzirem favelas, invadindo terrenos públicos ou privados, os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço.

A produção do espaço urbano está intimamente ligada ao jogo de interesses entre os seus agentes e partícipes, fruto das relações simbólicas e contraditórias do capitalismo em suas múltiplas facetas. O espaço urbano é artificial,

construído no meio antes natural e, em seguida, manipulado numa teia de ações sociais, onde as relações entre os atores envolvidos nem sempre resultarão na aplicabilidade das soluções que visem os anseios da maioria.

Como nos expõe Cavalcanti (2001, p. 68):

Colocar como meta compreender a cidade e explicar a produção do espaço urbano implica entender esse espaço como relacionado à sua forma (a cidade) mas não se reduzindo a ela, à medida que ela expressa muito mais que uma simples localização e arranjo de lugares, expressa um modo de vida. Esse modo de vida não está ligado somente ao modo de produção econômica, embora sofra seu constrangimento, mas está ligado a todas as esferas da vida social: cultural, simbólica, psicológica, ambiental e educacional.

O espaço urbano e a utilização do solo urbano são destinados a poucos atores, gerando uma crescente massa de excluídos sociais. Para Carlos (1990), a cidade é produto das contradições de classe e envolve interesses e necessidades diversas. Assim, o espaço é produzido através das lutas que ocorrem na cidade.

O território tratado como espaço humano, espaço habitado e usado por uma sociedade, resgatará os conceitos de fixos e fluxos, no âmbito das relações dos atores que produzem o espaço. Isto, porque “[...] destrinchar as relações existentes entre estes elementos, tornando os conceitos em realidades empíricas, permitirá que se vislumbre, no tempo e no espaço, a transformação” (SANTOS, 1997, p. 48).

Ao longo de décadas, as ações educacionais vivenciadas em Garanhuns têm contribuído para o desenvolvimento da função educacional ratificada nos dias atuais. Hoje pode-se afirmar que essa cidade tem a função educativa não só porque nela se encontra um número considerável de instituições de ensino básico, um campus avançado da UPE (mais antigo), mas também porque a Universidade Federal Rural, junto com a Autarquia Municipal e novas instituições privadas de ensino superior, conferem uma funcionalidade de grande relevância para a organização e produção do espaço dessa cidade.

No âmbito econômico, a função educacional de Garanhuns tem servido para a reprodução de diversos agentes. Como exemplo, podem-se citar os comerciantes, os prestadores de serviços, os profissionais liberais formais e informais, etc. Dentre esses agentes destacam-se aqueles ligados ao setor imobiliário e isso porque, dada a especificidade desse setor da economia, eles exercem hegemonia na organização espacial da cidade, ao levarem em conta a demanda do público estudantil por habitação, modelam o espaço da cidade (Figura.

31).

Figura 31: Prédio de apartamentos à Rua Capitão. Pedro Rodrigues, erigido em frente a UPE para atender a demanda estudantil em Garanhuns



Fonte: Arquivo do autor, Maio 2015.

Deste modo, a ideia defendida nesse trabalho é que a produção do espaço da cidade de Garanhuns decorre da ação de agentes que têm nas atividades educacionais os condicionantes para sua reprodução. Essa reprodução se materializa naturalmente nas paisagens urbanas. Desse modo, Barros, (1998, p. 4) referindo-se a paisagem como substância, afirma que, “[...] convencionalmente, ou tradicionalmente, a paisagem em Geografia aparece na sua forma digamos substantiva, ou com ênfase no seu conteúdo material”. Reforçando a ideia o autor citando Wagner e Mikessel (1962, p. 11) continua:

Para esses autores, a paisagem seria o concreto e característico produto da complexa interação entre uma determinada comunidade humana com suas preferências e potenciais culturais e um quadro de circunstâncias naturais. É ela o resultado de muitas eras de evolução natural e de sucessivos esforços de gerações.

Barros (1998, p. 72) diz ainda que: “[...] a paisagem pode ser culturalmente interpretada, quando ela passa a ser vista como um texto, transformando-se num manuscrito no qual está escrito a história cultural da área, onde a sociedade registra suas maneiras de viver, suas crenças e valores culturais”. Desse modo as ações educacionais transformam-se em um fenômeno social que envolve vários agentes em um complexo jogo de atividades e serviços relacionados

aos deslocamentos, transportes (Figura 32), alojamento, alimentação, circulação de produtos, atividades relacionadas aos movimentos culturais pertinentes às ações educacionais que redimensionam a dinâmica socioespacial da cidade, lazer e entretenimento, gerando assim vida e movimento na cidade de Garanhuns (Figura 33).

As referidas ações, a partir da instalação de instituições de ensino na sua enorme complexidade, revestem-se de tríplice aspecto com incidências territoriais específicas em cada um deles. Trata-se do fenômeno que apresenta áreas de deslocamentos (emissoras) e áreas de atração (receptoras). É nessas áreas que se produz a dinâmica espacial ou se reformula o espaço anteriormente ocupado. É aqui que se dá o consumo do espaço. Isso significa dizer que o espaço também se torna mercadoria, entra no circuito da troca, e, com isso, espaços antes desocupados se transformam em mercadoria, entrando na esfera da comercialização, submetendo-se cada vez mais ao jogo do mercado imobiliário – à medida que há novas estratégias para a acumulação que se concretiza por meio dos empreendedores imobiliários (Figura 34) – e das políticas estratégicas do Estado – que tende a criar o espaço de dominação e de controle.

Figura 32: Estudantes no entorno da UPE redimensionando o espaço, redefinindo a região e redesenhando paisagens, – Bairro São José – Garanhuns



Fonte: Arquivo do autor. Setembro 2014.

Figura 33: A I Bienal Internacional do Livro do Agreste em Garanhuns realizada em Setembro de 2012



Fonte: Foto arquivo do autor. Setembro 2012

Figura 34: Logomarca da Bienal



Fonte: <http://www.vecgaranhuns.com>. Novembro 2015.

Figura 35: Rua Capitão Pedro Rodrigues – prédios de apartamentos surgidos próximo à UPE



Fonte: Arquivo Pessoal do autor. Maio 2015.

Com isso, transforma-se substancialmente o uso do espaço e, conseqüentemente, o acesso da sociedade a ele. Nesse contexto, o valor de troca – impresso no espaço mercadoria – impõe-se ao uso do espaço à medida que os modos de apropriação passam a ser determinados cada vez mais pelo mercado. O consumo do espaço se analisa no movimento da transformação do uso em troca – de sua mutação em mercadoria, que impõe o fato de que seu acesso se realiza pela mediação do mercado, acentuando o papel e a “força” da propriedade do solo. Tal fato implica em profundas mudanças nos modos de uso.

No plano local, a consequência direta desse fato é o aprofundamento de separação entre espaço público/espço privado, e também a mercantilização dos espaços próximos e acessíveis às instituições de ensino como, por exemplo, a construção de prédios de apartamentos para alugar a estudantes, professores e técnicos (Figura. 36).

Neste sentido, a Geografia, em seu vasto campo conceitual, dispõe de elementos consistentes que lhe possibilitam realizar inventários e identificar áreas ou pontos potenciais para o desenvolvimento das ações educativas, bem como dar significados, objetivos e finalidades aos elementos constitutivos do espaço, resultantes das relações sociais em um processo interativo, analisando a interface

sociedade/natureza, buscando um diálogo que permita a articulação de fatos, conceitos, processos e tendências entre suas categorias de análise, de modo contextualizado, possibilitando a compreensão das dinâmicas que estimulam as ações educacionais.

Figura 36: Rua Capitão Pedro Rodrigues e a mercantilização dos espaços próximos e acessíveis a UPE



Fonte: foto arquivo do autor. Setembro 2014

Neste particular, depreende-se que não é a função econômica possibilitada pelas atividades educacionais o objeto de estudo da geografia da educação. O centro de interesse da mesma está nas formas, nas dinâmicas e nas representações das paisagens derivadas das ações educacionais, e nas diferenciações de áreas ou regionais que estimulem a atividade educacional ou que se criem por conta dela.

3.4.1 Dinâmica Espacial a partir de Agentes Educacionais

Estudar o espaço sempre foi prioridade em qualquer pesquisa geográfica, pois o olhar do geógrafo deve ser sempre aquele de observar as articulações que nele ocorre, através principalmente da ação do homem, onde os arranjos espaciais estão inseridos. Em Garanhuns essas articulações ocorrem a partir de agentes educacionais, sendo as instituições de ensino (básico e superior) as promotoras

dessas mudanças.

O espaço de fluxos a que Milton Santos (1995) se refere e que se auto regula, pode ser encontrado em Garanhuns e tem se intensificado com a expansão da UPE, a consolidação da AESGA e a instalação da UFRPE/UAG, pois antes mesmo do funcionamento desta última, já teve início articulações para melhor aproveitar essa nova situação que se vislumbrava na cidade, alterando seu cotidiano.

Os fixos continuam, já que a cidade permanece em seu cotidiano de comércio, feiras e os serviços prestados (educação ensino fundamental, médio e saúde), mas os fluxos se intensificaram com os novos serviços e oportunidades que se apresentam para alguns, para atender principalmente às instituições de ensino mencionadas acima.

Os arranjos, como afirma Milton Santos, podem ser descontínuos, já que uma nova espacialidade surge no local, fazendo aparecer novos personagens que são protagonistas dessas mudanças, pois apostaram desde cedo nas transformações que poderão vir para o município através desse empreendimento educacional.

As alterações espaciais promovidas pelos fixos não se reduzem apenas à paisagem em si, mas também, pela própria dinâmica inerente aos mesmos. Nesse sentido, alteram-se os fluxos que, de modo dialético ou combinado, interferem na própria estrutura dos elementos fixos geradores das transformações espaciais. Ou seja, a presença de um fixo acaba influenciando na organização espacial e exigindo uma readaptação dos homens, que passam a ser submetidos a uma nova racionalidade, que, por sua vez, poderá interferir no próprio objeto fixo.

Assim, devido à grande complexidade inerente aos processos socioespaciais, a alteração da paisagem é apenas um indicativo da reconfiguração do espaço, que nos traz embutida em si uma mensagem, sendo então necessário interpretá-la, ultrapassar a paisagem como aspecto, chegando ao seu significado (SANTOS, 1995).

Por esses fatos percebe-se que com a expansão da UPE, da AESGA (Figura. 36) da instalação de diversas instituições de ensino superior (UNIT, UNOPAR, UVA, FADIRE etc.) bem como a interiorização do UFRPE/UAG, cria-se a esperança de crescimento para a cidade e região, através das atividades diversas que estão se desenvolvendo, para atender as novas demandas que surgem. São

professores, técnicos e alunos que passam a conviver no dia-a-dia da cidade, surgindo a necessidade de comércio variado (Figura. 37), serviços e moradias para alugar a esses novos agentes em função do surgimento de novas demandas, conforme relato de comerciantes e pessoas físicas por nós entrevistados, demonstrando esperança nos empreendimentos educacionais.

Desse modo, segundo Fernandes (2000), a organização socioespacial envolve várias dimensões do espaço geográfico, tais como as dimensões sociais, políticas, econômicas, e, por ser um conceito muito amplo, acaba exigindo um grande esforço de síntese para se realizar uma pesquisa voltada para a compreensão de qualquer área de estudo, independentemente da escala adotada. Somente através do entendimento da organização socioespacial é que se pode compreender o espaço que se esconde através da paisagem.

Figura 37: AESGA mantenedora das Faculdades de Ciências da Administração de Garanhuns (FAGA), Faculdade de Direito de Garanhuns (FDG), Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas de Garanhuns (FAHUG) e Faculdade de Ciências Exatas de Garanhuns (FACEG).



Fonte: foto arquivo do autor. Setembro 2014 – Maio 2015.

Figura 38: Multinacional instalada Vendo-se à direita o centenário Colégio Presbiteriano Quinze de Novembro, possibilitando um intenso fluxo de pessoas



Fonte: foto arquivo do autor. Setembro 2014 – Maio 2015.

Por este motivo, torna-se muito importante entender as influências do espaço nas relações sociais, bem como, conhecer de que forma as alterações nele produzidas podem modificar tais relações. Diante do exposto, percebe-se que todos esses conceitos tomados isoladamente ou de maneira integrada têm sido fortemente ressaltados pela Geografia das atividades educacionais, objetivando compreender a sua organização.

Com base no exposto anteriormente, e analisando as relações entre a Ciência Geográfica e as atividades educacionais, dentro de uma divisão da Geografia Geral, através dos ângulos proporcionados pelas áreas temáticas, a Geografia da Educação pode situar-se dentro do campo da Geografia dos serviços, que sendo planejada e organizada por ações educativas, a partir da instalação de instituições de ensino – básico e superior principalmente – pode converter-se num elemento dinamizador de desenvolvimento local e regional, permitindo com isso, a diversificação da economia, a ocupação da mão de obra local, o fomento ao espírito empresarial e o incentivo ao desenvolvimento comunitário através de ações

culturais, uma vez que certas iniciativas voltadas para o incremento da educação na cidade de Garanhuns demonstram claramente a importância dos aspectos institucionais, ideológicos, econômicos e culturais que compõem as ações integradas para a instalação e difusão das instituições de ensino e o planejamento, desde a concepção dos projetos até a sua implementação, clarificando aí, o papel do poder constituído em parceria com a iniciativa privada.

Por tal razão, na presente pesquisa buscamos a compreensão, percebida claramente de que, a formação do fluxo entre a cidade a região de Garanhuns e as periferias em particular, através das atividades educacionais por meio da indução do estado, com o incremento das ações educativas, propicia a análise da essência do processo histórico de formação e ocupação territorial do município de Garanhuns e seu entorno, já que este, como centro de convergência regional, necessita funcionar, de forma articulada em termos de rede, controlando territórios cada vez mais extensos.

Assim, percebe-se que o crescimento das atividades educativas promoveram o surgimento de serviços cada vez mais especializados (Figura. 39), objetivando atender às necessidades da população urbana e os novos estilos de vida, conforme relato de empresário do setor que afirma: *“Com efeito, nos dias atuais, as mudanças nos estilos de vida incrementadas pelos estudantes e seus familiares que chegam à nossa cidade, acelerando o consumo, tem incentivado muitos a investir em equipamentos de lazer e alimentação”* (Transcrição reservando o direito de anonimato do Empresário).

Desse modo, os investimentos educacionais têm contribuído para o forte crescimento do ramo de serviços, que tem consolidado o seu papel como elemento fundamental para a geração de emprego e renda e, por conseguinte, para o dinamismo do espaço urbano.

Neste sentido, um número considerável de equipamentos urbanos vem conhecendo um processo de expansão dos serviços sobre o espaço urbano de Garanhuns e, por conseguinte, da necessidade de mão de obra que muitas vezes é licenciada do setor primário, atualmente em crise e o secundário também bastante decadente na região.

Figura 39: Soul Music Bar - Bar, Night Club moderno, equipamento urbano situado à rua Joaquim Távora em Garanhuns – PE, nas proximidades do Col. XV de Novembro da UNIT – Universidade Tiradentes e AESGA, instalado em função dos novos estilos de vida baseados no aumento e na aceleração do consumo, possibilitado pelas ações educacionais.



Fonte: foto arquivo do autor. Setembro 2014 – Maio 2015.

O crescimento das atividades educacionais nos últimos anos em Garanhuns vem provocando o surgimento de diversos estabelecimentos especializados, atendendo (Figura. 40), desse modo, às novas necessidades impostas à população local, em função dos novos estilos de vida baseados no aumento e na aceleração do consumo, contribuindo para a redefinição da morfologia do espaço urbano, trazendo profundas mudanças, visto que redefine singularidades espaciais, reorientando seu uso com novos modos de acesso. Nessa vertente de raciocínio pode-se afirmar que o processo de reprodução espacial da cidade de Garanhuns é influenciado pelo desenvolvimento das ações educacionais.

3.5 GARANHUNS-PE: OS CONDICIONANTES AMBIENTAIS E AS AÇÕES EDUCACIONAIS

Como podemos perceber, a região em causa se constitui numa área de

clima tropical de altitude, isolada dentro de uma extensa região de climas megatérmicos, e isso explica as condições sempre agradáveis e sempre aprazíveis dos seus ares, viabilizando significativamente várias formas de uso e ocupação do espaço.

Figura 40: Lanchonete especializada (multinacional) entre o Colégio Quinze de novembro à direita e a UNIT (Universidade Tiradentes) à esquerda, surgida em função das novas demandas ocasionadas pelas ações educacionais



Fonte: foto arquivo do autor. Setembro 2014

As condições naturais associadas aos aspectos econômicos e socioculturais possibilitam à cidade e a região de Garanhuns, dentro do nordeste brasileiro, condições bastante singulares. Acredita-se ser este um dos pontos determinantes na escolha de Garanhuns, em detrimento de outras áreas, no projeto da Igreja Católica e, por conseguinte, da Igreja Protestante (Presbiteriana) de reestruturação de suas ações, principalmente com relação às ações instrucionais.

A condição de lugar calmo, onde a altitude e a disposição geográfica influenciam sobremaneira, permitindo maior retenção de umidade e condições climáticas mais amenas, diferentes do conjunto agreste-sertanejo, onde reina o calor, possibilita dentro dos padrões estabelecidos pela Igreja Católica Romana a condição de lugar de oração e estudo.

Neste particular, a cidade de Garanhuns possuía todas as qualidades necessárias a implantação e/ou instalação de instituições de ensino confessional

(Católicos e Protestantes), uma vez que, de acordo com as diretrizes tridentinas¹⁰ normatizadas e vivenciadas pela Igreja Católica (Figura. 41), a educação é entendida como cultivo da inteligência e das virtudes, promovendo uma educação integral que compreende a vigilância sobre os costumes e o cuidado com o adequado desenvolvimento das faculdades da alma. Tal proposta educativa só poderia ser desenvolvida em determinados espaços onde o verde, o clima ameno e o silêncio estivessem presentes (WERNET, 1987).

Figura 41: Igreja Matriz de Santo Antônio e o Colégio Santa Sofia (Damas da Instrução Cristã no Brasil materializando a relação oração/educação do princípio tridentino¹⁰



Fonte: foto arquivo do autor julho/ 2013.

Neste particular, uma análise sistêmica das questões ambientais na referida área de estudo se tornaram determinantes à medida que a compreensão das relações sociedade/natureza possibilitou a consolidação de um projeto educacional consistente, transformando a cidade de Garanhuns em um centro Educacional promissor, redimensionando a lógica das relações socioespaciais.

¹⁰ Tridentino; Referente ao Concílio de Trento, realizado de 1545 a 1563, foi o 19º concílio ecumênico. É considerado um dos três concílios fundamentais na Igreja Católica. Foi convocado pelo Papa Paulo III para assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica, no contexto da Reforma da Igreja Católica e a reação à divisão então vivida na Europa devido à Reforma Protestante, razão pela qual é denominado também de Concílio da Contra-Reforma.

3.5.1 As ações educacionais e sua interação com o meio ecológico

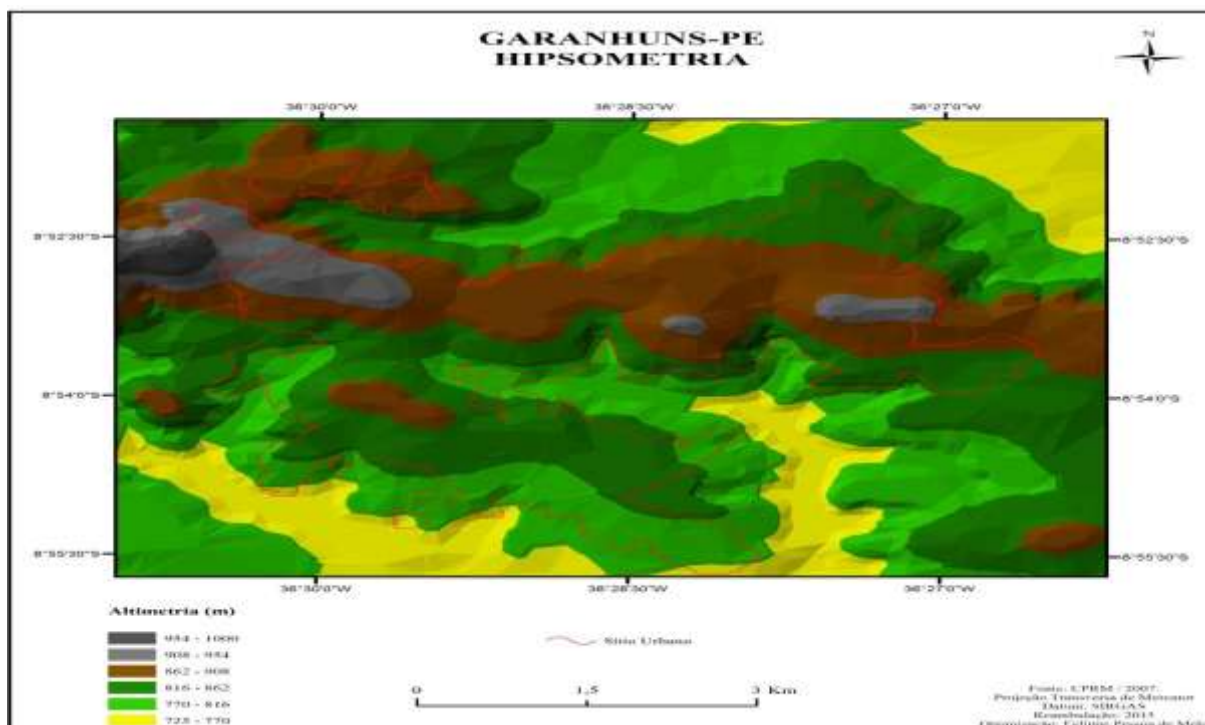
Diante dos fatos, percebe-se que é historicamente reconhecido, que as potencialidades de recursos naturais verificadas tiveram decisiva influência no processo de povoamento e da ocupação da região de Garanhuns, que as condições geoambientais contribuíram para a estruturação do quadro regional, determinando sempre, de algum modo, a localização e a diversificação das atividades sociais e econômicas, inclusive o turismo e a educação.

A região de Garanhuns que se encontra localizada, como já frisamos, nas vertentes e nas encostas da superfície somital do Planalto da Borborema, constitui-se numa área de exceção dentro do semiárido pernambucano. Trata-se de uma superfície topograficamente elevada (Figura. 42), possuindo dimensões variadas e que são submetidas à influência do mesoclima de altitude. Representam assim verdadeiras “ilhas verdes” no domínio morfoclimático das caatingas (Figura. 43).

Essas áreas, vias de regra, concentram melhores condições ambientais e de recursos naturais nos planos edafo-climático e hidrológico. Por consequência, pode-se observar que há, melhorias significativas nas formas de uso da terra, na estrutura econômica e de povoamento, em relação aos espaços semiáridos em que se acham inseridas. No entanto esta visão analítica não está condicionada ao determinismo geográfico, o meio ecológico apenas potencializa as ações humanas na região sem impor determinadas ações.

Após essas reflexões, torna-se interessante observar que religião, educação, estado e natureza são realidades que sempre estiveram intimamente relacionadas, considerando-se que os recursos naturais, constituem-se em um dos principais fatores motivadores do fluxo de pessoas, promovido pela atratividade dos lugares, normatizados pelo estado, permitindo a dinâmica dos espaços geográficos, tendo na paisagem uma de suas representações. Assim, as ações educativas na cidade de Garanhuns, do mesmo modo que o desenvolvimento das atividades turísticas pode ser considerado uma atividade derivada do aproveitamento simbólico dos recursos da natureza e, por conseguinte, da utilização dos fatores ambientais que produzem ambientes atrativos dos mais variados, como por exemplo: serras e vales úmidos, dentre outros, para o incremento da educação e oração.

Figura 42: Garanhuns Hipsometria



Fonte: Projeção Transversa de Mercator. Datum: SIRGAS. Reambulação: 2013.

Figura 43: Estilo Europeu da Av. Santo Antônio – Área Central – Garanhuns (PE)



Fonte: Foto arquivo o autor. Outubro 2014

Neste sentido, torna-se imperativo tratar de uma forma unificada a variedade de análises acerca da problemática ambiental, levando-se em

consideração o incremento das ações socioeconômicas inclusive as educacionais, na sua interação com o meio ambiente local e regional. Esse fato se torna evidente quando o Barão de Nazaré, em 1878, já argumentava na legislatura da província que o clima ameno e terras apropriadas para a criação de gado *vacum* da região, por certo em breve, “atrairiam imigrantes europeus e com certeza transformariam a região em um grande centro de produção de laticínios”.

Essa hipotética grande imigração europeia para Garanhuns jamais ocorreu, porém, os missionários presbiterianos americanos, que por lá chegaram, encantaram-se com o clima da pequena cidade, onde estabeleceram uma grande base missionária, que incluía dois estabelecimentos de ensino – o Seminário Evangélico de Garanhuns e o Colégio Quinze de Novembro – além de uma imprensa e um orfanato. E lá teriam permanecido, gozando de suas noites esfriadas pela garoa fina, e de sua névoa, tão parecidas com as do outono da Virgínia [...] (VIEIRA, 2008, p. 31).

E continua o autor afirmando que, da mesma forma, os ingleses da sociedade Bíblica Britânia, escolheram Garanhuns como base de suas operações de distribuição de bíblias e literatura religiosa. Nessa cidade estabeleceram também uma pequena escola para cegos, mas que foi de curta existência.

Portanto, a partir das amenidades ambientais, permitindo um maior incremento de atividades sociais e econômicas, possibilitadas agora pela estrada de ferro, a cidade de Garanhuns ultrapassava em importância a região de Águas Belas, um dos tradicionais entrepostos do Agreste Pernambucano, no período de ouro das Minas Gerais.

Os trilhos da Ferrovia Sul de Pernambuco, que deveriam seguir até as Cachoeiras de Paulo Afonso, no Rio São Francisco, pararam em Garanhuns, que permaneceu como seu terminal. Até quando a ferrovia, já federalizada, e desmoralizada pelo seu péssimo serviço, foi desativada na década de 60 (VIEIRA, 2008, p.32).

Assim, todo esse desenvolvimento econômico permitido pelo ambiente diferenciado no semiárido pernambucano atraiu - como já mencionado acima - a implantação de três instituições evangélicas de ensino, mais um orfanato, também protestante – o primeiro da região – provocando um salutar confronto de ideias educacionais e religiosas em Garanhuns. Houve também a implantação de várias escolas católicas, a saber, o Ginásio Diocesano para rapazes, o Colégio Santa Sofia para moças da classe alta, a Escola Bom Pastor para moças pobres, e um seminário e dois mosteiros. A presença católica chegou a ser tão marcante que o Jornalista Romildo Maia, chamou Garanhuns de “O Vaticano do Nordeste” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1966).

Para lá também enviou o Estado sua escola correcional para menores, havendo ainda a implantação de vários grupos escolares a partir da década de 1930, transformando a cidade em um dos grandes centros educacionais do Nordeste (VIEIRA, 2008).

E afirma Vieira (2008, p. 33):

Em seu período de desenvolvimento econômico e educacional, a cidade possuiu vários grêmios literários e teatrais, vários clubes esportivos e sociais. Lá também foram publicados cerca de 50 jornais, a maioria deles de vida efêmera. A missão presbiteriana norte americana manteve uma imprensa e editora na cidade, onde se editavam e imprimiam folhetos e livros religiosos evangélicos: o jornal Norte Evangélico, a revista para Adultos Expositor Cristão, a revista infantil Pérolas da Infância, e um pequeno jornal em inglês The Firing Line. Esse periódico de propaganda missionária evangélica, em língua inglesa, era enviado através dos correios para assinantes nos Estados Unidos da América. O mesmo foi publicado por 15 anos, até que uma lei de Getúlio Vargas, em 1938, proibiu a publicação de jornais e revistas em língua estrangeira no Brasil.

Pode-se entender que:

Na década de 1960 com a nacionalização e consequente fechamento da Great Western Railroad, como a antiga Ferrovia Sul de Pernambuco passara a ser denominada, o eixo do desenvolvimento interiorano passou para Caruaru, cidade localizada ao longo da grande rodovia (BR 232) asfaltada, que atravessa todo o estado de Pernambuco. Deslocada dos grandes eixos de comunicação, a cidade de Garanhuns passou a declinar, ou pelo menos a não progredir tão rapidamente quanto sua vizinha Caruaru (VIEIRA, 2008, p. 34).

Diante do exposto, podemos afirmar que o consumo do território proporcionados pelas ações educacionais torna-se um dos mecanismos centrais dos efeitos espaciais, causando alterações ora mais, ora menos severas no uso do solo, podendo abrir profundas marcas na morfologia das paisagens.

Portanto, por ser uma prática socioespacial inerente à sociedade contemporânea, muito complexa e multifacetada, a educação, em virtude da instalação de suas estruturas materiais e imateriais, constitui também um fenômeno complexo e multifacetado, definido constantemente e concomitantemente pelas suas dimensões: econômica, dimensão do aumento e da distribuição de renda, promovida pelo crescimento e pela diversificação do número de empregos; cultural, dimensão inerente ao sistema de valores e ao estilo de vida; social, mecanismo de integração social; ideológica, mecanismo de manutenção, com reformulação das práticas de poder, da ordem social estabelecida pela lógica capitalista; política, intervenções do Estado nos seus variados estilos de gestão nas suas mais variadas instâncias político-administrativas; e espacial, produto e meio de produção, consumo,

organização e controle do espaço e da sociedade.

Logo, como a geografia constitui o estudo da sociedade pelo espaço – e este para Milton Santos (1994, p. 59): “[...] é o conjunto indissociável de sistema de objetos e de sistemas de ações” – não poderíamos falar da Geografia como uma perspectiva de estudo das ações educacionais, no seu processo de espacialização, sem considerar os principais atores e agentes desse processo que são:

- A sociedade (os indivíduos enquanto estudantes, professores, empresários, planejadores; as organizações sociais, os sindicatos, e as associações dos empresários e trabalhadores etc.);
- As Empresas (os estabelecimentos de ensino privados, os hotéis, bares e restaurantes, as agências de viagens e de locação de veículos etc.);
- O Estado (que nas suas instâncias, municipais, estaduais, regionais e federais, legisla e executa projetos de políticas para o desenvolvimento do setor);
- A infraestrutura (composta de objetos implantados pelo Estado ou em parceria com o setor privado, e que se constituem em suporte para o desenvolvimento das ações educacionais: malhas viárias, abastecimento d’água, fornecimento de energia elétrica, obras de terraplanagem (Figura. 44), pavimentação e saneamento etc.);
- O sítio Geográfico (conjunto dos elementos e das amenidades físico-naturais existentes para a viabilização simbólica da ação educativa, topografia, clima, vegetação etc.); e,
- A Situação Geográfica (a posição do lugar em vias de sua fluidez no contexto do sistema educacional mundial, nacional e regional), são também agentes e processos, elementos essenciais da análise.

Neste sentido, de acordo com Santos (1994, p. 66) “[...] para se fazer a análise das ações educacionais, a partir da organização espacial, não se pode prescindir da utilização das quatro categorias de análise do espaço geográfico: Forma, função, estrutura e processo”.

Tais categorias não podem ser consideradas separadas umas das outras, pois, se de um lado elas decompõem a realidade para fins analíticos, de outro elas recompõem a totalidade socioespacial nas duas perspectivas sincrônicas (que

ocorrem ao mesmo tempo, concomitantemente) e diacrônicas (num processo de evolução ao longo do tempo). É a partir delas que apreenderemos o espaço como um conjunto indissociável de “sistemas de objetos e “sistemas de ações”.

**Figura 44: Obras de terraplanagem, drenagem e pavimentação, acesso a UPE.
Suporte estatal para o desenvolvimento das ações educacionais**



Fonte: foto arquivo do autor. Março/2014

Figura 45: Construção de imóveis junto a UFRPE/UAG para residência de professores e alunos. Redimensionamento de uma lógica espacial.



Fonte: Foto arquivo do autor março/2014)

3.5.2 A Estrada de Ferro e sua importância na difusão de valores econômicos, sociais, religiosos e educacionais

As principais estradas de ferros que “cortavam” as regiões interioranas no Estado de Pernambuco tinham como ponto de partida o Recife. Elas possibilitavam o escoamento das produções das usinas e das fábricas instaladas no interior para o litoral. Diante desse fato esse escoamento era cobijado pelos portos. Recife, portanto, foi o que mais se beneficiou com essa malha ferroviária.

Desse modo, Recife transforma-se em uma cidade cosmopolita. No início do século XX muitos estrangeiros afluíram para a capital pernambucana. Dentre estes, os ingleses exerciam grande influência econômica, construindo estradas de ferro¹¹, trazendo companhias de comércio etc. Alemães, portugueses, norte-americanos e judeus russos foram outros que tiveram grande participação econômica, social e educacional¹².

Radicanando-se em Pernambuco entre 1900 e 1909 as igrejas evangélicas constituíam assim uma nova cultura religiosa, diferente dos padrões católicos praticados tanto pelo clero, quanto pelo povo; tanto do catolicismo romanizado que expandia sua influência sobre o clero naquele momento, quanto sobre a cultura religiosa católica popular, que muitas vezes se desenvolvia amparada em devoções e ritos que cresciam à margem das instruções oficiais do clero.

Para o desenvolvimento das suas ações alguns fatores se tornavam necessários, entre eles a instalação das ferrovias. Desse modo a metade do século XIX assistiu, o surgimento e criação de uma rede de ferrovias, a maior parte sob a direção da Great Western do Brasil.

Os missionários seguem a rota das estradas de ferro na abertura de seus pontos de pregação, de suas bases de atuação. Isso é claramente perceptível através da relação entre as datas de abertura das estações ferroviárias e das igrejas na região, conforme tabela abaixo elaborada pelo professor Severino Vicente que é de grande proficuidade para o mapeamento das incursões protestantes e, por conseguinte, na fundação de igrejas no interior pernambucano.

A fundação destas igrejas dependia de condições de infraestrutura de transporte e envolvia o processo de recrutamento e formação de líderes e pastores

¹¹ Consulte-se Andrade, Manuel Correia de. A Revolução Pernambucana de 1817. Ática 1995.

¹² Veja-se <http://www.brasilecola.com/historiab/a-confederacao-equador.htm>

locais; o relacionamento entre as denominações, que ora de colaboração, ora de conflito por questões doutrinárias; as estratégias de proselitismo; o enfrentamento e o conflito com a cultura católica; o fornecimento dos recursos necessários ao trabalho e ao funcionamento das novas igrejas; e a concepção de uma identificação cultural entre os conversos que fortalecesse seus vínculos internos e dificultassem a dispersão dos membros das novas igrejas.

Portanto, a implantação das ferrovias e o traçado que elas seguiram constituem fator de extrema importância para o desenvolvimento do processo de difusão das ideias protestantes (Quadro 4), contribuindo sobretudo para o surgimento de diferenças econômicas no interior de vilas, promovendo o crescimento de certas localidades e o seu futuro desmembramento. Contribuiu também para a transformação econômica das relações entre os municípios já estabelecidos, possibilitando o dinamismo de uns em detrimento de outros. Mas, não apenas isso. As relações sociais e a cultura seriam dinamizadas pelo contato com o elemento externo, o estrangeiro, o caixeiro, que agora tem o seu deslocamento facilitado, a viagem e o contato com a capital levando menos tempo, os jornais circulando mais rapidamente, as ideias circulando mais intensamente.

Neste sentido o mundo religioso é um dos melhores exemplos dessa interação cultural incitada e abreviada pela ferrovia. Os missionários seguem a rota da estrada de ferro na abertura de seus pontos de pregação, de suas bases de atuação.

Quadro 4: Estações Ferroviárias - Abertura de Igrejas

MUNICÍPIO	ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	IGREJA
Nazaré da Mata	1882	Presbiterianos, 1890; Batistas, 1900
Garanhuns *	1887	Batistas, 1889 Presbiterianos 1900
Timbaúba	1888	Batistas, 1900; Congregacionais, 1910
Sirigi (São Vicente)	Ramal Timbaúba	Batistas, 1903
São Vicente	Ramal Timbaúba	Batistas, 1914
Pirauá	Ramal Timbaúba	Congregacionais, 1910
Goiana	Não há ferrovia, mas a cidade já se liga a Recife por estrada de rodagem no início do século.	Presbiterianos, 1900; Batistas, 1892

Campina Grande	1907	Batistas, 1923. Congregacionais, 1920
Vicência	Ramal Pureza, 1883	Batistas, 1941
Aliança	1883	Batistas, 1935
Limoeiro		Batistas, 1901

Fonte Adaptação de Silva (2014).

Nesse momento histórico missionários presbiterianos e batistas chegavam com maior intensidade a Pernambuco. Os presbiterianos, batistas, congregacionais, por exemplo, aproveitaram as ferrovias para instalarem suas igrejas e escolas protestantes nas cidades estratégicas do interior, como Garanhuns – que fica no meio do caminho entre Pernambuco e Alagoas -, Pesqueira. Nessa penetração, a Igreja Católica procurou reagir através de criação de novas dioceses, como já mencionado nesse trabalho.

3.5.2.1 A ferrovia da Great Western: uma estrada que mudou a história

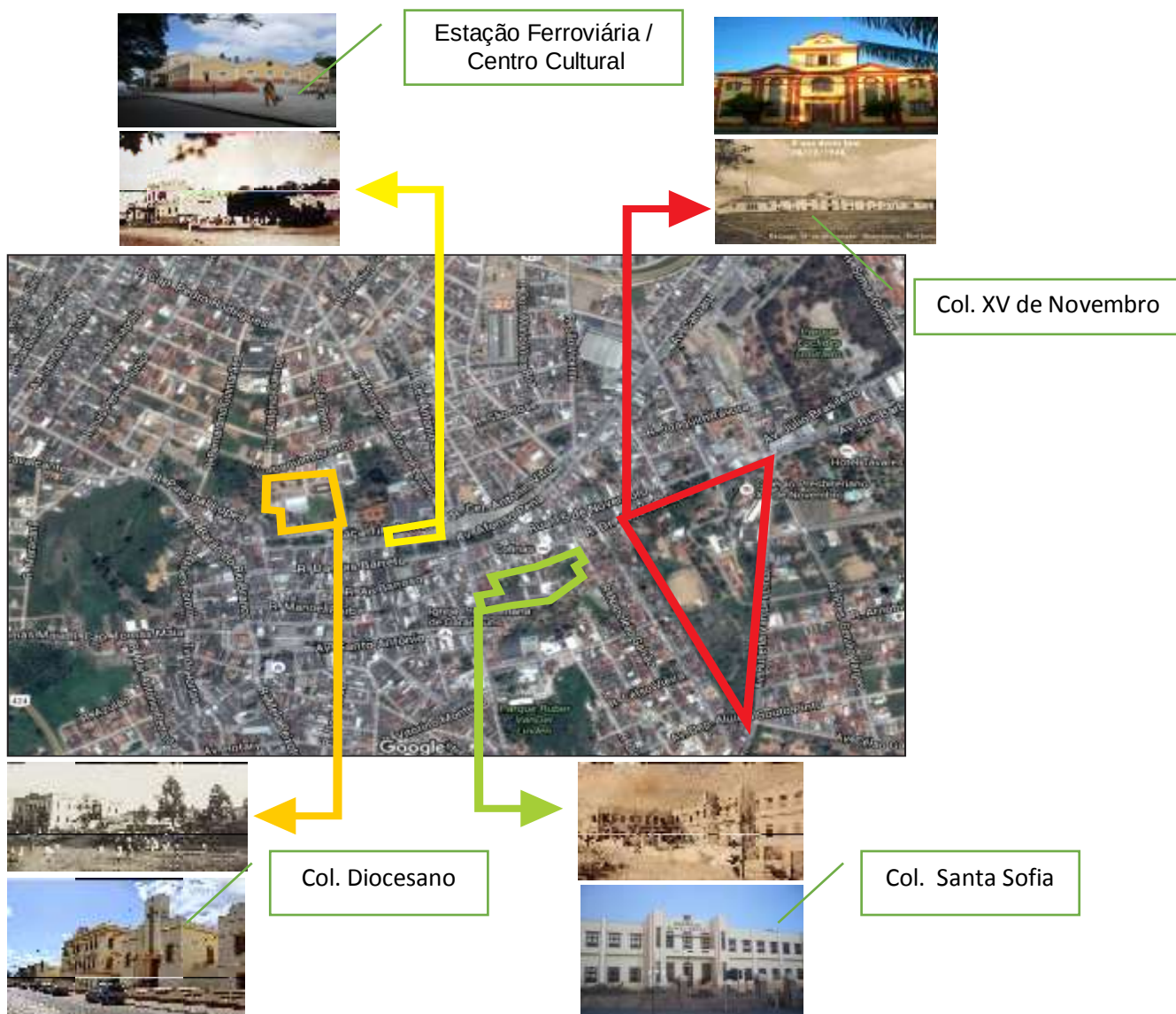
Compreendendo que a superação de distâncias se torna um fator preponderante no tocante ao desenvolvimento das ações humanas e em nosso caso as educacionais, percebe-se que a Ferrovia Great Western, quando de sua implantação, revestiu-se de grande importância na concretização do projeto educacional das Igrejas Católica e Protestante (Presbiterianos e Batistas) em nosso estado de Pernambuco, mais especificamente na cidade de Garanhuns objeto do nosso estudo.

A localização das escolas confessionais próximas a estação ferroviária de Garanhuns demonstra a importância estratégica do fato, levando-se em consideração o caráter do local escolhido para a instalação destas instituições de ensino, nas ruas centrais e em áreas próximas à estação ferroviária (Figura. 46), contribuindo efetivamente para a mobilidade dos estudantes e pessoas ligadas de alguma forma aos referidos educandários, influenciando sobremaneira as mudanças no tocante à morfologia urbana. Assim como pressionando o setor público a processar melhorias no espaço urbano para atender as novas demandas.

A construção do prolongamento da ferrovia de Recife/Garanhuns, marcou significativamente o início das atividades da Estação Ferroviária de Garanhuns. O volume de terras removido foi um dos maiores já visto no Império em obras daquele porte. O trecho ficou pronto em 1887.

A primeira viagem aconteceu em 28 de setembro do mesmo ano. O trem partiu de Palmares às 6 horas da manhã trazendo autoridades da província e chegou a Garanhuns às 11h30min, sendo recebido com efusivos fogos e banda de música (CAVALCANTI, 1983).

Figura 46: Representação esquemática da localização estratégica das instituições de ensino à pouca distância da estação Ferroviária de Garanhuns



Fonte: Org. do Autor, 2015

Um fato curioso digno de relato é que se encontrava no referido trem, o 1º Bispo católico a visitar estas paragens, o Monsenhor Dom José Ferreira da Silva Barros (Figura. 47), o que já confirma a prerrogativa de que, a territorialidade da Igreja Católica se tornava imperativa, tendo em vista que esta cidade e região já

demonstravam antecipadamente com a chegada do trem, o potencial de desenvolvimento social e econômico da região toda em causa, carecendo, portanto, de apropriação simbólica por parte da Igreja Romana. Uma vez que se tornava evidente que a construção da ferrovia colocaria – como o fez - Garanhuns decididamente nos trilhos do desenvolvimento.

Figura 47: 1º Bispo Católico a visitar Garanhuns na viagem inaugural do trem



Fonte: www.ibamendes.com/2012/01/fotos-antigas-de-garanhuns-pernambuco.html. Acesso 16.04.15

Com a facilidade de locomoção permitida pela ferrovia muitas pessoas vinham desfrutar do clima e das águas com os quais a natureza dotou a região de Garanhuns pois, conforme Cavalcanti (1983, p. 56): “[...] uma viagem Garanhuns/Recife era feita em seis dias no lombo de cavalos e mulas”. Com o advento do transporte ferroviário, podia ser feita agora em apenas 6 horas, este fato ocasionou uma verdadeira revolução social, política e econômica levando-se em consideração que: a arte e a educação mais requintada também vieram nos trilhos da nova estrada. Instituições de Ensino (Confessionais), circos, conjuntos musicais e artistas desembarcavam periodicamente em Garanhuns para atender e entreter a população cada vez mais numerosa.

Com a instalação de educandários e o desenvolvimento da região gerando uma maior mobilidade de pessoas que se deslocavam de vários lugares

dos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe Paraíba e até do Ceará para desfrutar das benesses da cidade, inclusive da educação ofertada pelos educandários católicos e protestantes, as construções urbanas também foram se modernizando. A primeira construção moderna da cidade foi a residência do De Eronildes, engenheiro da estrada de ferro (Figura. 48). Hoje, este prédio abriga o Palácio Episcopal.

Figura 48: A primeira construção moderna da cidade em 1928. Residência do De Eronildes, Engenheiro da estrada de ferro, hoje Palácio Episcopal



Fonte: www.ibamendes.com/2012/01/fotos-antigas-de-garanhuns-pernambuco.html. 16.04.2015

A agricultura também foi impulsionada pela facilidade de escoamento nos vagões. É impossível prever o que teria acontecido com o futuro econômico e urbano de Garanhuns sem a estrada de ferro, mas imaginemos um trem e uma mula disputando uma corrida até Recife. Em 1887 a cidade desceu do lombo da mula e pegou carona na locomotiva do desenvolvimento. O ramal férreo foi desativado em 06/11/1971 causando um grande prejuízo social, econômico, político e, de alguma forma, educacional à cidade e à região.

Desse modo, a eficiência do transporte ferroviário a partir de 1887 acelerou a dominância urbana de Garanhuns na região. A grande área do planalto

antes conquistado pelos criadores de gado, o que se constituiu na primeira fase de organização do espaço agrestino, com a instalação das fazendas de criação (grifo nosso), era palco da consolidação e expansão pecuária, mas agora também ocupado por uma variada e lucrativa agricultura que passou a disputar terras com a pecuária. Baseando-se em trabalhos de vários autores do século passado como Aires de Casal e outros, Sette (1956, p. 42) afirma: “[...] toda a bibliografia consultada refere-se ali ao cultivo de cereais, do fumo, do algodão e, sobretudo do café sem esquecer as atividades pastoris”.

Muitos acreditam na hipótese de que é possível que a atração e as perspectivas expansivas destas riquezas agropecuárias tenham contribuído de forma significativa para que a estrada de ferro, antes endereçada ao Vale do São Francisco, viesse a mudar de roteiro, galgasse o planalto e não passasse além de Garanhuns.

Como cidade ponta de trilhos, o antigo núcleo de habitações rurais Garanhuns passou a crescer muito depressa, transformando-se em um movimentado entreposto comercial, área de convergência e difusão de valores sociais, econômicos e políticos a serviço dos numerosos municípios circunvizinhos e dos arredores, situados tanto em território pernambucano, como mesmo nos sertões do vizinho Estado de Alagoas, consolidando-se assim a função urbana¹³ de Garanhuns.

3.6 OS RUDIMENTOS DA EDUCAÇÃO EM GARANHUNS

Conforme Cavalcanti (1983), em meados de 1887 a educação em Garanhuns era extremamente precária. Naquele ano, era raro encontrar alguém que soubesse ler ou ir além das quatro operações matemáticas. Nas palavras do autor:

[...] Apesar do interesse empregado, não encontramos dados que nos esclarecessem a maneira como alguns dos nossos primitivos povoadores conseguiam a instrução para alguns dos filhos, que assim puderam exercer certos cargos públicos e até interpretar leis e advogar. Levando em conta a raridade de documentos primitivos assinados pelos interessados, sem usarem o sinal da cruz, calculamos que de cada mil, cinco ou seis pessoas

¹³*Função Urbana*: É o conjunto de atividades desempenhadas por uma cidade em sua respectiva **rede urbana**, que significa sua integração com outras cidades. Quanto mais importante for a função dessa cidade, maior e melhor será a posição dela na **hierarquia urbana**.

- *Rede Urbana*: Consiste na integração das cidades por meio de fluxos (econômicos, políticos e sociais), podendo ser materiais (transporte, produtos e pessoas) ou imateriais (informação e capital)

- *Hierarquia Urbana*: É a relação de importância entre as cidades.

aprendiam as primeiras letras e sabiam assinar o nome. Entretanto pode-se presumir que a instrução nas primeiras letras foi aos poucos ganhando difusão por intermédio daqueles advogados por se constatar o respectivo lecionamento em 1820, pelo Advogado Estevão Soares Leitão de Albuquerque (CAVALCANTI, 1983, p. 245).

O referido autor afirma ainda que não havia escolas públicas antes de 1878. Que a primeira teria sido a do Curso primário oferecido para o sexo masculino, fundada neste mesmo ano e, dirigida pelo professor Manoel Clemente da Costa Santos. Afirma ainda que a educação feminina começou seis anos depois (1884) quando de Quipapá (PE),

[...] foi para aqui removida a professora dona Lílisa Silvina de Oliveira e Silva, casada com o capitão Napoleão Marques Galvão, que durante anos com verdadeira dedicação à causa da educação, exerceu o magistério (grifo nosso), proporcionando ótimo aproveitamento às alunas, e até despertando-lhes a vocação pelo magistério (CAVALCANTI, 1983, p. 245).

A famosa educadora da cidade dona Elisa Coelho foi sua aluna. Elisa prestou um grande serviço à educação de Garanhuns, embora conforme Cavalcanti (1983), não o fizesse por necessidade de manutenção, haja vista fazer parte de uma família suficientemente abastada. Porém, impulsionada por amor a causa, criou uma escola mista particular, na qual utilizava os métodos de sua antiga professora e, durante trinta e oito anos, educou mais de 2.000 alunos, muitos dos quais ocuparam cargos públicos relevantes e ostentaram nas “palavras do autor” títulos universitários e anéis simbólicos. Não foi à toa então que seu nome foi dado ao hoje, Colégio Estadual Elisa Coelho. Destacaram-se também, Pastor Martinho de Oliveira, (fundador do colégio XV de Novembro) e Professor Arthur Maia entre outros. Em 1922 Garanhuns tinha 63.000 habitantes e já havia 11 escolas municipais e oito estaduais (CAVALCANTI, 1983).

Em 1957 esse número saltou para 164 escolas municipais que atendiam a mais de 6.000 alunos. O ensino particular também prestou um grande serviço àquela Garanhuns da segunda década do século XX. Destacam-se o Colégio Santa Sofia (fundado em 1912), o Colégio XV (fundado em 1900), Colégio Diocesano (fundado em 1915), e Ginásio do Arraial, entre outros.

Em nossos dias além das IES temos ainda para a formação e qualificação de profissionais, os diversos cursos de informática e a cidade conta com os serviços e cursos disponibilizados pelo SEBRAE, SENAC, SESI, SESC e uma unidade do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), antigo CEFET que oferece cursos técnicos

profissionalizantes.

Dessa forma, na atualidade, a cidade de Garanhuns é considerada um centro de crescimento com base econômica no subsetor de serviços e atende toda a Microrregião do Agreste Meridional. Esta posição hierárquica dentro do espaço geográfico a induz compulsoriamente a ter comunicações viárias com as demais unidades administrativas da sua microrregião e as principais cidades do /Nordeste e Sul/Sudeste do Brasil).

3.7 ESTADO E RELIGIOSIDADE, AGENTES REGULADORES DAS AÇÕES EDUCACIONAIS: INTERFACES ENTRE ESPAÇO E TEMPO

O Estado costuma ser definido como a totalidade da autoridade política numa dada sociedade humana e vários elementos considerados chaves definem, institucional e funcionalmente, esta noção. Primeiramente, o Estado é um conjunto de instituições ocupadas pelo pessoal próprio desse aparelhamento ideológico, repressor e regulador - ou a chamada burocracia responsável pela lei e a ordem. O Estado, de certa forma, monopoliza a criação de regras dentro de seu território, o que leva à criação de uma cultura política comum, compartilhada por todos os cidadãos (NASCIMENTO, 2007).

Partindo-se de uma posição modernista, crítica, nos defrontamos com novas orientações teóricas no sentido de se tentar definir o poder do Estado, tendo como pressuposto, os pontos funcionais, legais e institucionais que são históricos e culturais. A diversidade histórica e regional, a maneira enganosa com que se processa a identidade social, as disputas pelo poder esquadrihado pelas classes, sexos, raças, etnias e religiões, juntamente com as complexidades das relações entre grupos dentro das instituições formais, conspira de forma imperiosa contra a noção de uma cultura comum no plano de um conhecimento oficial e a construção social de uma única forma de Estado e de se fazer política e educação.

No início do século XX, Gramsci (1891 -1937) (1968) já alertava que a educação como parte do Estado tornou-se no fundo um processo de formação destinado ao conformismo social. Em sua análise, as escolas e as igrejas são vistas como as maiores organizações culturais de cada país, produtoras de hegemonia como processo onde as classes dominantes exercem a governabilidade ao estabelecer o controle sobre as classes dominadas que estão a elas ligadas por

meio da liderança moral e intelectual.

As teorias e pesquisas sobre o Estado surgem a partir de uma análise onde se percebe que o sistema educacional não pode estar separado de algumas apreciações explícitas ou implícitas do papel, do propósito e do funcionamento do governo. De fato, a educação, não significa apenas uma função do Estado em termos de ordem legal ou suporte de financiamento público. As exigências específicas para títulos dos professores, os livros – textos impostos e os cursos requeridos para o currículo básico – são controlados por exigências do Estado e designados através de políticas públicas do Estado. De maneira semelhante, muitos argumentam que o Estado desempenha um papel importante em relacionar a Educação com a Economia.

Apesar das dificuldades em identificar as exatas contribuições para o crescimento econômico, é evidente que o Estado por meio da política pública e das despesas públicas contribuiu muito para facilitar os elos entre o sistema educacional e a economia. Exatamente por isso as relações entre educação/religião, política e Estado não podem ser discutidas unicamente a partir da perspectiva da cultura política dominante. Esse caráter político está relacionado, sobretudo, com os currículos explícitos e ainda com as ligações mais sutis entre a educação e o poder.

As noções de Estado e governo não são sinônimas e a complexidade do Estado moderno não pode ser reduzido, de forma alguma, à noção de “governo”. Da mesma forma, a noção de governo não pode ser determinada em termos puramente descritivos, como apenas uma coleção ou agências, organismos e cargos que sem coerência ou unidade executam as rotinas e tarefas de administrar os negócios do governo na sociedade ou o assim chamado bem público.

Na visão de Claus Offe (1989, p. 68), “[...] o Estado é um sistema administrativo autorregulador que reflete um grupo de regras e convenções institucionais que historicamente se desenvolveram nas sociedades capitalistas”. Além do mais, o Estado capitalista não responde necessariamente de maneira direta aos que temporariamente exercem o poder (o governo de um regime ou de um partido político particular), nem responde diretamente aos ditames dos setores sociais particulares (interesses econômicos) ou classes dominantes. Uma vez que o Estado aparece como um pacto de dominação que intermedia as crises recorrentes do sistema capitalista e tenta impedir que elas afetem as condições de produção deste mesmo sistema, a perspectiva de classe do Estado não se baseia na

representação de interesses de setores específicos, nem reflete as políticas das classes dominantes ou de um grupo político específico que controla as instituições governamentais.

A ideia liberal do Estado repousa sobre a noção do poder público e difere governo do ser governado. Assim, o Estado possui uma independência da sociedade civil e serve de conciliador entre as classes sociais. Essa autoridade pode ser discutida na ciência política. Segundo as críticas do liberalismo, o poder do Estado é exercido por meio de um aparato estatal e influencia a sociedade civil, que pode ser classificada como uma arena de confrontos para projetos políticos.

Na perspectiva apontada por Poulantzas (1969, p.67-78), “[...] o Estado capitalista é uma arena de luta das classes sociais que intervém nas relações de classes”.

No entanto, para Offe (1989) o Estado é um sistema administrativo autorregulador de condensação das bases legais, regras e regulamentações que desempenha suas funções básicas onde está incluída a execução de uma estratégia preventiva de gestão das crises. Assim, a educação como legitimação compensatória determina que o Estado possa usar políticas educacionais como um substitutivo para os direitos políticos e aumenta os gastos com material ao criar um sistema que assegura legitimidade aos cidadãos. Neste sentido, a maioria das análises dos problemas educacionais carregam uma teoria do Estado.

O ponto de vista liberal sugere que o Estado se afirme como a criação coletiva de seus membros individuais, fornecendo educação, defesa, sistema legal e um conjunto de bens sociais para os cidadãos. Noção predominante vista em relação ao Estado e Educação, exerce influência sobre a análise dos problemas educacionais e as prescrições políticas em si. As teorias de Estado exercem influência também sobre a educação já que uma depende da outra. Em nível concreto, as teorias do Estado sustentadas pelas colisões governamentais e pelas burocracias educacionais irão influenciar no planejamento e na operação do sistema educacional. Estas discussões sobre as teorias do Estado e Educação abrangem uma gama vasta de pontos vistos, referentes às relações entre educação, natureza educacional e sua política. Por fim, toda a discussão de reforma educacional, das relações entre professores, do financiamento da educação, do multiculturalismo, da cidadania, da educação democrática ou da política educacional em geral envolve competição de pontos de vistas contraditórios.

3.7.1 Estado, educação e religião, aportes contraditórios nas ações de controle e dominação

Ao nos referirmos à educação enquanto ferramenta de difusão de valores e ideais do Estado e da Religião a partir de elementos simbólicos, estabelecendo atitudes e por conseguinte definindo territórios, não poderíamos deixar de fazer referência aos princípios iluministas, no sentido de buscarmos balizar nosso entendimento.

Como é do nosso conhecimento, o iluminismo foi um movimento intelectual que surgiu durante o século XVIII na Europa, que defendia o uso da razão (luz) contra o antigo regime (trevas), pregava maior liberdade econômica e política, ou seja, filosófico, político, social, econômico e cultural, e defendia o uso da razão como o melhor caminho para se alcançar a liberdade, a autonomia e a emancipação. Tendo como centro das ideias e pensadores a cidade de Paris, este movimento promoveu mudanças políticas, econômicas e sociais significativas na lógica espacial do mundo. Baseado nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, tinha o apoio da burguesia, pois os pensadores e os burgueses tinham interesses comuns.

Para que pudessem alcançar seus objetivos, os iluministas defendiam a criação de escolas para que o povo fosse educado e a liberdade religiosa instituída. Neste sentido, para divulgar o conhecimento, os iluministas idealizaram e concretizaram a ideia da Enciclopédia (impressa entre 1751 e 1780), uma obra composta por 35 volumes, na qual estava resumido todo o conhecimento existente até então.

Desse modo, as críticas do movimento ao Antigo Regime se produziam em vários aspectos como: mercantilismo, absolutismo monárquico, poder da igreja e as verdades reveladas pela fé. Com base nos três pontos acima, pode-se afirmar que o Iluminismo defendia: A liberdade econômica, ou seja, sem a intervenção do estado na economia. O Antropocentrismo, ou seja, o avanço da ciência e da razão e o predomínio da burguesia e seus ideais.

O iluminismo então foi um movimento de reação ao absolutismo europeu, que tinha como características as estruturas feudais, a influência cultural da Igreja Católica, o monopólio comercial e a censura das “ideias perigosas” (Razão).

Portanto, como é evidente, o nome “iluminismo” fez uma alusão ao

período vivido até então, desde a Idade Média, período este considerado por muitos de trevas, no qual o poder e o controle da Igreja regravam a cultura e a sociedade.

Desse modo, o movimento iluminista empregou a razão no combate a fé da Igreja e a ideia de liberdade para combater o poder concentrado da monarquia. Com essa essência transformou a concepção de homem e de mundo.

O Iluminismo vivido em Portugal e, por extensão no Brasil, embora nesse último tenha tido contornos ainda mais característicos, foi marcado por singularidades, se comparado à forma como foi experimentado nas outras potências europeias. Tratou-se de um Iluminismo chamado católico, ou seja, praticado sob a égide do catolicismo, da centralização política do Estado e das antigas convenções sociais e culturais (ARAÚJO, 2003).

A educação, enquanto construção social foi, naturalmente, um espelho dessa espécie de Iluminismo contraditório. Ela refletia a conjuntura e, ao mesmo tempo, legitimava as mudanças. Era precisamente por meio dela que se poderia e deveria incutir as luzes, emancipar os homens da tutela da Igreja e submetê-los a do Estado. Já no século XVI Comênio, em sua *Didáctica Magna*, expunha concepções que tomavam a educação como um mecanismo formador da natureza. Dizia ele:

Se queremos Igrejas e Estados bem ordenados e florescentes e boas administrações, primeiro que tudo ordenemos as escolas e façamo-las florescer, a fim de sejam verdadeiras e vivas oficinas de homens e viveiros eclesiásticos, políticos e económicos. (COMÊNIO 1657 apud MONTEIRO, 2005, p. 46)

A educação, que tinha pertencido durante toda a Idade Média à Igreja, tinha sido então redescoberta pela Coroa como um aparelho do Estado-Nação. À sociedade civil, marcada pela Revolução Cultural humanista do Renascimento, pelo florescimento da Burguesia e do Capitalismo, pela Reforma Protestante iniciada por Martinho Lutero, pela Contra- Reforma consubstanciada pelo Concílio de Trento e pela Revolução Científica (quando a Ciência até então atrelada à Filosofia separa-se dessa e passa a centrar-se num conhecimento mais prático e estruturado), impôs-se a laicização da escola de modo que essa pudesse se adequar às novas conjunturas, formando discípulos livres para cumprirem o exercício da cidadania.

Desse modo, desde o final do século XVIII em Portugal uma sucessão de leis foi diminuindo, paulatinamente, as ações dos religiosos, particularmente as dos

Inacianos¹⁴. O primeiro-ministro do rei Dom José I, Sebastião José de Carvalho (o Marquês de Pombal), que possuía concepções vinculadas ao enciclopedismo francês, expulsou a Companhia de Jesus do Reino e seus domínios em 1759.

Em 6 de novembro de 1772 ele decretou a estatização dos Estudos Menores e criou as escolas régias de ler, escrever e contar, cuja frequência deveria ser gratuita, enquanto os mestres deveriam ser transformados em funcionários públicos e pagos pelo erário régio.

Em 6 de março de 1759 o governador da Capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, e o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, trocam correspondência. Fazem parte dessa, documentos legais que deveriam ser utilizados para que se pudesse erigir vilas nas antigas aldeias de índios. A educação dos indígenas não foi descuidada, pois foram dadas instruções para que se criassem escolas em cada uma daquelas novas vilas. Documentos em anexo, escritos sob notada influência iluminista, evidenciavam como o ensino deveria ser implementado. Eis o que dizia o enunciado de um deles:

Direção com que interinamente se devem regular os índios das novas vilas e lugares que sua majestade fidelíssima manda erigir das aldeias pelo que pertence as que estão situadas nesta capitania de Pernambuco e suas anexas enquanto o mesmo senhor não determina o contrário dando nova e melhor forma para o seu regime. (Regulamento)

Referia-se ao que, genericamente, a educação pensada para o ultramar podia não receber ou efetivamente não recebia grande atenção. O pensamento de Ribeiro Sanches, considerado uma grande personalidade portuguesa do século 18, pode representar a política da educação prevista para as possessões:

Uma colônia deve-se considerar, no Estado político, como uma Aldeia a respeito da Capital. [...] Proíbem-se as Escolas de Latim, etc., nas Colônias, para evitar o sumo prejuízo que causa ao Reino, que nelas os *Súbditos* nativos possam adquirir honras e tal estado que saiam da classe dos Lavradores, Mercadores e Oficiais (SANCHES, 1760 apud CARVALHO, 2008, p. 442).

Embora se possa considerar que, para os jovens das classes sociais mais abastadas das colônias, os estudos podiam não ser inacessíveis, uma vez que, a esses, eventualmente as portas da metrópole estavam abertas.

Os jesuítas tinham sido desnaturalizados, proscritos e exterminados de

¹⁴ Inacianos - Congregação Missionária de Santo Inácio de Antioquia.

Portugal e seus domínios, depois de terem mantido uma união atribulada por mais de dois séculos. Num outro trecho daquele mesmo documento, pode-se perceber com que grau foi realizado o banimento dos inicianos:

Sendo sua majestade fidelíssima servido pelos alvarás com força de lei de 6 e 7 de Junho de 1755 e 8 de Maio de 1758 abolir a administração temporal que os regulares exercitavam nas aldeias deste Reino mandando-as governar pelos seus respectivos principais na lamentável rusticidade e ignorância com que até agora foram educados sem terem a necessária inteligência que se requer para o governo nem quem os possa dirigir propondo-lhes não só os meios da sua civilidade mas da conveniência e persuadir-lhes os próprios ditames da racionalidade de que tem vivido afastados (SANCHES, 1760 apud CARVALHO, 2008, p. 442)

Era um tempo marcado pela valorização dos costumes e das regras. A educação moral, com a sua dimensão religiosa, mas também pública, secular e social, sem que nenhuma pudesse sobrepujar a outra, estava na base da construção da sociedade civil. O século 17, especialmente, tinha sido marcado pelas ideias de John Locke considerado, por muitos, um dos maiores filósofos e teóricos da educação de todos os tempos. Suas concepções giravam em torno do alcance e natureza do saber do homem, da primazia da aprendizagem da virtude, da formação do caráter, da desvalorização da memorização como fim em si mesma e dos castigos corporais. Locke afirmava que o saber tem origem na experiência e, por isso, foi batizado como o pai do empirismo filosófico inglês.

Nessa conjuntura, não se pode esquecer também as ideias de Rousseau, chamado de pai da pedagogia contemporânea. Na obra *Émile*, ele desenvolve um modelo de educação natural, que privilegiava a formação do homem para preservar a sua liberdade, e contribuiu para realçar as concepções relacionadas à infância e às atitudes pedagógicas. Não se pode dizer que a partir das suas ideias tenha-se operado uma revolução, mas suas concepções foram altamente importantes para aquilo a que séculos mais tarde chamaríamos de movimento da Educação Nova. Relativamente à ligação desse filósofo com o Iluminismo, sua abrangência e importância, Monteiro (2005, p. 69) afirmou:

A Revolução Francesa trasladou Rousseau para o Panteão (em 1794), mas não conseguiu revolucionar a educação. Enraizado na noite dos tempos, o holismo do velho direito de educação absorveu a nova seiva do individualismo do direito à educação reclamado por Émile.

Durante o século XVIII, as ideias do enciclopedismo destacavam-se na Europa. A virtude, antes inatingível e insociável - um desígnio de Deus -, teria que

ser conquistada pelos homens. Esses necessitariam estar agora ao serviço do Estado. No campo da educação tornava-se importante favorecer o entendimento e a competência crítica, de modo a que se evitasse um atraso social e econômico ainda maior. A memorização como meio e finalidade única e exclusiva dos métodos teria que deixar de existir, pois num tempo marcado por profundas mudanças, demonstraria a falta de modernidade, uma reprodução de fatos, procedimentos, condutas e coisas (HOONAERT; AZZI, 1992). A própria Igreja tinha passado a admitir que um dos modos de conter a reforma protestante era ensinar aos seus seguidores meios educativos que os habilitassem a compreender a religião.

Era um período representado pela convicção da educação universal baseada na racionalidade. Somente uma escola pública, nacional, estatal e neutra religiosamente, estaria apta para formar cidadãos. A efetivação da sua obrigatoriedade, gratuidade e laicismo, assumia-se como a pedra de toque do ideal pedagógico cívico. Era imprescindível, naqueles tempos, legalizar a constitucionalização das liberdades, inclusive religiosas, a soberania nacional, a paz civil, o direito público moderno e a democracia (CATROGA, 2006).

Como afirma Carvalho (2008, p. 386):

[...] relativamente às dificuldades da Companhia de Jesus para manter-se à frente do ensino no século 18, era completamente impossível defender a velha filosofia depois das descobertas de Galileu, de Descartes, de Newton, de Leibniz e de Huygens, e depois das invenções do barómetro, do termómetro, da máquina pneumática, do telescópio e do microscópio.

No caso de Portugal, as ideias iluministas não foram experimentadas de forma uniforme ou mesmo regular, porque essas mudavam de acordo com o tipo de ensino, público ou particular, de gênero, masculino e feminino, e do grau de interferência do Estado. O Iluminismo em Portugal tinha contornos humanistas sem, contudo, ser propriamente renovador, porque combinava os interesses do Estado aos da Igreja com o objetivo de formar cristãos que pudessem servir ao Rei, como mostra um trecho do alvará de criação da Diretoria Geral dos Estudos, de 28 de junho de 1759:

Eu El Rei. Faço saber aos que este alvará virem, que tendo consideração a que da cultura das Ciências depende a felicidade das Monarquias, conservando-se por meio delas a Religião, e a Justiça na sua pureza, e igualdade; e a que por esta razão foram sempre as mesmas Ciências o objeto mais digno do cuidado dos Senhores Reis, meus Predecessores, que com as suas reais providências estabeleceram, e animaram os Estudos públicos; promulgando as Leis mais justas, e proporcionadas para que os Vassallos da minha Coroa pudessem fazer à sombra dela os maiores

progressos em benefício da Igreja, e da Pátria (CAMARGO, 1993, p. 85).

Consultando-se esse alvará e a documentação que nos referimos acima, percebe-se que, entre as instruções dadas aos professores, figuravam aquelas que se relacionavam à necessidade de formar bons súditos e cristãos. Quanto aos mestres, esses deveriam ter retos costumes, a serem confirmados, porque serviriam de exemplo para os discípulos. Aqueles deveriam ter uma conduta exemplar, boas virtudes, ações nobres, além de ciência e erudição. O ensino deveria ser pautado por um forte sentido religioso. Entre os seus objetivos estavam a instrução nos ministérios da fé, da confissão, do recebimento dos sacramentos, da eucaristia, do catecismo. Era necessário incutir nos discípulos, considerados tábulas rasas, o respeito às autoridades eclesiásticas e seculares. Assim, podemos dizer que tínhamos um panorama, que podia ser representado por uma tríade constituída pela Ciência, Religião e Estado.

O alvará dos estudos de 1759 determinava que as escolas deveriam ter um diretor, a quem caberia a execução das diretrizes dadas pelo Rei; enquanto aos mestres, o ministério do saber ou das cartilhas. Uma das obrigações dos diretores das escolas, que deveriam ser fundadas na capitania de Pernambuco para ensinar os índios, era a seguinte:

Estabelecer nas suas respectivas vilas e lugares o uso da Língua Portuguesa não consentindo de modo algum que os meninos e meninas que pertencerem as escolas e todos aqueles índios que forem capazes de instrução nesta matéria usem da língua própria das suas nações ou da chamada geral, mas unicamente da portuguesa (CAMARGO, 1993, p. 98)

Essa era uma medida perfeitamente coerente com a política do Marquês de Pombal, que estabeleceu oficialmente a língua portuguesa no Brasil, interditando a utilização das línguas gerais em 1757.

Ainda a partir da mesma documentação, fica clara a distinção no tipo de ensino que deveria ser dado aos discípulos, consoante fossem do gênero feminino ou masculino, além das qualidades pessoais que os mestres deveriam apresentar:

[É] fundamental haver em todas as vilas ou lugares duas escolas públicas uma para rapazes e outra para raparigas nas quais se ensinará a doutrina cristã, ler, escrever e contar na forma que se pratica em todas as nações civilizadas ensinando-se na das raparigas além da doutrina cristã a ler e escrever, fiar, fazer renda, costuras e todos os mais ministérios próprios daquele sexo [...] para a subsistência das sobreditas escolas haverá um mestre e uma mestra que devem ser pessoas dotadas de bons costumes prudência e capacidade, de sorte que possam desempenhar as obrigações dos seus empregos (CAMARGO, 1993, p. 101).

Como se vê, considerava-se que as ações pedagógicas dos mestres eram o produto das suas qualidades e atitudes. O ensino regulado pelo Iluminismo Católico deveria, como o próprio nome sugere, privilegiar o catolicismo. Para ilustrar seu modo e regularizar o ensino, “especialmente nas vilas indígenas que tinham sido recentemente criadas em Pernambuco” (CAMARGO, 1993, p. 105), existiam orientações, que podem ser compreendidas a partir de mais um trecho daquela documentação:

Breve instrução para ensinar a doutrina cristã, ler e escrever aos meninos e ao mesmo tempo os princípios da Língua Portuguesa e sua ortografia. [...] É inegável que os mestres das escolas exercitam ocupação mais nobre e mais útil ao Estado e a Igreja porque eles são quem nos infundem no espírito as primeiras imagens e os primeiros pensamentos que devemos ter do santo temor de Deus da obediência ao Rei e aos seus ministros respectivos do amor e respeito aos nossos maiores, do afeto necessário à Pátria e aos interesses da monarquia [...]. São 11 mestres e mestras nas escolas os que nos dão as primeiras ideias do equilíbrio que devemos guardar nas nossas ações para que essas não sejam abomináveis ao Estado e nem escandalosas à religião cristã [...]. É preciso ensinar-lhes Pai Nosso não materialmente mas capacitando os meninos das sete petições que fazemos a Deus nesta santa oração [...], como também Ave Maria. (ARAUJO, 2009, p. 215).

Note-se que a expressão “ensinar-lhes Pai-nosso não materialmente mas capacitando” é notadamente um “fecho de luz” grato à experimentação, que as ciências ansiavam adotar. Nesse texto, pode-se perceber o hibridismo constitutivo do Humanismo explorado em Portugal e no Brasil. Com efeito, devia-se privilegiar a experimentação e a descoberta, mas, do mesmo modo a sensibilidade religiosa.

Dessa forma, percebe-se como era importante o ensino da doutrina cristã através dos seus principais pilares, tais como, as orações, como, por exemplo, o Credo, o ato de contrição, os mandamentos da lei de Deus e da Santa Igreja, os apóstolos, os sacramentos (como por exemplo: a confissão). Para além do ensino dos princípios da sagrada religião era preciso, também, ensinar “[...] as virtudes ecológicas que seriam três: fé, esperança e caridade”, além das “obras de misericórdia”.

Aquela breve instrução pressupunha ainda, como já referimos, a aprendizagem da língua portuguesa como, por exemplo: dos artigos, pronomes, verbos, advérbios, conjunções, orações, adjetivos, ortografia, número, gênero e numerais, bem como demais aspectos, tais como: dos nomes próprios das pessoas e das profissões. Para tanto, seriam impressos livros compostos, entre outros aspectos, pelo alfabeto, como mostra outro trecho daquele documento:

Por 25 letras destas são seis letras vogais: chamam-se vogais porque cada uma por si só tem um som completo ou forma uma sílaba. E as 19 são consoantes: chamam-se consoantes porque não significam nada por si sós sem o auxílio das vogais. Com as 25 letras se formam todas as sílabas e todas vozes ou palavras (ARAUJO, 2009, p. 218).

Segundo a documentação e conforme já aludido, o mestre deveria ser uma pessoa acessível, branda e modesta, de modo que os estudantes não tivessem “medo do seu castigo” e assim, não “odiassem o caminho da escola”. Deveria existir correção para que “eles não esquecessem de respeitar quem os ensinava”. “O golpe da disciplina e da palmatória” também poderia ser utilizado, desde que se visse que o erro dos alunos se devia à “preguiça”. Sendo uma consequência da “rudeza”, o castigo podia não ser executado. Em contrapartida, os alunos mais aplicados deveriam ser recompensados - aplaudidos.

Lembremos que durante toda a Idade Média as punições foram aplicadas com braveza e que os inicianos, nesse sentido, foram os primeiros a revelarem-se moderados, entre mais motivos, porque não esperavam estimular conflitos com os pais dos discípulos, pessoas muitas vezes poderosas. Ainda assim, pode-se perceber, segundo a documentação aludida, que os castigos continuaram sendo utilizados. Como era um período no qual descobria-se e valorizava-se a infância, a continuação da utilização “do golpe da disciplina e da palmatória” pode ser entendida, por exemplo, a partir do hibridismo do Iluminismo português.

Em tom de conclusão podemos considerar que as ideias iluministas aplicadas à educação em Portugal e no Brasil, pretendidas pelo marquês do Pombal, podem ser consideradas irregulares, sobretudo se olhadas a partir desse caso particular, que buscamos investigar. Como mostram os documentos que utilizamos, os métodos pedagógicos pensados para os índios das novas aldeias que foram fundadas em Pernambuco demonstram que, durante o período pombalino, o cunho científico da educação permaneceu reduzido pela tradição cultural, embora possamos falar de um certo avanço, haja vista que o ensino público estava sendo instituído, ainda que de forma precária.

Em Portugal, Carvalho (2008) chama a atenção para o quadro caótico que se estabeleceu logo após a expulsão dos jesuítas. Contribuíram para isso a falta de professores, de pagamento dos seus vencimentos, das matérias de ensino (Retórica, Filosofia, Teologia) e continuação do uso das gramáticas jesuíticas depois da expulsão da Companhia. O autor nos dá conta que o próprio diretor geral do

ensino só teria recebido seus vencimentos depois de seis anos de exercício no cargo.

Pelos manuscritos utilizados percebe-se que o ensino continuou destacando a formação filosófica e humanista, porque os preceitos da religião continuaram influenciando ou, até mesmo, condicionando o espírito científico: a crítica, a análise e a experimentação. A tradição enraizada no Reino influenciava a educação ministrada na colônia, que espelhava em grande medida seu espírito conservador.

O grau do êxito da reestruturação pombalina concernente à educação, nesse caso particular, parece que foi concernente. Embora não possamos e nem tenhamos pretendido refletir sobre a eficácia da implementação das diretrizes, consideramos que essas só eram parcialmente coerentes com as ideias iluministas, sobretudo se tivéssemos procurado estabelecer uma comparação com as ideias iluministas experimentadas nas nações mais desenvolvidas, ou nas quais a influência da Igreja Católica teria sido menor. Com efeito, a existência de normas podia não garantir a sua aplicabilidade.

3.7.1.1 Dos princípios de uma sociedade teológica ao estado laico: o papel da educação na sociedade brasileira

Como vimos, a religião tem uma forte influência na formação dos indivíduos organizados em sociedade haja vista a sua importância socioeducativa. Desse modo, mergulhando um pouco na história podemos perceber que a igreja e a sociedade estiveram mais acomodadas no período da Idade Média, momento em que o rei era visto como a personificação de Deus na Terra. Segundo Paiva (2006, p. 119) “[...] o rei, com efeito, era quase sacerdote, mediador entre Deus e os homens, por lhe competir, por direito divino, o encargo das almas” O rei, figura sacralizada pela Igreja Católica, elabora e impõe as normas de vivência e a teologia lhe dá legitimidade por meio da expressão de imagens e ritos que têm poder de convencimento.

Com a instauração dos Estados Nacionais, por volta do século XII, vão se alterando lentamente as formas de relações sociais e a razão teológica começa a ser suplantada. Isso só se pode perceber com a modificação do tipo de relações sociais praticadas, pois, antes, no feudalismo, as relações tinham caráter

interpessoal, as subjetividades contracenando; agora, por volta do século XII, vão se tornando de certa forma anônimas, no sentido que se assentam diante de um todo super-pessoal, que é o Estado, concretamente representado pelo *fisco* - as funções prevalecendo:

O *affectus* é substituído pelo *effectus*. Desponta o *público*, até então identificado com o bem comum, em oposição ao *privado*. O religioso se transfere de lugar; melhor se estende: da atribuição ao corpo social, se faz atributo do Estado, agora santo pela própria função. A Teologia secunda a expressão e, ao fim, identifica e confunde os argumentos: reproduzindo o discurso do sagrado, dimensiona sagradamente o discurso do Estado (PAIVA, 2006, p. 120).

E, assim, o princípio regulador da sociedade representado pelo rei e o discurso teológico da Igreja Católica que, antes, se complementavam na explicação da realidade, vão gradativamente tomando direções opostas. O Estado, sob uma perspectiva humanista, vai modelando a apreensão do social enquanto o discurso teológico vai ficando em segundo plano no que se refere aos argumentos políticos.

Na baixa Idade Média inicia-se uma concepção de modernidade a ser gestada. O desenvolvimento da classe burguesa ocasionou uma revolução de ordem cultural e econômica que desabrochou na sociedade moderna. A grande responsável pela fermentação e dinamismo social da época foi a burguesia com posições mercantis elaboradas a partir de um ponto de vista laico e individualista. Assim, com uma perspectiva mais humanista diante do mundo foi inevitável a transição do imaginário místico para uma visão antropocêntrica, mais preocupada em produzir bens e riquezas imprescindíveis à ascensão social e garantidora da realização do homem aqui mesmo na vida terrena. Desse modo, consolidando-se diante de um ambiente laico, caracterizado por uma tendência antropocêntrica e com uma economia liberal e politicamente formada pelos Estados Nacionais, é que se dá o nascimento da era moderna.

Neste sentido uma nova forma de compreender o mundo, demonstra uma espécie de desprezo ao passado onde prevalecia os valores da Igreja Católica, a superstição, o teocentrismo, os privilégios do clero e da nobreza, o absolutismo etc. Contudo, é importante dizer que essas alterações tão ambicionadas, vieram ao encontro dos interesses e aspirações da classe burguesa. Os adeptos da racionalidade emergem com um ideal confrontador aos valores religiosos que antes imperavam.

Os conhecimentos dos mosteiros, na perspectiva dos modernos, eram meramente dogmáticos e imperiosos, nesse sentido “os protagonistas do novo paradigma conduzem uma luta apaixonada contra todas as formas de dogmatismo e autoridade” (SANTOS, 1995, p. 12).

O pensamento racionalista, produto do cientificismo¹⁵ do século XIX, recomenda uma nova maneira de conceber a educação, em função das necessidades conferidas pelo novo padrão de sociedade emergente. Os partidários dos ideais da modernidade abominavam tudo o que era passado, velho, desgastado e, por isso, superado. Partindo dessa concepção, houve a necessidade de se pensar numa nova modalidade para a educação, um modelo mais moderno e eficiente aos propósitos da classe dominante de então. Daí o surgimento da escola moderna, um aparato que seria responsável pelo desenvolvimento das potencialidades desse novo homem.

A educação dessa maneira é vista como sendo o veículo integrador das gerações às novas condições de um mundo em mutação. Ela deve organizar-se como instrumento de adaptação às situações novas de um meio social essencialmente dinâmico. Neste sentido, a educação é tão imprescindível que do seu sucesso ou não, depende o crescimento ou perecimento da civilização. Por isso ela revê seus meios e fins, para reciclá-los às novas circunstâncias (CURY, 1978, p. 80)

Neste contexto, a escola apresentou-se enquanto uma importante ferramenta capaz de desenvolver um indivíduo padrão dessa nova sociedade, tornando-se um instrumento estratégico de divulgação da ciência, de formação de um espírito nacionalista e de um agente eficiente no papel reformador da sociedade. A educação oficial passou a assumir padrões científicos para tentar suprir a necessidade de formação de um novo homem. Sob a responsabilidade do Estado, a escola passou a ser o órgão difusor da nova ordem.

Neste sentido Cury (1978, p. 41) assegura: “(...) é importante informar que a Igreja Católica já percebia o magistério como infalível em matéria de dogma e moral”. A perda desse monopólio, gerou reações por parte da Igreja Católica quando esta se viu à margem de todo o movimento de renovação proposto pela modernidade. Essa reação se expressa nas mais diversas formas, principalmente

¹⁵ Cientificismo: doutrina sociofilosófica que têm o racionalismo positivista como base. A concepção de ciência do século XIX entende que só através da racionalidade o indivíduo evolui e as faculdades humanas sempre progredindo no sentido da ordem científica. Ver: COMTE, August. *Curso de filosofia positiva*.

pelas encíclicas, concordatas¹⁶, dentre outros documentos que a Igreja Católica veio a confeccionar e/ou reformular na tentativa de se adaptar à nova realidade sem, contudo, deixar de lado a sua ideologia.

A sociedade brasileira tal qual entendiam os europeus, forma-se no século XVI. Sua gênese na história ocidental ocorre na encruzilhada desse movimento de renovação da Igreja Católica, o que contribui para que “o estilo de Cristandade¹⁷ do Velho Mundo se desenhe com mais clareza no Novo Mundo” (ARAÚJO, 1986, p. 49). Esse autor afirma ainda: “Em termos da história do Brasil, a vivência eclesial aos moldes de Cristandade é mais significativa nos tempos coloniais (...). Mas, nem por isso a integração entre a Igreja e o Estado deixa de ser reclamada e aspirada” (ARAÚJO, 1986, p.53). Analisando a conjuntura utilizando os principais fundamentos da história, Martins e Carvalho (2015, p. 78) afirmam que:

Com a proclamação da Independência brasileira em 1822, os resquícios da cultura cristã católica permanecem instaurados no imaginário social. A instauração do Império, portanto, trouxe consigo a imagem da ordem estabelecida, definida pelo jurídico e pela fé, fruto da cultura colonial. A formação do estado brasileiro reconheceu a Igreja Católica como base do edifício político, inclusive reconhecida pela Constituição, e esta situação perdurou até meados do século XIX.

A influência estrangeira, principalmente das grandes potências capitalistas mundiais, Inglaterra, França e Estados Unidos, se fazia cada vez mais presente no imaginário dos brasileiros a partir de 1870. Os ideais de modernidade, associado ao ideal de ordem, educação e progresso, vinham se constituindo no cenário nacional devido à nova condição do país no contexto internacional. Para Ribeiro (2003, p. 65): “[...] tal modernização da sociedade brasileira era exigência de fato, fruto do estágio atingido no processo de mudança da base da sociedade exportadora brasileira, que de rural-agrícola passa para urbano-comercial”. A implementação de estratégias de modernização significava elevar o Brasil ao nível dessas potências mundiais e isso constituiu em romper com tudo o que era antigo e ultrapassado. A monarquia era vista como ultrapassada pela elite intelectual e política de então e, sendo assim, esse grupo, juntamente com os demais adeptos do ideal republicano, defendiam o estabelecimento de uma nova forma de governo.

¹⁶ Tradução: José Arthur Giannotti. São Paulo: Nova 14 Cultural. NISBET, Robert. *História da ideia de progresso*. Tradução: Leopoldo José Jobim. Brasília: Editora UNB

¹⁷ Cristandade, segundo Araújo (1986), é uma concepção elaborada durante a Idade Média. Foi nesse período da história que Igreja Católica e Estado estiveram mais ajustados, no que diz respeito aos assuntos da sociedade.

O sistema imperial se constituiu como um empecilho para o desenvolvimento do país. Em outras palavras, o Império era uma ordem retrógrada, desorganizada, a mercê do barbarismo e o principal motivo do atraso brasileiro frente às potências capitalistas e esse sistema, na concepção dos modernos, necessitava urgentemente ser revisto e superado.

4 A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E A AÇÃO EDUCACIONAL DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL

4.1 ESTADO, EDUCAÇÃO E RELIGIÃO: APORTES CONTRADITÓRIOS NAS AÇÕES DE CONTROLE E DOMINAÇÃO

O século XIX chega ao seu final no Brasil, presenciando a Proclamação da República, que não deve ser entendido como um projeto político e social pronto e acabado a priori. A implantação da República envolveu, e ainda envolve uma construção permanente nos âmbitos social, político, econômico e religioso.

Nesse último aspecto, o regime republicano, inspirado por ideias positivistas e anticlericais, estabeleceu a separação entre Estado e Igreja. Inicialmente, essa medida foi estabelecida pelo Decreto nº 119-A do Governo Provisório em 1890, que, entre outras coisas, aboliu o padroado que não tinha mais serventia,

[...] pois o Estado brasileiro encontrava-se dominado por maçons e bebia de uma nova ideologia que já não mais necessitava do estofo ideológico que a religião sempre lhe oferece. Por outro lado, questões eram transferidas da Europa fazendo reviver aqui os embates entre a maçonaria e o catolicismo ultramontano (DA SILVA, 2014, p. 61).

A reação da Igreja Católica no Brasil quanto a esse assunto pode ser evidenciada a partir da *Pastoral Coletiva* em 1890, bem como da *Reclamação* redigida no mesmo ano. Esses escritos sintetizam as reivindicações contra a interferência do Estado em assuntos de Religião.¹⁸

A Igreja Católica, além dessas pendências políticas, encarou movimentos sociais de cunho religioso como o de Canudos e de Juazeiro, cujos líderes, respectivamente, foram Antônio Conselheiro e o Padre Cícero. Alguns autores chamam essa variante do catolicismo como um *catolicismo rústico*. A Igreja oficial, representando o vaticano, não via com simpatia essa religiosidade espontânea e

¹⁸ O Padroado português foi um acordo instituído entre a Santa Sé e Portugal em que o Papa delegava ao rei de Portugal o exclusivo da organização e financiamento de todas as atividades religiosas nos domínios e nas terras descobertas por portugueses. O Padroado português remonta ao início da expansão marítima portuguesa em meados da década de 1400 e foi confirmado pelo Papa Leão X, em 1514. Perdurou, com várias alterações, até meados do século XX. Através do Padroado o Rei de Portugal podia construir igrejas e nomear os padres e os bispos, sendo estes depois aprovados pelo Papa. Era também o Chefe de Estado Português que impunha o barrete cardinalício ao Patriarca de Lisboa. Assim, as estruturas do Reino de Portugal tinham não só uma dimensão político-administrativa, mas também religiosa. Com a criação do Padroado, muitas das atividades características da Igreja Católica eram, na verdade, funções do poder político. Particularmente a Inquisição, que nos Impérios de Portugal e de Espanha (que também beneficiava do regime de padroado) funcionou mais como uma polícia do que a sua função inicial religiosa. O Padroado português foi muito alterado ao longo dos tempos, mas os seus últimos vestígios foram suprimidos com o desmantelamento do Império Português e com o Concílio Vaticano II (1962-1965), que desencorajava este tipo de organização da Igreja, em que o Estado se intrometia demasiado nos assuntos eclesiais (CANDIDO, 2015)

carismática, uma vez que a autoridade desses líderes saía do controle da hierarquia eclesiástica¹⁹.

Esses embates, entre o catolicismo oficial e o rústico, indica a ineficiência da estrutura eclesiástica católica diante de um vasto território como o brasileiro. No Nordeste, por exemplo, as fundações de dioceses em regiões do interior só vão ser realizadas de forma mais efetiva na primeira metade do século XX. O professor Severino Vicente afirma que:

No início do século XX, em um movimento que pretendia garantir a sua presença em todos os espaços do Brasil, a Igreja Católica procurou estabelecer dioceses nas capitais e em regiões de importância nos diversos estados da federação. No Sertão de Pernambuco foi criada, em 1910, a diocese de Floresta, lugar próximo do Rio São Francisco, alguns anos depois, a sede diocesana de Pesqueira. Em 1921, foi criada a diocese de Petrolina, reconhecendo a importância daquela região, uma passagem de ligação dos estados da Bahia, Pernambuco, Piauí, Ceará. Naquele mesmo ano foi criada a Diocese de Garanhuns. (DA SILVA; 2014, p. 78).

No final do século XIX, 16 novas dioceses foram criadas em todo o Brasil, tendo esse número sido ampliado para 32 entre 1900 e 1918.

Nesse momento da história, há um crescimento relativo da presença de protestantes em diferentes partes do país. Segundo Mendonça, nas áreas rurais no Sul, principalmente aquelas compreendidas na marcha do café, o protestantismo, principalmente os presbiterianos e batistas, penetraram com bastante vigor, abrangendo regiões em que a Igreja Católica não desempenhava sua autoridade eclesiástica de forma efetiva.

Nas unidades federativas da região nordeste, como Pernambuco e Rio Grande do Norte, por exemplo, a penetração protestante foi bastante significativa, principalmente nos principais centros urbanos. No entanto, este crescimento alcançou também os principais núcleos do agreste e do sertão pernambucano. Presbiterianos e batistas foram os grupos mais expressivos nessa inserção. Essa expansão tanto nos centros urbanos quanto para o interior foi beneficiada pelos contextos políticos e econômicos que Pernambuco e o Nordeste sofreram no início do período republicano.

Assim, a Igreja Católica é entendida, nesta análise, como agente produtor do espaço, atua de maneira planejada, buscando maximizar sua atuação na vida

¹⁹ 5 A Igreja Católica tem uma estrutura altamente hierarquizada, sendo o seu Chefe o Papa. A expressão "Santa Sé" significa o conjunto do Papa e dos dicastérios da Cúria Romana, que o ajudam no governo de toda a Igreja. Tem uma estrutura hierárquica de títulos que são em ordem descendente: Papas, Cardeais, Patriarcas, Arcebispos e Bispos, Presbíteros ou Padres e Diáconos (CANDIDO, 2015, p. 1)

das pessoas, com o objetivo de manter seu status de religião principal do Brasil, religião da maioria, além, é claro, de influenciar decisões políticas mediante pressão ou alianças com os governantes. É relevante salientar a estratégia geopolítica como esta instituição planeja e desenvolve suas atividades, atuando em variados ramos e movimentos da sociedade, sempre procurando incluir-se e mostrar-se presente e atuante.

Na tentativa de promover a manutenção de seu poder, a Igreja Católica reelabora continuamente suas estratégias. Entre os mecanismos utilizados para dinamizar e difundir seus pressupostos e ideais como aumento do número de escolas confessionais e de Seminários, desenvolveu também uma estratégia política de ampliar o quantitativo de dioceses e paróquias no Brasil. Uma vez que nas palavras de Anjos e Carvalho (2010, p. 51):

Em 1889 a República foi proclamada no Brasil e com o novo regime se promulga a Constituição de 1891, que declarou o Estado laico, pelo Decreto 119-A. Também foi instituída a liberdade de cultos religiosos, bem como o casamento civil e a secularização dos cemitérios. Nesse ambiente republicano, já nas últimas décadas do século XIX, escolas americanas de confissão protestante já tinham êxito em São Paulo, havia também penetração do espiritismo no país. Então a Igreja brasileira precisava fazer frente a esses desafios. Bispos romanizados foram nomeados e iniciaram a implantação no país da nova política da Igreja, principalmente através da busca de religiosos europeus romanizados. Além disso, a Igreja, acompanhando a federalização da República, também se federalizou criando circunscrições eclesiásticas e bispados em todo o território nacional (ANJOS; CARVALHO, 2010, p. 51).

Diante desse argumento pode-se compreender que a separação entre a Igreja Católica e o Estado em 1890 conforme Prado Jr. (1957, p. 58): “[...] possibilitou as condições imperiosas para a primeira e maior autonomia, para a criação de novas dioceses e prelazias tendo em vista tratar-se de outro contexto histórico”.

A partir das últimas décadas do século XIX, o Brasil, independente desde 1822, passa por mudanças significativas, ou seja, a escravidão tinha sido abolida em 1888, novas áreas eram mais efetivamente incorporadas ao espaço econômico brasileiro graças a produtos como o café, o cacau e a borracha, a industrialização e a urbanização já estavam em marcha e a população ascendera de cerca de 14,5 milhões de habitantes em 1890 para cerca de 36 milhões em 1930 (PRADO JR., 1957). Neste contexto a criação de novas dioceses e prelazias, novos territórios religiosos, torna-se necessário, de modo que o poder simbólico da Igreja fosse

territorialmente materializado: as sessenta e oito dioceses e prelazias criadas entre 1890 e 1930 refletem esse contexto e a expansão desse poder (ROSENDAHL; CORRÊA, 2006).

A densidade mais elevada de centros, em média um para cada 110.000Km², contra um centro para 950.000Km² em 1800, por exemplo, não diminuiu a limitada ação da Igreja Católica. Ao contrário, o aumento relativamente mais significativo da população, doze vezes maior entre 1800 e 1930, face ao aumento do número de unidades diocesanas nove vezes mais, gerou o aumento do número de habitantes por diocese ou prelazia, que passou de cerca de 330.000 habitantes por unidade em 1800 para cerca de 450.000 em 1930. Desse modo, a densificação da rede católica no Brasil deve ser relativizada. Isto ratifica a tese da expansão do catolicismo popular como tendo como uma de suas bases a limitada territorialidade da Igreja Católica no país.

A concentração no tempo da criação de dioceses e prelazias está associada, com base em uma mesma estratégia, à concentração espacial das novas unidades diocesanas. Entre 1890 e 1930, quarenta e cinco das sessenta e oito dioceses e prelazias criadas localizavam-se nas regiões Sudeste e Nordeste, privilegiando, assim, as regiões mais povoadas e mais importantes economicamente.

A concentração espacial torna-se ainda mais nítida quando, mesmo nas regiões Sudeste e Nordeste, são confrontadas suas sub-regiões. Assim, no Estado de São Paulo, região Sudeste, sete dos doze centros diocesanos criados entre 1890 e 1930 localizavam-se nas regiões de povoamento consolidado, não muito distantes da cidade de São Paulo, alguns destes já se caracterizando pela presença crescente da atividade industrial, como Campinas, Sorocaba, Taubaté e Santos.

Na região Nordeste, dos dezoito centros diocesanos criados, oito localizavam-se na estreita faixa oriental denominada Zona da Mata e Agreste, enquanto no Sertão, amplo espaço escassamente povoado, o número de dioceses e prelazias gera baixa densidade de unidades diocesanas. Em resumo, a concentração espacial das sedes dos territórios religiosos da Igreja Católica reproduz, em linhas gerais, o padrão de povoamento do país.

A seletividade espacial, parte integrante da estratégia territorial da Igreja Católica, foi estabelecida também em termos funcionais. Na criação de dioceses e prelazias foram privilegiadas localizações específicas, cujas especificidades foram

avaliadas pela Igreja Católica. Conforme aponta Corrêa (1995), a seletividade é uma prática espacial amplamente adotada no processo de decisões locais, as quais estão associadas ao processo de difusão espacial. A seletividade, no entanto, deriva de uma combinação entre atributos das localizações, mutáveis ao longo do tempo, e as necessidades e possibilidades da Igreja Católica de construir, reconstruir e controlar territórios religiosos.

A primeira distinção a ser feita envolve a criação de prelazias e não de dioceses em áreas, via de regra, pouco povoadas e distantes do litoral. Em 1745 são criadas nas distantes áreas de mineração da região Centro-Oeste, as prelazias de Goiás e Cuiabá, posteriormente elevadas à categoria de diocese. Trata-se, em realidade, de uma prática de antecipação espacial (CORRÊA, 1995). Em 1930 haviam quatro prelazias, uma em Bom Jesus, em pleno sertão do Piauí, e três na Amazônia: Lábrea, Bragança e Ilha de Marajó.

A concentração no tempo da criação de dioceses e prelazias está associada, com base em uma mesma estratégia, à concentração espacial das novas unidades diocesanas. Entre 1890 e 1930, quarenta e cinco das sessenta e oito dioceses e prelazias criadas localizavam-se nas regiões Sudeste e Nordeste, privilegiando, assim, as regiões mais povoadas e mais importantes economicamente.

A partir de 1901 a estratégia da Igreja Católica voltou-se para a criação de dioceses e prelazias em outros tipos funcionais de centros. Das sessenta e uma novas dioceses criadas a partir de 1901, cinquenta e quatro foram em centros com outras funcionalidades. Na complexidade da seletividade funcional por parte da Igreja Católica distingue-se a criação de dioceses em lugares centrais de nível regional. A centralidade já exercida foi reforçada com a ação da Igreja Católica. Os exemplos são numerosos: Santarém, no médio Amazonas, Crato e Sobral no Ceará, Petrolina no médio vale do Rio São Francisco, Ilhéus, na zona cacauzeira da Bahia, Montes Claros no norte de Minas Gerais, Juiz de Fora na Zona da Mata mineira e Uberaba na região do Triângulo Mineiro, de modo contundente evidenciam essa estratégia territorial. As dioceses de Campos, Ribeirão Preto, Ponta Grossa, Lages e Pelotas são outros exemplos localizados nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente. O complexo processo de difusão adotado pela Igreja Católica no Brasil, privilegiou a territorialidade religiosa e a construção de seus territórios diocesanos. Neste

processo, dois grandes períodos emergiram entre 1551 e 1930, traduzindo-se em práticas e resultados distintos, os quais refletiram e condicionaram a própria dinâmica territorial do país, assim como as necessidades e possibilidades da Igreja Católica de expandir-se em um amplo, complexo e desigual país.

A seletividade funcional gerou, por outro lado, criações de dioceses em cidades localizadas no contato entre regiões de povoamento antigo e em curso, as cidades “bocas de sertão”, como Botucatu e São José do Rio Preto no Oeste paulista (MONBEIG, 1984) Jacarezinho no Norte paranaense e Garanhuns situada em área de convergência regional entre a zona da mata e o sertão pernambucano, estas criações revelam uma visão antecipadora da Igreja Católica. A estratégia territorial da Igreja Católica no Brasil, entre 1890 e 1930, fez-se com base em complexos-padrões de difusão, os quais incluíam, como no período anterior, a difusão por saltos, característico do período entre 1551 e 1854, continua a ser adotado como prática no período em tela. A Amazônia fornece exemplos loquazes com a criação das dioceses de Rio Branco e Porto Velho, respectivamente em 1919 e 1925, desmembradas da de Manaus, criada em 1892.

A Prelazia de Bom Jesus, no sul do Piauí, criada em 1920 e desmembrada de Teresina, é outro exemplo, assim como o são as dioceses de Caetité e Barra, na Bahia, em 1913, por desmembramento da Diocese de Salvador. Ressalta-se que a área mais próxima de Salvador não veria a criação de nenhuma diocese anteriormente a 1940: Amargosa em 1941, Feira de Santana em 1962 e Alagoinhas em 1974. No Brasil, privilegiou-se a territorialidade religiosa e a construção de seus territórios diocesanos. Neste processo, dois grandes períodos emergiram entre 1551 e 1930, traduzindo-se em práticas e resultados distintos, os quais refletiram e condicionaram a própria dinâmica territorial do país, assim como as necessidades e possibilidades da Igreja Católica de expandir-se em um amplo, complexo e desigual país.

A complexidade dessa difusão sugere outros padrões, distintos daqueles apontados por Gould (1969). Por outro lado, observa-se que vários padrões de difusão espacial foram efetivados de modo simultâneo, mas em diferentes espaços regionais. Dada a grande diversidade de povoamento e de desenvolvimento econômico no Brasil nos quarenta anos entre 1890 e 1930, diferentes estratégias de difusão foram adotadas pela Igreja Católica no processo de construção de seus territórios religiosos: difusão por saltos, por contiguidade, por via hierárquica por

preenchimento de interstícios espaciais.

A Igreja se entende educadora universal porque detentora da verdade e, portanto, de uma moral universal. Agindo através de colégios ou simplesmente através da catequese, ou de cursos livres em pensionatos por elas mantidos, as congregações e seus membros carregam consigo essa ideia e todas as suas atividades são intrinsecamente educativas.

Neste sentido, a Igreja Católica torna-se um agente produtor do espaço, visto que possui, mesmo no contexto de laicidade – que no Brasil remonta ao período da Constituição de 1891, época da separação entre o Estado Brasileiro e a Igreja Católica – uma atuação marcante na sociedade, ditando normas de conduta e atuando ativamente nos mais variados ramos da sociedade.

4.2 PROJETOS EDUCACIONAIS DAS IGREJAS (CATÓLICAS E PRESBITERIANAS) EM GARANHUNS E A DINÂMICA ESPACIAL

Ao desenvolvermos um estudo paciente da ocupação e formação territorial de determinados espaços, avaliando pelo viés da geografia histórica, chega-se a compreensão de que é uma construção. Nela, as mudanças e permanências estão sempre presentes. Aqui, os tempos (passado, presente e futuro) se entrecruzam. No dizer de Santos (1998, p. 56) “[...] é uma sucessão habitual de tipos de tempos [...]”, ou seja, tempos diferentes atuando sucessivamente. Para entendê-los é necessário um olhar atento com um espírito investigativo, ligando os diversos pontos dessa trama materializados na dinâmica espacial configurados na paisagem.

A religião possui um lugar respeitável nessa trama. Desde tempos longínquos até os tempos hodiernos, os homens têm procurado se relacionar com o divino, cujas práticas, símbolos juntamente com os seus significados não devem ser desconsiderados e passar despercebidos. Na construção da conformação histórica de cada povo é preciso problematizar esse aspecto e é isso que pretendemos.

As instituições educativas religiosas católicas e protestantes, tiveram papel proeminente no processo de desenvolvimento cultural e educativo em nosso país, em nosso estado (Pernambuco) e mais especificamente na cidade de Garanhuns. Elas contribuíram expressivamente para que a cidade se tornasse um polo educativo importante no nordeste brasileiro. Este fato se esclarece em função de alguns

condicionantes geo-históricos.

Entre 1887 e 1965 o transporte ferroviário acelerou a dominância urbana de Garanhuns na região. A partir da ligação direta com a praça do Recife atraiu grande número de forasteiros, que ao adquirirem terras pertencentes a latifúndios, passaram a produzir intensamente, contribuindo para o crescimento socioeconômico do município e sobretudo para o incremento das ações educacionais (Figura. 49).

Conforme Sette (1956, p. 45):

O trem, em poucas palavras, trouxe a função comercial, incrementou a cultura do café em ascensão até a crise de 1929, valorizou a produção do algodão com a instalação de fábricas para o seu beneficiamento e integral aproveitamento, permitiu e/ou possibilitou a chegada de missões protestantes e congregações católicas interessadas na fundação de estabelecimentos de ensino secundário e facilitou a vinda de um número sempre crescente de famílias recifenses em busca de uma estação de repouso ou de cura, as quais no regresso se encarregavam de alardear a fertilidade do solo, a pureza da água e a excelência do clima.

Garanhuns passa então a possuir esta nova função de cidade-recreio ou cidade-sanatório, função que se adicionaria a outras, como por exemplo, as de cidade ponta de trilhos, cidade entreposto comercial ou metrópole regional, e cidade com função educacional.

Figura 49: O trem possibilitou a fluidez de mercadorias e pessoas dando novo sentido ao espaço regional. Excursão do Col. XV de Novembro anos 30 do século passado



Fonte: www.amigosdegaranhuns.com.br. 2013

Desse modo a cidade de Garanhuns continuou a progredir e, sobretudo a se aformosear para melhor receber os seus visitantes, vindos não só das cidades do entorno, mas também de Recife ou de Maceió, e ainda de várias outras cidades pernambucanas e alagoanas, a procura de seus hotéis, de seus colégios, de suas fazendas e de seus encantos serranos.

Esse progresso evidenciou-se nas construções do seu espaço, surgindo vários equipamentos urbanos como, por exemplo, os novos edifícios especialmente construídos para abrigar educandários com internatos modelos, como os operacionalizados pelos Colégios Presbiteriano XV de Novembro, fundado em 1900, Colégios Santa Sofia (1912) e Colégio Diocesano (1915), que, por sua vez, passam a atuar como objetos transformadores do cenário socioespacial em que se encontram, à medida que se apropriam, organizam, produzem e reproduzem o espaço ao seu redor, detendo significados e valores que não são meramente abstratos, mas organizados e vividos.

Neste cenário surgem repartições públicas, pequenos palacetes (Figura. 50), clubes sociais, conventos (Figura. 51), cinemas, hotéis, colônias de férias etc., aumentando também, de ano para ano, o número de ruas modernamente pavimentadas, praças com atraentes jardins floridos (Figura. 52) intensamente frequentados e, dois parques florestais (Figura. 53) só para citar alguns exemplos.

Assim, diante deste panorama, pode-se afirmar em acordo com Moreira (1980, p. 55) que:

Um conteúdo social crescente impregna a essência do espaço, na medida que aumenta a densidade técnica, simbólica, econômica, política e cultural, que dão vida à sociedade através das práticas espaciais, mudando sua natureza ontológica.

Percebe-se assim, que o processo de transformação da dinâmica espacial da cidade se dá também, em função das estratégias desenvolvidas para atender as demandas educacionais, dando novo sentido à lógica de organização do espaço.

Neste ponto de vista fica-se com a assertiva de Certeau (1994) onde argumenta que espaço é lugar praticado, ou seja, são as ações humanas que imprimem vida aos lugares. Nesta mesma linha se está com Milton Santos ao pensar o espaço como: “[...] conjunto de fixos e fluxos. Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados

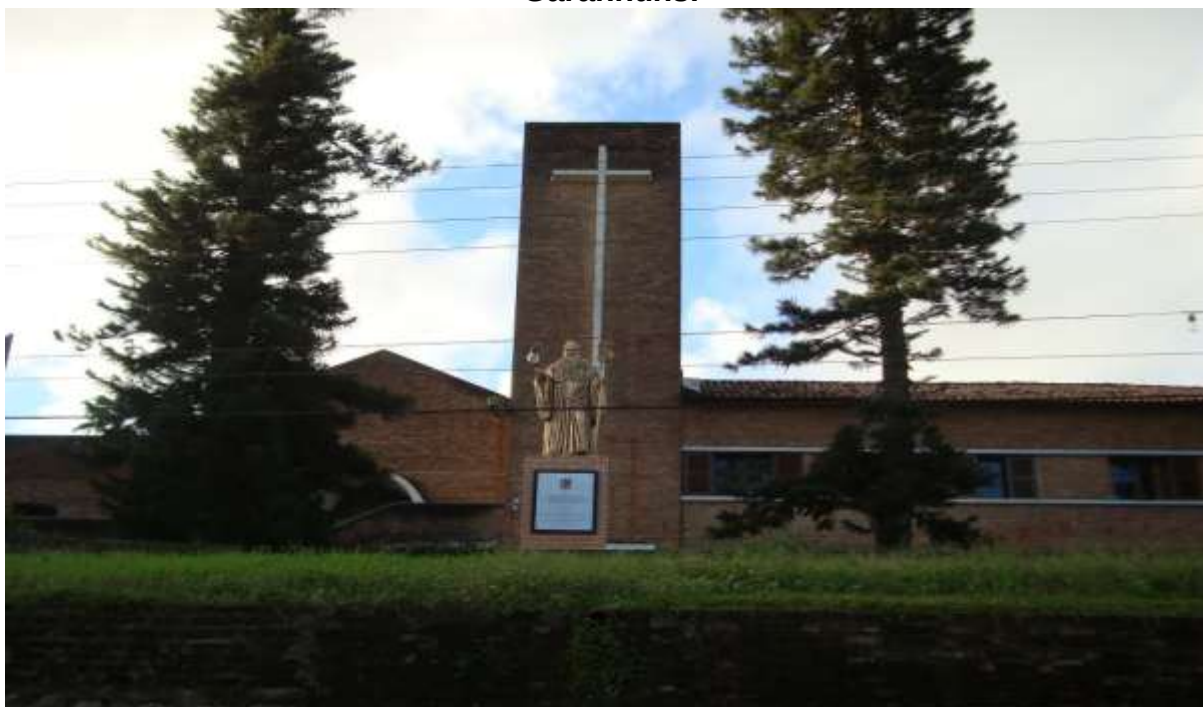
que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar [...]” (SANTOS, 2002, p. 61).

Figura 50: Pequenos palacetes construídos nos tempos áureos do café



Fonte: foto arquivo do autor. Setembro 2014.

Figura 51: Mosteiro de São Bento importante instituição católica em Garanhuns.



Fonte: Foto arquivo do autor.

Figura 52: Praça Tavares Corrêa Bairro Heliópolis – Garanhuns.



Fonte: Foto arquivo do autor. Julho 2012

Figura 53: Praça Tavares Corrêa Bairro Heliópolis – Garanhuns na primavera



Fonte: Foto arquivo do autor setembro 2012

Neste sentido a cidade de Garanhuns inicia a solidificação de um processo que a qualifica como centro irradiador de ações educacionais em todo o agreste meridional pernambucano, redefinindo o modo de ser, de produzir, de consumir e de pensar das populações residentes.

Desse modo a implantação de instituições de ensino produz novos fixos espaciais, isto é, constrói um sistema de objetos vinculados principalmente aos

setores imobiliários e da construção civil, tais como prédios de residências e estabelecimentos comerciais. Cada fixo espacial ou objeto faz parte de um grande sistema mais amplo, denominado sistema de objetos. Assim não só o uso combinado, mas as atividades dele decorrentes compõem modelos estruturais que se arranjam e se complementam de acordo com sua funcionalidade.

Santos (2004, p. 219) afirma que:

Cada objeto é, em si mesmo, um sistema, funcionando sistematicamente. Um grande supermercado ou Shopping Center, instituições de ensino (Grifo nosso), seriam incapazes de existir se não fossem servidos por vias rápidas, estacionamentos adequados e acessíveis, sistemas de transportes públicos com horários regulares e conhecidos e, se, no seu próprio interior, as atividades não estivessem subordinadas a uma coordenação. Esse é o caso dos grandes edifícios, dos armazéns, dos silos, etc. Os portos, e a rede rodoviária de um país e, sobretudo, a rede ferroviária são exemplos de objetos complexos e sistêmicos.

E continua o autor:

O enfoque geográfico supõe a existência de objetos como sistemas e não apenas como coleções: sua utilidade atual, passada, ou futura vem, exatamente, do seu combinado pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores. Seu papel pode ser apenas simbólico, mas, geralmente, é também funcional. (SANTOS, 2004, p.73)

A implantação das instituições de ensino em Garanhuns-PE resultou no incremento de sistemas de objetos, sobretudo aqueles relacionados ao ensino, assim como no surgimento e potencialização de fluxos e/ou sistemas de ações correlatos. A infraestrutura participante (vias de acesso às IE, surgimento e ampliação de linhas de transporte coletivo e serviços de urbanização) só para citar alguns exemplos. Assim, além de impor uma dinâmica essencial à implantação de processos de inovação de produção e difusão da cultura e dos saberes científicos, a educação através das instituições de ensino passa a desempenhar também a função articuladora do contexto regional em que estão inseridas, atuando como objeto transformador do cenário socioespacial em que se encontram contribuindo para a solidificação de um espaço fluido e dinâmico traduzindo a espacialidade complexa.

4.3 A IGREJA CATÓLICA E SUA AÇÃO EDUCATIVA EM GARANHUNS-PE

No tocante à área de estudo (Garanhuns), percebe-se uma intensa ligação da cidade com a Igreja Católica. Verifica-se a presença da Instituição em cada canto de Garanhuns seja com suas igrejas (Figura 54), casas de oração,

escolas, seminários (Figura 55), conventos etc., ou seja, em Garanhuns, as instituições religiosas tiveram papel relevante no processo de desenvolvimento cultural, educativo e lógico, na organização da dinâmica do espaço urbano.

Figura 54: Igreja Matriz de Santo Antônio



Fonte: Foto arquivo do autor. Setembro) 2014

Figura 55: Seminário São José fundado em 1928, importante instituição católica



Fonte: Foto arquivo do autor março 2013

Neste empreendimento destacamos o Colégio Santa Sofia (1912) (Figura. 56) vocacionado para educação das elites femininas; o Bom Pastor (finais da década de 30) (Figuras 57 e 58) uma escola voltada para a educação de meninas carentes, o Colégio Diocesano (1915) (Figura. 59) e o Seminário São José (1928) (Figura. 60) voltados para a educação masculina. Porém, apesar de em casos especiais, os colégios católicos fornecerem bolsas para alunos pobres, estas instituições praticavam uma educação fundamentalmente voltada para as elites. Famílias ricas de todas as partes do Nordeste que almejavam uma educação de boa qualidade para seus filhos, procuravam estas instituições acima citadas. Porém, havia uma notável diferença, entre o que se ensinava nos colégios católicos voltados para as elites e o que se ensinava nas instituições voltadas para as classes menos favorecidas.

O currículo dos colégios da Congregação Damas da Educação Cristã abrangia Instrução Religiosa, Gramática Portuguesa; Aritmética; Geografia, História Natural, História Sagrada e Profana, Caligrafia, Literatura, Francês, Trabalhos Manuais, Obras de Gosto (Flores, tapetes, bordados), Música etc. Enquanto que no Bom Pastor: instituição voltada para o recolhimento, a assistência e educação de meninas órfãs e pobres, as meninas aprendiam doutrina cristã, leitura, contas (as quatro operações), caligrafia, trabalho de agulha, de lavar, de engomar etc.

A Congregação do Bom Pastor foi fundada em Angers, na França, em 1835, por Santa Marie-Euphrasie Pelletier, com a finalidade de ajudar meninas e mulheres que estivessem em situação de risco. Em 1871, as primeiras irmãs dessa Congregação chegaram ao Brasil, mas, inauguraram a sua primeira casa brasileira, somente em 1891, no Rio de Janeiro.

As irmãs do Bom Pastor que vieram para Garanhuns ocupavam, em 1930, o Convento Franciscano de Igarassu/PE. Mas, em finais da década de trinta, depois de um surto de febre tifo o abandonaram e foram transferidas para Garanhuns, onde se instalaram na sede do antigo Patronato Agrícola de Garanhuns e fundaram uma escola para meninas carentes. O Instituto Bom pastor recebia meninas órfãs e também meninas de famílias pobres em regime de internato ou externato.

Figura 56: Colégio Santa Sofia fundado em 1912 referência em educação



Fonte: Foto arquivo do autor (julho 2013)

Figura 57: Patronato Agrícola de Garanhuns anos 30 onde foi fundado O Bom Pastor uma escola para meninas carentes



Fonte: www.amigosdegaranhuns.com.br >Acesso dezembro2013

Figura 58: Ruínas do Convento do Bom Pastor



Fonte: Foto arquivo do autor (Dezembro, 2013).

Figura 59: Colégio Diocesano de Garanhuns fundado em 1915



Fonte: Foto arquivo do autor (julho 2013).

Figura 60: Seminário São José



Fonte: Foto arquivo do autor (julho 2013).

Embora a preocupação da Educação Católica não fosse a profissionalização feminina, as finalidades da educação eram diferentes. As meninas vindas da elite não eram preparadas para se encarregarem de tarefas domésticas. Em contrapartida, as meninas pobres ao deixarem o Bom Pastor, provavelmente seriam mães de família que precisariam trabalhar em casa, ou mesmo trabalhar fora de casa para ajudar no sustento da família.

Em função do acima exposto, estas ações se explicam uma vez que desprovida de doações do Estado (e tendo então que disputar com um sistema laico de ensino e com as religiões protestantes), a Igreja católica passou a prover, por seus próprios meios, a difusão de um modelo de projeto religioso que aproximava a Igreja da América Latina cada vez mais dos “padrões de Roma”, processo denominado de Romanização²⁰.

A Educação Católica passa a ser elemento de destaque na estratégia do Episcopado para acelerar o processo de romanização da Igreja no Brasil, e para fazer face à rede de escolas protestantes que começam a surgir, um pouco por toda a parte, no território nacional. É justamente neste período, final do século XIX, e nas

²⁰ Romanização: Processo de condução e controle religioso do catolicismo com obediência plena às orientações da Cúria Romana, do Vaticano; obrigação de seguir a Doutrina da Fé do vaticano.

primeiras décadas do século XX, que são fundados no Brasil, ou aqui vêm se instalar, muitas Congregações Religiosas, especialmente as dedicadas à educação escolar da juventude tanto masculina, quanto feminina (ALVES, 2005, p. 210-211).

Dentro da estratégia da difusão territorial da Igreja Católica, aparece a preocupação em criar dioceses e prelazias em áreas com potencial econômico, ou que porventura gozassem de poder político, como uma capital político-administrativa. Esta forma de pensar, ancorada na seletividade espacial (CORRÊA, 1995), baseou grande parte das ações da Igreja na história do Brasil.

Também é possível destacar que, em muitos casos, a estratégia da Igreja era utilizar-se do mecanismo de antecipação espacial, prática que corresponde à instalação de uma atividade antes que as condições favoráveis, ou o mercado consumidor estejam em dimensão satisfatória (CORRÊA, 1995). Assim, a Igreja instalava suas dioceses, paróquias e prelazias em locais que demonstravam potencial futuro de crescimento (o caso de Garanhuns).

Para a consolidação dos seus ideais a Igreja Católica através das Damas da Instrução Cristã do Brasil fundam em Garanhuns o Colégio Santa Sofia (1912), instituição belga dedicada à implantação de alguns dos mais importantes internatos no estado de Pernambuco. Também espaço de manifestação do que entendemos serem práticas instrucionais de confinamento, elaboradas no transcurso das adaptabilidades e das dicotomias, do disciplinamento e das equiparações, do apartamento da secularização, mas também do uso de alguns de seus símbolos. Esforço que somava-se à rivalidade instalada, sobretudo pela fundação de outras escolas- internato em Pernambuco naqueles anos. Um aspecto que vinha a se somar ao movimento mundial de reforço à catolicidade, principalmente a partir de expansão dos quadros instrucionais de fundamentação católica.

Uma perspectiva pertinente para entender aquele período como um momento de grande importância para a história das escolas-internato em Pernambuco, especialmente as confessionais. A expansão das Damas da Instrução Cristã será um processo permeado exatamente entre os últimos anos da década de 1910 e os anos 1920.

Vale salientar que quando da instalação do Colégio Santa Sofia em Garanhuns área objeto do presente estudo, ainda não era uma Diocese, sendo um dos objetivos das Religiosas a chegada do primeiro bispo em 1918 o Ver. Senhor Dom João Tavares de Moura (Figura. 61).

Figura 61: D. João Tavares de Moura, o líder religioso e 1º Bispo da cidade em 1928



Fonte: www.google.com.br. Acesso em: 12.05.2015

Fundado para atender à juventude de Garanhuns em uma época carente de Educandários Católicos, foi solicitado pelo zelo apostólico do vigário Monsenhor Afonso Pequeno, Vigário da Matriz de Santo Antônio, com autorização do Arcebispo de Olinda e Recife, de quem dependia a Paróquia da qual era o metropolitano D. Raimundo Luiz da Silva Brito. (FOLHETIM INFORMATIVO COLÉGIO SANTA SOFIA, 2012).

Neste sentido percebe-se claramente que enquanto a responsabilidade pela administração e pelo processo de ensino cabia às entidades religiosas, a escolha dos espaços para a localização dos seminários e escolas foi na maioria decisão das dioceses. Diante desse contexto, para Rosendahl e Corrêa (2001, p. 55): “[...] o território, como um conceito-chave na geografia, é um instrumento de existência e reprodução do agente social que o criou e o controla.” Dessa forma, a rede de escolas católicas que foi sendo tecida no território Pernambucano, pode ser vista nesta perspectiva espacial, como um símbolo do poder que este agente social, no caso a Igreja Católica, visa imprimir em um determinado território.

Territorialidade religiosa, na abordagem da geografia cultural significa o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos religiosos no

sentido de controlar um dado território. É fortalecida pelas experiências religiosas coletivas ou individuais que o grupo mantém no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seu território. É uma ação para manter e legitimar a fé (ROSENDAHL, 2005, p. 191)

Outra manifestação ligada àquela conjuntura seria a intervenção direta dos arcebispos na fundação de colégios diocesanos e congregacionais na tentativa de seguirem à risca os ditames consagrados pelas seguidas encíclicas, servindo aqueles líderes como agentes dos interesses tanto da Sé romana quanto dos poderes locais, assim surgindo o Colégio Diocesano de Garanhuns em 1915 que se responsabilizaria como os demais instalados no país, pela manifestação dos preceitos romanizadores e ultramontanos de instrução. Inegavelmente, entre eles, os internatos.

Antes de nascer, o Ginásio de Garanhuns já existia na mente do Mons. Afonso Pequeno, primo do Mons. Antero e vigário da paróquia de Garanhuns desde 1908. Conseguiu ele a fundação, em 1912, do colégio das meninas (Santa Sofia) e, ao entregar a paróquia ao Cônego Benigno Lira, exigiu dele o compromisso de fundar o colégio dos meninos. Por esse tempo, os meninos estudavam uns na escola paroquial, outros no próprio Santa Sofia, outros nas escolas públicas e no colégio protestante (Presbiteriano XV de Novembro); os mais adiantados, quase todos deixavam de estudar, pois só os ricos podiam ir para Recife, continuar os estudos.

Assim, na fundação do Colégio Diocesano alguns fatos se tornam dignos de registro. Estava em Garanhuns, desde março de 1912, como capelão do Santa Sofia e coadjutor da paróquia, o Padre José Ferreira Antero. Ao assumir a paróquia, o Cônego Benigno Lira em janeiro de 1915, dois padre recém-ordenados - João Olímpio dos Santos e Eustáquio de Queiroz - lhe foram dados como coadjutores, para que o Padre José Ferreira Antero pudesse ficar livre do trabalho paroquial e, assim ser fundado o colégio dos meninos, atendendo estudantes de Pernambuco e de vários estados nordestinos (BOLETIM INFORMATIVO COL. DIOCESANO, 2012).

Neste período, uma cultura do confinamento e das práticas de internar se projetavam cada vez mais fortes, reforçados por uma sociedade disciplinar. Ação que seria centrada, segundo Azzi (2008, p.11), no que representava uma tentativa de arrolamento de funções a serem reconquistadas àquela sociedade brasileira a laicizar-se, e que, até então, segundo o que argumentava a Igreja, depredava as funções secularmente destinadas a serem de competência desta instituição. Por

ocasião da proclamação da República e da Constituição de 1891:

Segundo os prelados com a organização do Estado leigo, a partir da proclamação do regime republicano, a instituição eclesiástica fora marginalizada da vida pública e social. Por essa razão estavam eles realizando um esforço afim de reconquistar uma situação de privilégio para a crença católica, sob a alegação de que se tratava de um direito assegurado pela própria tradição cultural do país. De fato, a ideia ampla de sacralidade se afunila, em termos concretos, num plano para recatolicizar o país (BARROS, 1981, p. 81).

A representação de culturas instrucionais de confinamento redimensionaram distinções enquanto base para as instituições totais que se representavam, no decorrer também e, especialmente, dessa nova conjuntura.

Estas instituições educacionais de cunho confessional (Col. Santa Sofia e Diocesano) sempre cumpriram com o papel que lhes fora atribuído, irradiando seus prestígios, recebendo alunos de vários Estados, com regime de internato, semi-internato e externato (Feminino Santa Sofia e Masculino Diocesano) consolidando a chamada escola dos meninos e escola das meninas. Mesmo nos dias atuais estas escolas exercem larga influência na cultura dos habitantes de Garanhuns, sendo apontadas como instituições de referência na formação de seus cidadãos bem como atuam de forma efetiva na organização da vida da comunidade, contribuindo para o incremento da espacialidade complexa.

4.3.1 A presença dos protestantes no Brasil

A presença protestante no Brasil e mais especificamente em Pernambuco não se inicia no início do século XIX. O contexto político internacional do século XVII envolvendo estados católicos como a Espanha e Portugal numa luta político-religiosa contra os estados que recentemente tinham aderido e desenvolvido a teologia reformada como sua visão de mundo provocou a invasão holandesa no atual Nordeste brasileiro, cuja capital foi estabelecida em Recife. Como bem falou Schalkwijk (2005, p. 93).

Com a invasão dos holandeses chegou a Igreja Reformada. Ela não nasceu da semente da pregação, mas foi transplantada como uma muda. À semelhança de todos os aspectos da vida holandesa, também a Igreja foi transplantada para o Brasil (...) Como igrejas da conquista, as igrejas reformadas chegaram e desapareceram com os exércitos invasores.

Já nessa época a preocupação com a educação entre os cristãos

reformados era bastante significativa, numa tentativa de contrapor a atuação do catolicismo nesse mesmo âmbito, cuja presença jesuíta foi bastante significativa.

A proposta de evangelização calvinista entre os índios não permaneceu dissociada de uma proposta pedagógica que versava na transmissão não só dos princípios da teologia reformada, mas também dos valores civis holandeses. Para ilustrar tal situação basta mencionarmos um trecho transcrito por Evaldo Cabral de Melo de um extenso relatório apresentado pelos conselheiros Hamel, Bas e Bullestrate em 1945. Diziam eles:

Há pouco conhecimento de Deus e do nosso Salvador entre os brasileiros, e não sabem senão nomear Deus e Jesus Cristo e sua Nossa Senhora, como chegaram a aprender com os padres. Sabem, entretanto, o Padre Nosso e o Credo e recitam-se em sua Língua; e nada mais. São poucos os que dão razões da sua fé e em que fundamentam a Salvação. Para instruir essa gente simples e ignorante era desejo que se apresentasse alguém que aceitasse estudar a língua usada por eles. A isto decidiu-se (...) David Doorenslaer para (...) o ensino dos brasileiros (...) da qual já conseguiu muito progresso, realizando boa obra educativa (...). (LUIZ, 2014, p. 10).

Como se pode perceber, a luta envolvendo a Reforma Protestante e a Contra-Reforma Católica não era só travada na esfera política ou teológica, mas, principalmente, nos métodos e objetivos pedagógicos em regiões conquistadas no além mar. Contudo, como já foi mencionado, a Insurreição Pernambucana ²¹e a expulsão dos holandeses pelas tropas luso-espanholas em 1654, fez com que a igreja reformada também se retirasse, dando amplos espaços para a religião católica exercer a sua hegemonia religiosa.

Somente dois séculos mais tarde os protestantes voltariam a se estabelecer no Brasil com um pano de fundo alterado permitindo o trânsito ainda maior de pessoas de outras nações, cujas religiões chocavam-se com o catolicismo vigente.

De acordo com Mendonça (2008, p. 98): “[...] com o comprometimento do seu prestígio político e econômico a partir do advento da República, o Estado de Pernambuco perdeu sua hegemonia no Nordeste”. O autor afirma que uma das explicações básicas para essa questão estaria no fato de que a economia pernambucana permanecia presa a uma estrutura arcaica contrária as inovações pelas quais o eixo sul do país estava passando. Ao mesmo tempo, o governo central

²¹ Levante que se sucedeu em Pernambuco em oposição à autoridade que a Holanda pretendia exercer sobre Pernambuco, tendo na posição de líder um rico senhor de engenho de nome João

era mais partidário dos grandes produtores de café naquela região. Isto se torna evidente quando se verifica que os empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil para São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul eram muito mais significativos do que os concedidos para Pernambuco e as federações satélites (Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte).

A falta de unidade entre os estados da atual Região Nordeste conforme o autor acima citado é outra questão a ser aqui mencionada. O Estado de Pernambuco, apesar da perda de sua importância política no âmbito nacional, sempre procurou veementemente garantir a sua hegemonia frente aos estados nordestinos considerados satélites. Porém, como o sistema federativo era muito competitivo, no que se referem aos contextos políticos e econômicos, os estados se tornavam cada vez mais divergentes entre si, impossibilitando dessa forma, a formação de alianças, o que permitiria de imediato a região se tornar mais sólida do ponto de vista social, político e econômico, contribuindo assim para uma maior inserção competitiva no cenário nacional e até internacional. Diante destes acontecimentos que fragilizavam sobremaneira, a unidade regional, quem dava as cartas era o governo central. No entanto, Pernambuco ainda tinha pretensões de se tornar hegemônico economicamente na região, porém, as velhas rixas – cujas raízes encontram-se nas perdas territoriais de Pernambuco durante as revoluções de 1817 e 1824 ²² - com os vizinhos que impossibilitaram tal hegemonia.

Com a proclamação da República no Brasil em 1889 e a partir do novo regime, se promulga a Constituição de 1891, onde o Estado foi decretado laico, pelo

²² Fernandes Vieira, que contou com a colaboração de um índio-guerreiro chamado Antônio Felipe Camarão. À agitação política ocorreu no dia 13 de junho de 1645, já com uma razão pré-estabelecida. A Holanda estava enredada em combates na Europa e, endividada, necessitava de uma fonte que lhe gerasse os recursos financeiros para sanar estes débitos, assim resolveu cobrar, por intermédio da Companhia das Índias Ocidentais – possuidora do monopólio do comércio holandês na América – os empréstimos que concedera às elites da nata rural pernambucana. Aquele que ousasse não cumprir com o pagamento das suas dívidas, teria seus domínios apreendidos pelos holandeses. A colônia holandesa era gerida por Maurício de Nassau, que detinha a aprovação e a solidariedade dos senhores de terra pernambucanos. Contudo, por conta deste clima de tensão, o mesmo abandonara o cargo e voltara para a Europa no ano antecedente. O índio Felipe Camarão estava ausente de Pernambuco quando deste infortúnio, porém tratou logo de retornar e veio acompanhado de um pequeno esquadrão de partidários. No dia 03 de agosto de 1645 houve o primeiro grande revés para os holandeses, que foram vencidos pelos pernambucanos no Monte das Tabocas, local que atualmente abriga a cidade de Vitória de Santo Antão. As insurgências continuam a acontecer em outros pontos da capitania, desta vez os insurrectos invadem Recife, instituem o Arraial Novo e nomeiam João Fernandes Vieira governador, apoderam-se das vilas de Olinda e Itamaracá. A **Insurreição Pernambucana** se estenderia até 1648, quando ocorreriam as Batalhas dos Guararapes, episódios decisivos para a expulsão definitiva dos holandeses. Elas foram frutos de uma resposta do povo – comandado pela aristocracia açucareira – em repúdio à permanência dos holandeses no Brasil.(SANTANA, 2015)

Decreto 119-A. É basicamente neste contexto que a liberdade de cultos religiosos, bem como o casamento civil e a secularização dos cemitérios também foi instituída. Nesse ambiente republicano, já nas últimas décadas do século XIX, escolas americanas de confissão protestante já tinham êxito em São Paulo uma vez que os missionários protestantes norte-americanos enviados por suas missões tinham planos de expansão evangelizadora e educacional. Havia também penetração do espiritismo no país, encontrando ambiente favorável entre aqueles que defendiam a mudança do regime monárquico para o republicano, os quais viam na educação a possibilidade de modernizar a nação (GIUMBELLI, 1997).

A partir de uma análise de um aspecto que lhe foi característico: a educação, os missionários que aqui chegaram ao final do século XIX e início do XX se preocuparam em fundar escolas que podiam ser instaladas próximas às Igrejas (escolas paroquiais) ou não. Essa análise nos traz importantes subsídios para o entendimento de um momento peculiar da configuração religiosa no Brasil, marcada pela perda gradativa da hegemonia exercida pela Igreja Católica Romana.

Não devemos nos esquecer de que as condições econômicas e políticas foram fundamentais para a penetração e surgimento de outras práticas religiosas não católicas, dentre elas as dos protestantes que procuraram exercer influência na sociedade em Pernambuco através de impressos, colégios, hospitais, Igrejas etc.

4.3.2 A Territorialidade do Protestantismo no século XIX no Brasil e em Pernambuco

De acordo com Haesbaert (2007), desde sua origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "territorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação".

Portanto, território, em qualquer definição, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". As palavras do autor, diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais

implícito ou simbólico, de apropriação. Partindo desse princípio, Lefebvre distingue apropriação de dominação ("possessão", "propriedade"), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do "vivido", do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.

Segundo Lefebvre (1986, p. 411):

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica "apropriação" e não "propriedade". Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos "agentes" que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo.

Como decorrência desse raciocínio, é interessante observar que, enquanto "espaço-tempo vivido", o território é sempre múltiplo, "diverso e complexo", ao contrário do território "unifuncional" proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal típico), não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades.

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, "[...] desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica'". (HAESBAERT, 2004, p. 95).

Segundo Lefebvre (1986), dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, esta última deveria prevalecer sobre a primeira, mas a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira sobrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva "reapropriação" dos espaços, dominados pelo aparato estatal empresarial e/ou completamente transformados, pelo valor contábil, em mercadoria.

Ainda segundo Hasbatherth (2007), embora Lefebvre (1986) se refira sempre a espaço, e não a território, é fácil perceber que não se trata de espaço num sentido genérico e abstrato, muito menos de um espaço natural-concreto. Trata-se, isto sim, de um espaço-processo, um espaço socialmente construído. Diferentemente de autores como Raffestin (1993), para quem o espaço (físico-natural) é uma espécie de "matéria-prima" para os processos de territorialização, como se o espaço antecedesse a construção do território, para Lefebvre o espaço,

em sua tríplice constituição (enquanto espaço concebido, percebido e vivido), é sempre socialmente produzido. De certo modo, o que diferencia a produção do espaço lefebvreana das dinâmicas de territorialização aqui enfocadas é uma simples questão de foco, centralizado mais, aqui, nas relações de poder que constituem aquele espaço.

Se o espaço social aparece de maneira difusa por toda a sociedade e pode, assim, ser trabalhado de forma genérica, o território e as dinâmicas de desterritorialização (sempre hifenizada) devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato controlam esse(s) espaço(s) e, conseqüentemente, os processos sociais que o(s) compõe(m). Assim, o ponto crucial a ser enfatizado é aquele que se refere às relações sociais enquanto relações de poder e como todas elas são, de algum modo, numa perspectiva foucaultiana, relações de poder, este deve ser qualificado, pois, dependendo da perspectiva teórica, pode compreender desde o "antipoder" da violência até as formas mais sutis do poder simbólico.

Refletindo sobre o conceito de território e territorialidade, Hasbatherth (2007, p. 20) afirma que:

Enquanto continuum dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência – pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe).

Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. Os objetivos do controle social através de sua territorialização variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo (no caso da diferença de gênero, por exemplo).

Controla-se uma "área geográfica", ou seja, cria-se o "território", visando "atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos" (SACK, 1986, p. 6).

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias

se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar".

Sack (1986, p. 219) afirma também:

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado.

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de "funções" quanto na realização de "significados". O território é "funcional" a começar pelo seu papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados "recursos naturais" – "matérias primas" que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) – como é o caso do petróleo no atual modelo energético dominante.

Para Raffestin (1993, p. 8): "[...] um recurso não é uma coisa", a matéria em si, ele "é uma relação cuja conquista faz emergir propriedades necessárias à satisfação de necessidades". Como "meio para atingir um fim" (RAFFESTIN, 1993, p. 225), não é uma relação estável, pois surge e desaparece na história das técnicas e da consequente produção de necessidades humanas. Milton Santos, inspirado em Jean Gottman, propõe distinguir o território como recurso, prerrogativa dos "atores hegemônicos", e o território como abrigo, dos "atores hegemonzados" (SANTOS et al., 2000:12).

Para muitos "hegemonzados" ou, como preferimos, subalternizados, o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com igual intensidade funcionalidade e identidade. O território, neste caso, como defendem Bonnemaizon e Cambrezy (1996, p. 59), "[...] não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser".

É interessante como estas dimensões aparecem geminadas, sem nenhuma lógica a priori para indicar a preponderância de uma sobre a outra: muitas vezes, por exemplo, é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais vigorosas de apego a identidades territoriais ou "territorialismos".

Assim, poderíamos pensar em dois grandes "tipos ideais" ou referências "extremas" frente às quais podemos investigar o território: um, mais funcional,

priorizado na maior parte das abordagens, e outro, mais simbólico, que vem se impondo em importância nos últimos tempos.

Enquanto "tipos ideais" eles nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território "funcional" tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que seja, e todo território "simbólico" tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que pareça.

Buscando analisar o processo de territorialização dos protestantes Calvinistas no Brasil nos reportamos ao século XIX em sua primeira década, a partir da vinda estratégica da Família Real à colônia portuguesa, tutelada pelas tropas britânicas ante a ameaça napoleônica em território europeu.

Esse evento não só teve grandes implicações nas relações diplomáticas entre as duas nações, como também influenciou de forma bastante decisiva no cotidiano dos principais centros urbanos da colônia, que recebeu contingentes consideráveis de ingleses favorecidos pelos acordos estabelecidos entre Portugal e Inglaterra na primeira década do século XIX.

Dentre estes pode-se mencionar a abertura dos portos brasileiros para o contrabando com as nações amigas – principalmente a Inglaterra - em 1808; e os tratados de Aliança e Amizade e de Navegação e Comércio firmados em 1810²³.

Ao se instalarem nos principais centros urbanos, como Recife, Rio de Janeiro, Salvador, os comerciantes ingleses e funcionários do governo inglês receberam a permissão para exercitarem a sua religião, porém, sem proselitismo. Os cultos deveriam ser realizados dentro de casas que não aparentassem ser uma igreja (MENDONÇA, 2008, p. 42).

Apesar dessas exigências aos anglicanos ingleses, podemos afirmar que isso contribuiu no processo lento, mas constante, da perda hegemônica da Igreja Católica Romana no espaço religioso brasileiro. Com o advento do Império e a publicação da Constituição de 1824, a liberdade religiosa foi estabelecida, apesar de que o catolicismo se conservou como a religião oficial do império, e as restrições no que toca ao culto e ao proselitismo protestante mencionado no parágrafo anterior se

²³ **Tratado de Aliança e Amizade** é um tratado assinado por Portugal e Inglaterra em 1810 para extinguir o tráfico negreiro. No tratado estabeleciam que: Os quatro reinos (Portugal e Inglaterra) seriam fiéis aliados nos planos político e militar; A Inglaterra renovaria seus direitos sobre a Ilha da Madeira; os ingleses que viviam no Brasil teriam ampla liberdade religiosa; A Inglaterra teria o direito de cortar madeiras e construir navios, bem como o de manter uma esquadra de guerra em nosso litoral; os ingleses pagariam tarifas alfandegárias preferenciais. As mercadorias inglesas, ao entrarem no Brasil, pagariam 15% do valor(ou seja, 15% sobre o valor do produto), as portuguesas, 16% do valor, e as demais nações, 24% do valor. Por causa desse tratado, o Brasil transformou-se numa "colônia inglesa" em termos econômicos. A Inglaterra passou a distribuir, na Europa, os produtos tropicais (WIKIPEDIA, 20015)

mantiveram (MENDONÇA, 2008).

No entanto, a presença dos distribuidores e comerciantes de Bíblias e impressos protestantes – os *colportores* - indica que durante a maior parte dos Oitocentos, setores ligados à elite imperial simpatizavam e toleravam a presença e atividades de estrangeiros protestantes (GOUVEIA, 2008).

O anticlericalismo defendido por setores liberais da população viam, se não com simpatia, pelo menos com indiferença as ações dos protestantes, não promovendo perseguições, como tentou a Igreja Católica, por diversos meios. A maçonaria ajudou muitas vezes a causa protestante (MENDONÇA, 2008).

Em Pernambuco, por exemplo, as simpatias por parte de setores liberais e a oposição dos eclesiásticos católicos pode ser ilustrada na questão que envolveu o General Abreu e Lima²⁴, que não era protestante, mas simpatizava com as ideias embutidas na mentalidade protestante, e alguns católicos, dentre eles o Cônego Joaquim Pintos de Campos, sobre as “bíblias falsas” distribuídas por colportores na década de 1860 (OLIVEIRA, 2010, p. 233).

A distribuição e divulgação de impressos protestantes foram desencadeadas por associações voluntárias, principalmente pela Sociedade Bíblica Britânica e pela Sociedade Bíblica Americana que enviavam missionários e comerciantes de Bíblias para o Brasil. Comumente eram enviados um representante – o agente - da instituição e o colportor que era o vendedor propriamente dito dos impressos. A missão desses colportores, segundo Nascimento, envolvia, além de divulgação dos impressos, (...) criar polêmica com as autoridades eclesiásticas locais através da imprensa e observar a cidade mais propícia para as futuras instalações de igrejas e

²⁴ Figura heroica e romanesca, se singularizou por haver lutado pela independência da Grã-Colômbia sob as ordens de Simon Bolívar. Participação esta caracterizada por sua atuação em diversas ações militares e, principalmente como tenente-coronel nas batalhas de Boyacá e Carobobo, decisivas, respectivamente, para a libertação da Colômbia e da Venezuela, e que puseram um fim ao controle espanhol sobre a região do Caribe; e mais, na batalha de Ayacucho, a Batalha das Nações, que assegurou a independência do Peru e se projetou como a última batalha da libertação colonial da América do Sul. Ao retornar ao Brasil, depois de estar 15 anos afastado por seu envolvimento na Revolução Pernambucana de 1817 foi, por atos sucessivos do Império do Brasil, considerado no gozo dos direitos de cidadão brasileiro, sendo-lhe permitido usar os títulos de General da Colômbia e as considerações que este país lhe conferiu, relativas às ações militares de Boyacá, Carabobo e Puerto Cabello, onde teve grande destaque como comandante e honrou sua formação na Academia Real Militar no Rio de Janeiro, e mais, sua placa de Libertador da Venezuela, que vez por outra usava com justificado orgulho. Hoje, quem visitar o forte Tuma, em Caracas, depara à sua entrada com imponente monumento a Los Próceres da La Independência, no qual, encabeçando a lista dos generais-de-brigada, o turista encontrará o nome JOSE IGNACIO DE ABREU Y LIMA, brasileiro. Inscrição que se constitui em sua consagração Militar. Sua consagração como pensador político independente que foi depois de retornar ao Brasil e até falecer, consta de sua lápide logo à entrada do cemitério dos Ingleses, no Recife, com a seguinte inscrição: **"Aqui jaz o cidadão brasileiro, general José Ignacio de Abreu e Lima, propugnador esforçado da liberdade de consciência"**. Faleceu em 8 de março de 1869. Foi-lhe negada sepultura no Cemitério Público, pelo Bispo D. Francisco Cardoso Ayres. Isto por haver recusado a abjurar o seu catolicismo ecumênico do que, talvez, tenha sido um precursor entre nós. (CHACON, 1983).

escolas protestantes (NASCIMENTO, 2012, p. 256).

Todos esses dados deveriam estar contidos num relatório diário, bastante minucioso para apresentar ao agente (NASCIMENTO, 2012).

Nesse relatório,

[...] Registravam data, locais por que passaram, os títulos e a quantidade vendida e distribuída gratuitamente. Precisariam descrever a cidade visitada, seu comércio, a presença da Igreja Católica e os prováveis pontos de fixação. Se o chefe estivesse fora do Brasil, o documento seria enviado semanalmente pelos correios, de modo que o agente acompanhasse todo o movimento dos seus subordinados. (NASCIMENTO, 2012, p. 259).

A presença dos vendedores ambulantes de Bíblias e outros impressos protestantes, por conseguinte, foram de fundamental importância para o processo de territorialização da referida instituição religiosa a partir da instalação das futuras igrejas bem como de escolas protestantes. Os mesmos foram os antecessores dessas instituições preparando a passagem e o terreno para as instalações de educandários e igrejas.

Num país em que o analfabetismo predominava, os colportores quando eram enviados a algum local, onde a maioria da população não sabia ler, sugeriam a organização de um grupo para que a leitura fosse realizada em voz alta, e se comprometiam enviar um professor para ensiná-los a ler (NASCIMENTO, 2012, p. 251). Nomes como o metodista Daniel Parish Kidder e o agente da Sociedade Bíblica Americana James Cooley Fletcher tiveram grande participação na colportagem no Brasil.

A colportagem não se restringiu apenas aos centros urbanos, expandindo-se também para as áreas rurais, abrindo caminhos para a expansão do protestantismo nesses locais. Autores como Mendonça e outros defendem a tese de que os protestantes procuraram preencher espaços sociais onde o catolicismo não conseguira estabelecer sua influência plena. Isso não quer dizer que os missionários não encontrassem uma religiosidade entre as pessoas que viviam nesses ambientes rurais. Pelo contrário, havia nesses locais uma prática religiosa que muitas vezes fugiam da tradição católica oficial.

Aos poucos, evangelizadores enviados pelas juntas missionárias dos Estados Unidos chegaram ao Brasil com a finalidade clara de se territorializarem a partir da fundação/instalação de igrejas, escolas e hospitais bem como se utilizando da publicação de jornais que ajudassem na divulgação das ações evangelizadoras

na tentativa de consolidação da religião protestante.

Em 1858, o escocês Robert Reid Kalley organiza a Igreja Congregacional no Rio de Janeiro e em 1873 essa denominação funda em Pernambuco a sua Igreja (MENDONÇA; 2008). Em 1862, Ashbel Green Simonton, enviado pela Junta de Missões Estrangeiras, funda no Rio de Janeiro a primeira igreja Presbiteriana no Brasil (MENDONÇA; 2008).

Em 1881, a Primeira Igreja Batista do Brasil foi fundada na Bahia pelo missionário William B. Bagby enviado pela Junta Missionária de Richmond dos Estados Unidos (MENDONÇA, 2008; OLIVEIRA, 2010). A historiografia sobre o contexto, se ressentida da falta de um estudo mais sistemático com os documentos primários dessas juntas missionárias, o que certamente possibilitaria um maior esclarecimento de sobre a temática.

4.3.3 Instituições educacionais confessionais em Pernambuco enquanto ferramentas de embates na conquista de territórios

É a dinâmica social e espacial, que produz, reproduz e transforma o espaço geográfico nas diversas escalas (local, regional, nacional e mundial). Neste sentido as relações temporais devem ser consideradas tendo em vista a historicidade do espaço, não como enumeração ou descrição de fatos que se esgotam em si mesmos, mas como processo de construção social.

Diante do exposto, não se poderia esquecer que o processo de construção social implica, sobretudo, em questões de definição de jurisdições por parte dos atores sociais, que buscam a todo o momento se auto afirmarem enquanto agentes definidores de seus territórios. Neste sentido os embates entre Católicos e Protestantes no Brasil e mais especificamente em Pernambuco nosso objeto de estudo, foram intensos, com a utilização de diversos meios na tentativa de impor as suas verdades, objetivando a definição de seus territórios.

Convém lembrar que os embates travados entre clericais e não clericais não são recentes. Desde 1884, com a implantação do protestantismo em Sergipe e em Pernambuco pelos presbiterianos, por exemplo, foram demonstradas divergências entre essas duas religiões.

Os católicos, na tentativa de impedir o crescimento da nova fé, utilizavam várias ações como “queima de bíblias,” segundo Pereira (2010, p. 118). Frei

Celestino fundador da Liga antiprotestante, em Pernambuco que se destinava a proibir o crescimento do evangelho, dizia “que as Bíblias protestantes eram falsas, e organizou uma solene queima no adro da igreja da Penha, quando 214 Bíblias e porções foram incineradas. Além disso outros fatos chamam a atenção como: “tentativa de apedrejamento”; proibição de sepultamentos em cemitérios públicos, onde os católicos eram sepultados.

Pereira (2010, p. 120) assevera que o padre,

[...] determinou que nenhum protestante ao morrer podia ser enterrado no cemitério da cidade, e caso acontecesse a sepultura deveria ser atravessada, o que na época só ocorria com os assassinos, (...) o clero não permitia o sepultamento dos “hereges”, “bodes”, “capas verdes” e outros apelidos que eram dados aos convertidos à nova fé. Na verdade, os protestantes eram vistos no imaginário social como personagens do mal, a serviço de Satanás. Também presenciei na minha infância em Aracaju, sepultura de “crentes” fora dos muros dos cemitérios.

Estes fatos em Garanhuns eram muito presentes, e um episódio emblemático que marca de forma contundente o conflito estabelecido entre católicos e evangélicos em nossa cidade demonstra o nível de rivalidade existente.

O Professor David Gueiros Vieira em sua obra “A História da Família Gueiros” (2008), afirma que em 1898 com a ocorrência de uma nova eleição para o terceiro governo municipal no período da República onde foi reeleito o Professor Manoel Jardim, ocorreram várias perseguições aos presbiterianos. Segundo o autor conforme contava o pastor Antônio Gueiros,

Esses que começavam a organizar sua Igreja iniciaram a construção de um templo, na Avenida Santo Antônio, no centro da cidade. Cavavam o alicerces durante o dia, e a noite vinham pessoas da cidade e os entupiam. Depois foram as paredes do templo, que todos os dias eram construídas, mas eram derrubadas a noite, foi necessário que finalmente se colocassem guardas noturnos para que a construção pudesse ser terminada. Vendo que não conseguiam evitar a construção do templo protestante, na noite anterior a sua inauguração, um grupo de pessoas, hoje sabemos comandadas por Sales Vila Nova², “pintou” pintou todo o exterior do templo com fezes , humanas um método típico daquela época (...) foi necessário que os membros da igreja passassem todo o dia, lavando e novamente caiando as paredes do templo, para a inauguração do mesmo naquela noite (VIEIRA, 2008, p. 206)

E continua autor: “sentindo-se totalmente frustrados, por aquela determinação dos protestantes em construir seu templo, essas pessoas, de identidades então desconhecidas, mandaram recado ao pastor presbiteriano Martinho de Oliveira, dando-lhe 48 horas para sair da cidade ou ser morto. Foi nesse momento quando o velho Francisco de Carvalho Silva Gueiros, que não era ainda

membro da igreja, mas apenas simpatizante da mesma, procurou o primo e prefeito Manoel da Silva Jardim, pedindo providências. Esse então argumentou que se esta era “a vontade do povo”, então que o pastor fosse embora mesmo. Muito irado com tamanha pusilanimidade, ou descaramento, o velho Francisco Gueiros ameaçou o primo, afirmando que sua cabeça responderia por qualquer coisa que acontecesse ao pastor. Em seguida telegrafou ao governador, pedindo providências. Este de imediato enviou um destacamento da polícia militar, para proteger Martinho de Oliveira, que permaneceu na cidade até sua morte, em 1903.

4.3.3.1 *O Mata Bode*

Apenas um mês e pouco após a hecatombe²⁵ Projetou-se nova chacina: desta vez para matar todos os evangélicos da cidade. Essa nova matança religiosa, auto proclamada “Mata Bode”, ocorreria em um domingo de manhã, durante as atividades da escola dominical, da igreja presbiteriana. Conforme o autor esta história lhe foi contada em 1947 pelo pastor Antônio Gueiros trinta anos após sua ocorrência – quando o mesmo tinha 18 anos de idade e entrevistou o mencionado pastor por longas horas na preparação de uma palestra, baseada na história oral da igreja. Essa palestra foi apresentada pelo autor, no Congresso da Mocidade Presbiteriana do Presbitério Sul de Pernambuco, em dezembro daquele ano, no Colégio Quinze de Novembro, em Garanhuns. A versão escrita da mesma foi traduzida para o inglês, pelo Dr. Walter Swetnam, diretor daquele Colégio, e publicado por ele na Revista *The Presbyterian Survey*, nos Estados Unidos da América, em, 1949 ou 1950.

Ainda de acordo com o autor o plano idealizado por “Joca Veloso” irmão do prefeito de Garanhuns chacinado na hecatombe, Cel. Francisco Veloso era o seguinte: Em um domingo após a missa, a banda de música municipal sairia tocando por toda a cidade, convidando o povo para uma passeata. Essa passeata terminaria em frente ao templo da Igreja Presbiteriana, na hora da reunião da escola dominical.

A multidão então mataria todos os protestantes e tocaria fogo no templo. Como a Escola Dominical estaria cheia de criancinhas, e dos alunos do Colégio

²⁵ Ver: Mário Márcio de Almeida Santos. *Anatomia de uma Tragédia: A Hecatombe de Garanhuns* Arquivo Público Estadual, 1992 - 304 página

Quinze de Novembro, não se sabe segundo ao autor se a dita multidão seria tão clemente com as crianças quanto foram os cangaceiros na Hecatombe, quando pouparam a vida do garoto Teotônio Miranda, de 10 anos de idade.

Os planos foram delatados por um empregado do próprio “Joca Veloso” a uma senhora muito amiga da mulher do pastor. Esta imediatamente contou-os à mulher do mesmo. Os dirigentes da Igreja Presbiteriana telegrafaram ao Governador Manoel Borba, pedindo socorro. Esse, já muito bem informado do que as pessoas de Garanhuns eram capazes, imediatamente enviou um destacamento de policiais militares, os mesmos chegaram no trem da tarde do sábado, e ocuparam toda a cidade. Dessa maneira foram frustrados os planos de “Joca Veloso” e amigos (VIEIRA, 2008, p. 232).

Esses embates conflituosos se concretizavam igualmente a partir de outros meios que não só nos púlpitos e altares como também nas instituições de ensino, e na fundação de jornais confessionais que são ilustrativas no que se refere aos embates entre católicos e protestantes no início do século XX.

Em Pernambuco, por exemplo, presenciou-se a fundação e circulação de jornais protestantes ainda no final do século XIX com o Salvação da Graça, editado no Recife, mas impresso em Lisboa e organizado pelo Rev. Smith, pioneiro presbiteriano em terras pernambucanas (Silva, 2013, p. 106). Esse jornal teve a duração de apenas um ano.

Em Garanhuns foi editado o Norte Evangélico a partir de 1909, cujo primeiro editor foi Jerônimo Gueiros. A mensagem contida nesses impressos servia como complementários das mensagens transmitidas nos púlpitos das igrejas. Nesses impressos, é notório o estímulo à polêmica contra a Igreja Católica, uma das marcas da inserção protestante no Brasil.

O protestantismo procurava contrapor com a presença hegemônica da Igreja Católica na sociedade brasileira, que, segundo eles, provocou o não desenvolvimento do país além de não fazerem nada para erradicar o analfabetismo no Brasil.

Segundo Mendonça (2007, p. 123)

Nos missionários o polêmico se desenvolve por motivos políticos, num clima de prudência; nos líderes nacionais, a partir da primeira geração de pastores brasileiros, ela é franca e agressiva, embora a linguagem, quase sempre cavalheiresca, escorregasse às vezes para a ironia.

Essa característica pode ser vista nas primeiras edições do jornal *Norte Evangélico*. A partir da edição nº 2, Jerônimo Gueiros escreve uma série de artigos, cujo título era *Resposta ao Vigário*, em defesa aos ataques do Monsenhor Afonso Pequeno em um jornal da época, que acusava, dentre outras coisas, o protestantismo como um *monstro de mil cabeças*. (GUEIROS, 1909)

Gueiros (1909, p. 1) se posiciona com as seguintes palavras no primeiro artigo da série.

Entretanto, com a calma e a intrepidez dos que militam escudados pela verdade, vamos, na arena dos princípios, rebater as investidas do erro ultramontano, em todas as suas modalidades, evidenciando que o sistema papal não resiste aos embates (...) de uma discussão criteriosa e sensata.

Esses dois personagens podem ser evocados como emblemas da questão que envolve a presença protestante e a reação católica em Pernambuco no final do século XIX e início do XX. Monsenhor Afonso Pequeno foi uma das principais vozes contra o protestantismo.

Através do seu jornal “O Sertão”, o eclesiástico – que foi vigário de Villa Bela, Floresta, Belmonte e Garanhuns - procurou fazer uma apologia contra as mensagens que eram escritas em jornais protestantes que penetravam em cidades interioranas do estado.

No ano de 1909, ano da 1ª edição de o Norte Evangélico, o jornal A Tribuna Religiosa, abriu uma série de campanhas contra Gueiros. Afonso Pequeno foi um dos que contribuíram para a Tribuna, escrevendo artigos contra o protestantismo e opinando sobre a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Segundo o professor Severino Vicente,

A sua luta contra o protestantismo o fez publicar no número [da Tribuna Religiosa] 22 do ano XI, em 09 de agosto de 1917, um artigo onde faz a relação entre o avanço do protestantismo e uma praga que dizimava os algodoais de Pernambuco. Ambos, segundo o Monsenhor Pequeno, vinham da mesma fonte, os Estados Unidos da América. Em seu artigo, quem tem o título *A Lagarta Rosada e as Novas Seitas*, ele diz que enquanto uma destrói os algodoais do agreste, a outra pretende destruir a unidade nacional (SILVA, 1950, p. 84).

Além dessa atividade literária, Monsenhor Pequeno foi o fundador do Colégio Santa Sofia no ano de 1912, em Garanhuns, para atender os jovens das famílias de outras regiões do Nordeste, como o Ceará, que estavam procurando a orientação educacional no Colégio XV de Novembro – fundado pelo próprio Jerônimo Gueiros - naquela mesma cidade. Mais tarde, em 1915, o bispado de

Olinda fez criar o Colégio Diocesano com o mesmo objetivo (SILVA, 1950).

Neste sentido, percebe-se que o contexto da fundação de escolas protestantes – batistas e presbiterianas - em Pernambuco é marcado, sobretudo, pelos embates entre católicos e protestantes, num período em que as instituições educacionais confessionais serviram como um dos instrumentos para a luta religiosa no período da República Velha.

Este confronto instalado se materializa na paisagem de Garanhuns onde na Avenida Santo Antônio (Centro de Garanhuns) que no passado formava um quadro, a igreja Presbiteriana (Oeste) encontra-se defronte à Igreja Matriz de Santo Antônio(Leste) representando a posição de confronto, como que prontas para o embate intermediado pelo estado (Prefeitura Municipal) ao centro (Figura. 62).

Figura 62: Avenida Santo Antônio centro de Garanhuns. Materialização do confronto religioso (Católicos x Evangélicos/Presbiterianos)



Fonte: Org. pelo autor.Março/2015

Um fato digno de registro sobre estes confrontos no nordeste e em particular na cidade de Garanhuns é que o clero brasileiro, não satisfeito com o avanço dos protestantes definindo territórios cada vez maiores, uma vez que aumentava de ano a ano a presença de católicos nas escolas protestantes, citando

o exemplo de Garanhuns, resolveu prevenir os católicos “displicentes” do grande perigo que corriam se chegassem a matricular seus filhos numa instituição “herege” como essa e concluiu que:

É melancólica a história dos colégios protestantes no Brasil. Triste história de naufrágio de almas. Tomemos o caso do grande “Ginásio 15 de novembro”, instalado em Garanhuns, com dependências magníficas, financiados pelo dinheiro do protestantismo americano. Fundado numa cidade católica, o “Ginásio 15 de novembro”, por displicência dos católicos de Garanhuns, tem, na sua maioria, alunos de famílias católicas. Os pais alegam que as taxas são cômodas, abrigam-se numa suposta liberdade religiosa dentro do Colégio, e apesar do clamor que se faz, o problema continua. Com que resultado? Como o protestantismo não consegue impor-se por falta de calor espiritual ou por falta de força doutrinária, à maioria dos jovens apenas lhe mata o germe católico trazido de casa, e lhes deixa n’alma a semente da dúvida e da disponibilidade religiosa. O resultado é uma geração de indiferentes: não são católicos, não são protestantes, não são coisa nenhuma. São apenas naufragos da fé (DUARTE, 1954, p. 3).

Tacitamente, a Igreja Católica reconhecia que através da educação os filhos dos seus fiéis poderiam ser influenciados; por este motivo a presença do colégio XV de Novembro era considerada uma ameaça aos lares católicos e menos avisados. Neste sentido, da mesma forma, Duarte (1954, p. 3) em Aracaju, preocupado, conclamava aos seus adeptos.

[...] ora, é preciso que estas verdades estejam bem presentes aos católicos de Aracaju, neste momento em que a ameaça funesta abre as suas portas na cidade. Nós não somos favoráveis a lutas religiosas. Muito menos somos por uma anti-cristã intolerância para com as pessoas. Mas somos decididamente, pela defesa da verdade integral de Jesus Cristo, da qual ele fez depositária a sua Santa Igreja Católica. Não é a mesma coisa crer nisto ou naquilo. A verdade tem as suas exigências. Melhor diria: as suas intransigências. Ela não é como nós queremos, mas como é em si mesma. Não somos nós que lhe damos a forma, mas ela é que nos impõe. Daí a sua intangibilidade, a sua saciabilidade. A igreja tem clara, diante dos olhos, a compreensão deste problema. Por isto é que adverte os católicos a que de modo algum entreguem seus filhos para serem educados em colégio contra a orientação católica.

Após ter desferido suas críticas incisivas, enviou um recado para aqueles que, por qualquer deslize, resolvessem matricular seus filhos no Educandário Americano Batista, pois teriam a punição da Igreja Católica com a excomunhão, assim informava Duarte (1954, p. 3):

[...] e, para levar os cristãos ao cumprimento deste dever primordial de preservação da fé dos seus filhos, chega a Igreja ao ponto de dolorosamente, punir com excomunhão todos os que entregam os seus filhos para que sejam educados em alguma religião acatólica (Código de Direito Canônico, Cânon 2319, parágrafo 1º, art. 4º). (DUARTE, 1954, p. 3).

Conclamando a todos os fiéis que se declaravam católicos que

guardassem esse patrimônio sagrado e por nenhuma sombra de heresia permitissem que seus filhos fossem atingidos pelos protestantes, esse era o sentimento que movia Duarte (1954, p. 3):

Se, pois, pela graça de Deus, a nossa população ainda é católica, se, apesar de todos os pesares, nossas famílias ainda consideram como um patrimônio a legar aos seus filhos a verdadeira fé, que vem, sem descontinuidade, dos primeiros apóstolos de Cristo até os nossos dias, se o nosso povo, interrogado, faz questão de se declarar católico, urge, portanto, defender esta fé, guardar este patrimônio, manter a sagrada intangibilidade da doutrina evitando que a mesma seja maculada pela sombra das heresias. Cabe, assim, às famílias católicas a grave obrigação de não enviarem seus filhos a qualquer colégio protestante.

No dizer de dos Anjos e Carvalho (2010, p. 51).

[...] Narrativas como essas nos fazem refletir sobre o domínio da igreja católica, e como utilizou o poder para impor a sua crença. No entanto, o legado deixado pelos pioneiros do trabalho batista demonstrou perseverança, convicção no que faziam, questionou, e enfrentou a fúria da igreja católica, mostrando a necessidade de haver respeito para com todos, independentemente de religião, raça, nacionalidade. Existe no nosso país a liberdade de expressão, portanto, não se deve impedir a presença da diversidade religiosa.

4.3.4 A práxis teológica nas concepções educacionais Presbiterianas enquanto instrumento de conquista de territórios

A Educação brasileira sob a perspectiva da religião sempre ressaltou a atividade educacional católico-romana e preteriu as contribuições dos protestantes. Exemplo disso é Fernando Azevedo (1976, p. 35) que, ao comentar a educação, no final do século XIX, destaca a católica e pouco menciona a protestante, dando a impressão de que esta contribuiu muito pouco com este segmento da sociedade. Assim, nos últimos anos acentua-se significativo debate da educação sob a perspectiva da religião focalizando ambas as tendências religiosas visualizando suas contribuições.

Na presente pesquisa buscamos refletir, na tentativa de esclarecer - delimitando o presbiterianismo - que a educação sempre fez parte da *práxis* protestante e que suas missões entenderam que ela seria indispensável na implantação e consolidação do protestantismo no Brasil no geral e, em Garanhuns-PE de modo particular, área objeto de nosso estudo, contribuindo efetivamente para a consolidação da educação brasileira desde que aqui chegaram, definindo sobretudo a sua espacialidade que é fruto de uma dinâmica proporcionada pelo

diversos agentes sociais envolvidos, tendo em vista que as ações educacionais e, em alguns momentos, os conflitos que se instalaram, nesta cidade pernambucana, têm reflexo material e simbólico na produção do espaço, na medida em que este é apropriado pelas relações de poder, formando territórios.

Desse modo, a presença de instituições religiosas desempenham um importante papel nas localidades em que se instalam tornando-se agentes (re) produtores de determinadas condições sociais, à medida que se apropriam, organizam, produzem e reproduzem o espaço ao seu redor, detêm significados e valores que não são meramente abstratos, mas organizados e vividos.

Neste cenário entende-se que no espaço se materializam as relações sociais onde é possível a reprodução da sociedade, tendo nas ações educacionais uma forte aliada. Podemos afirmar então que o espaço da religião está incluído no espaço geográfico, pois ao se fazer uma análise, um estudo do profano e do sagrado, os geógrafos abordam categorias geográficas como população e território e, além disso, os fenômenos e as ações dos agentes em consonância com as ações educativas que se espacializam.

A educação, enquanto agente de formação social, transforma-se, através de suas práticas, em um importante instrumento de constituição da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de práticas espaciais, pois prioriza os componentes materiais, sociais, intelectuais e simbólicos da cultura do lugar em sua estrutura principal no tempo e no espaço, contribuindo para a organização geográfica das sociedades, resultando num tecido espacial cada vez mais denso, móvel, fluido e liso, que determina a estrutura geográfica complexa que a sociedade vai adquirindo no tempo.

Conforme Ruy Moreira (1980, p. 89):

[...] um conteúdo social crescente impregna a essência do espaço, à medida que aumenta a densidade técnica, simbólica, econômica, política, cultural que dão vida e organizam a sociedade através das práticas espaciais, mudando sua natureza ontológica.

Neste sentido, a práxis, enquanto processo pelo qual uma teoria, lição ou habilidade é executada ou praticada, se converte em parte da experiência vivida. Desse modo, Marx em seu clássico exemplo ilustrativo, em sua obra "O Capital", compara a atividade das abelhas, ao construir a colmeia, com o trabalho de um mestre de obras ao construir uma casa.

Por mais perfeita que seja a construção da colmeia, e por mais limitado que seja o trabalho do mestre de obras, este último possui algo essencialmente diferente: o mestre de obras imagina o que vai realizar, criando uma finalidade, um momento ideal, o qual almeja alcançar com seu trabalho. Marx postula a existência, pois, de um par teleológico consciente exclusivo da condição humana.

Se entendermos o presbiterianismo e a educação em termos de *ação*, podemos a princípio, partir da conhecida Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas (1980) para analisá-la. A Teoria da Ação Comunicativa é uma obra tardia na produção deste filósofo. Apesar de ter sido apresentada em alguns ensaios anteriores, ela tomou a forma de um livro homônimo em 1981. Stephen White (1995 p. 35) ainda nos diz que :

Embora a elaboração formal da teoria da ação e racionalidade comunicativas só venha com a “virada linguística” do pensamento de Habermas, que ocorreu por volta de 1970, seu interesse por racionalidade foi evidente desde seus primeiros escritos

O centro desta obra é ocupado por uma formulação quádrupla: Habermas (1997) afirma a existência de quatro “dimensões” de ação presentes na sociedade: teleológica, normativa, dramática e comunicativa, sendo que a primeira pode ainda se desdobrar em estratégica, afirmando a necessidade de se priorizar a comunicativa, evidenciando os problemas envolvidos na priorização de outras dimensões.

A ação teleológica é a primeira a ser enunciada por Habermas (1997). E é a ela que o referido autor dedica um grande espaço em seu trabalho. Neste trabalho, estaremos referenciando unicamente esta dimensão com duas especificações: trabalharemos apenas com a dimensão estratégica da ação em relação com o que podemos chamar, dentro da tipologia criada por Antônio Gouveia de Mendonça (1990), de protestantismo histórico brasileiro.

Sua nomenclatura deriva da palavra grega *telos*, que tem por significado “finalidade” ou “objetivo”. Assim, podemos afirmar que toda ação tem em si pelo menos uma “dimensão” teleológica; ou seja, todo e qualquer tipo de ação (inclusive as outras citadas por Habermas (1997) – estratégica, normativa, dramática e até mesmo a comunicativa), ainda que inconscientemente, está voltado para um determinado objetivo, uma determinada finalidade, um determinado “telos”.

Segundo Marx (1998), o agir teleológico do trabalho humano não será

apenas um transformador do objeto. Sua atividade se dá dentro de um meio social e, nesta perspectiva, o produto de sua ação transforma este mesmo mundo social em que o homem se forma. A objetividade social é atualizada pela atividade sensível do homem enquanto sujeito.

O modo de ser do homem, por sua vez, é gerado, conformado e confrontado com sua condição sócio-histórica. Portanto, no seu agir consciente, em que a partir da carência subjetiva e do conhecimento do mundo objetivo, o homem cria uma ideiação, um plano de ação que pode efetuar no complexo-objeto, elaborando uma estrutura que servirá de base para a própria construção subjetiva.

Habermas (1997) deriva desta ação teleológica um segundo tipo, ao qual ele chama estratégica. Segundo o próprio autor, essa é uma dimensão da ação cuja utilização vem se avolumando nas sociedades modernas, sendo legitimada no âmbito econômico pelo direito privado e, no âmbito político, pela estruturação do Estado. A ação teleológica se amplia e se converte em ação estratégica quando, no cálculo que o agente faz de seu êxito, intervém a expectativa das decisões de pelo menos um outro agente. que também atua com vistas à realização de seus próprios propósitos. Este modelo de ação é interpretado amiúde em termos utilitaristas; então se supõe que o ator elege e calcula meios e fins desde o ponto de vista da maximização de utilidade ou de expectativas de utilidade.

Assim, a característica mais fundamental que difere a ação estratégica da teleológica é o fato de que a primeira leva em consideração o resultado de sua ação sobre pelo menos mais um ator. Diante deste contexto estaremos chamando de pastoral estratégica a tendência encontrada na pastoral protestante histórica brasileira que privilegia a dimensão de ação que Habermas conceitua como tal.

Da práxis, enquanto axioma marxista, deriva-se um corolário da maior importância: o homem vive no mundo e nele opera, sonha, ama e idealiza dias melhores; inevitavelmente promovendo mudanças, alterações e transformações. Partindo desse pressuposto basilar universal, é que podemos pensar em processos intervencionistas de educação; a educação aqui pensada como meios e ações que intermediam as relações intrínsecas entre o homem e a realidade social onde ele vive. É neste instante real, inseparável e indissociável de sua vivência com os meios externos, circundada pela realidade, que a educação ganha singularidade, importância e magnitude.

O fazer educacional nas mais variadas formas e/ou práticas do modelo

formal que a humanidade historicamente conhece, tem sofrido inúmeras alterações ao longo de processos históricos, econômicos, culturais e sociais - todos esses interesses subordinados e financiados pela classe hegemônica dirigente - que a humanidade conheceu até o presente, independentemente do alinhamento político histórico. Fato incontestado desta subordinação tem sido o papel social que a práxis pedagógica vem assumindo ao longo desses períodos de construção, socialmente edificada pelos homens.

Desse modo a Igreja Presbiteriana entendia que a educação seria um ponto relevante para expansão da obra missionária do Brasil “[...] firmou-se no propósito de propagar seus princípios não apenas com a pregação do Evangelho, mas também através de escolas” (HACK, 2000, p. 58). Por essa razão, os missionários abriram escolas junto às igrejas, como incentivo para que as crianças aprendessem a ler e, ao mesmo tempo, conhecessem a literatura religiosa de orientação presbiteriana, ação que cumpria duplo objetivo: Seria um instrumento de propagação da fé presbiteriana e um modo de educar inúmeros analfabetos brasileiros. Foi assim que no final do século XIX, os presbiterianos alcançaram várias regiões brasileiras e chegaram a ter mais de 40 escolas primárias.

Na maioria das situações, os próprios fiéis tomavam a iniciativa de edificar sua escola, a expensas próprias; pagavam professores e, em muitos casos, iam à noite, após o dia árduo na roça, estudar as lições que ocuparam seus filhos durante o dia, conforme pontua Ribeiro (1981, p. 190).

Os missionários e os recém-convertidos presbiterianos demonstraram a *práxis teológica* no sentido de que a teologia não só se fundamentava nos ensinamentos teóricos, mas seria acompanhada da ação prática em prol da sociedade em que estava inserida. Com isso, as escolas presbiterianas se multiplicaram, mas somente algumas delas se destacaram.

Nesta perspectiva a práxis teológica presbiteriana pode ser percebida quando entendeu que a teologia deveria fundamentar-se na reflexão e que a educação, enquanto ação, seria indispensável para a consolidação da territorialidade do presbiterianismo no Brasil e de modo particular na microrregião de Garanhuns-PE, área objeto de nosso trabalho.

No anseio de consolidar seus valores, ao longo de sua história, a Igreja Presbiteriana traçou vários projetos na tentativa de viabilizar a sua influência e definir o seu território. Entre suas ações podemos destacar a formação de intelectuais, cujo objetivo era, a defesa dos ideais desta instituição, apreendidos

enquanto agentes produtores de espaço que atuam de maneira planejada, buscando maximizar sua eficiência.

Entretanto, alguns conflitos são instalados nesse empreendimento, uma vez que a escola deverá trabalhar com valores, e não com dogmas, haja vista que não cabe a educação trabalhar com verdades absolutas, pois tudo é questionável.

4.3.4.1 As Reformas Educacionais no Brasil: uma periodização

As Reformas do Governo Federal, diante do entusiasmo educacional da Primeira República e os poderes da escolarização, difundiram-se amplamente neste momento da história recente do nosso país, ocorrendo várias dessas iniciativas dos governos Federal e Estadual. Assim, durante todo o período da história brasileira, até 1930, não se encontra outra etapa tão intensa de sistemática discussão, planejamento e execução das reformas da instrução pública.

Vale destacar que estas reformas não aconteceram de modo análogo em todos os Estados e, verificando-se o processo na sociedade brasileira, percebe-se que as maiores oportunidades foram dadas aos indivíduos pertencentes aos grupos sociais das regiões mais desenvolvidas (São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro).

Desse modo há de se concordar que: A Proclamação da República não promoveu de forma intensa e eficaz um programa educacional nacional. As reformas empreendidas por Benjamin Constant (1890) e por Caetano de Campos (1892) não foram suficientes para acender uma discussão mais séria sobre a situação educacional no país.

É só a partir de 1915 que há formação de grupos que pretendem repensar a situação educacional no país. As *Ligas Nacionalistas*, por exemplo, difundiam as pregações cívico-patrióticas e pretendiam trazer novas questões para repensar o Brasil.

Os temas giravam em torno da estrangeirização do Brasil, à procura de erradicar o analfabetismo e da difusão da escola primária, que era vista como um dos principais problemas nacionais. Para esses grupos, alfabetizar significava proporcionar a aquisição dos direitos políticos.

A pequena presença do Estado na educação fez com que predominassem as escolas privadas confessionais. Antes mesmo da fundação dos

colégios protestantes, os colégios católicos já atuavam em Pernambuco. A presença desses colégios era incentivada por padres e bispos por serem de grande ajuda no processo de romanização da Igreja Católica no Brasil.

Em Recife, tivemos a presença das Irmãs Doroteias (1866), das Filhas de Santana (1879), das Damas Cristãs (1896), Missionárias Beneditinas (1903), Sagrada Família (1903) aqui chegadas para atender a evangelização dos pobres (SILVA, 2014, p.10).

O estudo de Rosely Pereira Pontes de Oliveira intitulado *A influência do protestantismo na educação do Colégio Americano Batista em Pernambuco*, procura, no entanto, mostrar que esses colégios católicos fizeram pouco para erradicar a alta taxa de analfabetismo no estado.

Neste sentido a prioridade de converter pessoas à religião protestante estava na pauta dos missionários. Para isso, lançaram mão da obra educativa corporificada na fundação de colégios, bem como na publicação de impressos. “Educar para civilizar” era o lema para a obra missionária no Brasil.

A educação foi uma das mais importantes estratégias missionárias dos protestantes. Muitos missionários tinham um duplo papel de serem evangelistas e professores. Nas missões, muitos especialistas em educação eram incluídos no grupo missionário (MENDONÇA, 2008).

Os colégios fundados, portanto, tinham um papel importante no empreendimento missiológico dos protestantes. Esses educandários, como já falamos, teriam um papel importante na luta contra o catolicismo.

O missionário e professor batista, William B. Bagby (apud MENDONÇA, 2008, p. 77), dizia que

Tais colégios prepararão o caminho para a marcha das igrejas (...) Colégios fundados nestes princípios triunfarão sobre todo o inimigo e conquistarão a boa vontade dos nossos adversários. Mandai missionários que estabeleçam colégios evangélicos, e o poder irresistível do evangelho irá avante na América do Sul, e a terra do Cruzeiro do Sul brilhará com a luz resplandecente do Reino de Cristo.

A leitura era muito importante para a evangelização e divulgação dos valores trazidos pelos missionários. Por isso, a alfabetização era necessária. Uma das teologias formadoras de muitos missionários vindos para o Brasil era a *Teologia de Princeton* (MENDONÇA: 2001; p. 53), que afirmava que a Verdade Bíblica e o conhecimento deveriam andar juntos. Seria um erro pensar que os presbiterianos

estariam mergulhados na teologia pura da predestinação, na vontade absoluta de Deus. A sua obra evangelizadora demonstrava a esperança de converter indivíduos da sociedade através de uma atividade pedagógica. Mendonça (2008, p. 148) afirma que,

A carência de instrução também era um notável empecilho ao aprendizado da doutrina protestante, todo ele calcado na leitura da Bíblia, livros, revistas e jornais, que logo começaram a ser publicados por missões. O culto protestante, especialmente como foi introduzido aqui, é, ao contrário do católico essencialmente simbólico e ritualizado, caracteristicamente informal e discursivo. (MENDONÇA, 2008, p. 148).

Neste clima de enfrentamento no início do século XX em Pernambuco, batistas e presbiterianos fundaram seus colégios. Em 1902, a preocupação dos missionários em orientar e treinar brasileiros para o ministério pastoral resultou na fundação do Seminário Batista em Pernambuco (OLIVEIRA, 2010).

Em 1906 é fundado, pelo missionário norte americano W. H. Cannada o atual Colégio Americano Batista, cujo primeiro nome foi Collegio Americano Girealth. Em 1900, o XV de Novembro foi fundado na cidade de Garanhuns e em 1904 foi fundado o atual colégio Agnes Erskine em Recife que também funcionava como um internato para meninas, embora também aceitasse meninos por volta de até 8 ou 10 anos.

A presença feminina no magistério desses colégios foi significativa, uma vez que eram enviadas muitas missionárias educadoras para ministrar aulas e dirigir vários colégios protestantes espalhados por todo o país. Elas, na maioria das vezes, acompanhavam seus maridos na atividade missionária. Outras, porém vinham sozinhas. Além dos colégios, as aulas poderiam ser inicialmente ministradas nas casas das professoras, no salão de cultos ou “[...] em qualquer outro lugar que lhe fosse permitido o acesso, sendo muitas vezes, principalmente em cidades do interior, numa estrutura precária” (SILVA, 2013, p.181).

O *Norte Evangélico* (apud CALVANI, 2009, p. 61) faz menção de uma dessas escolas em 1912 em Vitória de Santo Antão:

Somente no dia 16 de agosto é que me foi possível ir à Vitória, o lugar onde Mr. e Mrs. Kingston, como verdadeiros apóstolos do bem, [...] nunca se importando de sacrificar nem a saúde nem a vida. Em Vitória, Mrs. Kingston organizou uma escola diária de crianças que até hoje tem sido uma benção para aquele povo. Atualmente a professora da tal escola é D. Luíza Rodrigues, que dirige uma classe de 36 crianças sendo a maior parte de filhos de católicos romanos. (Trabalho Evangélico em Pernambuco, Norte Evangélico, n. 41, 11 out.).

O prospecto feito pelo atual Colégio Agnes na década de 1920 indica que à exceção do Dr. Júlio Pires Ferreira (professor de português) todo o corpo docente – e operacional, desde a direção até a secretaria – era formado por mulheres (Silva, 2009). A direção desse educandário esteve inicialmente nas mãos da *miss* Eliza Moore Reed. Nascida em 1857, no estado do Missouri, EUA, Reed foi enviada pela Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos (PCUS) ao Brasil em 1891 para trabalhar no Colégio Internacional de Campinas.

Além desse colégio, a educadora missionária trabalhou em colégios de Minas Gerais e Rio Grande do Norte, onde, juntamente com a Sra. Katherine Porter, fundou o Colégio Americano de Natal, um dos primeiros educandários do Nordeste (SILVA, 2013).

A propósito, Reed levou algumas de suas alunas potiguaras consigo para ajudá-la no Agnes. Uma de suas alunas deu um depoimento ao *Norte Evangélico* lembrando como era o relacionamento de Reed com suas alunas e se expressou da seguinte forma:

[...] me resta uma saudade infinda das brincadeiras e das professoras, que me tinham atraído para elas não só pela sua incontestável competência, mas pelos seus magnânimos corações, onde jamais se aninhou a impaciência, a severidade e a aspereza, mas tão somente a bondade, a mansuetude e a ternura. Revelaram sempre nobres qualidades e bons sentimentos de coração, qualidade estas que tem sido sempre poderoso elemento para conquistar a afeição daqueles com quem se está em contato e que constituem magnífico realce para os que as possuem. Pensava admirada em como havia chegado ao fim almejado, sem grande esforço, pois, tão sabiamente me foram ministradas lições, que meu espírito felizmente não se tronou simples depósito do que recebia dos mestres, sabendo pensar, discernir e pôr em prática tudo o que tinha aprendido (CALVANI, 2009, p. 64).

Observamos nesse depoimento que as relações entre professoras e alunas deixavam marcas afetivas entre si, em ambos os lados. A vinda estratégica de missionárias educadoras era justamente para forjar na mulher um tipo de papel social que deveria exercer como dona de casa, na domesticidade do lar cuidando e educando os seus filhos nos princípios da religião protestante.

Essa educação era mostrada através do exemplo de vida das próprias professoras. O magistério feminino, portanto, era visto como uma extensão do papal da mulher no lar. O prospecto do Colégio Agnes em 1920 (apud CALVANI, 2009, p. 64) afirmava que:

O fim do colégio é dar às moças brasileiras a oportunidade de educação larga e liberal pela qual possam elas ser melhor preparadas para ocupar o seu lugar na obrigação da vida moderna. Reconhecemos que a maior influência no progresso da pátria é a educação da mulher e que o adiantamento de um país nunca se eleva acima do nível das suas mulheres. (...) o primeiro passo é dar-lhes uma educação completa, a que será adicionada, como remate indispensável, instrução especial em História da Educação, psicologia e método de ensino. As alunas praticarão o ensino sob a direção de professoras americanas.

Algumas dessas missionárias, além de serem professoras, atuavam escrevendo artigos para jornais ou impressos com teor pedagógico. Eliza Moore Reed, por exemplo, era editora de um periódico infantil intitulado de *Pérolas da Infância* (SILVA, 2013, p.189). Muitas dessas educadoras traziam de seu país de origem a cosmovisão que tinham sobre o mundo. Isso implicou diretamente no teor do ensino nesses impressos e nas escolas. Com a educação vinham embutidas ideias do liberalismo, individualismo e de pragmatismo (MENDONÇA, 2008).

No colégio Agnes existiam três cursos: o Curso Primário, o Intermediário e o Secundário, além de aulas de Pintura e Música, com os regimes de Externato, Semi-internato e Internato. As aulas iniciavam-se às 08h15min e terminavam por volta das 14h00min. Algumas das matérias ensinadas eram: Inglês, Ciência Doméstica, Português, Francês, Música e Bordado (SILVA, 2009).

Outro aspecto que deve ser ressaltado para o estudo dos colégios protestantes é a questão da coeducação, ou seja,

[...] uma educação mista envolvendo meninos e meninas. Para ser uma alternativa aos colégios católicos daquele período os colégios protestantes promoveram uma educação que envolvesse meninos e meninas numa mesma instituição. Um prospecto de 1923 do Americano Batista mostra essa proposta pedagógica aos interessados em matricularem seus filhos e suas filhas nesse colégio (SILVA, 2009. p.48).

No entanto, embora esses colégios se propusessem a tal proposta os conteúdos ensinados aos dois gêneros eram diferentes, uma vez que os papéis sociais esperados da mulher e do homem também não fossem os mesmos.

As condições higiênicas dos colégios eram evocadas para atrair a clientela. Um prospecto de 1927 mostra a preocupação que a instituição tinha para a questão.

As condições higiênicas têm merecido e continuam a merecer do Colégio Americano Batista o maior zelo e interesse. A prova temo-la evidente e clara na superioridade incontestável que o nosso Colégio apresenta, sobre a quase totalidade dos estabelecimentos congêneres do Estado. Para tudo quanto se relaciona com a saúde e o bem-estar dos alunos – local, edifícios,

salas de aula, áreas para recreio, instalações sanitárias, dormitórios, alimentação dos internos, etc. – está voltada a atenção do Colégio. As aulas funcionam em salas amplas e claras onde não escasseiam ar e luz. Só pessoalmente, isto é, por meio de uma visita, poderão os interessados verificar as excelentes condições higiênicas do nosso estabelecimento. (SALVANI, 2009, p. 65).

Esse aspecto ressaltado evidencia uma questão que estava bastante presente naquele período: a modernização da cidade. O Recife no início do século XX, passava por um processo lento de modernização. A higiene e a estética, tão em voga naqueles tempos estavam embutidas nos discursos modernos. Os mocambos, por exemplo, eram retirados do perímetro central da cidade por questões higiênicas e estéticas.

A prática desportiva também era importante para o discurso modernista no Recife nesse período. Nela, os impulsos e emoções dos indivíduos poderiam ser controlados e canalizados. Mais do que uma atividade, a prática do esporte era um espaço de socialização em que os discursos modernistas eram discutidos e internalizados nos indivíduos. O exercício físico, nesse caso, servia como distinção social, uma vez que esses espaços eram restritos para as pessoas da elite.

A Associação Cristã de Moços (YMCA) (Young Men Christian Organization), por exemplo, trazida ao Brasil pelo missionário norte americano Myron Clark, foi um desses espaços sociais.

Expressou Fernandes (2015, p. 2) que:

Esta instituição tinha entre suas diretrizes a prática de atividades corporais como instrumento para a formação integral do indivíduo, bem como foi a grande disseminadora de práticas desportivas como o voleibol, o futsal e o basquetebol, devido às suas unidades espalhadas por todo o mundo.

Nesse espaço social, além da prática do esporte, o processo civilizatório era promovido pelos encontros e eventos como, por exemplo, o sarau de leitura. O Colégio Americano Batista valorizava também a educação física dos seus alunos. O prospecto de 1918 defendia que:

São indiscutíveis os benefícios da educação física nos colégios. Já os latinos tinham a divisa: *mens sana in corpore sano*. Julgamos dispensável realçar aqui sua necessidade e vantagem tanto para o desenvolvimento do corpo, como para a conservação da saúde. (...) Nas escolas e colégios da América do Norte e dos países europeus de melhor organização escolar (...), dispensa-se à cultura física, o mesmo interesse dispensado à educação intelectual. O colégio adota o sistema sueco, sistema científico, cujos exercícios são baseados em conhecimentos anatômicos e fisiológicos, e que têm alcançado bom acolhimento nos mais adiantados meios educativos. Os movimentos da ginástica sueca, praticados com a devida

regularidade, distendem obedientemente os músculos, tornam dóceis as juntas, dilatam o tórax, dão aos corpos um desenvolvimento harmônico, sem excessos. Têm a virtude de corrigir certos defeitos físicos (EXERCÍCIOS FÍSICOS, PROSPECTO DO COLÉGIO AMERICANO BATISTA, 1918, p. 6 apud FAUSTO, 2006, p. 54).

Diante do exposto, podemos perceber que a presença protestante sempre teve uma preocupação em relacionar a atividade missionária através de uma atividade pedagógica. Isso não quer dizer que todos os que empreenderam a atividade missionária aderiram e defendiam que essa era a única maneira de evangelização. Houve aqueles que rejeitavam esse método por uma forma mais direta, numa evangelização individual, corpo a corpo. As escolas protestantes vão, ao longo do tempo, perder a importância que exerciam nos primórdios da inserção dessa religião, uma vez que, a partir da segunda metade do século XX, as escolas públicas foram pausadamente ganhando o cenário educacional, obscurecendo as escolas confessionais. No entanto, as marcas que tanto as escolas protestantes como as católicas deixaram são bem visíveis em nossos dias, uma vez que persistiram no tempo, educando gerações.

4.3.5 A ação educacional da igreja presbiteriana após a constituição republicana de 1891

Os colégios protestantes fundados antes da proclamação da República, neste panorama, receberam novo impulso com a separação da Igreja e do Estado.

[...] foi em grande parte através dos colégios, sob a influência direta de ministros e educadores protestantes que se processou no Brasil a propagação das ideias pedagógicas americanas que começaram a irradiar no estado de São Paulo (HACK, 1985, p. 67).

Entre as estratégias utilizadas pelos missionários para divulgação do evangelho e da sua religião estavam as instituições educacionais, pois, a escola também despertava a solidariedade do novo grupo evangélico minoritário, que se sentia mais seguro e motivado a enfrentar as pressões e perseguições de grupos contrários à presença presbiteriana. Na visão dos protestantes (Batistas e Presbiterianos) de acordo com (RIBEIRO, 1981, p. 184) "[...] o valor da educação estava vinculado à nova vida espiritual por acreditar que o Evangelho dá estímulo a todas as faculdades do homem e o leva aos maiores esforços para avantejar-se na senda do progresso".

A partir da República, com a liberdade religiosa conquistada e garantida no texto constitucional, a paisagem escolar e cultural adquiriu nova feição. Os Colégios Evangélicos Presbiterianos primavam por princípios educacionais que refletissem a convicção cristã em todos os aspectos da vida. Entendiam que a educação seria um ponto relevante para expansão da obra missionária. A adoção desses princípios estava ligada à visão global da própria educação, que os missionários e educadores norte-americanos traziam em sua própria formação religiosa e pedagógica, que conforme Hack (1985, p. 85) tinham como preocupação básica: "[...] a eficiência do ensino, a formação integral do aluno, por julgar a educação não pela quantidade de conhecimentos obtidos, mas, pela qualidade obtida com o desenvolvimento do indivíduo nos seus aspectos físico, intelectual e social". Avaliada pelo sucesso alcançado pelos estudantes através do trabalho, esforço e caráter.

Sobre o professor repousava a grande responsabilidade da formação do aluno, não somente pelos seus ensinamentos, mas principalmente, pelo seu exemplo. Deveria ainda, os referidos mestres, ter conhecimento básico das escrituras Sagradas, para defenderem a liberdade de consciência e a responsabilidade individual. Todas essas temáticas diretamente ligadas ao pensamento de Martinho Lutero e João Calvino, que preconizam a teologia não apenas como princípios teóricos, mas devidamente revestida de prática cristã. Lutero e Calvino ressaltaram a *práxis teológica* porque pontuaram uma teologia engajada em todas as questões sociais.

A *práxis teológica* desses Reformadores alcançou diferentes épocas e influenciou as missões estrangeiras que vieram ao Brasil quando na implantação do protestantismo no País. A educação enquanto *práxis teológica* em Lutero pode ser percebida quando ele procura comover e inflamar as autoridades alemãs a cuidarem e proverem à juventude acesso às escolas (LUTERO, 1995). Enquanto Calvino percebeu que as pessoas necessitariam da educação para absorverem os ensinamentos da fé reformada e para o exercício das suas profissões. Assim, a educação começaria desde a mais tenra idade e, se fundamentaria nos ensinamentos das Escrituras, o que resultaria na formação de cidadãos aptos para o serviço da Igreja, para o governo do Estado e para o exercício da cidadania (CALVINO, 2009).

4.3.5.1 Os Presbiterianos em Garanhuns

Iniciando-se em São Paulo (1891), a Igreja Presbiteriana teve atuação destacada no Nordeste do Brasil. Em Garanhuns-PE, de modo particular, além do trabalho evangelístico foram lançadas as bases de duas importantes instituições educacionais: o Colégio Quinze de Novembro (fundado em 1900) (Figura. 63) e o Seminário IBN- Instituto Bíblico do Norte (Figura. 64). No final desse período, além de estar presente em todos os estados do nordeste, a Igreja Presbiteriana chegou ao Pará e ao Amazonas.

De acordo com Matos (2012): "A primeira escola evangélica do nordeste foi o Colégio Americano de Natal (1895), fundado por Katherine H. Porter, esposa do Rev. William C. Porter".

Figura 63: Colégio XV de Novembro



Fonte: arquivo do autor

Figura 64: IBN Instituto Bíblico do Norte



Fonte: arquivo do autor

Na mesma época, a cidade de Garanhuns começou a tornar-se um grande centro da obra presbiteriana, uma vez que apresentava condições potenciais de desenvolvimento, sendo protagonista de um sistema urbano regional. A terra fecunda e o clima aprazível possibilitariam o favorecimento da expansão do evangelho, da sua crença, de sua cultura, dos seus valores, por acreditar que suas concepções estavam de acordo com a palavra de Deus, a Bíblia Sagrada (Figura. 65).

Desta maneira a seletividade espacial foi crucial para o sucesso desta empreitada. Para Corrêa (2003, p. 36). "[...] o homem decide sobre um determinado lugar por conta de fatores que se apresentam positivos em relação ao projeto estabelecido.

Neste cenário surgem os Presbiterianos com a instalação do Colégio Quinze de Novembro que nasceu do trabalho do Rev. Willian Buttler e sua esposa Rena Buttler e do Rev. Martinho de Oliveira, com o apoio da *Brazil Mission* da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (Igreja do Sul), no ano de 1900. Desde sua fundação, percebe-se a *práxis teológica* como norteadora do Colégio, uma vez que sua visão de missão é ensinar os princípios bíblicos da fé cristã reformada e, ao mesmo tempo, cooperar para a formação do ser humano e da sociedade em seu

entorno.

Figura 65: Fundamento religioso Presbiteriano/Calvinista em fachada do Col. XV de Novembro



Fonte: arquivo do autor. Garanhuns/2013

O Colégio XV de Novembro (1900), instituição confessional presbiteriana, nasceu como escola paroquial voltada para evangelização e instrução de obreiros da seara presbiteriana, mas se estabeleceu como escola de educação secular voltada para as elites. O Instituto Bíblico do Norte tinha o objetivo de treinar obreiros presbiterianos, fornecia bolsa para alunos vocacionados, carentes, mas é também uma escola de ensino privado e pago até a atualidade. Havia também preocupação com a educação das classes menos favorecidas, embora as instituições voltadas para estas classes não tenham sido muito divulgadas.

Desde seu início, a escola sempre foi conceituada na comunidade local e, no primeiro período de sua instalação, atraiu pelo seu método pedagógico, alunos de muitas cidades do Nordeste, o que fez dele um dos primeiros estabelecimentos a instalar cursos pré-primários, primário, ginásial e normal, com ênfase à música e ao esporte. Naquela época, onde se buscava desenvolver toda uma identidade religiosa, era a casa do fiel, o que favorecia um exercício de fé e de proximidade das comunidades. Exigia-se, no entanto, a presença de um religioso especializado para cuidar e direcionar os demais agentes religiosos e assegurar o lugar da sua doutrina,

a fim de manter a estabilidade religiosa (ROSENDAHL, 2001).

Para Rosendahl (2001, p. 49), esse arranjo espacial da religiosidade:

[...] constitui o espaço de aproximação entre o local, o regional e o universal, isto é, entre as ações de controle local, regional e as ações na escala de mundo. Nesse processo, a instituição de ensino se apresenta como território onde são materializadas as ações político-espaciais de controle da Igreja, visto que estas atuam sob orientação dos presbíteros que escolhem os espaços onde se localizam as instituições e as escolas religiosas.

4.3.6 A territorialidade das ações educacionais da Igreja Presbiteriana em Garanhuns

Refletindo sobre a lógica da organização espacial a partir da geografia cultural Cosgrove (1983, p. 103) afirma que:

Os seres humanos experienciam e transformam o mundo natural em um mundo humano, através de seu engajamento direto enquanto seres pensantes, com sua realidade sensorial e material. A produção e reprodução da vida material são necessariamente, uma arte coletiva, mediada na consciência e sustentada através de códigos de comunicação. Esta última é produção simbólica. Tais códigos incluem não apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, pintura, dança, o ritual, a cerimônia e as construções. [...] toda atividade humana é ao mesmo tempo, material e simbólica, produção e comunicação. Essa apropriação simbólica do mundo produz estilos de vida, (paisagens distintas), (*genres de vie*) distintos, que são histórica e geograficamente específicos.

Por essa razão, ao analisarmos, numa perspectiva espacial, as ações da Igreja Presbiteriana enquanto agente que se apropria, organiza, produz e reproduz espaço, notadamente no que se refere as ações educacionais enquanto instrumento de construção de uma práxis teológica, intenta-se dar inteligibilidade à dimensão de uma prática que envolve intenções, possibilidades e estratégias que variam tanto no tempo como no espaço, pois envolve aspectos espaciais e temporais qualificados socialmente.

Segundo Corrêa (1999, p. 38), “[...] no processo de organização de seu espaço o Homem age seletivamente. Decide sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos.”

Portanto, a seletividade espacial é uma prática amplamente adotada no processo de decisões locacionais, as quais estão associadas ao processo de difusão espacial. A seletividade, no entanto, deriva de uma combinação entre

atributos das localizações, mutáveis ao longo do tempo, e, neste caso, das necessidades e possibilidades da Igreja presbiteriana de construir, reconstruir e controlar territórios religiosos.

Em realidade, o território, como um conceito-chave na geografia, é um importante instrumento de existência e reprodução do agente social que o criou e o controla, conforme argumentam Sack (1986), Bonnemaïson (2002), Rosendahl e Corrêa (2003) e Rosendahl (1996, 1997, 2003 e 2005). O olhar geográfico reconhece no território um caráter cultural, além de seu caráter político, especialmente quando os agentes sociais são grupos culturais étnicos, conforme aponta Bonnemaïson (2002).

É por intermédio da paisagem cultural, impregnada de seus geo-símbolos, que a cultura de um determinado grupo se inscreve no espaço. A religião também possui seus símbolos. Estes constituem marcas que identificam e delimitam seu território religioso. São espaços qualitativamente fortes, constituídos por fixos e fluxos, possuindo funções e formas espaciais que constituem os meios por intermédio dos quais o território realiza efetivamente os papéis a ele atribuídos pelo agente social que o criou e o controla. Desse modo a Territorialidade religiosa, na abordagem da geografia cultural, significa o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos religiosos no sentido de controlar um dado território. É fortalecida pelas experiências religiosas coletivas ou individuais que o grupo mantém no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seu território. É uma ação para manter e legitimar a fé (ROSENDAHL, 2005).

A história da trajetória da educação tem mostrado - com ampla e farta cobertura de fatos, a sua verdadeira face, muitas vezes, uma ferramenta de propagação, reprodução e continuidade de uma práxis voltada predominantemente para a consolidação de uma ideologia, tornando possível a reprodução da sociedade, tendo nas ações educacionais uma forte aliada.

Com a intenção de estabelecer raízes e implantar sua religião e, já que a pregação ocupava lugar central, a educação era fundamental para os presbiterianos, o que resultou no surgimento de várias escolas, dentre elas, o Colégio Presbiteriano XV de Novembro (1900). Dessa forma, a rede de escolas protestantes que foi sendo tecida na região de Garanhuns pode ser vista nesta perspectiva espacial, como um símbolo de poder que este agente social, no caso a Igreja Presbiteriana, visa imprimir.

Com a instalação do referido educandário em Garanhuns-PE, os presbiterianos promoveram importantes transformações no espaço local, gerando novos fluxos de capitais, de informação e de pessoas. Os fluxos de capitais são percebidos diretamente na paisagem através das construções de novas edificações e até mesmo de um processo de redimensionamento da organização urbana desencadeado na criação do bairro de Heliópolis (Figura. 66), onde se situa o referido educandário, caracterizado através da infraestrutura necessária para a viabilização dos cursos oferecidos pelo colégio, bem como pela formação dos alunos dessa instituição que adquiriam novos conhecimentos e que de alguma forma interagiam com a comunidade local disseminando os conhecimentos adquiridos, seja através de contatos pessoais ou então através das atividades de estágio curricular exigidas pela escola. Essa reconfiguração das relações sociais também está muito ligada à questão da territorialidade, pois é através dela que criamos um significado para o lugar (HAESBAERT, 2005, p.03).

Ao darmos um significado para o lugar, estamos promovendo a sua apropriação, que se dará, então, através do uso e não necessariamente através da propriedade. Para Rosendahl (2001, p. 27): “[...] a organização interna dos territórios da Igreja é dinâmica e móvel no espaço”.

Os espaços religiosos se modificam no tempo e no espaço, às vezes por criação de novas instituições religiosas que se territorializam, às vezes por fragmentação das mesmas a partir da difusão das obras.

Nesse processo, a área objeto das atuações se apresenta como território onde são materializadas as ações político- espaciais de controle da Igreja, visto que estas atuam sob orientação dos presbíteros que escolhem os espaços onde se localizam os seminários e as escolas religiosas. Desse modo, é possível argumentar que o espaço urbano de Garanhuns é “[...] reflexo tanto das ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente” (CORREIA, 1999, p. 8).

Os Missionários evangélicos oriundos dos Estados Unidos da América todos da religião cristã presbiteriana, portanto de orientação Calvinista, que fixaram residência no estado de Pernambuco, enfatizaram a formação de igrejas e a organização de escolas, uma vez que entre as estratégias utilizadas pelos missionários para divulgação do evangelho e da sua religião estavam as instituições educacionais.

Figura 66: Localização Colégio XV de Novembro, promovendo surgimento do bairro de Heliópolis

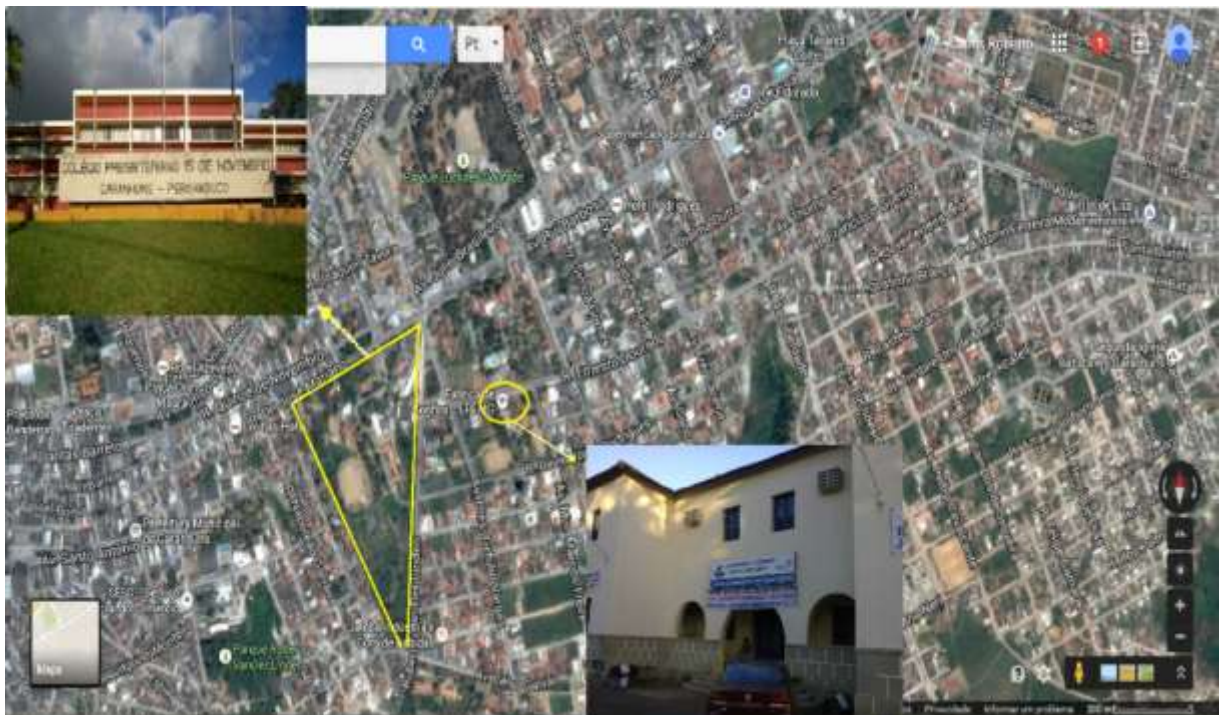


Figura 67: Traçado do Bairro Heliópolis: semelhança das cidades jardins influência de Ebenezer Howard



Figura 68: Professor Ruber van der Linden à esquerda e alunos do Colégio XV de Novembro



Fonte: Arquivo Histórico do Colégio, ano de 1940

Figura 69: Traçado da cidade Paris (França), influência ao traçado do Bairro Heliópolis – Garanhuns



Fonte: Foto arquivo do autor. Julho 2014.

No início eram escolas paroquiais que serviam de apoio ao ensino religioso das igrejas, quase sempre aos domingos pela manhã, donde se ouve chamar até os dias de hoje, escola bíblica dominical.

O médico Willian Butler e sua esposa Rena Butler, formaram um desses casais de missionários norte-americanos que fixaram residência na cidade de Garanhuns em Pernambuco pouco antes de 1900, tendo em vista as concessões possibilitadas pela constituição republicana de 1891, iniciando ali a pregação de sua filosofia religiosa (VITALINO, 1999). É se observa:

O casal logo reconheceu que a população era, na sua maioria, formada por iletrados, e que, portanto, era necessário o ensino preliminar no sentido de que seus ouvintes e posteriormente seguidores da religião, pudessem entender a leitura dos textos bíblicos e deles extraírem as lições desejadas. Observando essa enorme carência educacional o casal resolveu ministrar ao grupo de seus seguidores ou não, diversas disciplinas, acalentados pelo sonho de vê-los educados e prontos para a vida, além da prática religiosa que preconizavam (VITALINO, 1999, p. 71).

Após organizar a escola em Garanhuns que correu em 1900, o casal Butler fixou residência na vizinha cidade de Canhotinho onde, além da igreja, fundaram um hospital haja vista que por serem calvinistas, entendiam que o alto índice de analfabetismo entre os pobres, enfermos e inválidos era incompatível com a Igreja Reformada e, por esta razão deveriam ser educados e reeducados profissionalmente, conforme fosse o caso.

Para continuar nos afazeres religiosos e dar prosseguimento ao então colégio recém fundado, foi requisitado da cidade alagoana de Pão de Açúcar localizada as margens do rio São Francisco, o pastor de origem pernambucana Martinho de Oliveira.

O Colégio tinha como membros mantenedores a junta de missões mundiais da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (Board of Wold Missions of the Presbyterian Church, DIARIO OFICIAL p. 7.562 de 1967) e a Igreja Presbiteriana do Brasil. (Regimento Interno art. 4º).

Em seu livro Vitalino (1999, p. 75), noticia com muita emoção:

Cabe ao presbiterianismo, por iniciativa do então pastor Martinho de Oliveira, tarefa gloriosa, difícil e sublime de encarar mais seriamente o grande problema que constitui a obra inicial e patriótica de educar pioneiramente em Garanhuns.

Surgia assim o atual Colégio Presbiteriano XV de Novembro, cujo objetivo

foi o de aliar os serviços religiosos à educação formal daquela cidade. Nesta perspectiva a práxis teológica presbiteriana pode ser percebida a partir de quando a educação, enquanto ação estratégica, seria indispensável para a consolidação da sua territorialidade.

Agindo através de colégios ou simplesmente através da evangelização, ou de cursos livres em diversas instituições por eles (os presbiterianos) mantidas, as missões e seus membros carregam consigo essa ideia de que todas as suas atividades são intrinsecamente educativas. Neste sentido, percebe-se fortes traços de uma chamada pastoral estratégica através do caráter fortemente cognitivo que marca inclusive a pregação de muitas das chamadas igrejas históricas ou, para usarmos a tipologia litúrgica proposta por Prócoro Velásques Filho (1990), as igrejas não-litúrgicas (segundo ele, as presbiterianas, metodistas e batistas). "Nos templos destas Igrejas, o altar ganhou sintomaticamente o nome de "púlpito".

A pregação conquista assim o lugar mais privilegiado da celebração, o que faz com que frequentemente o atendimento ao serviço religioso seja determinado pela eloquência do pregador, por sua ortodoxia doutrinária, ou por ambas.

Desse modo fé e educação são pontos centrais na leitura da dimensão do lugar, tendo em vista que a Igreja Presbiteriana enquanto instituição fundamentada no poder religioso, desenvolve em múltiplas direções, ações que se territorializam a partir da sua ação instrucional; daí na atualidade em Garanhuns, além do Colégio XV de Novembro e o IBN - Instituto Bíblico do Norte, existem outras importantes instituições educacionais como: a escola Ana Barros, a escola Adventista e o Instituto Presbiteriano de Heliópolis que, apesar de ser estadual, funciona nas dependências da Igreja Presbiteriana, só para citar alguns exemplos.

Este direcionamento, visando um determinado público e com ações previamente planejadas, são semelhantes às de qualquer empreendimento empresarial, reproduzindo no espaço as estruturas necessárias à sua fixação, configurando uma relação entre espaço e poder. Esta argumentação amplia o significado de território e vai mais além, possibilita investigar o poder através de sua territorialidade, não perdendo de vista a dinamicidade do processo de análise em termos de espaço e tempo.

4.4 A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E SUA INFLUÊNCIA NA DINÂMICA ESPACIAL: O CASO DE GARANHUNS-PE

Como nosso trabalho tem como objeto a análise das ações educacionais, enquanto instrumento de redefinição de uma nova lógica da dinâmica espacial na cidade de Garanhuns, neste capítulo enfocamos agora o ensino superior que a partir de suas atividades, impulsionam uma funcionalidade no espaço urbano.

Não pretendemos desenvolver uma nova tese, mas apenas focar esta modalidade de ensino que impulsiona diversas atividades sociais e econômicas direta ou indiretamente, ligadas à universidade.

No conjunto dessas atividades destacam-se a prestação de serviços especializados (hotelaria, manutenção de computadores, fotocopiadoras, etc.), o comércio, principalmente no ramo da alimentação, e o setor imobiliário.

Em Garanhuns as exterioridades das atividades universitárias potencializam o seu processo de urbanização ao mesmo tempo em que consolida esta cidade de porte médio, com escala suficiente para a instalação de novas atividades econômicas e de centros de serviços para o mercado regional. Assim, pode-se inferir que, quanto maior for a capacidade de oferta de bens e serviços de uma cidade, maior será seu papel e importância na rede urbana regional. Dessa forma, a importância da cidade de Garanhuns, no Agreste Meridional de Pernambuco, deve-se a vários fatores, como a estrutura e a diversidade de bens e serviços existentes. Garanhuns constitui-se assim em um polo regional para o atendimento de necessidades da população local e regional, uma vez que pessoas decorrentes de muitas cidades demandam por determinados tipos de serviços existentes em Garanhuns.

O processo que envolve a criação e a expansão de Instituições de Ensino Superior no Brasil se caracteriza por objetivos distintos ao longo do tempo. As primeiras universidades foram criadas nas capitais na década de 1920 e este modelo não buscava atender aos interesses da população interiorana. Posteriormente, no intuito de qualificar a mão de obra e de manter os jovens em suas regiões de origem, dá-se início a um primeiro processo de interiorização no país das referidas instituições. Assim, o acesso ao ensino superior funciona como eixo estratégico de desenvolvimento local, sendo uma política para prover o desenvolvimento regional, a fim de tornar o território mais homogêneo e oferecer

oportunidades à população em áreas onde o acesso ao ensino superior é escasso.

Em Pernambuco, a antiga Fundação de Ensino Superior de Pernambuco - FESP, hoje Universidade de Pernambuco (Figura. 70), foi pioneira neste processo de interiorização, ao implantar na cidade de Garanhuns, em 1967, a primeira universidade pública do interior do Estado. A criação da Faculdade de Formação de Professores de Garanhuns, com seus cursos voltados para as licenciaturas, contudo, não estava direcionada para as atividades econômicas agropecuárias que caracterizavam o município e a região, porém atendia ao apelo educacional do agreste meridional, carente de professores habilitados.

Posteriormente, em 2005, a cidade de Garanhuns vivencia outro momento desse processo de expansão universitária com a chegada da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) tendo como objetivo primordial, potencializar e dinamizar as atividades econômicas tradicionais do município, voltadas para a agropecuária, muito embora outros setores da economia exerçam hoje papel mais expressivo na economia do município, tais como: o comércio, o turismo e a prestação de serviços, destacando-se os de saúde e educacionais.

Diante do exposto a UPE e a UFRPE (Figura. 71), ratificam suas presenças no interior do Estado de Pernambuco, não só com os tradicionais cursos de Licenciaturas, mas abrindo novas oportunidades, a partir da oferta de outros cursos, como o de Medicina (Figura. 72), licenciatura em Informática, Psicologia (UPE). Medicina Veterinária, Agronomia, Engenharia de alimentos (UFRPE). Atendendo ainda as licenciaturas em pedagogia e letras.

Posteriormente, além das IES acima citadas, implantou-se também no interior do Estado as autarquias municipais em cidades de influência regional (MARCHETTI; ALBUQUERQUE, 2005). Em Garanhuns a AESGA (Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns) vem se destacando com a oferta de diversos cursos universitários como Administração de Empresas, Direito, Engenharia Civil etc. Neste contexto, com a ampliação natural de matrículas, atribui-se a Garanhuns a denominação de cidade universitária.

Esta ampliação de serviços educacionais na cidade de Garanhuns vem beneficiando não só a cidade em si, mas toda a região do Agreste Meridional de Pernambuco, já que tomando, por exemplo, a UPE - CAMPUS GARANHUNS, a maior parte de seus estudantes são oriundos de cidades circunvizinhas e, até de outras Regiões do Estado de Pernambuco e do Brasil.

Figura 70: Universidade de Pernambuco Campus Garanhuns pioneira na interiorização do ensino superior no Estado de Pernambuco



Fonte: Arquivo do autor, Julho, 2013

Figura 71: Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade acadêmica de Garanhuns



Fonte: arquivo do autor julho/2013

Figura 72: Aula Inaugural do curso de medicina na UPE Campus Garanhuns, com a presença da presidente Dilma Rousseff e o Governador do Estado de Pernambuco Eduardo Campos em 30.08.2011



Fonte: Arquivo do autor, 2011

Todos esses fatores contribuíram para o crescimento populacional, o desenvolvimento econômico e a intensificação das relações comerciais, aumentando ainda mais a área de influência da cidade de Garanhuns.

Há também aspectos negativos como o aumento da especulação imobiliária, fator este que expulsa ou impede que a população menos abastada ocupe áreas mais próximas ao centro ou de seu local de trabalho, fazendo aumentar a desigualdade social no espaço urbano da cidade.

A criação de universidades, portanto, visa atender aos interesses de reprodução do capital, tema fecundo e próspero para pesquisas, atendendo às novas necessidades do mercado de trabalho do mundo globalizado, onde a evolução técnica, científica e informacional se faz presente, e impõe que cada região busque novas formas de inserção.

Neste sentido o serviço de educação superior se destaca em Garanhuns constituindo um dos principais atrativos que intensificam as relações interurbanas

regionais, com convergência diária de fluxos populacionais de pequenos municípios e centros emergentes da mesorregião Agreste. Ademais, tem-se a dinamização da economia.

4.4.1 O ensino superior e a dinâmica socioespacial

Uma análise geo-histórica das práticas espaciais desenvolvidas através das ações educacionais federal, estadual e municipal - a partir da instalação das escolas confessionais de ensino básico em fins do século XIX (1900) até o advento da nova LDB (1996) com a expansão das Escolas públicas e privadas, universidades (UPE - Universidade de Pernambuco e UFRPE/UAG - Universidade Federal Rural/Unidade Acadêmica de Garanhuns respectivamente), Autarquia dos Ensino Superior de Garanhuns - AESGA, institutos federais, escolas profissionais e outros estabelecimentos, possibilitam a compreensão de como estes objetos geográficos interferem na cultura da região de Garanhuns-PE.

Tais interferências são visíveis na lógica da organização da dinâmica espacial e seu rebatimento na definição dos territórios a partir da materialização das relações socioespaciais, tornando possível a reprodução da sociedade, efetivada naturalmente na morfologia urbana regional, uma vez que além de impor uma dinâmica essencial à implantação de processos de inovação de produção e difusão da cultura e dos saberes científicos, através das instituições de ensino, consolidam a cidade de Garanhuns não apenas como o espaço de moradia mas, na verdade como registro simbólico, definindo e materializando a sua identidade territorial, pois ao representar uma sociedade estaremos nos referindo aos símbolos, não a própria realidade em si.

Nesta perspectiva, quando nos referimos a Garanhuns como “a cidade das flores” do clima maravilhoso, das sete colinas, onde o Nordeste garoa, cidade da educação, são imagens e representações mentais evocadas de várias territorialidades distintas que não necessariamente são de Garanhuns, mas que falam por nossa cidade. Assim uma dada realidade é reconstruída pelo imaginário através de seus recursos simbólicos. As instituições não se reduzem ao simbólico, mas somente nele elas podem existir

Neste sentido é por intermédio da paisagem cultural, impregnada de seus

geo-símbolos, que a cultura de um determinado grupo se inscreve no espaço. A educação também possui seus símbolos. Estes constituem marcas que identificam e delimitam seu território.

São espaços qualitativamente fortes, constituídos por fixos e fluxos, possuindo funções e formas espaciais que constituem os meios por intermédio dos quais o território realiza efetivamente os papéis a ele atribuídos pelo agente social que o criou e o controla (BONNEMAISON, 2002).

Nesta perspectiva de conformidade com SANTOS (1979), levando-se em Consideração a perspectiva da organização espacial como uma forma social, isto é, como resultado objetivo de variáveis múltiplas atuando numa dada formação econômica e social, percebe-se uma dinâmica nas formas espaciais que as tornam resultado e causa no processo social. Dadas as suas relações estruturais com as formas ligadas a produção econômica e social, as formas espaciais constituem um elemento fundamental para explicação do próprio processo social.

Para Corrêa (2003), o processo de organização do espaço, fenômeno que se desenvolveu e se aperfeiçoou durante a história da humanidade, estabeleceu um conjunto de práticas dinâmicas, interativas, que delimitam, criam, fazem e refazem o espaço, resultado dos padrões culturais de cada sociedade em determinado tempo histórico e que viabilizam e reproduzem as condições de existência de uma determinada atividade. Para o referido autor, as práticas espaciais refletem o manancial de conhecimento da sociedade humana em diferenciar espaços, numa apreciação contínua em relação aos interesses e fins concebidos para uma determinada territorialidade.

A influência de fixos, ou formas espaciais sobre seu entorno tem sido objeto de estudo da geografia, que não vê na existência dessas formas espaciais apenas mais um elemento que irá compor a paisagem, pois os fixos ao serem implantados em determinado espaço, estão carregados de intencionalidades, interagindo com o meio e transformando-o.

As intervenções técnicas do governo ou da iniciativa privada, (re)criam formas espaciais, também conhecidas como objetos técnicos, que vão interferir nas relações sociais, uma vez que estas não podem ser dissociadas do espaço, pois são condição de sua materialização e realização (CARLOS, 2001).

Por este motivo, torna-se muito importante entender as influências do espaço

nas relações sociais, e saber como as alterações produzidas no espaço podem modificar tais relações.

Com relação a esse tema, Santos (1996) constata que os objetos (fixos) que são acréscimos artificiais produzidos pela técnica, carregam consigo uma intencionalidade capaz de influenciar as ações dos grupos sociais sobre o espaço.

Para ele, tais influências podem ocorrer sob diferentes formas e seriam impulsionadas pela intensificação nos fluxos – esta intensificação seria uma decorrência da implantação desses objetos (fixos) no espaço geográfico. Com isso, criar-se-ia uma dependência direta entre o dinamismo das ações e as relações entre fixos e fluxos, pois as ações também vão ser alteradas na proporção da eficácia do objeto técnico (SANTOS, 1996).

Nesse sentido, cada objeto exerceria, então, um determinado tipo de influência sobre o espaço, razão pela qual não podemos atribuir as mesmas propriedades de atração de fluxos para todo tipo de objeto. Como consenso, observa-se que quanto mais provido de técnicas, maior seria o poder do fixo em gerar e/ou atrair fluxos. Portanto, como as relações sociais produzidas nos lugares acabam sofrendo interferência direta das presenças dos objetos (fixos) haveria uma necessidade de chamá-las de relações socioespaciais, pois o espaço seria o elemento diferenciador dessas relações.

As intencionalidades existentes nos objetos são capazes de atrair fluxos de diversas naturezas. Fato evidenciado pela atração de pessoas, de informações, de capital, entre outros.

Os fluxos, por sua vez vão promover alterações significativas no espaço, recriando os lugares e também as relações sociais. Se admitíssemos o contrário, o espaço seria considerado apenas um reflexo da sociedade.

Porém, segundo Santos (1996, p.160), o espaço apresenta um “[...] sistema de relações” que é externo ao indivíduo, por isso, evidencia-se que devemos dar especial atenção para a localização de objetos técnicos, conhecidos como fixos ou formas espaciais.

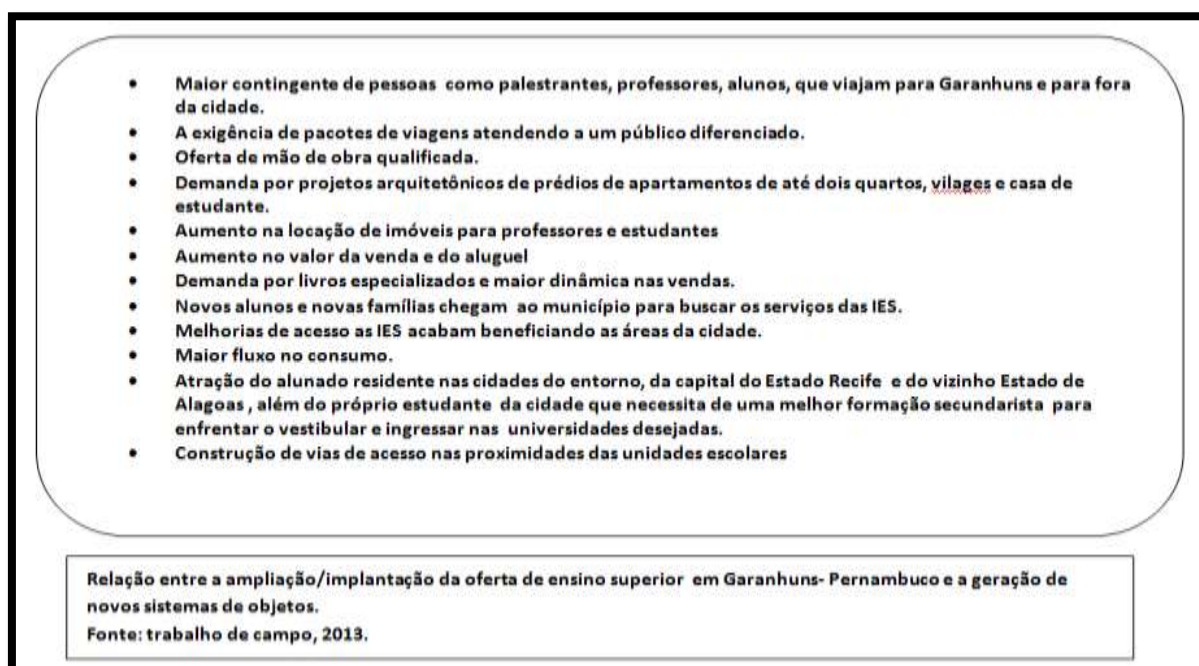
Tais fixos, como as instituições de ensino superior, objetos de análise do presente texto, podem promover alterações que se evidenciam na paisagem (Figura. 73). Algumas alterações espaciais e sociais podem ser percebidas, como a construção ou ampliação de imóveis: intensificação no fluxo de veículos e

transeuntes, entre outros.

Figura 73: Implantações de Instituições de Ensino Superior em Garanhuns e suas implicações espaciais



Figura 74: Algumas implicações espaciais para as implantações de instituições de ensino superior



Fonte: Org. do autor.

Para Santos (1996) os objetos (fixos) que são acréscimos artificiais produzidos pela técnica, carregam consigo uma intencionalidade capaz de influenciar as ações dos grupos sociais sobre o espaço. Tais influências podem ocorrer sob diferentes formas de dinamismo, impulsionados pela intensificação de fluxos gerados a partir da implantação desses objetos (fixos), criando uma dependência direta entre dinamismo das ações e relações entre fixos e fluxos, pois as ações também vão ser alteradas na proporção da eficácia do objeto técnico.

A influência mais evidente das IES sobre o espaço local evidenciou-se de acordo com os levantamentos de campo, na valorização imobiliária, conforme constatamos através de informações colhidas junto aos agentes imobiliários, entrevistas com os moradores e também, através das informações obtidas junto aos administradores das IES.

Segundo o relato dessas fontes, a presença destas IES fez com que houvesse um crescimento acentuado da especulação imobiliária e dos serviços assim como os investimentos nesse setor, apesar dos estudantes não serem beneficiados diretamente pelos altos custos de aluguéis e afins. Porém, essa forte valorização representou ganhos para uma parcela da população que tinha imóveis para vender ou que também poderiam oferecer serviços de aluguéis para professores e estudantes vindos de diversas regiões do Estado de Pernambuco e de Alagoas.

Assim, um novo agente social se vislumbra e possui o poder de não somente criar novos espaços, um agente que é transformador de consciências e que consegue através de um poder avassalador transformar os fixos e acelerar os fluxos, esse agente é a educação que no momento se apresenta em Garanhuns com as IES dinamizando e articulando novos espaços que nesse tempo é visível no urbano.

Dessa maneira os arranjos espaciais são uma realidade, pois o local e o regional se modificam para se adaptar à nova realidade existente, que nesse caso vem sendo influenciada pelas IES a partir das ações educacionais vigentes, quando percebemos a necessidade de ocorrer adaptações para convivência e usufruto da nova realidade.

Nessa compreensão, a educação aparece como uma ferramenta importante para definir as transformações no espaço geográfico, pois políticas

públicas educacionais se tornaram uma necessidade mundial em um novo contexto, onde o conhecimento consegue modificar o local, o regional e o global, sendo necessários arranjos espaciais para estruturar essa nova realidade do espaço geográfico modificado.

Portanto, devido a sua ampla rede e estrutura no setor de educação superior, a cidade de Garanhuns recebe um grande contingente de pessoas interessadas neste serviço. A grande quantidade de fluxos e deslocamentos, bem como a presença de pessoas de diversos municípios em Garanhuns confirma este fato. Essa atração exercida promove mudanças e uma série de processos econômicos, sociais e espaciais, principalmente à medida que o espaço urbano do município torna-se cada vez mais dinâmico e reestrutura-se de acordo com a necessidade de reprodução do capital, tendo no público estudantil crescente um importante nicho de mercado.

4.4.2 A educação superior, a mobilidade populacional e a consolidação da dinâmica espacial

Como já analisado, a delimitação de regiões educacionais muitas vezes são ignoradas pelos planejadores setoriais, pois frequentemente se acham contemplados nos planos de desenvolvimento econômico e social. As atuais políticas educacionais devem ser compreendidas levando-se em consideração um quadro mais amplo de transformações econômicas, políticas, culturais e geográficas que caracterizam o mundo contemporâneo. Assim, cada área educacional pode ser constituída por um conjunto de municípios amalgamados segundo os mesmos critérios. Dessa forma uma regionalização do sistema educacional, poderia se organizar a partir dos níveis espaciais: nacionais, estaduais e municipais, estes subdivididos em rurais, periurbanos e urbanos.

Neste sentido analisando a “Teoria dos Pólos de Desenvolvimento” formulada por F. Perroux, segundo Costa (2000), vê-se que a mesma foi aplicada no Brasil inicialmente na década de 1950 evidenciando alguns casos regionais e urbanos, e que posteriormente foi incorporada pelo Plano Decenal de Desenvolvimento (1967-1976), que embora não tenha sido implementado foi importante para adoção de uma nova perspectiva para as políticas territoriais do

país.

A adoção dessa estratégia implicaria, pelo plano a eleição de “[...] regiões-programa” e nelas, os polos representados por centros urbanos capazes de, a partir da concentração de investimentos, irradiar o seu dinamismo à região” (COSTA, 2000, p. 23).

Neste ponto de vista, as cidades polos são aquelas do interior, distantes das grandes capitais que se destacam dentre os demais núcleos urbanos menores e exercem grande influência em seu entorno. Dessa forma são consideradas capitais ou polos regionais segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), devido ao forte comércio e prestação de serviços. Partindo-se desses princípios, e analisando-se o município de Garanhuns, considera-se a cidade um polo regional em função de sua atuação no setor de serviços, destacando-se a área educacional. Uma vez que a cidade tem sido catalisadora de diversos investimentos no ensino superior público e privado, podendo ser considerada um núcleo relevante nesse setor.

Nos últimos anos o sistema de educação superior que tem contribuído para complementar as ações educacionais vem se destacando em Garanhuns, constituindo-se em um dos principais atrativos que intensificam as relações interurbanas regionais, com convergência diária de fluxos populacionais de vários municípios da mesorregião agreste, da zona da mata, do sertão e até de outros estados vizinhos. Esse aumento no fluxo de pessoas produz a dinamização do espaço em suas diversas dimensões (econômica, cultural, política, ambiental e social) que no caso de Garanhuns está alicerçada no setor terciário (Figura. 75).

Figura 75: Participação dos setores no PIB de Garanhuns, Pernambuco e Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE 2012

Ao analisar o PIB de Garanhuns, por setores da economia, em 2010, pode-se estabelecer relação entre a expansão do setor educacional na cidade, especialmente a educação superior, na última década, como um dos principais vetores do crescimento econômico do setor de serviços e da riqueza da cidade como um todo. Esta é uma tendência marcante na dinâmica econômica das cidades médias, que tem demonstrado, atualmente, forte dependência em relação ao setor terciário; notadamente, como é o caso de Garanhuns.

A atração exercida por Garanhuns, no Agreste Meridional, em outras regiões do estado e até mesmo em outras unidades da federação, tem sido decorrente da diversidade de instituições e cursos ofertados, bem como na infraestrutura que a cidade oferece neste setor que, diga-se de passagem, tem melhorado muito nos últimos anos.

O município conta com A Universidade de Pernambuco – UPE (unidade de Garanhuns); a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE (unidade de Garanhuns); a Faculdade de Ciências da Administração – FAGA e a Faculdade de Direito de Garanhuns, que contam com mais de 4.000 alunos e ofertas diversificadas nas suas grades de graduação e pós-graduação.

No setor educacional, em todas estas instituições acadêmicas, está sendo constituída a expansão das suas atividades, com abertura de novos cursos. Ainda no campo educacional, Garanhuns conta com 45 estabelecimentos particulares de ensino fundamental e médio, destacando-se o centenário Colégio Quinze de Novembro, o Colégio Diocesano de Garanhuns, o Colégio Santa Sofia, o Colégio Santa Joana D'Arc, o Colégio Meridional, o Colégio Monsenhor Ademar da Mota Valença e o Colégio Dom Expedito Lopes. Na rede Estadual dispõe de 22 colégios e na rede Municipal de 67 escolas, com uma população estudantil de níveis fundamental e médio com mais de 37.000 alunos. Para formação e qualificação de profissionais, além dos diversos cursos de informática, a cidade conta com os serviços e cursos disponibilizados pelo SEBRAE, SENAC, Sesi e SESC contando também com os cursos técnicos do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET. As diversas IES oferecem grande variedade de cursos nas áreas de formação de professores, saúde, tecnologia da informação, engenharias, dentre outras.

Desse modo novas formas de consumo, tais como: alimentação,

fotocópia, material escolar, lazer, hospedagem e transporte coletivo urbano para aulas ou estágios influenciam na economia da cidade e, por conseguinte na dinâmica espacial.

Dessa forma, Garanhuns tem sido considerada polo universitário ao exercer forte atração sob os diversos municípios do Agreste Meridional de Pernambuco. A grande quantidade de pessoas presentes no município e os diversos fluxos motivados pela oferta de ensino promovem transformações econômicas, sociais, espaciais e culturais inserindo novas dinâmicas no modo de vida urbano e na funcionalidade espacial, reforçando sobretudo a centralidade regional de Garanhuns.

Isso evidencia que, tanto o setor de serviços como o comércio têm se destacado na organização dos espaços urbanos. No caso da cidade média de Garanhuns, a ação educacional associa-se ao crescimento das atividades terciárias – o que redefine suas configurações espaciais e suas funções regionais

4.4.3 As ações educacionais e a morfologia do espaço urbano em Garanhuns

Ao realizar a análise e interpretação da expansão urbana em Garanhuns-PE (MELO, 2012) verifica que em 1982 o sítio urbano era concentrado em uma área longitudinal contínua com 76.43km². Entre 1982 e 1987 o perímetro urbano cresceu 19.49 km², ampliando-se de maneira mais expressiva nos sentidos nordeste e sudoeste. Exatamente onde se situam a UPE e a UFRPE/UAG.

Fazendo-se uma análise dos estudos desenvolvidos por Melo (2012) nos intervalos temporais 1987/1995 a mancha urbana teve um acréscimo de 15,25 km², novamente com grande ênfase para as porções nordeste e sudoeste. No período de 2001 a 2011, o perímetro urbano desenvolveu-se 65.00km², principalmente nas áreas nordeste, sudoeste e noroeste.

A partir dos cálculos de áreas realizados por Melo (2012) nos polígonos referentes aos anos de 1982 a 1987, 1987 a 1995, 1995 a 2001 e 2001 a 2010, constata-se que o crescimento do sítio urbano apresentou ritmos distintos no transcorrer das décadas.

O intervalo temporal de 2001 a 2010 foi o que mais se destacou, e esse crescimento está atrelado ao papel de cidade polo tendo na educação um forte

atrativo, exercido principalmente nos municípios que fazem parte da mesorregião do Agreste Meridional de Pernambuco.

Do ponto de vista infraestrutural, Garanhuns apresenta um número importante de equipamentos de comércio e serviços que não se restringe apenas aos seus limites urbanos ou municipais, estruturando-se como centro de serviços, com a presença de instituições públicas e privadas, estaduais e federais; comércio atacadista e varejo com ampla atuação regional.

A cidade de Garanhuns enquanto cidade média, com sua funcionalidade urbana, sua localização e inserção regional (Figura. 76), as trocas comerciais que ela estabelece com outros centros de grande porte, bem como a influência que ela exerce em seu contexto regional, dentre outros, constituem aspectos a serem considerados. Ela cresce e se expande obedecendo a uma dinâmica de intensos fluxos de mercadorias, de capitais e de usos, e assim os espaços são transformados e as atividades se deslocam intra e inter-regionalmente.

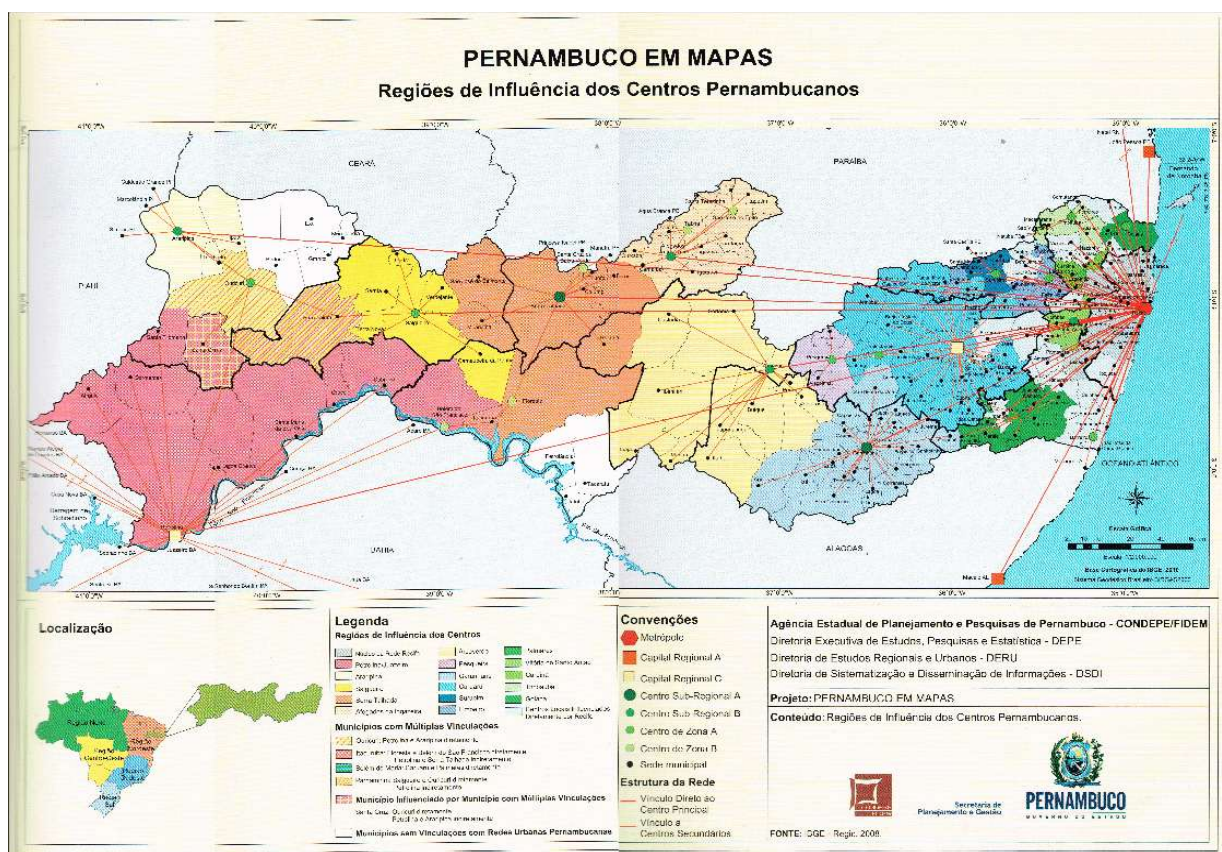
Desse modo o crescimento da Garanhuns, resultante das ações educacionais enquanto elemento potencializador de sua dinâmica social e econômica atual, sobretudo com a diversificação dos setores de comércio e serviços, tornou-se um centro de convergência, no qual as cidades por ela polarizadas usufruem de serviços diversos, redefinindo sua organização espacial e suas funções regionais, bem como seu papel como cidade média de grande alcance regional. Esses fatores contribuíram para um intenso e rápido processo de urbanização.

O crescimento demográfico acelerado desencadeou a expansão urbana da cidade, paralelamente às transformações econômicas no âmbito intra e interurbano. Tais mudanças tiveram, como suporte, a crescente demanda de consumo da população,

Como se pode perceber, o aumento demográfico e a expansão do tecido urbano, originou o surgimento de diversos tipos de funções, relacionadas à prestação de serviços e ao comércio. A sua economia, inicialmente baseada na agricultura e na pecuária (século XVIII), experimentou, após os anos de 1980, um processo de diversificação e especialização juntamente com o crescimento populacional, ou seja, atrai dois modelos de fluxos migratórios: permanentes e temporários. Ambos exigem que a cidade amplie sua área urbana para que possa

suprir as necessidades distintas desses fluxos populacionais.

Figura 76: Regiões de influência dos Centros Pernambucanos



Fonte: Agência Estadual de Planejamento, 2011.

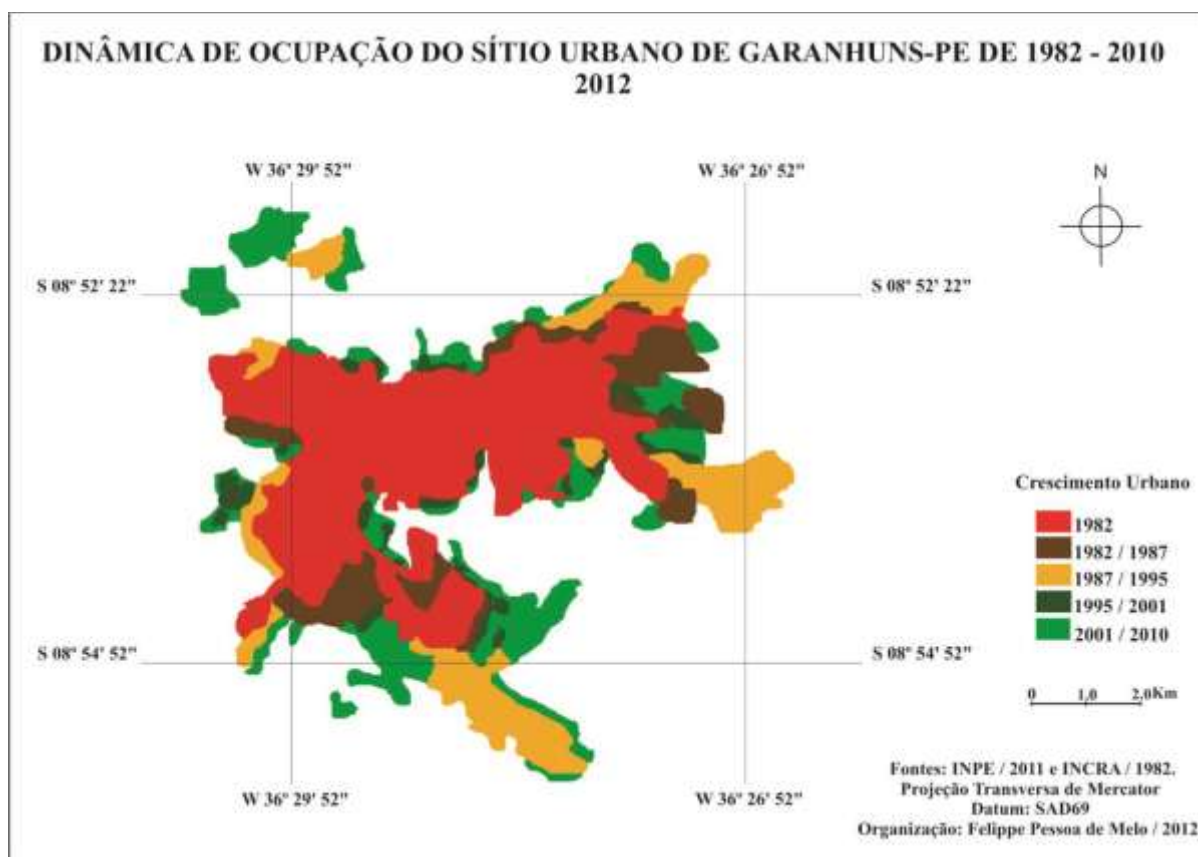
Podemos perceber nas observações de campo que o planejamento urbano do município vem tentando acompanhar esses ritmos de crescimento, através de obras estruturadoras, porém, ainda constatamos alguns problemas como falta de saneamento básico em algumas localidades, estreitamento das calçadas, ruas sem saída, residências em áreas de encostas, contaminação dos corpos de água, etc., o que vai de encontro aos princípios ambientais e às ações nacionais e internacionais de crescimento sustentável.

O sítio urbano da área em questão está se verticalizando para atender essa demanda constante por novas áreas, criando novos espaços residenciais.

Avaliando-se a educação superior em Garanhuns percebe-se que a mesma tem se tornado bastante diversificada no município, contemplando a demanda intra e inter-regional nas diferentes modalidades oferecidas. É essa diversificação o que mais atrai pessoas e fluxos diários de outros municípios através

de deslocamentos pendulares.

Figura 77: Ocupação expansão urbana em Garanhuns 1982-2010-2012



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Garanhuns, 2015.

Dessa forma, a cidade de Garanhuns pode ser avaliada como polo universitário ao exercer forte atração sob as diversas cidades circunvizinhas. A grande quantidade de pessoas presentes no município e os diversos fluxos motivados pela oferta de ensino promovem transformações econômicas, sociais, espaciais e culturais inserindo novas dinâmicas no modo de vida urbano e na funcionalidade espacial da cidade.

Neste sentido analisar a mobilidade praticada por professores e alunos do ensino superior e caracterizar os fluxos e os fixos, podem ajudar a compreender porque a cidade de Garanhuns se tornou um centro de convergência e irradiação da educação.

Para isso buscamos na pesquisa de Gusmão (2012) a análise dos fixos e fluxos a partir das IES em Vitória da Conquista. Esse artigo foi extremamente

elucidativo, uma vez que avaliou a relação estabelecida entre a implantação/ampliação da oferta de ensino superior em Vitória da Conquista e a geração de novos sistemas de objetos; analisou a urbanização dos bairros que sediam as IES; os avanços em diferentes ramos comerciais a partir da explicitação dos produtos e serviços mais consumidos; análise dos dados de transporte; crescimento do setor imobiliário e os tipos de moradia escolhida pelos alunos. Esses aspectos foram levados em consideração em nossa pesquisa.

Santos, (2004) avaliando esse processo deixa evidente que cada fixo espacial faz parte de um sistema mais amplo. Dessa forma, o uso combinado e as atividades consequentes constituem modelos estruturais que se arranjam e se completam de acordo com sua funcionalidade.

A análise dos fluxos migratórios, numa perspectiva econométrica, entre setores e/ou regiões ficou centralizada nos debates sobre o processo de desenvolvimento em regiões atrasadas. Os economistas que estudavam a transição do “subdesenvolvimento” para a industrialização ou “desenvolvimento” sempre colocaram a realocação do fator trabalho como um ponto central desse processo (RAMOS; ARAÚJO, 1999).

Avaliando o processo Haiashida (2014) afirma que: “os autores supracitados ressaltam que atualmente, as preocupações teóricas sobre as inter-relações do processo de desenvolvimento e a realocação do trabalho perderam a importância que tinham nos anos 1960 e 1970. Porém, ganham em relevância os desdobramentos dos fluxos migratórios sobre a política social (emprego, educação, saúde, habitação, saneamento, dentre outros) e a necessidade de se identificar as variáveis que os determinam. Diante disso demos destaque aos fluxos derivados das políticas educacionais para o ensino superior, que têm permitido às cidades interioranas receber um contingente populacional oriundo de diversas outras cidades e regiões.

Para exemplificar, os fluxos na cidade de Garanhuns foram aplicados questionários com alunos de diferentes IES localizadas na área urbana. As IES participantes e o quantitativo de formulários estão explicitados no quadro que segue:

A partir da análise do Quadro 5, fica evidente como é grande a demanda de pessoas de outros municípios que consomem o serviço de educação oferecido em Garanhuns. Os entrevistados estão regularmente matriculados nos diversos

cursos ofertados.

Quadro 5: Curso superior no qual está matriculado e Instituição de Ensino Superior

CURSO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO				
	AESGA	UFRPE	UPE	NÃO INFORMOU	TOTAL DE PARTICIPANTES
Agronomia		22			22
Computação			9		9
Direito	7				7
Engenharia Agrônômica		1			1
Engenharia de Alimentos		5			5
Especialização	7				7
Especialização em Saúde Coletiva			1		1
Geografia			40		40
Medicina			26		26
Medicina Veterinária		48			48
Pedagogia			4		4
Pós-graduação em Direito Civil	7				7
Psicologia			55		55
Residência			3		3
Residência Multiprofissional			7		7
Saúde Coletiva			19		19
Terapia Ocupacional	1				1
Zootecnia		20			20
Não informou	1	1	1	4	7
Total	22	97	166	4	289

Fonte: Elaborado pelo autor.

A idade dos alunos entrevistados varia entre 17 e mais de 36 anos. No tocante a incidência existem variações; a maior está no intervalo de 21 a 25 anos e a menor na opção “mais de 36 anos”, o que demonstra uma maior procura por uma população mais jovem e que difere de anos anteriores onde existia uma demanda reprimida por cursos superiores. Como se vê atualmente, o contingente de alunos do ensino superior no município compõe-se por alunos entre 17 e 25 anos, faixa etária condizente com o grau de ensino discutido.

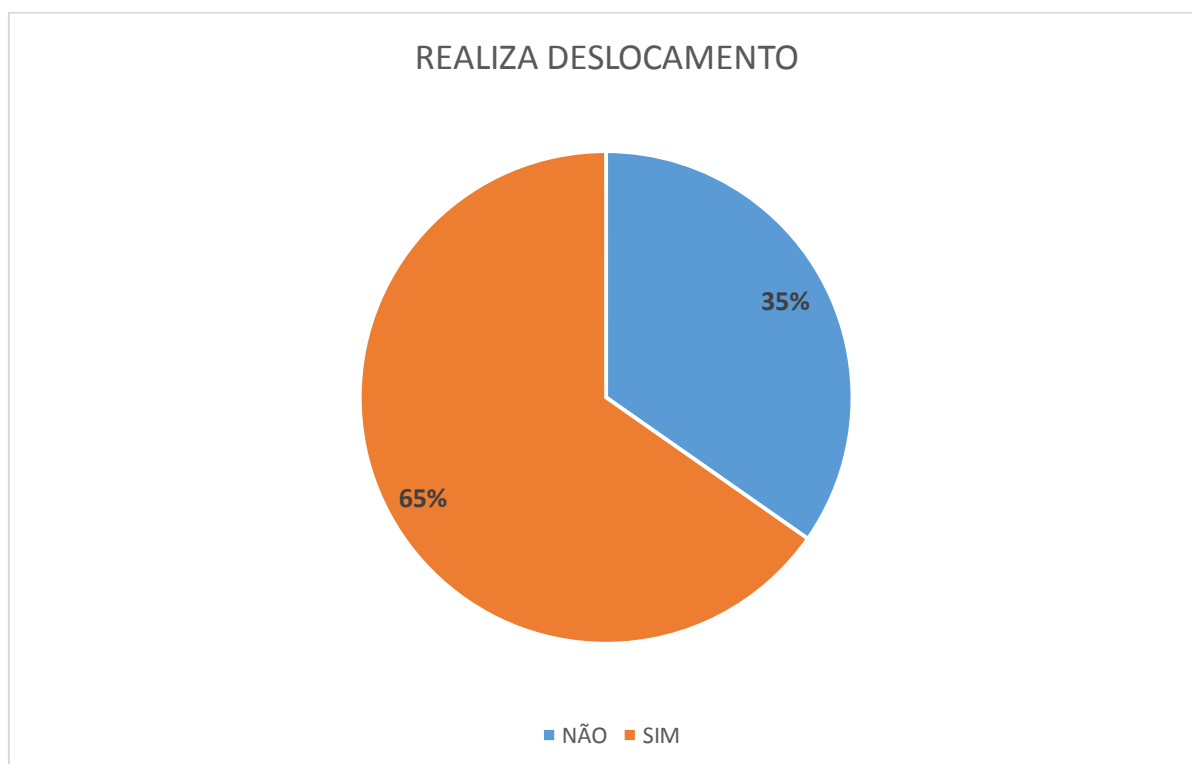
No quesito deslocamento dos alunos, várias perguntas foram formuladas. Em primeiro lugar, buscamos confirmar o deslocamento entre cidades.

Quadro 6: Faixa etária dos egressos

FAIXA ETÁRIA	%
17-20 ANOS	31%
21-25 ANOS	44%
26-30 ANOS	15%
31-35 ANOS	4%
MAIS DE 36 ANOS	6%
TOTAL	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

O gráfico 7 demonstra que o deslocamento entre cidades é praticado pelos alunos das três instituições de ensino motivados pela procura de ensino superior. Destacam-se os deslocamentos pendulares onde, diariamente, pessoas de outros municípios do agreste meridional pernambucano vêm para a cidade no horário das aulas e retornam, logo após, ao seu município de origem. Estes deslocamentos ocorrem, em sua maioria, através de ônibus cedidos pelas prefeituras destes municípios. Há também aqueles que vêm para Garanhuns de carro próprio e regressam ao final das aulas; porém, com menor frequência, em comparação aos deslocamentos via ônibus.

Gráfico 7

Fonte: Elaborado pelo autor. Abril 2015.

O que podemos constatar com estes questionamentos é que uma das grandes contribuições das cidades universitárias está em atrair alunos que vêm de diferentes lugares, beneficiando não apenas a cidade sede, mas toda a região na qual estão instaladas.

A necessidade de deslocamento é intrínseca ao cotidiano da população e as cidades universitárias têm recebido esse fluxo de forma diferenciada. Cidades com uma boa infraestrutura e que garantem qualidade de vida a seus residentes tendem a receber migrantes, o mesmo ocorre com as cidades universitárias, as que oferecem melhor condições de moradia vivenciam um movimento de migração maior que de pendularidade.

Já as cidades com menor infraestrutura ou mais próximas a grandes centros urbanos tendem a experimentar mais movimento de pendularidade, ou seja, deslocamentos diários entre cidades.

Quadro 7: Qual a sua cidade e estado de origem?

(Continua)

CIDADE	AL	BA	CE	PB	PE	PE	PI	PR	RN	SP	N/I	Total
PERNAMBUCO												
AFOGADOS DA INGAZEIRA (SERTÃO)					5							5
ÁGUAS BELAS (AGRESTE)					4	1						5
ALAGOAS	1											1
ALAGOINHA (SERTÃO)					2							2
ARCOVERDE (SERTÃO)					5							5
BELO JARDIM (AGRESTE)					3							3
BEZERROS (AGRESTE)					1							1
BOM CONSELHO (AGRESTE)					9	1						10
BUIQUE (SERTÃO)					3							3
CACHOEIRINHA (AGRESTE)					1							1
CAETÉS (AGRESTE)					2							2
CALÇADO (AGRESTE)					1							1
CANHOTINHO (AGRESTE)					7							7
CAPOEIRAS (AGRESTE)					2							2
CARNAÍBA (SERTÃO)					1							1
CARUARU (AGRESTE)					14	2						16
CORRENTES (AGRESTE)					4							4
CUSTÓDIA (SERTÃO)					1							1
GARANHUNS (AGRESTE)					55							55
GRAVATÁ (AGRESTE)					1							1

(Continuação)

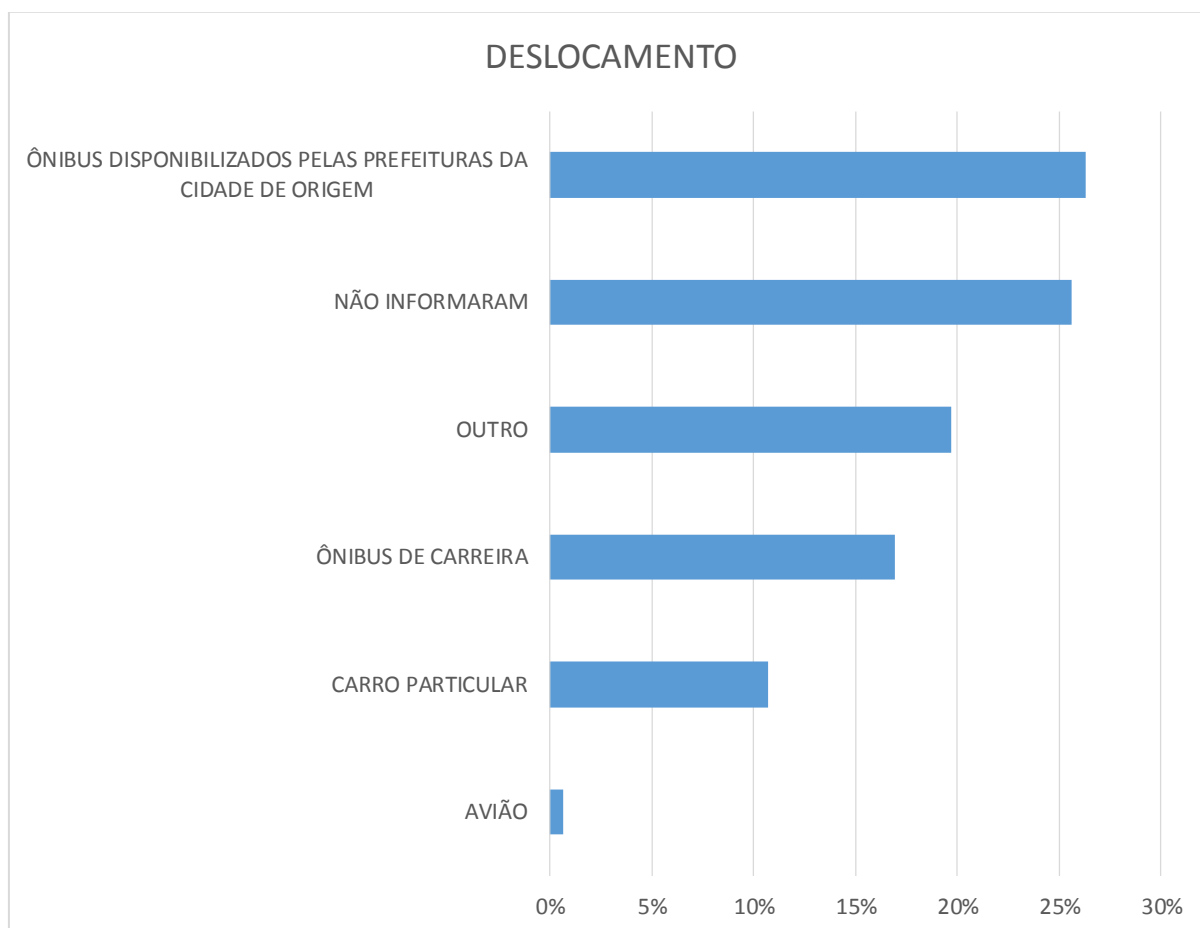
IATI (AGRESTE)					2							2
IPOJUCA (ZONA DA MATA)					1							1
ITAPETIM (SERTÃO)					1							1
ITAQUITINGA (ZONA DA MATA)					2							2
JOÃO ALFREDO (ZONA DA MATA)					1							1
JUPI (AGRESTE)					2							2
LAGOA DO OURO (AGRESTE)					1							1
LAGOA DOS GATOS (AGRESTE)					1							1
LAJEDO (AGRESTE)					15	1						16
LIMOEIRO (AGRESTE)					3							3
MACAPARANA (ZONA DA MATA)					1							1
MIRANDIBA (SERTÃO)					1							1
MORENO (ZONA DA MATA)					1							1
OLINDA (REG. METROPOLITANA)					7							7
OTAIBA (ZONA DA MATA)					1							1
OURICURI (SERTÃO)						1						1
PANELAS (AGRESTE)					2	1						3
PARANATAMA (AGRESTE)					5							5
PEDRA (AGRESTE)					5							5
PESQUEIRA (AGRESTE)					6							6
PETROLINA (SERTÃO)					8							8
POÇÃO (AGRESTE)					1							1
QUIPAPÁ (AGRESTE)					3							3
OUTROS ESTADOS												
CUBATÃO (SÃO PAULO)										1		1
FORTALEZA (CEARÁ)			1									1
GUARUJÁ (SÃO PAULO)										1		1
JATI (CEARÁ)					1							1
JEROMOABO (BAHIA)		1										1
JOÃO PESSOA (PARAIBA)				1								1
JUNDIAÍ (SÃO PAULO)										1		1
MACEIÓ (ALAGOAS)	5											5
MONSENHOR HIPÓLITO (PIAUI)							1					1
NATAL (RIO GRANDE DO NORTE)									2			2
PALMEIRA DOS INDIOS (ALAGOAS)	1											1
PAULO AFONSO (BAHIA)		2										2

Fonte: Elaborado pelo autor.

Neste quesito percebe-se claramente a influência educacional de Garanhuns em diversas mesorregiões do estado de Pernambuco, no Nordeste e até em estados da região Sudeste. Isto é um indicador também do ENEM que possibilita

essa inserção. Neste sentido a pesquisa confirma a cidade de Garanhuns como um centro de convergência educacional no estado de Pernambuco, encontrando-se inserida em um espaço de abrangência educacional.

Gráfico 8



Fonte: Elaborado pelo autor. Abril 2015.

É conveniente notar que o entorno da faculdade continua sempre cheio dos ônibus das prefeituras estacionados (Figura.78). Para alguns alunos, o percurso dura até uma hora e meia de ida e de volta (como é o caso dos alunos de Águas Belas-PE).

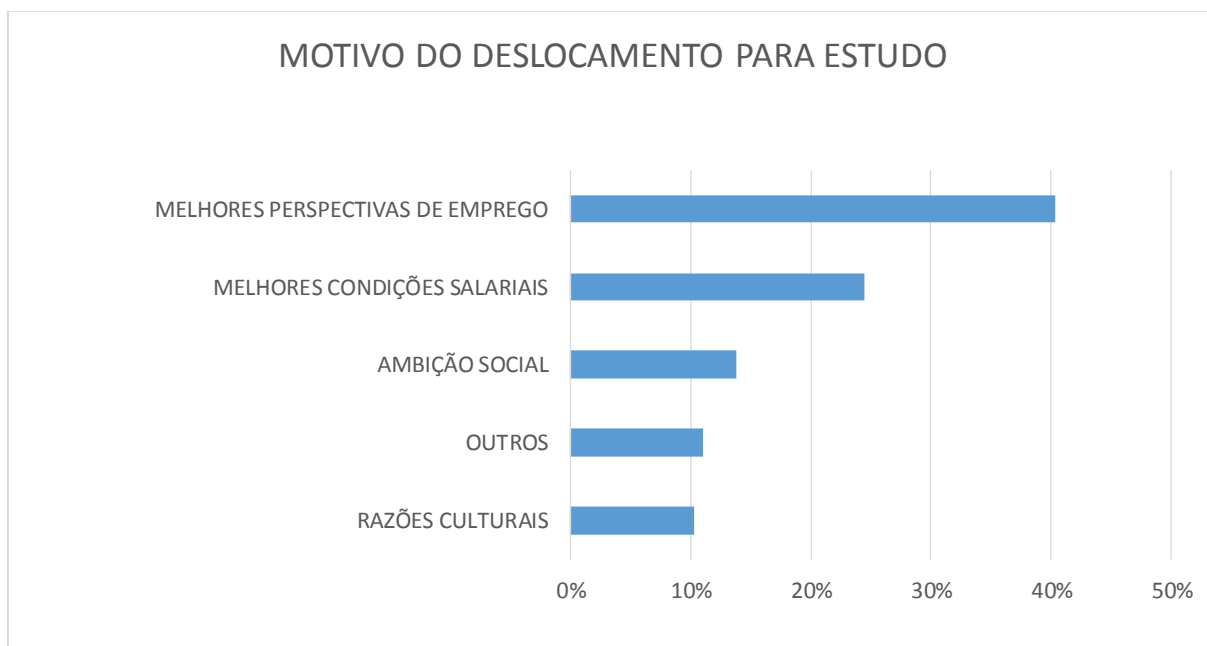
Nas três instituições abordadas, os alunos afirmam que o principal motivo do deslocamento seria a qualificação em busca de inserção competitiva no mercado de trabalho.

Figura 78: Ônibus de estudantes de diversos municípios estacionados na Praça Guadalajara



Fonte: Foto Arquivo do autor. Setembro 2014.

Gráfico 9



Fonte: Elaborado pelo autor.

A experiência como docente da Universidade de Pernambuco/ Campus Garanhuns me permitiu analisar essa mobilidade praticada por professores e alunos advindos de diversos lugares. Acreditamos que conhecer suas motivações, caracterizá-los, explicitar as peculiaridades do fenômeno foi relevante para a pesquisa.

Na mobilidade pendular praticada em Garanhuns observa-se uma particularidade: é corriqueiro professores residirem em Recife, Caruaru - PE, Campina Grande - PB e outras cidades do Nordeste, possuírem residência em seus lugares de origem, mas também possuírem residência em Garanhuns, imóveis na maioria das vezes alugados e transformados em um segundo lar por aqueles que estudam ou trabalham na cidade.

Os alunos igualmente realizam essa pendularidade, já que vêm para Garanhuns, assistem às aulas e voltam para a cidade de origem todos os dias, com exceção dos alunos de alguns cursos da UPE (Medicina, Psicologia, Ciência da Computação) que, normalmente, vêm para Garanhuns e voltam para casa nos finais de semana.

Quadro 8

TEMPO DE PERMANÊNCIA EM GARANHUNS	%
Mora em Garanhuns e volta para cidade de origem nas férias	26%
Vem para Garanhuns ter aula e volta para cidade de origem nos fins de semana	33%
Vem para Garanhuns ter aula e volta para cidade de origem todos os dias	25%
Não responderam	16%
TOTAL	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

No tocante à moradia, a maioria dos alunos moram em repúblicas com outros estudantes ou em casa alugada. É importante lembrar que essa permanência gera uma demanda flutuante que não é prevista no planejamento municipal, mas que faz uso dos serviços e injeta dinheiro novo na economia local, uma vez que gera consumo e novas demandas influenciando uma nova lógica na funcionalidade do espaço.

Quadro 9

SITUAÇÃO DE MORADIA	%
MORA COM PARENTES	11%
MORA EM REPÚBLICA COM OUTROS ESTUDANTES	26%
MORA EM RESIDÊNCIA PRÓPRIA	13%
MORA SOZINHO EM CASA ALUGADA	18%
NÃO RESPONDERAM	31%
TOTAL	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os que moram em Garanhuns e possuem melhores condições financeiras, geralmente se localizam em imóveis situados nas proximidades das IES. Nesse grupo estão inseridos os estudantes da UPE/UFRPE/UAG, e os professores e funcionários das referidas instituições. Isso faz com que áreas antes não valorizadas como os arredores das IES citadas se tornem alvo de especulação imobiliária.

Gráfico 10



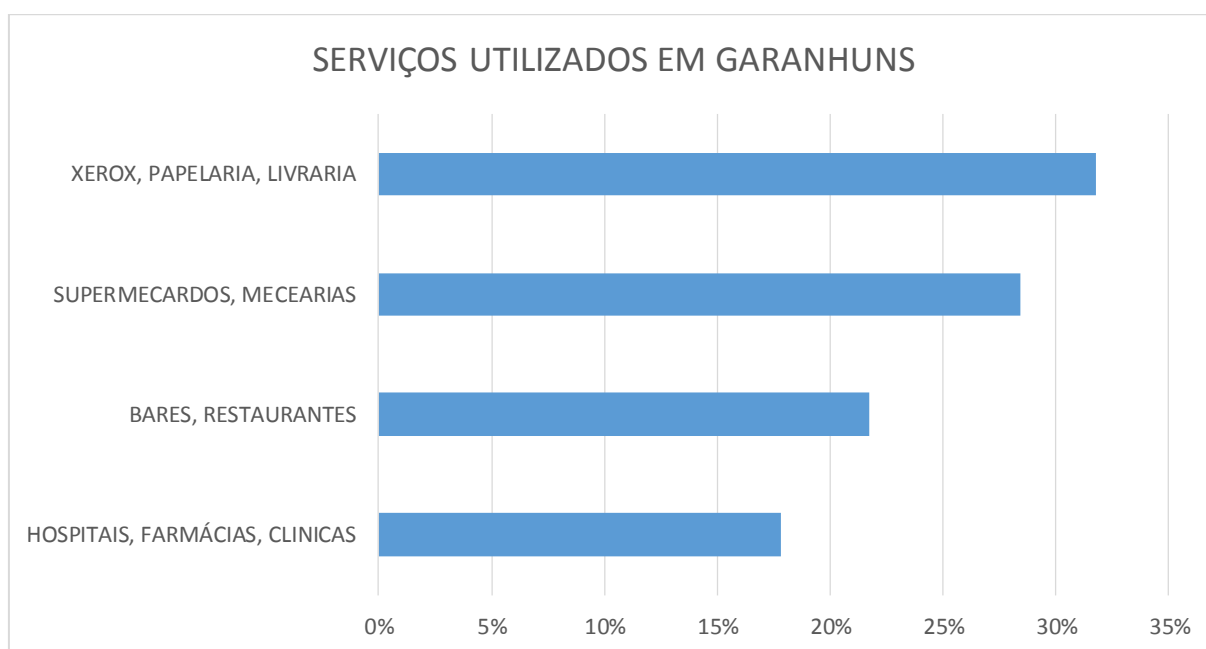
Fonte: Elaborado pelo autor. Abril 2015.

O Gráfico 10 mostra que a maior parte dos alunos e professores entrevistados moram perto das instituições de ensino, o que facilita o acesso e um percentual considerável não. Neste sentido as razões diferem como já foi demonstrado, pois alguns tendem a ir e voltar aos seus municípios de origem diariamente, pela proximidade.

Portanto, a participação de mais pessoas no espaço urbano origina a expansão dos serviços, o crescimento do comércio, o aumento de oportunidades, o turismo e o intercâmbio cultural, assim como capacita o cidadão e melhora o nível sociocultural da sociedade como um todo.

Os alunos do ensino superior costumam utilizar alguns serviços oferecidos, como xerox, papelaria, livrarias, supermercados, bares e restaurantes (Figura. 80). Nos últimos anos muitos bares e restaurantes foram inaugurados, como já observado. Hoje, existe uma diversidade de restaurantes especializados em massas, comida oriental, carnes, peixe, restaurantes temáticos, academias de ginástica etc. (Figura. 81). Isso indica que há procura por esses serviços. É importante salientar que a abertura de novos pontos comerciais cria mercado de trabalho para a população, pressupõe a geração de emprego e renda e possibilita um (re) arranjo da dinâmica espacial.

Gráfico 11



Fonte: Elaborado pelo autor. Maio 2015.

O conhecimento dos espaços vivenciados torna-se importante, uma vez que são exemplos de territórios simbólicos, ou seja, o território envolve sempre, uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial e afetiva atribuída pelos grupos sociais (HAESBAERT, 2011).

As lanchonetes, áreas de convivência e salas de aula são os espaços mais citados pelos estudantes como “ponto de encontro”. São espaços importantes, pois neles se compartilham experiências, formam-se vínculos e criam-se identificações.

Figura 79: Moderno restaurante à Av. Rui Babosa



Fonte: Foto arquivo do autor.

Figura 80: Moderna academia instalada para atender as novas demandas, em função das ações educacionais.



Fonte: Foto arquivo do autor.

Em Garanhuns, as lanchonetes, barzinhos e restaurantes são os lugares mais frequentados. Isso contribui categoricamente para que a dinâmica desses polos universitários seja bem particular, à noite, durante a semana, principalmente na quinta-feira, quando se observa grande efervescência na cidade, com maior permanência de professores e estudantes nos fins de semana em função de cursos de graduação (PARFOR) em parceria com o governo federal, cursos pré-vestibular (PREVUPE) para alunos da rede oficial do estado de Pernambuco, funcionando aos sábados e domingos, cursos de pós-graduação lato sensu, oferecidos pela UPE também funcionando nos fins de semana bem como os cursos oferecidos pela AESGA no mesmo período. Todos estes eventos culturais geram vida e movimento ao espaço urbano, contribuindo sobremaneira para o dinamismo dos equipamentos urbanos que se tornam bastante frequentados.

Quadro 10

PONTOS DE ENCONTRO NA FACULDADE	QTD. DE PESSOAS
SALA DE AULA	88
NÃO INFORMARAM	47
BIBLIOTECA	21
LANCHONETE	21
GUARITA	19
CANTINA	16
FUNASA	9
AUDITÓRIO	8
CHURRASCARIA DA PAZ	8
NOS BANCOS DA FACULDADE	4
AO LADO DA SANTA	3
APOIO ACADÊMICO	3
BARES E RESTAURANTES	3
CORREDOR	4
NA CANTINA	3
BUDEGA	2
NENHUM	2
NO APOIO	2
PRÉDIO II E SALA DE AULA	2
ÁREAS DE LAZER	1
CASA DO AMIGO, PRAÇA, SALA DE AULA	1
CINEMA, PRAÇA DE EVENTOS	1
CLAVITA	1
ENTRADA DO PRÉDIO DE ESTUDO	1
FORA DO IES	1
FRENTE DO PRÉDIO	2
GRUPO DE ESTUDOS	1
INDEPENDÊNCIA	1
NA FACULDADE	1
NO BAR	1
NO LABORATÓRIO DA FACULDADE	1
PRAÇA	1
PRAÇA DA FACULDADE	1
PRAÇA E PÁTIO DA UNIVERSIDADE	1
PRÉDIO DE MEDICINA VETERINÁRIA	1
PREDIO II	1
REFEITÓRIO	1
SALA - CAMPUS II	1
SALA DA TEC. JR.	1
UFRPE - UAG	1
VI GERES	1
TOTAL	289

Fonte: Elaborado pelo autor. Maio 2015

Quadro 11

PONTO DE DENCONTRO EM GARANHUNS	%
NÃO INFORMARAM	19%
RESTAURANTES	13%
UNIVERSIDADE	9%
BARES	8%
CENTRO DA CIDADE	7%
FACULDADE	7%
FUNASA	6%
PRAÇAS	6%
LANCHONETE	4%
PARQUES	4%
CINEMA	3%
MINHA RESIDÊNCIA	3%
NENHUM	2%
COMÉRCIO	1%
IGREJA	1%
GRE	1%
PADARIA	1%
CASA DE AMIGOS	1%
DA PAZ	1%
RELÓGIO DAS FLORES	1%
OUTROS	1%
TOTAL	100%

Fonte: Elaborado pelo autor. Maio 2015

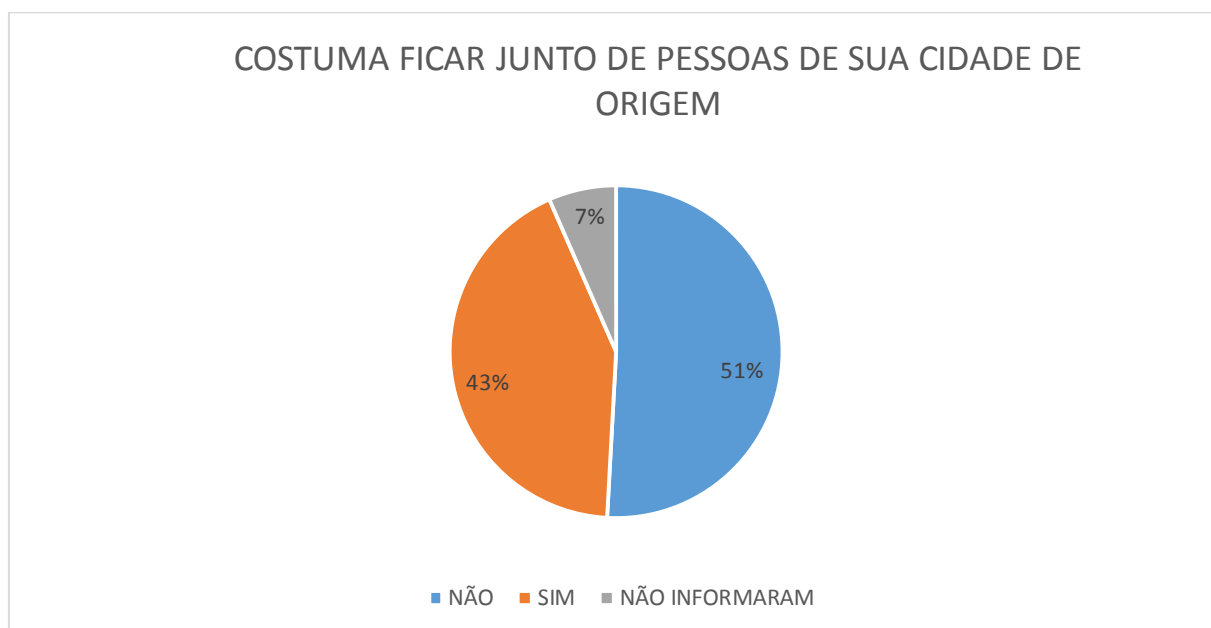
A cidade de Garanhuns possui inúmeros significantes e significados. Embora seja nacionalmente conhecida pelo Festival de Inverno, por ser a terra natal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de Dominginhos, e ser a bacia leiteira do estado de Pernambuco. Quando perguntados que tipo de lembrança a cidade suscita, a grande maioria dos estudantes listou o clima frio que evidencia a importância do mesmo nas ações educacionais e as faculdades. Esse fato não surpreende quando recordamos que Garanhuns se tornou um polo universitário regional.

Quadro 12

LEMBRANÇA DE GARANHUNS	%
O CLIMA	35%
FACULDADE	23%
NÃO INFORMARAM	9%
CIDADE DAS FLORES	8%
FESTIVAL DE INVERNO	6%
RELÓGIO DAS FLORES	3%
FUTURO PROFISSIONAL	2%
COMÉRCIO	1%
TRANQUILIDADE	1%
FAMÍLIA	1%
OBRIGAÇÕES	1%
AMIGOS	1%
DISTÂNCIA	1%
PARQUES	1%
OUTROS	8%
TOTAL	100%

Fonte: Elaborado pelo autor. Maio 2015

Gráfico 12



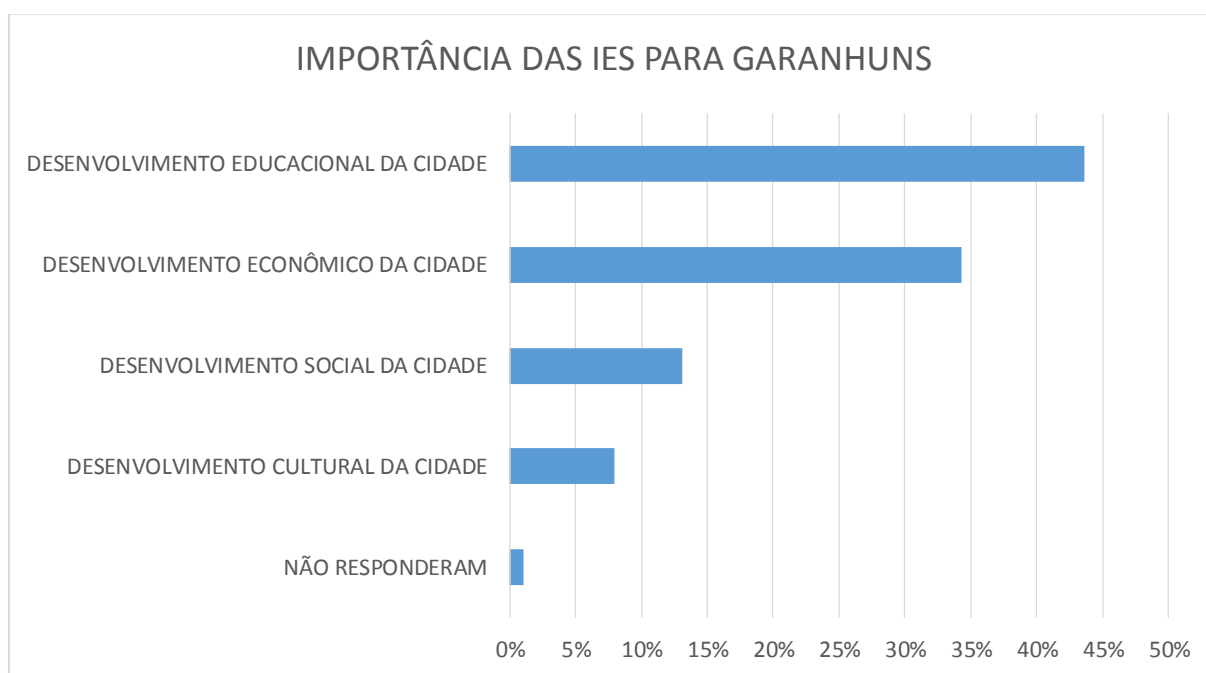
Fonte: Org. do autor. Maio 2015

Ao serem questionados se costumam ficar junto às pessoas de sua cidade de origem, a maioria dos estudantes de todas as instituições afirmam que não, o que confirma a necessidade de interagir com outras pessoas de outros lugares e, em segundo lugar afirmam que sim. É interessante notar que os alunos que se agrupam em função de suas cidades de origem, embora afirmem que a

universidade é uma oportunidade de vivenciar novas amizades, não se apartam de seus grupos.

Quando questionados sobre qual a importância que atribuem para as IES no desenvolvimento socioeconômico de Garanhuns, os alunos acreditam que elas significam muito, uma vez que reconhecem que as referidas instituições trouxeram para a cidade uma demanda flutuante composta por professores e alunos, que utilizam os serviços do município, possibilitando novas demandas e pressionando o setor público a realizar benfeitorias no espaço urbano, objetivando melhor receber os indivíduos que de alguma forma estão ligados as referidas instituições de ensino. Ao mesmo tempo defendem que as instituições por eles frequentadas contribuem expressivamente para o desenvolvimento educacional da região.

Gráfico 13



Fonte: Org. do autor. Maio 2015

A intensificação do fluxo de professores e estudantes de diversas regiões do país influenciou expressivamente nas mudanças de hábitos e costumes do município. Essas pessoas começaram a frequentar bares, restaurantes, supermercados, lojas e nesses espaços passaram a interagir com a população local. Os *forasteiros* trazem novas demandas por serviços como: restaurantes temáticos, *lan houses*, livrarias e fazem usos próprios dos espaços coletivos.

Em conversas com professores das IES e moradores de Garanhuns registradas no diário de campo, essas mudanças ou esse sopro de modernidade ficam evidenciadas. Alguns professores da UPE e UFRPE/UAG afirmam que assim que chegaram ao município se transformaram em um grupo diferenciado e de certa forma reverenciado pelo conhecimento demonstrado nos locais de encontro - levantando problemas e compartilhando informações desconhecidas - e pelo poder aquisitivo.

O local onde a UPE foi erguida no ano de 1985 era apenas um bairro isolado constituído em sua maior parte de terrenos baldios evidenciando um grande vazio populacional, e alguns moradores lembram que o local não era valorizado, as pessoas não gostavam de se dirigir para àquela localidade.

Com a instalação da Faculdade observou-se uma verdadeira revolução nas formas e disposição dos objetos geográficos. Muitas pessoas distinguiram a oportunidade de inaugurar estabelecimentos comerciais que atendessem alunos, professores e funcionários; moradores daquela área passaram a alugar quartos para estudantes e professores. O entorno da UPE nos dias atuais está completamente transformado, as ruas de terra foram pavimentadas, na rua Capitão Pedro Rodrigues e adjacências onde situa-se a faculdade, observa-se uma verdadeira metamorfose com a instalação de variados estabelecimentos comerciais dos setores gastronômico, de vestuário, de medicamentos além de lan houses e papelarias etc.

Ainda nas proximidades temos o prédio da TRE (Tribunal Regional Eleitoral) e da Justiça do Trabalho bem como uma intensa verticalização com a construção de inúmeros prédios de apartamentos como também a construção de condomínios de luxo (Garoa) enfim, o bairro sofreu grandes transformações (Figura. 81 e 82).

A Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns foi criada pelo Dec. nº 1357 de 28/12/1966, pelo então Governador do Estado, Exmo. Sr. Dr. Paulo Guerra. Desde aquela época, o Campus Garanhuns, que ficou vinculado à Fundação de Ensino Superior de Pernambuco – FESP/PE – hoje Universidade de Pernambuco, foi autorizada pelo Conselho Estadual de Educação pela Resolução nº 10 de 24/05/1967 (Figura. 83).

É importante notar que na criação desta instituição consolida-se a relação estabelecida entre o Estado enquanto aparelho regulador das ações coletivas,

atrelado à Religião e à Educação instituídas enquanto aparelho ideológico do mesmo, reproduzindo, portanto as ideias dominantes, que naturalmente seriam refletidas para toda a sociedade através dos professores formados nesta instituição.

Figura 81: Rua Cap. Pedro Rodrigues no entorno da UPE, lugar antes inabitado agora intensamente transformado, observando-se o processo de pavimentação asfáltica recente e a verticalização



Fonte: Arquivo Pessoal do Autor, Maio/2015

Esta Unidade de Ensino iniciou suas atividades com os Cursos de Licenciatura Curta em Letras, Estudos Sociais, Ciências, História e Geografia, que foram reconhecidos através do Dec. Federal nº 79.243 de 10/02/1977. O Conselho Federal de Educação autorizou o início de suas atividades com o Concurso Vestibular em 1979, para os cursos de Licenciatura Plena em Letras – Habilitação em Português/Inglês, em Ciências – Habilitação em Biologia e Matemática, em História e em Geografia. Posteriormente, estes cursos foram reconhecidos através da Portaria Ministerial nº 1.019, publicada no DOU em 25/10/1990. Em 1993, a Universidade de Pernambuco autorizou a ampliação de suas atividades com a criação da Licenciatura em Pedagogia, curso reconhecido pela Portaria SE Nº 6828/02 de 02 de setembro de 2002.

Figura 82. Disposição dos objetos geográficos e a transformação na área do entorno da UPE/Campus Garanhuns.



Fonte: Org. pelo autor. Maio 2015.

Figura 83: Aula inaugural da Faculdade de Formação de Professores de Garanhuns. Auditório do Colégio Santa Sofia (1967)²⁶.



Fonte: Arquivos da UPE Campus Garanhuns.

²⁶ Da esquerda para a direita o Prof. Erasmo Bernardino Vilela, Dom Adelino Dantas, Bispo de Garanhuns, Dr. Paulo Guerra, Governador do Estado de Pernambuco, Madre Bernadete e Madre Maria Verônica Diretora e Mestre Geral respectivamente do Colégio Santa Sofia e o Comandante do 71º BI, Cel. Gabriel Antônio Duarte Ribeiro.

Buscando seu espaço no atendimento à Determinação Governamental que estipula a obrigatoriedade de Curso Superior a partir de 2007, para professores da rede oficial que não possuam o Ensino Superior, a FFPG implantou, em 2000, o Programa Especial de Graduação em Pedagogia – PROGRAPE. Este curso foi autorizado pela Resolução Nº 028/99 de 30 de agosto de 1999 do Conselho Universitário – CONSUN/UPE e reconhecido pela Portaria SEDUC Nº 5933, de 17 de setembro de 2003 do Conselho Estadual de Educação.

Em julho de 2007, foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE e Conselho Universitário – CONSUN, a retirada do nome da Instituição: Faculdade de Formação de Professores de Garanhuns, passando a se chamar Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns, tendo em vista a criação dos Cursos de Psicologia em Garanhuns, de Administração em Salgueiro – PE e por vincular a Garanhuns os Cursos de Sistema de Informação e Administração com Ênfase em Marketing da Moda em Caruaru – PE, Medicina em Serra Talhada.

A Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns, situada à Rua Capitão Pedro Rodrigues, 105, compreende uma área equivalente a 27.979,50m². Possui uma área construída de 3.691,04 m², que abrange os prédios da Administração, Biblioteca, Laboratórios e Salas de Aula.

Nos últimos anos, o Campus Garanhuns passou por grandes transformações, com investimentos na qualificação no corpo Docente. Atualmente, 22% dos professores possuem título de Doutor, 50% título de Mestre, 8% estão realizando Cursos de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) e 20% são Especialistas.

Ao nível de Pós-Graduação, esta IES oferece e ministra Cursos *Lato Sensu* desde 1995, em Ensino nas áreas de Geografia, Matemática, História, Biologia e Línguas Portuguesa, Inglesa e Espanhola além de Planejamento e Gestão Escolar, Gestão Ambiental, Psicopedagogia, Gestão de Recursos Humanos e Supervisão Escolar e Gestão Pedagógica, Parasitologia Clínica, Saúde Pública, Educação Especial, dentre outros. Esses cursos são oferecidos em sua sede e alguns deles oferecidos através de convênios com diversos municípios da região do Agreste.

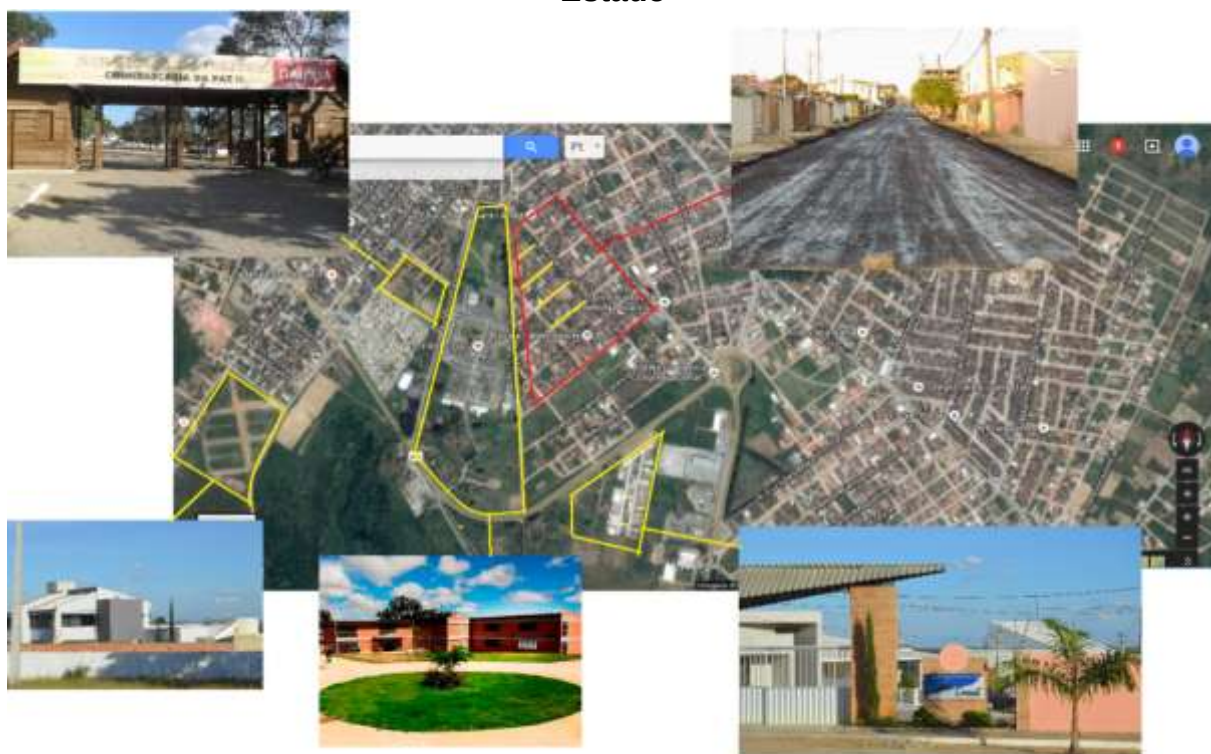
A Escola de Aplicação Prof.^a. Ivonita Alves Guerra, agregada a esta IES,

foi criada pelo Dec. Estadual nº 1.836, de 30/01/1995, oferecendo, atualmente, o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries e o Ensino Médio. É marcante a atuação do *Campus Garanhuns* em programas sociais, tais como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

Visando beneficiar os jovens carentes da região, a Instituição criou há 08 anos o Cursinho Pré-Vestibular da Universidade de Pernambuco – PREVUPE, tendo oferecido vagas anuais que variam de 600 a 1.100. Com essas ações, entre outras, a UPE – Campus Garanhuns firma seu compromisso no Estado de Pernambuco na oferta de Educação de qualidade à sua população.

No que se refere a dinâmica espacial esse processo também é observado nas áreas do entorno da UFRPE/UAG, pois nos espaços antes desabitados, a partir da instalação da UFRPE/UAG constata-se uma verdadeira transformação das áreas adjacentes (Figura 84).

Figura 84: Representação da área de entorno da UFRPE/UAG bastante modificada e valorizada em função das ações educacionais promovidas pelo Estado



Fonte: Org. do autor. Maio 2015.

Podemos citar como exemplo a intensa pavimentação das ruas o incremento

de churrascarias, bem como a presença de uma intensa verticalização, construção de condomínios para servirem de moradia aos professores e funcionários destas IES e um intenso fluxo de pessoas pela melhoria dos serviços dos transportes urbanos, ideias, e um comércio emergente, gerando com isso a valorização de uma área que em um passado bem recente não possuía nenhum atrativo. Não poderíamos deixar de citar as observações feitas a partir do trabalho de campo com a instalação da AESGA em local estratégico na cidade de Garanhuns, promovendo uma intensa mobilidade populacional e contribuindo para um maior dinamismo do espaço urbano (Figura. 85).

Figura 85: Localização estratégica da AESGA e a promoção de um maior dinamismo do espaço urbano



Fonte: Imagem Google. Org. do autor, 2015

A Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns (AESGA) foi criada como Instituição Municipal pela Lei nº 2.174, de 23.08.1985, com a finalidade de agregar a já existente Faculdade de Ciências da Administração de Garanhuns (FAGA), e permitir a criação de outras Instituições de Educação Superior (IES), buscando atender a vocação da Cidade, conhecida em âmbito estadual, como um município Polo Educacional.

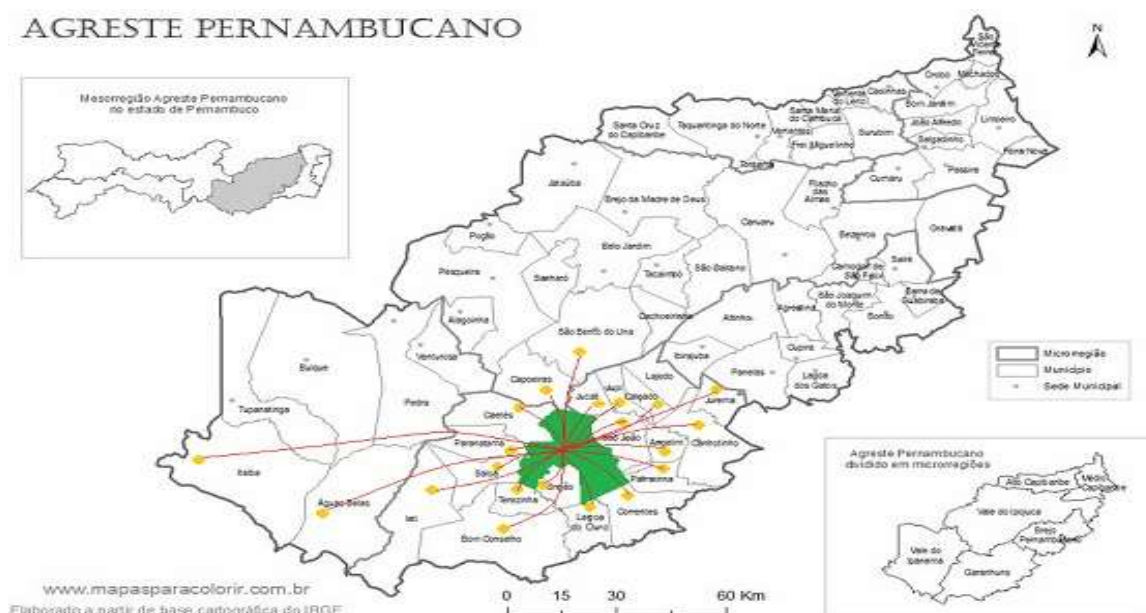
Do ponto de vista legal, a AESGA é regida pelas leis municipais nº 2.692,

de 06.11.1993 até dezembro de 2006, e pela Lei nº 3445, de 28 de dezembro de 2006, até os dias atuais, destacando que o Regimento Interno da AESGA, aprovado em 19/12/2011 pelo Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (CEE/PE), conforme Parecer CEE/PE Nº 191/2011-CES regulamenta, não só os serviços administrativos da Instituição, mas também, orienta a dinâmica operacional das Instituições de Educação Superior ora mantidas.

Funcionando na Av. Caruaru, nº 508, Bairro de São José, em Garanhuns – PE, a AESGA se constitui mantenedora das Faculdades de Ciências da Administração de Garanhuns (FAGA), Faculdade de Direito de Garanhuns (FDG), Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas de Garanhuns (FAHUG) e Faculdade de Ciências Exatas de Garanhuns (FACEG).

A mesma se define como pioneira no processo de interiorização da formação superior, tendência que se fortalece ao longo dos 37 anos compreendidos entre a instalação do Curso de Administração, ofertado pela FAGA, até os dias atuais. Neste cenário, e ao longo de sua história de funcionamento, a Autarquia se estruturou visando atender os 24 municípios (Figura. 86) compreendidos em sua área de abrangência, conforme imagem a seguir:

Figura 86: Área de abrangência da AESGA



Fonte: Secretaria de Estadual de Planejamento, 2011.

Atualmente, a AESGA oferece cursos de graduação e pós-graduação Latu Sensu, na modalidade presencial, nas áreas de conhecimento das Faculdades,

conforme disposto abaixo:

CURSOS DE GRADUAÇÃO POR ÁREA DE CONHECIMENTO	
Ciências da Administração	Bacharelado em Administração (habilitação em Empreendedorismo)
Ciências Sociais Aplicadas	Tecnólogo em Administração Hospitalar, e Bacharelado em Secretariado Executivo Bilíngue
Ciências Jurídicas	Bacharelado em Direito
Ciências Exatas	Bacharelado em Engenharia Civil
CURSOS DE GRADUAÇÃO POR AREA CONHECIMENTO	
Ciências Sociais Aplicadas	Gestão de Negócios e Pessoas Gestão Pública Gestão de Logística Gestão de Comunicação e Eventos Auditoria em Serviço de Saúde
Ciências Jurídicas	Direito Civil e Processual Civil Direito Penal e Processual Civil

A composição do quadro docente da AESGA conta, atualmente, com 102 professores distribuídos e atuando nas IES mantidas. O corpo discente atendido na Graduação é de 2074 alunos regularmente matriculados que se somam aos 185 alunos da Pós-graduação, totalizando 2259 discentes distribuídos nos cinco cursos de graduação e seis cursos de Pós-graduação atualmente ofertados pelas Faculdades mantidas pela AESGA, em 2013. Ainda em consonância com as áreas de conhecimento dos cursos ofertados o programa de extensão, em fase de estruturação como Coordenação, busca oferecer eventos de caráter complementar à formação cidadã e profissional dos membros da sociedade onde a AESGA está inserida.

Com o propósito de ampliar e fortalecer a fidedignidade institucional a AESGA instalou em 2013, por meio de Referendum junto à comunidade acadêmica, o processo de discussão pública dos elementos norteadores da reformulação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), um dos subsídios documentais às ações de atualização e planejamento, iniciando por redefinir Missão, Visão e Valores, assim estabelecidos para o período de 2013/2022:

- MISSÃO: Promover educação superior de qualidade, através de ações de ensino, pesquisa e extensão, voltada ao desenvolvimento

sustentável e a melhoria da qualidade de vida em Pernambuco e no Brasil;

- VISÃO: Ser referência nacional através da excelência acadêmica, produção e disseminação do conhecimento, firmando-se como centro universitário;
- VALORES E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS: RESPONSABILIDADE SOCIAL: O Bem Comum, o Desenvolvimento Sustentável e a melhoria crescente da qualidade de vida no planeta serão os fundamentos epistemológicos, éticos e sociais norteadores das metas e ações de ensino, pesquisa e extensão, mas também organizacionais e gestoriais;
- SUSTENTABILIDADE - A sustentabilidade econômica, social e ambiental por meio de uma gestão voltada à vivência democrática na perspectiva de participação da comunidade acadêmica no planejamento e execução das metas/ações e de inserção/contribuição nos processos de desenvolvimento/transformação da sociedade local e regional;
- PREVALÊNCIA DO INTERESSE INSTITUCIONAL - Os interesses institucionais serão considerados fundamentos das ações assegurando o cumprimento da missão e o consequente reconhecimento da Instituição como referência nacional na oferta de Educação Superior;
- EMPREENDEDORISMO - Opção por novos caminhos e a criação de novas oportunidades através da adoção de procedimentos eficientes e efetivos em atendimento a visão inovadora voltada ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural;
- QUALIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - Desenvolvimento permanente de ações direcionadas à qualificação dos membros dos segmentos da sociedade acadêmica, da infraestrutura física e logística e dos processos organizacionais e gerenciais na perspectiva do fortalecimento da credibilidade da Autarquia;
- EXCELÊNCIA NA FORMAÇÃO - Ações/atividades do processo educativo devem possibilitar ao acadêmico formação interdisciplinar e humanística voltada à construção da identidade pessoal/profissional, à

inserção no Mercado de Trabalho e à participação no desenvolvimento da cidadania individual e coletiva;

- LEGALIDADE - Integração e pluralismo na articulação e nas concepções de ensino, pesquisa e extensão respeitados os projetos pedagógicos dos cursos e Diretrizes Curriculares Nacionais fixadas pelos órgãos de deliberação superior;
- ÉTICA - Respeito à dignidade humana, direito ao crescimento contínuo, individual e coletivo, em suas múltiplas potencialidades, tendo como fundamentos o pensamento holístico, a pluralidade de ideias e a diversidade cultural;
- HUMANIDADE - Exercício permanente da solidariedade, do compartilhamento e da responsabilidade nas ações/atividades desenvolvidas em prol da construção e da melhoria crescente dos processos de humanização; e,
- TRANSPARÊNCIA - Ações voltadas à garantia do acesso à informação/comunicação viabilizando o fortalecimento das diferentes instâncias organizacionais, administrativas, pedagógicas e gerenciais.

4.4.4 As IES e a constituição de uma dinâmica espacial

As instituições de ensino acima citadas provocam vida e movimento a região, pois regularmente na quinta-feira à noite os bares e restaurantes estão sempre cheios. E nos fins de semana recebem também um novo público, que são os alunos das pós graduação lato sensu , PARFOR e PREVUPE que movimentam a cidade. Anteriormente observava-se movimento até a sexta feira, tendo em vista que muitos alunos e professores voltavam para suas cidades de origem, gerando um esvaziamento da cidade no final de semana.

Mas com o incremento das novas modalidades de ensino (acima citadas) funcionando aos sábados e domingos, o final de semana também é dinamizado. Desse modo os melhores estabelecimentos são frequentados, sendo possível identificar ainda os professores e alunos pelas camisas com logomarca das instituições. Observa-se ainda que o grupo de alunos e professores gostam de participar de eventos e festas inclusive os tradicionais festejos locais (Festival de

inverno, Festival Dominginhos, Jazz Festival, etc.). Essa convivência que se intensifica a cada dia possibilita trocas e influencia os hábitos e costumes do município que sedia as IES, redefinindo, portanto, uma nova lógica funcional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos no estudo dessa pesquisa não podem ser considerados como verdade absoluta, pois os fenômenos sociais estudados não conseguem ser sempre previstos com exatidão. Isso se deve à natureza complexa dos aspectos sociais e econômicos. Logo, à medida que o espaço vai sendo constantemente reformulado, faz-se necessário a análise de novas variáveis que passam a ser incluídas na compreensão da dinâmica do espaço. Assim, este estudo não pode ser considerado conclusivo, mas, evidentemente, ser um elemento a mais para a compreensão dos fenômenos que ocorreram e ainda ocorrem na atual escala temporal onde percebemos que os agentes, aqui no caso representado pelas Instituições de Ensino (Fundamental, Médio e Superior) estão exercendo uma considerável influência sobre o espaço local e esta influência não fica restrita apenas ao setor imobiliário, indo além, pois inserem novos hábitos e necessidades de âmbito cultural, que passam a exigir dos moradores uma adaptação ao novo modo de vida.

Neste sentido, as ações educacionais implementadas na Região de Garanhuns ao longo de um contexto histórico possibilitam a produção de uma dinâmica espacial que envolve intenções, possibilidades e estratégias que variam tanto no tempo como no espaço, pois envolvem aspectos espaciais e temporais qualificados socialmente.

Por essa razão ao analisarmos, numa perspectiva espacial, as ações educacionais enquanto instrumento de construção de uma práxis teleológica, intenta-se dar inteligibilidade à dimensão de uma prática que caracteriza o processo de transformação do espaço da cidade de Garanhuns em função das estratégias desenvolvidas pelo Estado nos âmbitos federal, estadual e municipal, pela iniciativa privada e pelas Igrejas, para a reflexão sistemática sobre os novos padrões de ocupação dessa porção do Agreste Meridional do Estado de Pernambuco.

Na execução desta pesquisa, foi necessário fazer recuos no tempo a fim de recompor fatos importantes da história de Garanhuns. Podemos observar como as igrejas Católica e Protestante (Presbiteriana), em função de suas ações, tornam-se agentes de produção do espaço, pois, com seus equipamentos e a educação formal em suas escolas, e até pela educação informal, que para nós envolve as ações dos fiéis, cria territórios, espaços que são delimitados pelas relações de

poder.

Em nossa área de pesquisa, percebe-se que as diversas ações educativas desenvolvidas ao longo de um contexto histórico ocasionaram diferentes formas de uso do solo, refletindo-se isto diretamente na dinâmica das paisagens, tendo em vista que as referidas ações desenvolvidas através das políticas educacionais operacionalizadas pelo Estado, Município e pelas igrejas (Católica e Presbiteriana) em Garanhuns-PE, a partir da instalação das Instituições de Ensino (Fundamental, Médio e Superior) estão correlacionadas/associadas com a materialização da dinâmica socioespacial e na definição de territórios, ou seja, com as ações ancoradas nas políticas educacionais à partir da instalação de instituições de ensino em nossa importante cidade.

Compreendemos que a ação planejada do estado a partir da instalação e expansão das diversas instituições de ensino redimensiona o espaço, redefine a região e redesenha paisagens. Dentre as várias transformações possibilitadas pelas ações educacionais observadas na pesquisa, constataram-se aquelas na morfologia da paisagem urbana da cidade que recebe novas formas, objetos, conteúdos e 'problemas' (pressão imobiliária, por exemplo), até então exclusivos de núcleos maiores, o condomínio e os edifícios observados, com vários andares na paisagem urbana, representando a 'modernidade' e se apresentando como forma de realização da vida. Seu consumo e apreciação incorporam as novas formas de vida urbana e constroem os 'antigos' e 'tradicionais' marcos simbólicos destas cidades, como os prédios e os espaços públicos, especialmente a rua e a praça. Assim, o consumo se realiza com uma base material (o condomínio, o apartamento), mas também com uma base simbólica (o poder, o status, a modernidade), seguindo a ideia de Lefebvre (2006, p. 63), que afirma "[...] consome-se tantos signos quanto objetos: signos da felicidade, da satisfação, do poder, da riqueza, da ciência, da técnica, etc..".

As influências destas IES são perceptíveis nas transformações da estrutura do comércio/serviços, pois inserem novos tempos e novas temporalidades na cidade, a partir da chegada dos novos moradores, com suas novas necessidades, novos desejos e novos consumos, acabando por levar a uma pressão no espaço urbano por moradias e uma desestruturação do cotidiano anteriormente produzido e vivido. Observamos ainda um empobrecimento e uma exclusão dos moradores pobres do local das 'benesses' do desenvolvimento econômico. Neste

processo, muitas tradições acabam por ser transformadas, abandonadas e esquecidas. Na paisagem consta-se uma proliferação de refuncionalizações e/ou substituição das antigas formas.

Desse modo podemos perceber de forma bastante objetiva que as ações educativas transformam as paisagens, uma vez que ao se difundir por determinadas áreas da superfície terrestre instala novos equipamentos, cria e altera assentamentos nas áreas pelas quais se interessa, remodela relações entre esses assentamentos e o meio circundante, ou seja, a implantação de instituições de ensino produz novos fixos espaciais, constrói um sistema de objetos vinculados, principalmente, aos setores imobiliários e da construção civil tais como prédios de residências e estabelecimentos comerciais. Levando-se em consideração que cada fixo espacial ou objeto faz parte de um grande sistema, mais amplo, denominado sistema de objetos, verificamos não só o uso combinado, mas as atividades dele decorrentes compõem modelos estruturais que se arranjam e se complementam de acordo com sua funcionalidade.

Concluimos ainda que a instalação das instituições de ensino em cidades como Garanhuns produz interstícios entre as identificações da Universidade conduzida frequentemente por princípios progressistas, tecnológicos e por valores ideológicos modernos e a identidade da cidade que a sedia, inspirada por valores tradicionais das elites políticas e religiosas. Esses interstícios, todavia, produzem novas formas de identificação que induzem a busca por espaços de sociabilidade. Neste sentido é possível observar a inserção da cultura universitária no cotidiano da localidade e os eventos da cidade, sendo frequentados pelos estudantes das instituições de ensino superior.

Nesta perspectiva, os usos que os jovens estudantes fazem dos espaços constituem um domínio de afirmação das identificações em âmbito simbólico e prático, levando-nos à compreensão, conforme as palavras de Malta (2011), de que: “a descrição da cidade contemporânea não concerne necessariamente às suas edificações, mas à incursão das pessoas nos espaços urbanos através de suas práticas e modos de vida espacializantes. Deste modo, a sociabilidade juvenil se traduz em diferentes formas de consumo e apropriações dos lugares constituídos de usos próprios, o que conforma um conjunto centrado por processos identitários coletivos como a *praxe acadêmica*, e descentrados, quando enunciam forte hibridez cultural e fragmentação espacial no contexto relacional das cidades”.

Desse modo, o sistema de educação se destaca em cidades como Garanhuns, constituindo-se, nos últimos anos, em um dos principais atrativos que energizam as relações interurbanas regionais, com convergência diária de fluxos populacionais de pequenos municípios da mesorregião administrativa do Agreste Meridional. Esse aumento no fluxo humano produz a dinamização do espaço regional que, no caso de Garanhuns, está alicerçada no setor terciário.

É visível que quando a educação passa a ser a responsável pela convergência e irradiação para região, esses espaços que no caso da Religião se tornam espaços sagrados, em nosso estudo se tornam cidades universitárias, por exemplo. Identificamos, portanto, que existem especificidades das sociabilidades praticadas pela comunidade acadêmica.

Dessa maneira, conclui-se que as ações instrucionais enquanto agentes (re) produtores de determinadas condições sociais, apropriam-se, organizam, produzem e reproduzem os espaços ao seu redor, nós podemos como o presente trabalho demonstra, avaliar como estas ações vem alterando o uso do solo, a ordem cultural e social regional herdada, decompondo e criando rupturas nos estilos de vida tradicionais da população, ao transformar código de valores, padrões de consumo, horizontes profissionais e de negócios.

Neste contexto, entendemos que as ações educacionais se tornaram um importante elemento, para que avaliássemos a evolução da cidade de Garanhuns, pelas práticas espaciais ocorridas, possibilitadas pela instalação de instituições de ensino públicas e/ou privadas presentes na produção do espaço geográfico, fornecendo outro olhar, que procura compreender o desenvolvimento de sua organização social, definindo, sobretudo a sua espacialidade, que é fruto de uma dinâmica proporcionada pelo diversos agentes sociais envolvidos, pois as ações educacionais e, em alguns momentos, os conflitos que se instalaram nesta cidade pernambucana, têm reflexo material e simbólico na produção da estrutura espacial da sociedade garanhuense, na medida em que esta produção é apropriada pelas relações de poder, formando territórios, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento de práticas espaciais, pois prioriza os componentes materiais, sociais, intelectuais e simbólicos da cultura do lugar em sua estrutura principal no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FNJ, Ed. Massagana, São Paulo, 1999.

ALVES, M. Sistema Católico de Educação e Ensino no Brasil: uma nova perspectiva organizacional e de gestão educacional. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba: v. 5, n.16, set./dez. 2005, p. 209-228.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 7. Ed. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Revolução Pernambucana de 1817**. São Paulo: Ática 1995.

ANJOS, M. L. P. R. T. ; CARVALHO, C. H. Católicos E Protestantes No Nordeste Brasileiro No Século Xx: A Educação Em Questão. **Saeculum (UFPB)** João Pessoa. v. 22, p. 51-68, 2010. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum22_dos04_anjos-carvalho.pdf.

ARAÚJO, Ana Cristina. **A cultura das luzes em Portugal**: temas e problemas. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

ARRAES, Marcos Alexandre. Primeiros enunciados de Modernidade: o discurso do moderno no Recife nas décadas iniciais do século XX. **Emblemas - Revista do Departamento de História e Ciências Sociais** - UFG/CAC; v. 7, n. 1, 101-122, Jan-Jun, 2010.

AZEVEDO, F. **A transmissão da cultura**. São Paulo, SP: Melhoramentos, 1976.

AZEVEDO, F. et al. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

AZZI, R. **A Teologia Católica na Formação da Sociedade Colonial Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. A educação católica no período da romanização da Igreja do Brasil: 1840-1960. **Convergência**, jan.-fev./1990, pág.48-64. Rio de Janeiro.

BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana**: subsídios para a história do agreste e do sertão — até 1600. Recife: Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco, 1982.

BARROS, S. M. P., **A Elite Eclesiástica Brasileira, 1890-1930**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1981.

BARROS, Nilson Crócia de . **Manual de Geografia e Turismo**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

BONNEMAISON, J. **Viajem em Torno do Território**. In: Geografia Cultural: Um Século (3), IN: CORRÊA, R.L. e ROSENDAHL, Z. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2002, p. 83-131

BRANDÃO, Tanya M. Pires; ROSAS, Suzana Cavani (Orgs.). **Os sertões**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XVXVIII. v. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CANEVACCI, Massimo. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. São Paulo: Studo Dogel, 1993.

CANDIDO, Marcio, **Hierarquia Eclesiástica**. Disponível em: <http://marciocandido2013.blogspot.com.br/2014/01/hierarquia-ecclesiastica.html>. Acesso em 04.04.2015.

CALVANI, Carlos Eduardo B. A educação no projeto missionário do protestantismo no Brasil. **Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 53-69, jan./jun. 2009.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 11-44.

_____. O Consumo do espaço. In CARLOS, A.F.A (Org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo. Contexto, 2001.

CARVALHO, Rômulo de. **História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997

CATROGA, Fernando. Secularização e laicidade: a separação das igrejas e da escola. In: PINTASSILGO, Joaquim et al (orgs.). **História da escola em Portugal e no Brasil**: circulação e apropriação de modelos culturais. Lisboa: Edições Colibri/Centro de Investigação em Educação, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2006, p. 13-40.

CAVALCANTI, Alfredo Leite. **Historia de Garanhuns**. 2 ed. Recife: FIAM/Centro de Estudos de História Municipal, 1997.

CAVALCANTI, Alfredo Leite. **Historia de Garanhuns**. Recife: FIAM/Centro de Estudos de História Municipal, 1983.

CERTEAU, Michel De. **A Cultura no Plural**. São Paulo: Papyrus, 1995.

CHACON, Vamireth. **Abreu e Lima - General de Bolívar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CLAUS, Offe. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo, Brasiliense, 1989. 322p. ISBN 85-1109- 048-7

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Trad. Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2 ed.. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito-chave da Geografia**. pag. 36-40. (in) Geografia: conceitos e temas/ organizado por Iná Elias de Castro, Paulo da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. 5 ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Geografia Cultural: Um século (1)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

_____. **Geografia Cultural: Um século (2)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

_____. **Manifestações da Cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

_____. **O Espaço Urbano**. Ed. Ática, São Paulo, 1989. pag. 17.

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

COSGROVE, Denis E. **Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria**, Pag. 103. (in) Introdução a Geografia Cultural/organizado por Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

DOSSE, François. **As histórias em migalhas**. Trad. Dulce A. Silva Ramos. 2 reimp. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

DUARTE, Luciano Cabral. A Cruzada in: **Seculum** - Revista de história [22]; João Pessoa, jan./ jun. 2010 20 fev. 1954, p.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à Arquitepologia Geral**. Trad. Hélder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **O Imaginário: ensaio acerca da Ciência da Filosofia da Imagem**. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira: sociedade e instituições (1889-1930)**, v.9. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano; LEAL, Gleison Moreira. **Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária**. Disponível em: <www.geografia.uniceub.br/CONTRIBUIÇÕES%20TEORICAS.doc>. Acesso em: 16 nov. 2015.

FERRO, Gaetano. **Sociedade Humana e Ambiente, no Tempo: Temas e problemas de Geografia Histórica**. [Tradução de Carminda Cavaco]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

GOULD, P. **Spatial Diffusion**. In: Association of American Geographers, Resource Paper, 1969.

GRAMSCI, Antônio, **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira. 1968.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro,

HACK, Osvaldo Henrique. **José Manoel da Conceição: o primeiro pastor brasileiro**. São Paulo: Editora Mackenzi, 2001.

_____. **Educação e protestantismo**. 2.ed. São Paulo, SP: Casa Editora Presbiteriana, 2000.

HAESBAERT, Rogério. Da **Desterritorialização à Multiterritorialidade**. In: Anais do X encontro de geógrafos da América Latina, São Paulo. Universidade de São Paulo, 2005. Ícone, 1995.

HAIASHIDA, Keila Andrade. **Quixadá: centro regional de convergência e irradiação da educação superior(1983-2013)**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciência e Tecnologia, Curso de Doutorado em Geografia, Fortaleza, 2014.

HAIASHIDA, Keila Andrade e VASCONSELOS JUNIOR, Raimundo Elmo de Paula. A Proposta de Convergência e Irradiação Aplicada a Geografia Educacional. In: SANTANA, Rogério José et al. **Golpe de 1964: História, Política e Educação**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1ª Ed. 2014

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo I**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1989a.

_____. **Ser e tempo II**. Petrópolis: Vozes, 1989b.

HOONAERT, Eduardo. **História da igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. Petrópolis: Vozes, 1992.

JUNG, Carl C. **Concepção e organização: o Homem e seus Símbolos**. Tradução Maria Lúcia Pinho. RJ:Editora Nova Fronteira, 1964.

LACOSTE, Y. **A Geografia — Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para fazer a Guerra**. Editora Papirus, São Paulo: 1988.

LAWN, C. **Compreender Gadamer**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LEFEVBRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

LEITE, A. **História de Garanhuns: nota prévia de Costa Porto**. Prefácio de: João de Deus Oliveira Dias. FIAM/Centro de Estudo de História Municipal, (Biblioteca Pernambucana de História Municipal, 18). Recife 1983

LEVINE, Robert. **Pernambuco e a Federação Brasileira, 1889-1937**, in História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, vol. I, org. de Boris Fausto, São Paulo, Difel, 1975.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

LINS, Rachel Caldas (Coord.) **As áreas de exceção do agreste de Pernambuco**. Recife, SUDENE/PSU/SER, 1989.

LIMA, Luiz Cruz et all, **Os Novos Espaços Seletivos no Campo**. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2011. p. 17-42.

LUIZ, Felipe. **Influência protestante na educação em Pernambuco**. Publicado em 04/2014. Disponível
<http://historiadoprotestantismo.blogspot.com.br/2014/12/influencia-protestante-na-educacao-em.html>. Acesso em 20 nov 2015.

MATOS, A. S. **Histórico da Igreja Presbiteriana do Brasil**. DTI - Divisão de Tecnologia da Informação Instituto Presbiteriano Mackenzie, São Paulo: 2011. Disponível em: http://www.ipb.org.br/quem_somos/historia_1.htm.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. O Celeste Porvir: **A Inserção do Protestantismo no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Introdução do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **O protestantismo e suas encruzilhadas**. Revista USP, São Paulo, nº67, setembro-novembro 2005.

MELO, Mário Lacerda de. **Os agrestes – estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso dos recursos**. Recife: SUDENE, 1980.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. **Expulsão dos jesuítas: cortados pela raiz.** Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, n. 51, dez., 2009, p. 75-77.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTEIRO, Agostinho dos Reis. **História da educação: uma perspectiva.** Porto: Porto, 2005.

_____. **O Espaço do Capital: a reprodução capitalista do Espaço,** in O Que é Geografia. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense. São Paulo: 1980.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

MOREIRA, R. **Da Região à Rede e ao Lugar** (A nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo), in Revista Ciência Geográfica, no. 6. Bauru: AGB-Bauru; 1997.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** 3. ed. Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2007, 120

NASCIMENTO, Ester Fraga Vila-Bôas Carvalho. **Associações voluntárias, Sociedades Bíblicas e a História da Educação.** In. CASTRO, César Augusto; DE SOUZA, Elizeu Clementino; VASCONCELOS, José Gerardo (Orgs.). **História da Educação: memória, arquivos e culturas escolar.** Rio de Janeiro: Salvador: Quartet: Uneb, 2012.

OLIVA, Jaime; GIANANTI, Roberto. **Temas da geografia do Brasil.** Rio de Janeiro: Atual, 1999.

OLIVEIRA, Paulo Fernandes de. **Associação Cristã de Moços: Aspectos do esforço civilizador Brasileiro na Cidade de Recife no Final da primeira década do século XX. XII Simpósio Internacional Processo civilizador.** Civilização e contemporaneidade. 10, 11, 12 e 13 de Outubro de 2009.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro A. **Religião e dominação de classe – Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Rosely Pereira Pontes de. **A Influência do protestantismo na educação do Colégio Americano Batista em Pernambuco.** Tese para o mestrado, defendido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2012.

OLIVEIRA, Zaquel Moreira de. **Reforma ou Revolução Religiosa: Uma acessível história do protestantismo.** Recife: Ed. Kairós, 2010.

PAIVA, José Maria de. Religiosidade e cultura brasileira - Brasil Século XVI: uma introdução metodológica. **Revista Diálogo Educacional**, vol. 4, núm. 9, mayo-agosto, 2006.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Reflexões sobre a contribuição da geografia histórica e da geohistória na renovação dos pensamentos geográfico e histórico no século XX. I **Colóquio Brasileiro de Historia do pensamento geográfico**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Instituto de Geografia, 2008.

PRADO JR, C. **Fatores Geográficos na Formação e no Desenvolvimento da Cidade de São Paulo**. A Evolução Política do Brasil, Editora Brasiliense, 1957.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática, 1993.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da Educação**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

RIEDER, Arno. **A interiorização da educação superior no Brasil: caso de Mato Grosso**. Revista GUAL, Florianópolis, vol. 4. n. 03, p. 228 – 247, set/dez, 2011.

RODRIGUES, Rui Martinho. Dialogos entre educação, geografia e história. IN VASCONCELOS JUNIOR, Raimundo Elmo de Paula et al (Org.). **Multiterritorialidades e Novas Práticas Culturais**. Fortaleza: RDS, 2012.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

_____. Espaço, política e religião. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p.09-38.

_____. **Geografia e Religião: uma proposta**. In Espaço e Cultura. Ano I, Outubro de 1995.

_____. **Os caminhos da construção teórica: ratificando e exemplificando as relações entre espaço e religião**. In ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Espaço e Cultura: pluralidade temática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 47-78.

_____. Território e Territorialidade: uma perspectiva Geográfica para o Estudo da Religião. In: ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R.L. (Orgs.) **Geografia: Temas sobre Cultura e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

_____. Território e Territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **A territorialidade da igreja católica – 1800 e 1930**. Textos NEPEC, Rio de Janeiro, NEPEC/UERJ, nº 1, 2001.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço e educação na geografia cultural. IN CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. [Et al]

(org.). **Escolas e Culturas: políticas, tempos e territórios de ações educacionais**. Fortaleza, 2009. p. 310-320.

ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2003.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.

SALES, Teresa. **Agreste, Agrestes**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

SANTANA, Miriam Ilza. **Insurreição Pernambucana**. Disponível em <http://www.infoescola.com/historia/insurreicao-pernambucana/Acesso> em 03.04.2015

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**: Livros VII, X e XI. Tradução Arnaldo do Espírito Santo; João Beato; Maria Cristina Castro-Maia de Sousa Pimentel. Covilhã, 2008. Disponível em: [www.lusofonia. Net](http://www.lusofonia.net). Acesso em: 29/04/2013.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª edição. São Paulo. HUCITEC, 2004. [1996]

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo; Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. 7 ed. São Paulo: EDUSP, 2007. [1987]

SANTOS, Shirlei Martins. **Reconhecendo os engenhos da freguesia de Santo Antonio do Cabo – PE**: uma leitura interpretativa da cultura material remanescente do final do século XVI e início do século XVII. (Dissertação de Mestrado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **A expansão do ensino superior no Brasil**: mudanças e continuidades. Poíeses Pedagógicas, Vol. 8, N. 2, Ago/Dez, 2010, p. 4 – 17. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/download/14035/8876>. Acesso em: 18/07/2013.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. **Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630 a 1654)**. São Paulo : Cultura Cristã, 2005

SECRETARIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO. **Pernambuco em Mapas**. Recife: CONDEPE/FIDEM, 2011.

SELVA, V. S. F. Experiências do turismo rural no agreste meridional de Pernambuco. In: LIMA, L. C. **Da cidade ao campo**: a diversidade do saber fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998.

SETTE, H. **Origem e Evolução Urbana de Garanhuns**. In Boletim Carioca de Geografia, ano IX, nº 1 e 2. AGB, Rio de Janeiro: 1956.

SILVA, Severino Vicente da. Anotações Para uma Visão Sobre Pernambuco no Início do Século XX. Texto produzido para discussão na disciplina História de Pernambuco II IN BRANDÃO, Tanya M. Pires; ROSAS, Suzana Cavani (orgs.). **Os sertões**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SILVA, Francisca Welliane Barros da; SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. **Desenvolvimento, cultura e consumo na cidade de Quixadá (1960-1980)**. Disponível em: http://www.ce.anpuh.org/1341666692_ARQUIVO_Artigo.pdf. Acesso em: 28/08/2012.

SILVA, Maurício Joppert da. **As cidades universitárias**: aula inaugural da Universidade do Brasil, do ano letivo de 1950. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil, 1950.

SILVA, Robson Bonifácio da. **A Mobilidade Pendular na Região Metropolitana da Baixada Santista**: breve caracterização socioeconômica e demográfica dos pendulares. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais>. Acesso em: 02/06/2012.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI**: visão e ação. UNESCO, 1998. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/.html>. Acesso em: 06/08/13.

SILVA, Sandra Cristina da; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Educação impressa: Estratégia presbiteriana de educar por meio da imprensa protestante**. EXEDRA, Revista científica.

_____. **Educação de Papel: Impressos Protestantes Educando Mulheres**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Pernambuco: 2009.

_____. **Guiando Almas Femininas**. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio Grande do Norte: 2013.

SILVA, Severino Vicente da. **Protestantismo no sertão do Médio São Francisco**. In. BRANDÃO, Tanya M. Pires; ROSAS, Suzana Cavani (orgs.). **Os sertões**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SORRE, Maximilien. **Migrações e mobilidades do ecúmeno**. In MEGALE, Januário Francisco (org.). Max Sorre: Geografia. São Paulo: Ática, 1984, p. 124-139.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. Pág. 107. (in) Geografia: Conceitos e Temas. CASTRO, Iná Elias de e outros. (ORG). 5ª Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.

TERRA, Ana Carolina Lobo. **A espacialidade diocesana no estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: www.ourinhos.unesp.br/seer/index.php/geografiaepesquisa/article. Acesso em:

12/01/2014

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar: Perspectiva da Experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

UBIRAJARA, Carlos Roberto Cruz. **Região de Garanhuns-PE: Dinâmica Sócio Espacial e a Difusão da Função Turística**. Dissertação de Mestrado. Recife UFPE/DCG, 2001.

VASCONCELOS FILHO, Raimundo Elmo de Paula. **Espaço e Educação: as Faculdades Católicas no Ceará**. In VASCONCELOS, José Gerardo (et al.). **Interfaces Metodológicas na História da Educação**. Fortaleza: Ed. UFC, 2007.

_____. **O Limoeiro da educação: a história da criação da diocese e a ação educacional de Dom Aureliano Matos em Limoeiro do Norte (1938-1968)**. Tese(Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, 2006.

VASCONCELOS JÚNIOR, R. E. de P. **A territorialidade das ações instrucionais da Igreja Católica no Ceará**. In: VASCONCELOS, J. G. C.; NASCIMENTO, J. C. **História da Educação no Nordeste Brasileiro**. Fortaleza: Ed. UFC, 2006b, p.114-126.

VIEIRA, G.A. **Apontamentos de aulas**. Salvador – Bahia: FVC,UNIME, 2008.

WERNET, A. **A Igreja Paulista no Século XIX: a reforma de D. Joaquim de Melo (1851-1861)**. São Paulo: Ática, 1987.

WHITE, Stephen JK. **Razão, justiça e modernidade: a obra recente de Jürgen Habermas**. São Paulo: Ícone, 1995.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1992.

WIKIPEDIA, Enciclopédia Digital. **Tratado de Aliança e Amizade**. Disponível em :http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Alian%C3%A7a_e_Amizade. Acesso em 08.04.2015.